



Matheus Silveira Guimarães

DIÁSPORA AFRICANA NA PARAÍBA DO NORTE:

Trabalho, tráfico e sociabilidade
na primeira metade do século XIX

ANPUH PB
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARAÍBA

EDITORA DO
CCTA



Prêmio ANPUH-PB
de Dissertação
2015-2016

DIÁSPORA AFRICANA NA PARAÍBA DO NORTE

Trabalho, tráfico e sociabilidade
na primeira metade do século XIX



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITORA

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ

VICE-REITORA

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



DIRETOR DO CCTA

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

VICE-DIRETOR

ULISSES CARVALHO DA SILVA



CONSELHO EDITORIAL

CARLOS JOSÉ CARTAXO

GABRIEL BECHARA FILHO

JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

EDITOR

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

PAULO VIEIRA

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

PEDRO NUNES FILHO

Comissão Julgadora do Prêmio ANPUH-PB de Dissertação 2015-2016:

Maria do Socorro Cipiriano (UEPB)

Paulo Roberto de Azevedo Maia (UFPB)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Capa: Luyse Costa

Diagramação: Rudah Silva

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

G963d Guimarães, Matheus Silveira.
Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX / Matheus Silveira Guimarães. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. 458 p. : il.

ISBN: 978-85-9559-117-2

1. Escravidão – História da Paraíba. 2. Comércio Africano – Paraíba. 3. Africanos – Escravidão (séc. XIX) – Paraíba. 4. Africanos – Aspectos sociais – Paraíba. I. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 326.94(813.3)

MATHEUS SILVEIRA GUIMARÃES

DIÁSPORA AFRICANA NA PARAÍBA DO NORTE

Trabalho, tráfico e sociabilidade
na primeira metade do século XIX

Editora do CCTA
João Pessoa
2018

Prêmio ANPUH-PB de Dissertação

APRESENTAÇÃO

Com o presente volume, a Associação Nacional de História – Seção Paraíba (ANPUH-PB) dá sequência à publicação de obras através *Selo ANPUH-PB de Dissertação*.

Este selo editorial é resultado do *Prêmio ANPUH-PB de Dissertação* instituído por meio de assembleia geral de suas/seus associadas/os em 2010. Em sua segunda edição (2015-2016), o prêmio conferiu o primeiro lugar a *Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX*, de autoria de Matheus Silveira Guimarães, orientada por Solange Pereira da Rocha no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Na ocasião, a comissão julgadora fora composta pelas/os Professoras/es Maria do Socorro Cipriano (UEPB), Rodrigo Ceballos (UFCEG) e Paulo Roberto de Azevedo Maia (UFPB).

Ao propor a publicação, em formato de livro, de uma dissertação de mestrado com notória qualidade, a ANPUH-PB almeja contribuir para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em História na Paraíba e, sobretudo, valorizar a produção historiográfica de nosso estado, com vistas a ampliar os canais de diálogos entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Espera-se que esta iniciativa sirva como estímulo às/aos jovens colegas historiadoras/es a continuarem a travar seus combates pela História.

Diretoria da ANPUH-PB

ABREVIATURAS

ACMF – Arquivo do Cartório Monteiro da Franca

AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba

AIHGB – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AIHGP – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

AHU_CU_014 – Arquivo Histórico Ultramarino_ Conselho Ultramarino_Brasil-Paraíba

AHWBD – Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

CRL – Center for Research Libraries

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

LB – Livro de Batismos

LN – Livro de Notas

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

TSTD – Trans-atlantic Slave Trade Database

UFDC – University of Florida Digital Collections

NOTA E AGRADECIMENTOS DO AUTOR

Este trabalho é fruto de anos de pesquisa desenvolvida (ainda no período da graduação), mas que foi sistematizada na dissertação de mestrado, defendida no início de 2015. Desde então o país mudou completamente, em especial, a partir de um golpe de Estado que tem aprofundado uma crise política, econômica e social. Na oportunidade da defesa da dissertação, não fazíamos a menor ideia do que estava por vir.

O autor também mudou. Não só por novas leituras, mas também por novas experiências de vida. Obviamente, ao reler este texto para a publicação, fiquei na tentação (que é comum) em fazer alterações na redação, sobretudo, na forma da escrita. Por vezes, por exemplo, me convenci de publicar o capítulo 1 em separado, por fazer uma longa análise historiográfica que poderia cansar o leitor. Contudo, resolvi não fazer nenhuma mudança, para preservar a historicidade do texto. As únicas alterações feitas foram às correções gramaticais, inevitáveis.

Por ser um trabalho de pesquisa, contei com a contribuição de várias pessoas e instituições. Agradeço ao povo brasileiro que, por intermédio da Capes financiou dois anos de bolsas de estudos (hoje, cada vez mais escassas devido ao projeto de destruição das universidades públicas e da pesquisa que usurpou o governo no Brasil), que me permitiram uma dedicação (quase) exclusiva à pesquisa. Àquela época, ainda estava a sonhar no processo de expansão desse direito à pesquisa. Hoje lutamos para garantir que ele ainda exista e não seja destruído.

Agradeço à professora Solange Rocha por todas as indicações, incentivo e liberdade na hora da escrita. Sem dúvida, as possíveis

qualidades desse trabalho têm sua importante contribuição. Hoje Solange continua a ser uma importante interlocutora das minhas reflexões sobre nossa história escravista. Agradeço também aos professores Gustavo Acioli Lopes e Walter Fraga Filho que compuseram a banca de qualificação e aceitaram ao convite de ler o trabalho e participar da banca de defesa. Com Gustavo, também continuo trocando informações e leituras sobre o tráfico de escravos (que permanece sendo um tema de pesquisa importante para mim).

Outros/as professores/as foram fundamentais para a pesquisa. Maria da Vitória Lima também fez importantes considerações no período de elaboração do projeto, dando-me um melhor direcionamento àquelas ideias ainda imprecisas, além de dar importantes orientações sobre pesquisa no Arquivo Nacional e, quando o Arquivo Histórico Waldemar Duarte fechou e, graças ao projeto de digitalização coordenado pela professora Vitória, pude ter acesso à parte da documentação lá existente e indisponível para o público. O professor Luciano Mendonça de Lima em sua disciplina sobre História Social (no PPGH-UFCG) alertou-me para os cuidados teóricos e metodológicos que um historiador deve ter. Nas disciplinas de Teoria e Metodologia da História, as propostas e discussões dos textos me deram base para o andamento desta pesquisa. Pude contar com a contribuição das professoras Telma Fernandes, Cláudia Cury, Carla Mary e do professor Raimundo Barroso. Na disciplina do Oitocentos oferecida por Solange Rocha e Serioja Mariano aprofundei as discussões e conhecimento sobre esse tão importante período de nossa história. Uma das atividades obrigatórias do mestrado foi o Estágio Supervisionado que tive a oportunidade de fazer com a professora Ariane Sá. Suas contribuições em sala de aula,

orientando-me na construção de planos de disciplinas e questões didáticas foram fundamentais para minha formação como professor, além de se dispor a ler meu projeto e contribuir para eu reconstruí-lo.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista agradeço às discussões feitas, inclusive, de um dos capítulos desta dissertação que ainda estava em processo de construção. Tentei levar em consideração todos os comentários feitos. Lucian Souza foi além e, gentilmente, leu parte das considerações que fiz no primeiro capítulo e deu-me importantes sugestões.

Pollyana e Ugor, funcionários do PPGH-UFPB, viram muito o meu rosto e tentaram resolver “pepinos” burocráticos e tiveram importante papel nesses dois anos. “Seu” Pedro, do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, foi um dos primeiros. Sempre prestativo, permitiu meu acesso à documentação. Socorro e Adonai, do IHGP, tornaram possível minha pesquisa no arquivo e biblioteca da instituição. Ricardo Grisi, do AEPB, desde os tempos da graduação também esteve presente no processo de pesquisa. No Rio de Janeiro, visitei o Arquivo Nacional e o trabalho de Maria Helena Miranda e Teresa Filardo viabilizaram minhas pesquisas neste acervo. Na Biblioteca Nacional, Livia auxiliou-me na pesquisa. Sem dúvida, uma das figuras mais simpáticas que tive a oportunidade de conhecer no Rio de Janeiro foi o senhor Pedro Tortima, bibliotecário do IHGB e apaixonado pela Paraíba, que tornou a pesquisa mais fácil nessa instituição. Infelizmente, o tempo foi curto e não pude desfrutar mais da riqueza documental da antiga capital do Império.

Parte da documentação que pesquisei contou com a ajuda de Sirleide Lopes. As barreiras dos arquivos cartoriais foram superadas por Sirleide que conseguiu acessar o Arquivo do Cartório Monteiro da

Franca. Parte dos inventários e testamentos lá existentes foi digitalizada e para mim repassada por ela. Sem essa contribuição, este trabalho perderia em qualidade. Elaine Cristina também me cedeu alguns anúncios de jornais por ela pesquisados, facilitando-me a pesquisa. Iris Mariano, desde o início, ainda quando estava cursando as disciplinas do mestrado, me auxiliou, dando-me orientações de como deveria proceder nas pesquisas sobre as famílias escravas. José Inaldo Júnior foi um importante interlocutor na construção deste trabalho. Além de referência nas leituras sobre o século XVIII na Paraíba, Inaldo sempre esteve disposto a tirar dúvidas e responder a inquietações geradas a partir do contato com a documentação e leituras sobre o setecentos, período ainda pouco estudado por mim.

Após a escrita deste texto, precisei reformulá-lo gramaticalmente, devido aos eventuais erros que sempre ocorrem. Agradeço a Bruna Belmont que acompanhou a construção desse textos nos encontros da Biblioteca Setorial do CCHLA, esteve presente na defesa e que leu e corrigiu pacientemente o texto, não só como uma revisora, mas como amiga. E à Anpuh-PB, em especial, Tiago Bernardon, por ter premiado esta dissertação e viabilizado sua publicação em livro.

Manhãs, tardes e noites de estudos e pesquisas foram acompanhadas por vozes que, acredito, nem imaginam da importância que tiveram neste trabalho. Vários músicos de todo o Brasil e mundo, principalmente da Paraíba, foram fundamentais para o andamento do trabalho. Destaco Adeildo Vieira, Cátia de França, Chico César, Escurinho e Milton Dornelas que me mostraram como podemos compreender o nosso mundo pela música, atentando para as africanidades na Paraíba.

Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso e Jorge Ben também foram fundamentais.

Minha família, sobretudo meu pai e minha mãe (Guimarães e Cida), foi fundamental não apenas no mestrado, mas em toda a minha vida. As experiências de pesquisas e toda minha carga de leitura, que permitiram o desenvolvimento deste trabalho, só foram possíveis graças ao incentivo, força e apoio dado por eles na minha trajetória. Eles contribuíram não apenas na minha formação como historiador, mas como pessoa. Disso nunca esquecerei. Toda e qualquer conquista que tiver na vida, será dedicada a essas duas maravilhosas pessoas. Não poderia também esquecer meu irmão Arthur, companheiro de jogos do Treze, minha irmã Andreia e a linda sobrinha Lara, que sempre entrava em meu quarto em período de estudo para arrancar-me um sorriso.

Conheci novas pessoas e fortaleci amizades em dois anos. Poderia citar todos/as, mas destacarei algumas. Solange Mouzinho e Eduardo Queiroz me acompanharam nas aulas em Campina Grande, nas conversas sobre a escravidão nos séculos XVIII e XIX, viagens para eventos e orientações conjuntas. Isabela e Raniere estiveram ao meu lado em várias viagens para o Recife. Outras tantas pessoas, conhecidas antes de 2013, entre cervejas e conversas aliviaram as tensões do mestrado, como Áquila, Dmitri, Pablo e Victor, amigos de longa data.

Por fim, após três páginas de agradecimentos, não poderia deixar de escrever sobre a pessoa que mais mudou a minha vida nos últimos tempos. Alguns meses depois de iniciar minhas atividades no mestrado, os caminhos fecharam-se em pedras, dificultando-me até de sonhar. Felizmente, encontrei (apesar de estar sempre por perto) uma flor que abriu meus caminhos. Desde então, trago-a sempre ao meu lado,

soltando a voz na estrada e sem querer mais parar. Gabi Limeira, eu te amo. Esta será a primeira das grandes conquistas que teremos juntos.

Espero que este trabalho esteja à altura das contribuições de vocês.

PREFÁCIO

Desde a década de 1980, a História Social tem conquistado um espaço profícuo na historiografia brasileira com novas pesquisas sobre a escravidão. Investigações recentes sempre têm apresentado novos temas e perspectivas, que nos possibilitam conhecer fragmentos das experiências sociais no período do escravismo, formado no processo da Diáspora Atlântica, considerando tanto as estratégias de resistências e astúcias de mulheres, crianças e homens africanos e de seus descendentes para sobreviver e viver em cativo, quanto das ações para a conquista de liberdade. Mais recentemente, aborda-se outro segmento que faz parte dessa população na época da escravidão, qual seja, as pessoas negras livres. Enfim, os sujeitos sociais são mostrados na diversidade de condições jurídicas, ganham rostos e as suas experiências são desvendadas, resultando em narrativas inesperadas e inovadoras desse grupo social que foi, historicamente, desumanizado, escravizado, explorado economicamente, estigmatizado socialmente e, ainda, enfrenta o racismo e as desigualdades no Brasil atual.

Nesse sentido, o historiador Matheus Silveira Guimarães, com sua pesquisa de mestrado, premiada pela ANPUH-PB, intitulada *Diáspora Africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX*, resultado de estudos e pesquisas sobre o tema da escravidão no Brasil, durante cerca de seis anos de sua formação, da graduação (Iniciação Científica) ao mestrado, em História na Universidade Federal da Paraíba, nos apresenta facetas de mulheres, crianças e homens africanos que viveram e trabalharam na Paraíba

Oitocentista. O referido estudo, que representa renovação na produção historiográfica brasileira, demonstra que um fato histórico/uma memória ao ser revisitado/a ganha novas interpretações e significações, desvelando tramas e o protagonismo de sujeitos africanos cativos e libertos que tiveram que se reinventar no processo da Diáspora Africana.

Guimarães no seu estudo, uma pesquisa original, nos apresenta uma diversidade social de africanos(as) deslocados(as) no tráfico Atlântico e a sua primeira geração (crioulos) nascida na capitania/província na parte setentrional do Brasil colonial e imperial, ou seja, na Paraíba, na qual o autor propõe uma “nova cultura histórica da diáspora africana na Paraíba”, contrapondo-se às narrativas tradicionais que negligenciaram ou silenciaram a história da população negra, ou seja, como afirmou Guimarães, por um longo período, se manteve “uma cultura histórica de negação da [presença] da população negra” em território paraibano.

A princípio, o(a) leitor(a) pode considerar uma contradição se obstar a presença de “gentios da Guiné” ou do “Congo” ou de “Moçambique”, grupos africanos procedentes da África Ocidental, Centro Ocidental e Oriental, respectivamente, em área mais antiga de formação do Brasil colonial. Basta, no entanto, uma análise de estudos publicados, por exemplo, no final do século XIX, Maximiano Lopes Machado e Irineu Joffily; e do XX, José Américo de Almeida, Horácio de Almeida e Waldice Porto, e de muitos(as) outros(as) autores(as), sobretudo, vinculados(as) ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP, tal Instituto é detentor de um dos mais importantes acervos históricos no estado, no qual consta uma memória coletiva que, sem dúvida, é fundamental para a construção de estudos históricos. Importa

ainda salientar que os(as) autores(as) mencionados(as) anteriormente, em geral, minimizaram a presença física e mesmo econômica de sujeitos africanos (ou como diziam: “os negros”) na Paraíba.

Mas, como o(a) leitor(a) poderá constatar, Guimarães, um pesquisador da história social da escravidão, construiu uma nova narrativa, com as experiências de indivíduos escravizados e libertos, em cuja trama histórica é possível acompanhar processos das travessias atlânticas; as resistências durante o “comércio de almas”; a ressocialização em espaço paraibano, em especial, na capital da Paraíba, na Cidade da Parahyba; o estabelecimento de sociabilidades, por meio do batismo, vínculos afetivo-biológicos, convívio familiar e formação de irmandades negras; reinvenções de festas católicas com a inserção dos “batuques negros”, reconectando os dois lados do Oceano Atlântico; a formação de solidariedades horizontais e verticais no mundo social e do trabalho; e, ainda, as violências e as resistências ao sistema escravista.

Todos estes temas foram abordados tendo como base empírica diversificadas fontes históricas que foram analisadas à luz de conceitos e procedimentos metodológicos da História Social dos de Baixo, conforme os preceitos do historiador marxista E. P. Thompson e de outros(as) estudiosos(as) do mesmo campo de pesquisa.

Para finalizar, quero salientar não só a importância científica do livro digital ora publicado, resultado da dissertação de Guimarães defendida em 2015, mas a atualidade de discutirmos um passado que se faz presente no cotidiano, no imaginário e nas práticas sociais no Brasil atual, quando vários segmentos políticos organizados em diferentes espaços públicos da sociedade atuam em defesa da humanização, reconhecimento, empatia e respeito às pessoas negras no tempo presente (2018).

Essas são descendentes dos(as) africanos(as) outrora escravizados(as) e que, para além de suas “contribuições culturais”, construíram material e economicamente “em [suas] costas negras” este país, portanto, devem ser consideradas como sujeitos de direitos sociais. Assim, políticas de Estado devem garantir a efetivação de ações governamentais para o enfrentamento ao racismo estrutural e, que, após 130 anos de Abolição marcada por uma cidadania inconclusa, ocorram transformações sociais da sociedade e, sobretudo, da maior parte da população brasileira, ou seja, mulheres, crianças e homens descendentes de escravizados.

Outro ponto significativo é que para além de considerarmos a excelente qualidade científica do estudo de Guimarães, esperemos que, com a adequada transposição didática, possa compor materiais didáticos e fortalecer um importante espaço institucional – Educação Básica – tanto para a divulgação e inovação de conhecimentos históricos para uma Educação inclusiva e transformadora, quanto para a construção e afirmação de identidades negras e a resignificação da brasilidade reconhecendo a diversidade étnico-racial existente no território brasileiro.

Há que se agradecer, por fim, o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista/UFPB, local institucional importante de formação de uma nova geração de pesquisadores(as) e professores(as), cujas pesquisas e formação na docência são engendradas em processo de produção coletiva e de colaboração entre docentes e discentes, durante a graduação e a pós-graduação.

Vale ainda parabenizar a ANPUH-PB pela iniciativa da criação de premiação de estudos acadêmicos e, esperamos, que outras edições sejam realizadas, posto que as novas pesquisas de historiadores(as) merecem ser divulgadas para um público amplo.

Concluindo, se no passado “uns vieram de navio [...] muitos vieram na marra [...]” (Escurinho, 2001), no Brasil atual, apesar das violências legadas pelo escravismo, do racismo institucional e das desigualdades sociais, a população negra continua viva nas cinco regiões do país, sendo que a pesquisa de Guimarães nos mostra fragmentos das experiências de africanos(as) como agentes históricos determinados e confiantes de si mesmo e com apoio (coletivo ou mesmo individualmente) lutaram pela liberdade e convida à reflexão todos e todas que têm o compromisso social de transformar nossas relações raciais.

Boa leitura, leitorXs!

No ponto mais Oriental das Américas, João Pessoa/
PB, em julho de 2018.

Solange P. Rocha
Doutora em História (UFPE)
Docente do Departamento e do Programa de Pós-
Graduação em História e do NEABI-CCHLA, na
UFPB.

Sumário

UM CONVITE À LEITURA	23
----------------------------	----

1 - PARA INÍCIO DE HISTÓRIA: cultura histórica e historiografia da diáspora africana na Paraíba

31

1.1 - O IHGP e a formação de uma cultura histórica	36
----------------------------------------------------------	----

1.2 - Um cultura histórica de negação da população negra	50
----------------------------------------------------------------	----

1.3 - Por uma nova cultura histórica da diáspora africana na Paraíba	116
---------------------------------------------------------------------------	-----

2- VIVER NA PARAÍBA: condições econômicas, sociais e demográficas no período Oitocentista

135

2.1 - Crises e subordinação: a Paraíba no século XVIII.....	137
-------------------------------------------------------------	-----

2.2 - As condições econômicas da Paraíba na primeira metade do século XIX	151
------------------------------------------------------------------------------------	-----

2.3 - Ser proprietário e negociante na Paraíba oitocentista	183
-------------------------------------------------------------------	-----

2.4 - A cidade da Parahyba do Norte e sua população.....	204
----------------------------------------------------------	-----

3 - CONEXÕES ATLÂNTICAS: rotas e experiências do comércio de africanos na Paraíba

231

3.1 - A Paraíba no comércio atlântico de africanos setecentista: um ensaio de crescimento e estagnação	232
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.2 - Rotas em mundanças: o comércio de africanos para a Paraíba oitocentista.....	258
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.3 - Resistências ao fim do tráfico: o patacho Herminia e outras suspeitas.....	290
-------------------------------------------------------------------------------------	-----

4 - O OUTRO LADO DO ATLÂNTICO: as (re)construções das sociabilidades dos africanos na cidade da Parahyba do Norte

315

4.1 - Trabalhos e sociabilidades escravas: solidariedades no mundo do trabalho.....	316
----------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2 – “Nós viveremos o teu evangelho”: o sacramento do batismo e as relações de compadrio dos africanos na cidade da Parahyba do Norte	323
4.3 – “Estamos chegando dos pretos rosários”: as irmandades religiosas e a população africana.....	344
4.4 – “Com sorrisos e tambores dentro da noite”: festas e batuques africanos	362
4.5 – “A liberdade nós vamos alcançar”: a conquista das cartas de alforria	370
4.6 – “Da carne dos açoites nós somos” ou de quando não há espaço de negociação: repressão e resistência violenta	383
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	409
REFERÊNCIAS	413
ANEXOS.....	453

UM CONVITE À LEITURA

Seis de fevereiro de 1804. Nesta data, Manoel Barrozo, um “preto da Costa”, estava preso na cadeia de Tambaú, cidade da Parahyba do Norte¹, havia quase sete meses. Resolveu enviar um requerimento ao então governador da Capitania, Luiz da Mota Feo, pedindo sua soltura. Segundo sua versão, ele conhecera Ana Maria, uma crioula escrava do Padre José Martins, a quem teria pedido três bestas. Manoel era forro e sobrevivia graças às suas atividades no roçado. Inicialmente, plantava algodão, atividade com a qual não obteve muito êxito. Sua alternativa foi comprar uma porção de terra para plantar farinha. Objetivava, com o dinheiro que arrecadasse em seu novo empreendimento, pagar o que devia a Ana Maria. Contudo, antes que isso ocorresse, um *portador* da dita crioula (não sabemos se este termo quis dizer seu dono ou referia-se a um representante) foi até as terras de Manoel Barrozo, tomou-lhe as bestas e todo seu dinheiro, uma quantia de aproximadamente 6 mil e trinta réis (6\$030)². Provavelmente, acreditava Manoel, Ana Maria teria

1 A capital da Paraíba, atual João Pessoa, chamava-se no decorrer do século XIX Parahyba do Norte, mesmo nome como também era chamada a província. Há muitas variações da escrita dos nomes da capitania/província e sua capital encontrada na documentação, como “Paraiba”, “Parayba”, “Parahiba”, “Parahyba” entre outras. Assim, para que não haja confusão entre os nomes, optamos pela utilização do termo “Parahyba” para nos referirmos à cidade e o termo “Paraíba” quando estivermos tratando da capitania/província.

2 Esse valor era pouco representativo. Para se ter uma ideia, com esta quantia, em 1804, na capitania da Paraíba, poder-se-ia comprar seis alqueires de milho ou menos de três alqueires de arroz e de farinha. Cf. AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805.

desconfiado, devido à demora, que suas bestas tinham sido roubadas por ele. Em 19 de março do mesmo ano, Manoel conseguiu mais uma vez sua liberdade(REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba em 6 de fevereiro, AHWD, cx. 02, 1804).

A breve história de Manoel pode nos ajudar a compreender uma história do Brasil do século XIX. Assim como nosso personagem inicial, cerca de 12 milhões de africanos foram aprisionados, atravessaram o Atlântico e foram submetidos à violência do regime escravista na América³. Provavelmente, Manoel Barrozo tenha chegado no final do século XVIII à Paraíba, um dos períodos mais intensos do comércio transatlântico. Assim como ele, alguns conseguiram reconquistar a liberdade, outros não. Porém, todos tentaram, na medida do possível, reconstruir suas vidas, criando e fortalecendo laços de solidariedade, buscando alternativas a uma lógica de opressão que lhes era posta.

O nosso objeto de pesquisa é a escravidão africana na Paraíba. Nas últimas décadas, a historiografia tem apresentado novas abordagens acerca da escravidão no Brasil, incluindo o comércio atlântico de africanos escravizados. Contudo, as análises ainda se concentram nos principais portos de desembarque como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Assim, este trabalho tem por objetivo pensar o tráfico para regiões que não eram centrais para o mercado negreiro, como no caso específico da Paraíba, e – a partir disso – lançar luz sobre como era a vivência desses africanos (escravos ou libertos) nesses lugares.

No decorrer da graduação, tivemos a experiência da Iniciação Científica, na qual trabalhamos com os registros de batismo da Freguesia

3 Cf. Trans-Atlantic Slaves Trades Database (<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>). Acesso em: 15 maio 2013.

de Nossa Senhora das Neves, cidade da Parahyba do Norte, entre os anos de 1833 e 1860. Além das visitas aos arquivos, fizemos leituras da produção historiográfica acerca da população negra na Paraíba. Em três anos de pesquisa, uma questão nos chamou atenção. A historiografia acerca desta temática, sobretudo a veiculada pelo IHGP, tendia a negar a vinda de africanos para a capitania/província ou a minimizar sua importância histórica, chegando até mesmo a omitir a presença dessa população. Quando a escravidão negra é citada, limita-se até o período colonial. À medida que percebíamos uma negação ou descaso diante da presença de africanos e seus descendentes, identificávamos na documentação a existência dessas pessoas. Tendo em vista que há evidências da presença de africanos na região estudada e faltam trabalhos que abordem essa temática, portanto, julgamos ser importante uma pesquisa mais aprofundada que apresente as experiências vividas por tais pessoas.

O principal problema que nos estimulou nas várias visitas aos acervos foi a seguinte: mesmo não sendo um dos principais portos de conexão com o Atlântico, como a Paraíba estava inserida nesse mercado que movimentou durante séculos a economia mundial? A documentação apontava para a existência da mão de obra africana na capitania/província. Restava-nos saber como essas pessoas chegavam e, uma vez instaladas nessa terra, como se davam suas vivências cotidianas no trabalho, na religiosidade, nos conflitos de classe com seus senhores, etc.

Nossa hipótese inicial é de que, mesmo não sendo economicamente central no mercado brasileiro exportador, a Paraíba criou uma demanda de mão de obra africana que a inseriu no Mundo Atlântico. Suas conexões atlânticas apresentaram-se de maneira peculiar, muitas vezes pontuais e por intermédio de Pernambuco, mas ainda assim, esse

comércio de escravizados gerou benefícios para alguns negociantes e senhores de engenho. Cabe-nos aqui fazer um adendo. A historiografia mais recente que aborda o tema da escravidão na Paraíba tem apontado para a tese da reprodução natural dos escravos. Devido às condições econômicas dos senhores, estes incentivavam o nascimento de filhos entre as escravas, aumentando, assim, suas posses. Não nos opomos a essa ideia, aliás, este trabalho pode confirmá-la ainda mais. Diante disso, principalmente a partir do século XIX, o tráfico apresentou-se como complementar na economia da capitania/província.

Estudaremos o caso da Paraíba, focando, mais especificamente, a experiência de sua capital. A escolha do recorte cronológico deu-se por várias razões, dentre as quais, a carência de trabalhos que abordem a história da Paraíba na primeira metade do século XIX e ter sido este um período fundamental para as atividades do comércio transatlântico e para a formação do Estado Nacional. Esse recorte, sobretudo, devido aos marcos legais de 1831 e 1850, apresentou importantes mudanças e reorganização do mercado atlântico de escravizados. Evidentemente, as balizas cronológicas não são rígidas e intransponíveis. Em alguns momentos, recuaremos ao século XVIII, mas também avançaremos pela década de 1860, apontando alguns aspectos que julgamos interessantes.

Dividimos este trabalho em quatro capítulos. No primeiro, apresentaremos a visão que parte dos paraibanos possuem sobre o passado escravista, construída, principalmente, no final do século XIX e início do XX. Uma ideia chave norteou a discussão: cultura histórica. Sendo ainda um conceito pouco trabalhado pelos historiadores, a partir dele podemos identificar como uma determinada sociedade compreende suas experiências históricas. O objetivo desse debate consiste

em entender qual a visão geral existente na Paraíba sobre o seu passado escravista e qual o papel atribuído aos africanos nesse processo. A partir disso, podemos demonstrar como se insere esta dissertação e quais as possíveis contribuições que ela pode apresentar para a historiografia brasileira.

No segundo capítulo, propomo-nos a analisar a Paraíba inserida em uma realidade mais ampla do Brasil e do Mundo Atlântico. Se o tráfico de escravos foi marcante para a formação do Brasil e se não podemos pensar este sem a África, a Paraíba não estava fora desse processo. Contudo, ela se inseria de maneira específica. Não apenas do ponto de vista geográfico, mas também econômico e político, a história da capitania/província está atrelada à influência exercida por sua vizinha Pernambuco. Esta era o centro econômico das chamadas “capitanias/províncias do Norte”, concentrando muitas vezes as rotas atlânticas do tráfico. Assim, para descobrirmos como se dava o tráfico de escravos para a Paraíba, devemos apresentar aspectos econômicos e sociais desta capitania/província e sua posição frente à influência de Pernambuco. Os mapas sobre a economia e a população elaborados pelos governadores e enviados ao Conselho Ultramarino e os relatórios do presidente de província e do ministério da fazenda, somados à bibliografia, foram as principais fontes utilizadas para conseguirmos construir um quadro geral da economia no recorte proposto.

Além das condições econômicas vividas na primeira metade do século XIX, pretendemos apresentar um quadro demográfico da sua capital, em especial a população africana estudada. Dessa maneira, poderemos identificar as principais procedências dos africanos na cidade da Parahyba do Norte. Reuniremos nesse capítulo os dados demográficos

elaborados a partir de toda a documentação que pesquisamos. Julgamos ser interessante também pensar a propriedade escrava na região. Quais eram os principais proprietários; como estava distribuída a posse de escravos; a que preços os africanos eram negociados, são questões que discutiremos neste capítulo, utilizando-nos dos inventários e testamentos da cidade da Parahyba do Norte e das demais fontes que permitiam obtermos essas informações.

O terceiro capítulo tem como objetivo identificar as conexões atlânticas estabelecidas pela Paraíba no comércio de africanos. Elegemos dois momentos para pensarmos a questão: antes e depois de 1831. Esse ano foi marcante para a importação de africanos, pois determinou o fim do comércio legal no Brasil. A partir de então, os comerciantes tiveram que desenvolver alternativas para o desembarque de escravizados. Levantamos a hipótese de que, até o referido ano, a capitania/província tinha duas principais rotas de entrada de africanos: uma vinda pelo porto de Recife e outra diretamente com o porto da cidade da Parahyba do Norte. Após 1831, os principais desembarques se davam em praias menos movimentadas como as proximidades da cidade de Pitimbu, fronteira com Pernambuco, e outras regiões da costa. Para isso, utilizaremos os Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, a documentação avulsa do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro referentes ao tema, entre outras fontes.

Por fim, o último capítulo aborda aspectos do cotidiano das pessoas africanas que foram submetidas ao tráfico de escravos e tiveram que reconstruir suas vidas na capitania/província da Paraíba, mais especificamente em sua capital. Aqui eles exerceram uma função econômica,

assumiram uma posição social, participaram de conflitos cotidianos, reconstruíram suas identidades e laços de solidariedade, refizeram suas vidas. Para refletirmos sobre essas questões, utilizamos registros de batismos, compromissos de irmandades, livros de notas, jornais, requerimentos de soltura entre outros documentos. Em muitas dessas fontes, o caso específico dos africanos não é identificável. Todavia, vários outros grupos como os crioulos e pardos escravizados vivenciaram experiências parecidas. Guardando com cuidado as devidas especificidades, tentaremos identificar evidências de outros grupos escravizados para pensarmos o caso dos africanos.

Para nos ajudar a construir esta narrativa, utilizamo-nos da produção musical de alguns nomes da música popular brasileira. Acreditamos, pois, que a sensibilidade artística dessas pessoas são importantes para pensarmos o nosso passado escravista e, em especial, a vida dos africanos escravizados. Assim, ao iniciarmos cada capítulo, citamos como epígrafe trechos de músicas que, de alguma maneira, se relacionam com a temática proposta. Quando possível, também utilizamos como subtítulos dos capítulos versos de outras tantas músicas.

Todas as visitas aos arquivos, consultas de documentos e escrita deste trabalho esteve baseada em pressupostos teóricos e metodológicos da História Social com influência marxista. Tendo sempre em vista uma sociedade conflituosa, composta por classes, mas que contava com a agência da população subalterna individual ou coletivamente, a partir das fontes já citadas.

Ademais, no decorrer de toda a narrativa, talvez tenhamos levantado mais questões do que respondido. Os fragmentos que tivemos acesso a esse período que não vivemos às vezes levanta mais reflexões do

que afirmações peremptórias. Esperamos que o leitor também se sinta incentivado a questionar sobre o que apresentamos. Esse é também um trabalho aberto, como todos os de história devem ser. Feitas as devidas apresentações, convidamos o leitor às próximas páginas.

1 - PARA INÍCIO DE HISTÓRIA: cultura histórica e historiografia da diáspora africana na Paraíba

As experiências de vidas de pessoas como Manoel Barrozo foram, durante décadas, esquecidas pela historiografia. Documentos como os produzidos sobre nosso personagem inicial empoeiraram-se (alguns até perderam-se ou foram corroídos pelo tempo) nos arquivos e passaram despercebidos pelas mãos de historiadores de várias gerações. Pessoas que compunham as camadas subalternas da sociedade não despertavam interesse dos pesquisadores, que estavam mais preocupados em escrever acerca de um passado heroico construído por “grandes homens” ou sobre estruturas econômicas. Essa foi uma tendência que se configurou por toda Europa, influenciando também a produção do conhecimento histórico no Brasil. Os historiadores da Paraíba não estavam isolados desse movimento mais amplo.

No centenário da abolição, houve por todo o Brasil uma considerável expansão de estudos sobre a sociedade escravista. Na Paraíba, foi publicado *A escravidão na Paraíba: historiografia e história: preconceitos e racismo numa produção cultural*. Ao analisar vários escritos sobre a escravidão, desde os cronistas do período colonial até os estudos

comemorativos do IV Centenário da conquista¹, José Octávio Mello (1988), autor da obra, defendia na ocasião que a historiografia quase sempre omitiu o papel da população negra no processo de construção histórica. Quando não havia omissão, os escritos sobre nosso passado eram permeados por distorções e visões negativas sobre os negros. O autor conclui seu livro com certo otimismo, admitindo, ao final da década de 1980, haver uma “redenção escravista” na produção historiográfica da Paraíba.

O otimismo de José Octávio não foi concretizado efetivamente. Apenas cerca de duas décadas depois podemos identificar uma ampliação dos estudos sobre a escravidão na Paraíba, destacando a importância da população negra, expansão esta reflexo do aumento e desenvolvimento das pós-graduações no país e também de um movimento da historiografia nacional que repensou várias questões da experiência escravista no Brasil, representando importantes avanços na produção acadêmica, bem como no ensino de história. Ainda assim, essa temática é considerada um tabu. Rosa Godoy Silveira (2009), em prefácio à obra *Gente Negra na Paraíba Oitocentista* de Solange Rocha², elegeu as questões da terra e da escravidão como os dois principais “temas-tabu” da historiografia. Esse silêncio se dá, sobretudo, para omitir as dominações e preconceitos de classe, que também se expressam em aspectos raciais.

1 Em 1985, a Paraíba completou, oficialmente, 400 anos. Para comemorar esta data (que também teve seus interesses políticos) o governo do Estado criou uma comissão para organizar as comemorações da nossa “origem”. Sendo assim, incentivou e financiou muitas publicações sobre a História da Paraíba. Algumas obras que serão citadas mais adiante foram fruto desse incentivo do poder público estadual.

2 *Gente negra na Paraíba oitocentista* foi uma das teses que fizeram parte dessa expansão da historiografia sobre o passado escravista paraibano e que foi defendida em 2007 e publicada em livro em 2009. Analisaremos essa obra mais adiante.

Quando, em 2009, iniciamos as pesquisas de Iniciação Científica acerca da população negra, percebemos de maneira mais nítida esses silêncios ou distorções. Na medida em que aprofundávamos as pesquisas e identificávamos uma forte presença negra, não conseguíamos constatar essa população nas narrativas historiográficas construídas, principalmente, pelos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Tínhamos, assim, a presença negra perceptível na documentação e uma omissão desta nos estudos sobre a formação histórica da Paraíba.

Tal omissão foi reafirmada não só com os estudos sobre a história, bem como na própria vivência cotidiana. Em uma simples conversa de corredor com um ex-professor (que não era historiador, nem paraibano), este chegou a afirmar que não havia negros na Paraíba, isso porque nossa colonização teria se dado primordialmente com a participação portuguesa e indígena. Essa mesma afirmação foi feita por outras pessoas (inclusive, nascidas e que moram no estado), levando-me a refletir sobre a existência de uma cultura histórica de negação do negro na Paraíba. Ou seja, há uma visão acerca do nosso passado que não se expressa apenas pela historiografia (que assume um papel crucial nesse processo), mas por outras linguagens como a literatura, as artes plásticas, os livros didáticos, histórias em quadrinhos, até chegar à vida prática das pessoas. Diante disso, cabe-nos a problematização: por que essa ausência? No último censo realizado no Brasil em 2010, cerca de 50%

da população da Paraíba se autodeclarou como parda ou preta. De onde viria, então, essa afirmação da não existência de negros no estado?³

Compreendemos que o ofício do historiador deve estar voltado não apenas para interpretar o passado, mas também identificar e compreender as várias interpretações sobre esse passado e suas implicações no presente. Afinal, pensamos ser a história uma ciência que reflete sobre os problemas do presente⁴. Vivendo em um contexto de combate ao racismo e à violência contra pessoas negras, acreditamos ser fundamental analisarmos essa cultura histórica de negação das pessoas negras e

3 Para mais detalhes sobre essa informação, ver os dados do último censo disponíveis em http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censo-demog2010_amostra e http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm. Acesso em 14 março 2014.

4 Na década de 1930, o movimento dos *Annales* assumiu os principais postos institucionais e passou a hegemonizar as produções historiográficas na França, promovendo o que Peter Burke (1997) denominou de “Revolução francesa da historiografia”. A principal inovação empreendida por tais historiadores foi perceber a produção do conhecimento histórico a partir da *problematização* vivida no *presente*. A relação passado-presente ao invés de ser separada, como defendiam os metódicos, se entrelaçavam. Uma das principais reflexões nesse sentido encontra-se em Bloch (2001). Acreditamos, porém, que mesmo os historiadores dos *Annales* tendo contribuído bastante nessa concepção de história-problema, não foram tão inovadores como se apresenta. Desde o século XIX, autores já partiam dessa premissa. Um deles era Karl Marx (2004) e Karl Marx e Engels (2007) que propõem explicações históricas tendo como objetivo a compreensão do presente.

seus principais elementos e interesses que a constituíram⁵. Ou seja, se nosso objeto de estudo são os africanos que vieram à Paraíba no século XIX, cabe-nos também saber como as experiências desses sujeitos históricos foram pensadas e representadas até chegar à vida prática das pessoas.

Dessa forma, este capítulo é também uma reflexão sobre a escrita da história e sobre o ofício do historiador. Assim, não apenas justificaremos nosso trabalho a todas as pessoas que por ventura, ao lerem o título, se perguntaram “para quê estudar a presença dos africanos na Paraíba?”, bem como, a partir dessa discussão, identificaremos as lacunas na historiografia e apresentaremos os aspectos teórico-metodológicos que foram o ponto de partida e guiaram a pesquisa e escrita desta narrativa, situando nosso lugar social e de produção.

Neste capítulo analisaremos uma cultura histórica formulada pela instituição que exerceu por longo tempo a hegemonia da produção do conhecimento histórico da Paraíba: o IHGP. Tal cultura histórica omite a participação da população negra no processo histórico. Em seguida, propomos alguns elementos para a construção de uma nova cultura histórica que já vem sendo desenvolvida pelos estudos recentes

5 Em 2013, a Secretaria Nacional da Juventude publicou um Mapa da Violência no Brasil elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz. A Paraíba foi um dos estados que mais apresentou um crescimento na taxa de homicídio. Entre 2001 e 2011, o estado vivenciou um aumento de 230% no número de homicídios, atrás apenas da Bahia. Entre 2002 e 2011, o crescimento de homicídios entre os brancos foi de 55%, enquanto entre os negros chegou a 235%. A Paraíba é o segundo estado em que brancos *menos* morrem por homicídio e o segundo em que os negros *mais* morrem por homicídio (WASELFSZ, 2013). Acreditamos que esse problema possui um caráter histórico. Para reduzir essa violência, não podemos esquecer também que há, inclusive, uma orientação legal que visa incentivar a ampliação dos conhecimentos em sala de aula sobre a história e cultura afro-brasileiras, com a lei 10.639/03 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 06 dezembro 2014).

sobre a escravidão. Baseada nos princípios da história social inglesa, acreditamos que as experiências dos africanos trazidos à Paraíba ajudam-nos na compreensão do nosso presente.

1.1 - O IHGP e a formação de uma cultura histórica

Até a década de 1970, com a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDHIR) e o processo de institucionalização da pesquisa histórica na Universidade Federal da Paraíba, talvez o único (ou o mais) privilegiado lugar de produção do conhecimento histórico da Paraíba tenha sido o IHGP⁶. Fundado em 1905, assim como todos os Institutos locais, este seguia as linhas traçadas por sua congênera nacional, o IHGB. Devido a esse grande período de hegemonia na produção do conhecimento histórico e outros aspectos políticos e sociais, o Instituto foi o principal responsável pela constituição de uma cultura histórica na Paraíba.

Não nos aprofundaremos nas discussões teórico-conceituais acerca do significado de cultura histórica. Compreendemos este conceito como a maneira de uma sociedade se relacionar com suas experiências passadas. Tais representações se expressam em diversas linguagens como o cinema, a música, a literatura, os livros didáticos, entre outras. A historiografia assume, nesse processo, um papel fundamental⁷. A

6 Um pouco da produção historiográfica após a década de 1970, ver Rosa Godoy Silveira (2011). Para esta autora, somente após esse período, houve uma ampliação da produção do conhecimento histórico e uma contestação ao que era produzido pelo IHGP.

7 Para uma discussão mais aprofundada acerca do conceito de cultura histórica, sugerimos as seguintes leituras: Le Goff (1990), Rüsen (2010a, 2010b), a Revista *Saeculum* número 16, sobretudo, os artigos de Silveira (2007) e Flores (2007). A partir da reflexão desses autores, acredito que podemos pensar a cultura histórica inserida nas disputas entre classes dominantes e subalternas.

constituição de uma cultura histórica se dá em campos de disputas de interesses políticos, sociais e de classe. Com isso, torna-se um importante instrumento de formação de identidades e, dessa maneira, assume um papel ideológico. Acreditamos que, na análise de qualquer cultura histórica, devemos levar em consideração também o aspecto das lutas de classes. As representações do passado também são espaços de disputa de interesses e instrumento de dominação. O IHGP exerceu essa função no que diz respeito à escravidão e a população negra na história da Paraíba.

Como já afirmamos, desde o ano de sua fundação até meados da década de 1970, o IHGP foi hegemônico. Esta instituição construiu um projeto de história da Paraíba, uma cultura histórica ainda muito forte no estado. De acordo com Margarida Dias, tal Instituto foi responsável por construir a “visão mais arraigada sobre a história da Paraíba e que, ainda hoje, é referência para a maior parte da sociedade” (DIAS, 1996, p.16). Os membros do IHGP não apenas continuam produzindo e publicando trabalhos, como se inserem nos meios de comunicação, tais como o rádio e a televisão – ampliando e fortalecendo ainda mais sua perspectiva de história.

A maneira de perceber o conhecimento histórico do IHGP é a mesma através da qual a congênera brasileira se constituiu. Apesar de escreverem no século XX, estavam fortemente influenciados por uma cultura histórica do século anterior, produzida pelos historiadores europeus e do IHGB, tendo na *Escola Metódica Alemã* as suas balizas. O período oitocentista é considerado por muitos autores como o “século da história”⁸. É nesse período que a história foi pensada enquanto

8 Ver Guimarães (1996).

disciplina científica, tendo suas características exercido influência, ainda hoje, no que se concebe como ofício do historiador. Afastando-se de uma “metafísica histórica”, alguns historiadores do século XIX propuseram uma (re)aproximação dos fatos, buscando base na comprovação empírica. Eles objetivavam um distanciamento das filosofias da história e um fortalecimento da história enquanto ciência objetiva. A principal expressão desse movimento foi a chamada *Escola Metódica Alemã* que tinha na figura de Leopold van Ranke seu principal representante, estabelecendo-se como a referência para a escrita da história no século XIX, referência esta que foi seguida bem de perto pelos historiadores brasileiros.

Em um contexto de disputas e construções dos Estados Nacionais europeus, Ranke buscava destacar a “originalidade” e diferença de cada povo. Sua preocupação estava nas individualidades (particulares ou coletivas, expressas pelos políticos e pelas nações). Os eventos eram o principal objeto da história. Caberia aos historiadores organizar todos os eventos possíveis em ordem cronológica, tecidos por uma narrativa baseada pelas fontes. Estas seriam sempre oficiais e escritas, levando à consequência de uma historiografia voltada, principalmente, para o Estado e principais nomes políticos. O historiador deveria construir uma narrativa “fotográfica”, como realmente teria ocorrido, fato por fato, sem, com isso, se apresentar como intérprete. Tal proposta de ciência histórica esteve fortemente atrelada à questão nacional e exerceu influência na maneira de como se pensar o passado, ou seja, na

construção de uma cultura histórica (GUIMARÃES, 1988; REIS, 2006a; 2006b)⁹.

O IHGP produziu nessa mesma direção. Contudo, os termos “nação” e “pátria” estavam diretamente relacionados à Paraíba. Viam o passado com certo saudosismo, percebendo-o como um lugar santo a ser visitado e respeitado¹⁰. Com narrativas de exaltação, grandes heróis se destacam na história da Paraíba, sendo eles: André Vidal de Negreiros (talvez o mais citado e aclamado), José Peregrino de Carvalho e Maciel Pinheiro. Cada um destes representando três momentos políticos do Brasil (Colônia, Império e República, respectivamente)¹¹. Além destes, há destaque para os primeiros bandeirantes, representados na família Oliveira Ledo que aparecem como heróis da expansão para o interior (ou “segunda conquista”); e Pedro Américo, lembrado sempre como o maior artista da Paraíba.

Essa visão, baseada em uma perspectiva factualista, de uma história política tão criticada em nossos dias, pode ficar mais evidente ao leitor com o primeiro estatuto do IHGP, que traz como fins da instituição:

9 Não podemos afirmar que esta era a única forma de se escrever a história existente no século XIX. Como afirmado anteriormente, Peter Burke (1997) traz vários autores que trabalhavam em perspectiva distinta dos metódicos. Contudo, essa cultura histórica foi predominante.

10 Um bom exemplo dessa perspectiva está na conferência realizada por Manuel Tavares Cavalcanti em 1905 e publicada no primeiro volume da RIHGP. O autor clama para se fazer “peregrinação piedosa ao campo santo do nosso passado” (CAVALCANTI, 1909, p. 39).

11 Após 1930, com a morte do então presidente João Pessoa, este tornou-se o novo ícone representante da *paraibanidade* heroica. O IHGP teve um importante papel na construção da imagem heroicizada do referido presidente. Interessante análise sobre esse tema está na obra de Aires (2013).

5º - Promover a comemoração solenne das grandes datas e acontecimentos pátrios, especialmente os dias 13 de maio, 5 de agosto, 7 de setembro e 15 de novembro; 6º - Perpetuar por quaisquer meios a memória dos homens e feitos da história parahybana (RIHGP, v.1, p.11-12, 1909).

Diante desses objetivos, torna-se evidente a proposta desse instituto: rememorar os grandes fatos políticos do Estado. Não podemos deixar de lembrar o período em que se iniciou os trabalhos do IHGP. Fundado em 1905, tal instituição apresentava, o que foi comum aos Institutos Históricos, fortes vínculos com as autoridades políticas, com o novo regime político do país – a República –, e com a elite econômica do estado. Essa vinculação não só política, mas de classe, como estamos defendendo, interferiu na formação de uma cultura histórica.

Como destacamos no primeiro estatuto social do IHGP, temos quatro datas que seriam marcos da história pátria: a abolição da escravidão (13/05), a fundação da Paraíba (05/08), a independência do Brasil (07/09) e a proclamação da República (15/11). A presença do 13 de maio como data marcante nos chama atenção. Como mostraremos mais detalhadamente adiante, os membros do IHGP apresentam uma visão negativa, distorcida ou simplesmente silenciam acerca da população negra. Por que, então, comemorar uma data referente ao fim da escravidão?¹²

Dois pontos nos ajudam a pensar tal questão. O primeiro deles consiste no fato de que a Abolição esteve, durante muito tempo,

12 Gostaríamos de destacar aqui que não fazemos a relação direta entre escravidão e população negra. Como demonstraremos no decorrer do trabalho, nem todo negro era escravo. Entretanto, a cultura histórica produzia pelo IHGP mal discorre sobre a população negra, nem acerca do regime escravista.

associada a uma visão de benevolência dos senhores e de valorização da figura da princesa Isabel, sendo uma interpretação elitista do processo. Para se ter uma ideia, pouco mais de trinta dias após a abolição, Maximiano Marques de Carvalho, membro do IHGB, propôs ao Instituto incluir nas datas célebres a serem comemoradas o dia 13 de maio. Esta data seria justa e útil, devendo ser lembrada com uma coluna de bronze nas províncias do Brasil com a data e a imagem da princesa Isabel, que representaria a justiça¹³. O parecer sobre a proposta foi dado por uma comissão específica para analisar o caso. De acordo com esta, a data era de grande importância, pois representava uma “revolução incruenta”, sem lutas e sacrifícios. Além do mais, não desorganizou a ordem pública e representou a generosidade dos sentimentos dos proprietários (PARECER sobre propostas apresentadas por sócios do IHGB para comemorar a libertação dos escravos, AIHGB, DL 575-35, 1888). Ou seja, o 13 de maio teria sido marcante pela generosidade da elite e por manter a ordem.

A relação entre o 13 de maio e a Princesa Isabel permaneceu por muito tempo na memória da população. Álvaro Pereira do Nascimento (2013) ao analisar alguns jornais do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930, demonstra qual a visão que se tinha sobre esta data. Em linhas gerais, os negros eram vistos como vitimizados e infantilizados. A Princesa Isabel, ao lado de outros importantes abolicionistas, teve a imagem heroicizada, a “redentora” responsável por tirar o Brasil da escravidão. Nas páginas da RIHGP, na década de 1970, esse adjetivo à princesa

13 A parte em que há a relação entre a Justiça e a princesa Isabel foi riscada do documento em que Maximiano de Carvalho fez sua proposta. Não identificamos o motivo.

permaneceu. Uma das autoras que discutiremos mais adiante chegou a afirmar sobre a princesa: “redentora, foi instrumento da vontade divina” (PORTO, 1971, p. 143). E essa perspectiva também se reproduz em importantes obras. A Abolição aparece como uma decisão da elite, enaltecendo figuras que participaram do movimento abolicionista¹⁴.

Essa imagem de uma Abolição liderada e implementada pelas elites reproduziu-se na Paraíba. Na primeira comemoração do 13 de maio na província, em 1889, o *Jornal da Parahyba* publicou um poema de autoria do advogado J. J. Mendes Ribeiro. Ao final dessa, ele conclamava: “Viva S. M. o Imperador!/ Viva S. A. a Princesa Imperial!/ Viva o Ministério Redemptor!/ Viva o imortal conselheiro João Alfredo!/ Viva a Lei 3853 de 13 de Maio de 1888!/ Viva o Exm. Sr. 1º Vice presidente Brão do Abiahy!” (*JORNAL da Parahyba de 13 de maio, HDBN, 1889*)¹⁵. Diante desse final, parece-nos evidente que as comemorações do fim da escravidão visavam, muitas vezes, exaltar as autoridades políticas.

O segundo ponto a ser destacado diz respeito à associação da data com a República. Desde o final do século XIX, várias interpretações têm relacionado o fim da escravidão com a proclamação do novo regime político no Brasil. Obviamente que este não foi o único fator que culminou no 15 de novembro, entretanto, “a Abolição veio dar o golpe de morte numa estrutura colonial de produção que a custos e mantinha perante as novas condições surgidas no país, a partir de 1850” (COSTA,

14 No anexo I, apresentamos uma imagem feita momentos depois do 13 de maio de 1888. A Princesa Isabel é colocada ao centro, ao redor seus Ministros. O único negro presente foi José do Patrocínio, um dos líderes do movimento abolicionista. Várias representações existem para a época, mas em sua maioria a exaltação à Princesa permanece.

15 Agradeço a Lucian Souza, que me cedeu esta documentação.

1999, p. 455). Essa característica permitiu tais análises. Como afirma Emília Viotti da Costa, mesmo os estudos mais tradicionais até as mais recentes, a Abolição é vista como um importante momento em direção ao desgaste do Império e fortalecimento dos republicanos. Interessa lembrar que os autores do IHGP estavam escrevendo pouco tempo depois da proclamação da República, quando a relação entre esses dois fatores era muito forte.

Além desses aspectos, outro fato nos chama atenção para enfatizar a relação entre o 13 de maio, a República e o IHGP. O segundo estatuto da instituição, aprovado em 1931, retirou a data das comemorações solenes. Em seu lugar entrou 04 de outubro, que comemora a chamada “Revolução de 30”, evento político bastante recente até então e que contou com participação direta de vários membros do IHGP (RIHGP, 1932)¹⁶. Não vamos entrar no mérito sobre o que representou o movimento de 1930 para o Brasil, porém, o que nos parece consensual é que a partir dessa década, a história política brasileira entra em uma nova fase. A República já era estável. O alvo a se contrapor deixou de ser a Monarquia e tornou-se a “velha República”. Dessa maneira, talvez o 13 de maio não fosse mais importante para o calendário do IHGP.

Mesmo estando previsto pelo primeiro estatuto (vigente até 1931) como data solene, a Abolição não foi comemorada com regularidade. De acordo com os relatórios e atas de reuniões presentes nas revistas do IHGP referentes aos anos de 1906 a 1927, houve comemoração apenas três vezes, pelo que conseguimos constatar: em 1908, 1909 e 1910. Em reunião de 01 de abril de 1906, foi determinada uma comissão

16 Ver a obra já indicada de José Luciano Aires (2013).

para a comemoração das datas 21 de abril, 03 e 13 de maio. Contudo, a Abolição não foi lembrada (RIHGP, 1910, p. 496). O Primeiro Secretário Manuel Tavares Cavalcanti justificou: a reunião solene de 13 de maio não ocorreu devido à doença do orador responsável por proferir a palestra (RIHGP, 1909, p. 95).

As três vezes em que comemoraram a data, os oradores responsáveis foram Manuel Tavares Cavalcanti, Irineu Pinto e Ascendino Cunha. Não conseguimos encontrar os discursos de tais membros nos arquivos do IHGP, nem foram publicados pela revista, entretanto, sabemos que o primeiro, em 1908, falou sobre a data em si e “a raça negra e a escravidão” por cerca de quarenta minutos (RIHGP, 1909, p. 116; 1912, p. 519).

Em 1909, a reunião de 13 de maio não foi solene devido à falta de um orador. Irineu Pinto, então, discursou acerca “da individualidade de Manuel Cabra, escravo de Francisco Jordão Stuart, que roubou do poste de exposição do Zumby, a cabeça de Amaro Gomes Coutinho” (RIHGP, 1910, p. 388)¹⁷. Ao que nos parece, porém, esse caso foi lembrado mais pela figura de Amaro Gomes Coutinho, líder do movimento de 1817 e importante nome das elites da Paraíba Oitocentista, do que por Manuel Cabra. Luiz Guimarães (s/d, p. 14-15) sugere que essa conferência tenha ocorrido devido à comissão criada pelo IHGP para encontrar o local onde estariam os restos mortais dos paraibanos envolvidos no movimento de 1817. Além do mais, a narrativa talvez não focasse no

17 Lamentamos muito não conseguir este discurso, pois em início do século XX, um autor vinculado a um instituto da elite, que fazia uma história política factual a que já nos referimos, destacando a individualidade de um escravo em uma ação de rebeldia é algo que nos chama muito atenção e gostaríamos de poder nos aprofundar em tal discurso.

escravizado, que estaria apenas cumprindo ordens de sua senhora, a esposa de Amaro Coutinho¹⁸.

Por fim, houve no dia 13 de maio de 1910, no Teatro Santa Rosa, a palestra de Ascendino Cunha acerca da Abolição da escravidão, sobre a qual não temos muitas informações. Assim, concluímos que, apesar de ter sido lembrada como uma data pátria, o 13 de maio não consta nas atas do IHGP como importante marco do calendário da nação.

Diante dessas informações, acreditamos que: o Instituto Brasileiro já previa esta data, fazendo uma relação direta entre a Abolição, a princesa Isabel e a benevolência dos senhores, o que levou o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano a seguir as mesmas linhas; o 13 de maio foi associado à República nos primeiros anos da nova instituição política, incentivando o IHGP a valorizar tal data como marco republicano; apesar de constar no estatuto suas comemorações, a data não foi levada tão a sério quanto às demais, que sempre foram solenemente lembradas.

Como estamos afirmando, o projeto de história escrito pelo IHGP estava intimamente ligado ao regime republicano. O objetivo de muitos intelectuais da época era se contrapor ao regime monárquico, acusado por muitos como centralizador. A partir de 1889 surgiria, então, uma tendência descentralizadora, que estaria representada também na forma de se escrever a história, focando nas especificidades regionais do Brasil, mas sem perder de vista uma unidade nacional.

18 Cabe aqui destacar que encontramos aparente contradição entre o que foi notificado na RIHGP de 1910 e a afirmação de Luiz Hugo Guimarães. Enquanto este afirma que a dona de Manuel Cabra era a esposa de Amaro Gomes Coutinho, naquela há referência de que o referido escravo pertencia a Francisco Jordão Stuart.

No prólogo de *História da Província da Paraíba*(1912), Maximiano Machado, um dos autores analisados neste capítulo e um dos maiores representantes da cultura histórica construída pelo IHGP, faz considerações sobre este aspecto. O autor acreditava ser o Brasil muito grande para ter uma História Geral como foi proposta por Adolfo Varnhagen. O país tinha muitas províncias¹⁹e cada um destes com suas especificidades. O governo imperial agia, até então, no sentido contrário. A maior prova disso seria a concentração de todos os arquivos na Corte. A Paraíba, devido a sua história de opulência, teria sido a mais prejudicada com a política da Corte em concentrar os arquivos e impedir o conhecimento histórico aos paraibanos (MACHADO, 1977)²⁰. Diante do novo período político do país seria necessário escrever histórias locais²¹.

Além do contexto político vivido no período de criação do IHGP, outro fator fundamental para compreender o posicionamento de seus membros era a classe social a qual estavam inseridos. De acordo com Margarida Dias, os fundadores do Instituto

Tinham formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife. Ocuparam cargos políticos chaves na política paraibana, foram presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Suas atividades econômicas eram tão secundárias que

19 Quando o autor escreveu, em 1886, ainda era esse o termo utilizado.

20 Muitas das obras clássicas aqui analisadas tiveram outras edições facsimilar. No decorrer do texto não colocaremos a data da primeira publicação, que pode ser identificada nas referências.

21 Havia, já no século XIX, todo um debate no IHGB sobre a escrita de histórias regionais. Sobre este tema, ver Guimarães (1988) e as considerações feitas por Von Martius (1845).

quase não explicitadas nas respectivas biografias. Profissionalmente, eram médicos, militares, jornalistas. Tiveram atuação importante na imprensa local. Foram diretores, redatores, colaboradores dos principais jornais locais. Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba (DIAS, 1996, p.36).

Esta autora traz, ao final de sua obra, uma lista com os nomes dos fundadores do IHGP e suas atividades econômicas, demonstrando os laços desses membros com as elites do estado. A maioria dos fundadores tinham como principais ocupações as atividades na imprensa, eram políticos ou magistrados, tendo quase sempre formação em direito²². Eram vinculados a grupos da elite. Tiveram, assim, um novo espaço de socialização e de construção de uma maneira de ver o mundo que os privilegiasse. Assim como ocorria no Instituto Brasileiro, as formas de admissão não respeitavam critérios acadêmicos, mas, sobretudo, sociais e políticos. Ser membro do IHGP era, antes de tudo, uma reafirmação de *status* social²³. Não vamos nos aprofundar nesse tema, pois o espaço e objetivo não permitem, mas vale destacar que, apesar de certa abertura ao final da década de 1990 – admitindo professores da universidade com formação em história –, o perfil dos membros do Instituto permanece o mesmo ainda hoje. Jornalistas, bacharéis em direito, médicos, políticos,

22 A relação dos fundadores do IHGP e suas ocupações também pode ser encontrada em Hugo Guimarães (1998, p. 22-23).

23 Margarida Dias (1996, p.42), ao discutir a produção do IHGP, apresenta as dificuldades enfrentadas pelos primeiros membros do Instituto no que diz respeito às primeiras produções da instituição. Faltavam quadros mais qualificados intelectualmente para exercer tal função e havia certo descaso por parte de alguns dos consócios. Em praticamente todos os relatórios das diretorias (sobretudo, os iniciais) há uma reclamação constante: a falta de empenho da maioria dos sócios. Apenas alguns levavam a sério o trabalho. Ver também sobre isso Chaves Júnior (2013, p.16).

quase nenhum tinha formação em história, com uma perspectiva focada no factualismo e destaque aos grandes nomes. Uma visão, muitas vezes, saudosista e de exaltação do passado.

Se os membros do IHGP pretendiam escrever uma história da Paraíba e compunham a elite do estado, compreendemos a abordagem dada por esses autores: uma versão oficial da elite política, em que glorifica e heroiciza os antepassados dessa elite. Para escrever essa história, era preciso destacar suas especificidades, construir uma identidade local diferenciada de outras regiões: a *paraibanidade*, distinguindo-se de Pernambuco (DIAS, 1996)²⁴. As origens da Paraíba estavam marcadas pela “civilização”, trazida pelos portugueses que, apesar da resistência indígena, conseguiu ser implantada, heroicamente e de maneira pacífica. Esse mesmo heroísmo é encontrado nas resistências à dominação holandesa e nas lutas para implantação de uma república²⁵. É uma cultura histórica que nega os conflitos. Estes seriam apenas de caráter político²⁶. São crônicas como se os autores tivessem participado de cada segundo do que estava sendo descrito. As únicas fontes de credibilidade seriam os documentos oficiais, produzidos pelo estado. Construíram-se narrativas sintéticas e abrangentes, estruturadas de maneira linear e, quase

24 Dias (1996, p.50-51) define a *paraibanidade* como “a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores [...], proporcionado pelo processo histórico particular que foi tarefa do Instituto Histórico traçar”.

25 Serioja Mariano (2003) analisa a relação entre a construção de uma *paraibanidade* e o discurso em defesa da República entre os membros do IHGP.

26 O conceito de político é muito amplo e caberia ser feita uma discussão mais aprofundada sobre. Todos os conflitos, incluindo de classe, são políticos. Contudo, os autores do IHGP admitem essa divisão entre política e sociedade. Assim, os conflitos na cultura histórica do IHGP se expressam apenas nas guerras e nos embates individuais para assumir cargos administrativos.

sempre, não há uma articulação de questões políticas a outros aspectos da sociedade, como a economia e os conflitos entre grupos sociais.

Essa visão não ficou restrita apenas aos membros do IHGP e para aqueles que pretendiam produzir o conhecimento histórico da Paraíba. Ela ampliou-se e tornou-se arraigada em toda sociedade, como afirmou Margarida Dias, e é expressa nas mais variadas formas, como no brasão da capital do estado, nos discursos políticos²⁷, mas também por meio de poetas, artistas, na própria historiografia e nos livros didáticos. Temos aqui, então, alguns traços de uma cultura histórica construída no início do século XX e que ainda mantêm-se fortemente. Uma interpretação que valoriza o papel exercido pelos “grandes homens” políticos, destacando suas forças e resistências diante das adversidades. E, como afirmamos anteriormente, como toda cultura histórica, está articulada a interesses de classe específicos e propõe criar uma identidade social, a *paraibanidade*. Muito se fala do caráter elitista da produção histórica do Instituto. Propomos, então, verificar isso a partir da própria historiografia produzida pelos membros do IHGP em relação aos subalternos, em específico, à população negra escravizada. Qual a participação atribuída aos negros por esses autores na construção dessa identidade? Tendo em vista o caráter elitista e de classe presente nessa concepção de história, como a população negra é representada?

27 Como no título e na introdução de sua obra, Margarida Dias afirma ser o Brasão da cidade de João Pessoa (“Intrepida ab origine” ou “heroicas desde os primórdios”) um exemplo da força dessa visão implementada pelo IHGP, assim como é comum percebê-la nos discursos políticos (DIAS, 1996, p.17; 21).

1.2 – Um cultura histórica de negação da população negra

Vamos focar nossa análise acerca da construção dessa cultura histórica a partir de algumas obras marcantes para o conhecimento histórico produzido pelo IHGP e que teve repercussão em várias outras linguagens²⁸. Duas obras são fundamentais para a compreensão dessa visão de história proposta pelo IHGP, produzidas ainda no século XIX. O primeiro deles é *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado. A outra é *Notas sobre a Parahyba*, de Irineu Joffily.

A escolha desses autores não se deu de maneira aleatória. Como aponta José Octávio de Arruda Mello (1977) na introdução à edição de *História da Província da Paraíba*, os principais historiadores da Paraíba se alinharam ou na proposta de Joffily, mais “capistraneano”, ou se aproximam de Machado, visto por Mello como “varnhageano”. Quando José Octávio se refere aos “historiadores da Paraíba” estava levando em consideração apenas os autores do IHGP²⁹.

Tanto Maximiano Machado, quanto Irineu Joffily não chegaram a fundar o IHGP, produzindo em um período anterior a este. Todavia, boa parte das obras e artigos do Instituto teve (e ainda tem) como base a historiografia produzida por ambos. Ademais, Machado e Joffily faziam parte do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

28 O espaço não nos permite analisar todos os autores. Escolhemos os mais representativos da cultura histórica que nos propomos a discutir.

29 São eles: Coriolano de Medeiros, José Américo de Almeida, Elpídio de Almeida, Celso Mariz, Leon Clerot, Lauro Xavier, Wilson Seixas, José Elias Borges, mais próximos ao estilo de Joffily. Entre os que se aproximavam de Machado estavam: João Lyra Tavares, José Leal, Horácio de Almeida, Vilma Monteiro, Francisco Lima e Humberto Melo (MELLO, 1977, p. 23). Alguns desses autores analisaremos neste capítulo.

(IAHGP)³⁰ e exerciam as mesmas profissões e posição social do membros do IHGP. Assim, pertenciam a esse mesmo lugar institucional e de classe. Ambos são reconhecidos pelo próprio IHGP como os primeiros a buscarem nossas “raízes” históricas (GUIMARÃES, 1998). Uma demonstração desse reconhecimento está no fato de Machado e Joffily serem patronos de duas cadeiras do Instituto³¹.

O primeiro autor teve sua obra composta por dois volumes. *História da Província da Paraíba* foi escrita ainda no final do século XIX. Acredita-se que ele a tenha concluído em 1886. Desde então, sua publicação foi sempre comprometida por questões políticas. Mais de duas décadas depois, em 1912, após muitos embates, os dois volumes de seu livro foram publicados graças ao financiamento do poder público (MELLO, 1977; TAVARES, 1977)³².

Machado a inicia admitindo que não havia nenhum tipo de história da Paraíba escrita até então. A referida província não teria história. Para ele, “um povo sem história, sem precedentes conhecidos, que atestem as revoluções do seu espírito, é como um indivíduo estranho

30 O IAHGP teve uma importância muito grande em âmbito local. Sendo fundado ainda no século XIX, foi uma das primeiras expressões regionais dos Institutos Históricos. Sobre o IAHGP ver Schwarcz (1993) e Guimarães (1996).

31 Entre 1977 e 1980, a diretoria do IHGP propôs a criação de um número de cadeiras com seus respectivos patronos. Das cinquenta cadeiras de sócios do IHGP, duas são dedicadas aos autores citados. Tais informações são encontradas em <http://ihgp.net/socios.htm>. Acesso em: 09 fevereiro 2015. Ver também Relatório da Diretoria na RIHGP volume 23.

32 Este é um importante elemento que confirma a relação estabelecida entre os membros do Instituto Histórico e as elites políticas. As pesquisas e suas publicações eram financiadas pelos poderes públicos. Era comum, dessa forma, além dos agradecimentos às autoridades políticas, haver uma foto em sua homenagem. Assim acontece com a obra de Maximiano Machado, que traz na primeira página a foto de João Lopes Machado, então presidente da Paraíba no ano da publicação do livro e de Irineu Pinto que em suas *Datas e notas para a história da Paraíba*, de 1908, dedica sua obra ao Monsenhor Walfredo Leal, presidente do Estado.

que passa com a indiferença do desprezo” (MACHADO, 1977, p.I). Maximiano Machado estaria, assim, como se autor representa, inaugurando a história da Paraíba³³.

Sua *História da Província da Paraíba* inicia-se em Portugal e o recorte cronológico estende-se até a virada do século XVIII para o século XIX. A ideia de iniciar a história da Paraíba em Portugal não é por outro motivo se não valorizar a importância dos europeus na experiência histórica da província e, mesmo tecendo críticas a Varnhagen, é o mesmo modelo seguido pelo historiador do IHGB³⁴. Afinal de contas, como afirmamos anteriormente, o padrão em que tais historiadores gostariam de buscar para uma identidade nacional estava representado pelo homem branco e católico. A história da Paraíba deveria ter este referencial como ponto de partida.

Em toda sua obra, o autor apresenta uma perspectiva linear da cronologia na construção de sua narrativa. Esta é bastante descritiva, com muitos detalhes. Sua concepção é que, a partir de sua obra, como já afirmamos, a Paraíba teria uma história. Logo, propõe-se a fazer uma história-síntese do que julgava serem todos os eventos passados, fato por fato.

33 Exatamente por essa (auto) constatação (que foi incorporada pelo Instituto), Luiz Hugo Guimarães, em publicações do IHGP, o considerou Maximiano Machado “o primeiro historiador paraibano”.

34 Na primeira edição de sua obra, Varnhagen inicia a narrativa a partir de Portugal. Após a publicação, o autor sofreu algumas críticas. Da segunda edição em diante, ele alterou a estrutura da obra, iniciando por uma descrição geográfica do Brasil e, logo após, descrevendo os indígenas. Apenas no quarto capítulo, ele traz aspectos da história de Portugal (ODÁLIA, 1979, p. 19; VARNHAGEN, 1975).

A escrita da história de Maximiano Machado é composta basicamente por batalhas e o tempo passa de maneira muito rápida³⁵. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil até o século XVIII, perpassando a expulsão dos holandeses, o livro destaca cada detalhe dos embates empreendidos pelos portugueses, data por data, nome por nome. Um bom exemplo da riqueza de detalhes e na ênfase do autor aos aspectos políticos encontra-se na sua descrição acerca do processo de conquista da Paraíba. Dos doze capítulos do primeiro volume de sua obra, os cinco primeiros são dedicados à conquista das terras que hoje compreendem a Paraíba. No decorrer das cem páginas sobre o tema, Machado descreve ato por ato dos portugueses e espanhóis nas investidas contra os indígenas e franceses. Os demais capítulos são voltados às invasões holandesas e à resistência a tais invasões, destacando sempre o “espírito patriótico” que compunha a resistência. Sempre o autor exalta as lutas passadas ocorridas como “firmeza dos Parahybanos em lutar” (MACHADO, 1977, p. 223). Não só o povo paraibano era exaltado, bem como seus líderes, os protagonistas da narrativa de Maximiano Lopes Machado, vistos como “bravos”, “corajosos”, entre outros adjetivos de exaltação.

Essa perspectiva presente na narrativa representa, como estamos defendendo, a visão de mundo de uma classe dominante. Na apresentação à *História da Província da Paraíba*, José Octávio Mello afirma que o referido autor “não compagina das mistificações da historiografia de mãos brancas que justificou a opressão dos negros e o massacre das populações autóctones” (MELLO, 1977, p.43). Seria a nossa interpretação,

35 Destacamos aqui as interessantes reflexões de Braudel (1990) sobre as temporalidades, nas quais o autor defende que a história política seria marcada por uma *curta duração*, facilmente perceptível na perspectiva de se fazer história do IHGP.

então, um equívoco? Vejamos a visão de Maximiano Machado acerca desses dois grupos, em especial, os africanos e seus descendentes.

Destacando sempre os grandes feitos de conquistas dos portugueses, Machado cita a população indígena, pensando sempre esta em contato com os europeus e o obstáculo a ser vencido para instituir a “civilização”. O autor dedica várias páginas para descrever os grupos indígenas que ocupavam o território da Paraíba e quais suas principais características e origens. Em linhas gerais, as populações indígenas aparecem como vítimas de um processo violento estabelecido pelos portugueses que poderiam ter investido mais na colonização do Brasil e encontrado outras maneiras para dominá-los. Não é negada a violência da produção imposta aos indígenas mediante o trabalho escravo, contudo, não se ausenta de uma visão “civilizadora” diante das populações indígenas³⁶.

Apesar de tratar dos indígenas, Machado, porém, não reserva muitos espaços para a população negra, sendo esta apenas uma pequena parte da propriedade dos senhores de terra, vistos, quase sempre, como “mercadoria”. Os negros só aparecem de maneira muito esparsa e como sinônimos de escravos e propriedades. Um exemplo dessa abordagem do autor consiste ainda no primeiro volume, quando descreve a peste que matou várias pessoas na metade do século XVII, afirma que “aumentou a mortandade e o numero de infeccionados estendeu-se por toda a província e pela de Pernambuco, sem distincção de portugueses,

36 Para uma melhor análise da visão de Machado sobre os indígenas, ver o artigo de Nayana Mariano (2003) e João Paulo Pereira (2012). Cabe ressaltar que os autores do IHGB, muitas vezes, viam nos indígenas aspectos que representariam a *brasilidade*, não esquecendo o projeto civilizador português. Essa mesma perspectiva é muito parecida com a análise feita por Machado.

flamengos, índios e escravos” (MACHADO, 1977, p. 226). Machado apresenta vários grupos que compunham a sociedade à época. Os negros aparecem como sinônimo de escravos.

Com efeito, na perspectiva de Maximiano Machado, a Paraíba fora construída a partir do esforço civilizador do português, que conseguiu dominar os indígenas. Não restaria, dessa maneira, nenhum papel relevante a ser exercido pelos escravos negros na capitania. Aliás, cabe ressaltar, a escravidão quase não é citada pelo autor. A primeira referência aos escravos na obra de Maximiano Machado surge em quase duzentas páginas de narrativa, no oitavo capítulo.

Há, porém, poucas e interessantes exceções. Alguns negros surgem como personagens na construção narrativa de maneiras bastante distintas. O primeiro deles é Domingos Fernandes Calabar, que aparece na obra como um “mulato”. Este é visto como um traidor da pátria, pois teria se aliado aos holandeses na invasão no Brasil. Outro é Domingos Fagundes Barbosa, um “honrado e valente pardo”, que auxiliou os portugueses na guerra de expulsão holandesa. Por fim, talvez o caso mais emblemático, Henrique Dias, transformado em herói da Restauração. Em nenhum momento, Machado faz referência à ascendência negra de Henrique Dias³⁷. Poderia um negro ser herói?

Conclui-se o primeiro volume com um capítulo quase todo dedicado a Vidal de Negreiros, o “herói” da expulsão holandesa e

37 Hebe Mattos (2007) faz uma interessante reflexão acerca da construção da imagem de Henrique Dias como um herói negro.

também um ilustre paraibano³⁸. O início e o decorrer do segundo volume não nos traz muita diferença em relação à abordagem do anterior. Maximiano Machado continua atribuindo atenção aos eventos políticos de maneira detalhada, destacando como protagonistas de sua narrativa os “grandes homens”. Porém, ao final do sexto capítulo³⁹, discorre sobre a população da Paraíba. Apesar de em toda a obra o autor apenas trazer aspectos relacionados aos indígenas e brancos, apresentando a população negra de maneira secundária (ou quase sem falar desta), próximo ao final da obra, ele admite que “a população da Parahyba era como a de todo Brazil, não se fazendo, porém, sentir muito o cruzamento místico da raça vermelha” (MACHADO, 1977, p. 487).

Após essa informação, Machado dedica uma página a falar sobre os negros, dividindo-os em três grupos: os Angolas, crioulos e do Maranhão. Os que pertenciam ao primeiro e segundo grupos seriam conformados e submissos a sua condição escrava. Os do Maranhão “trabalhavam de má vontade e só se submetiam ao rigor dos feitores contra os quaes algumas vezes se levantavam” (MACHADO, 1977, p. 488). Conclui sua escrita sobre os negros afirmando que estes representavam apenas 2% da população da Paraíba. Tinha como referência a primeira metade do século XVII, não estabelecendo o crescimento demográfico dos negros no decorrer do tempo. Ora, se afirma ser a população negra apenas 2% do total da Paraíba e que pouco se sentiu a miscigenação

38 Irineu Pinto (1977, vol. I, p.66-80) também dedica um espaço especial a Vidal de Negreiros em sua obra, denominando-o de “grande paraibano”. André Vidal é, sem dúvida, o mais aclamado dos “heróis” da Paraíba, citado por quase todos os autores IHGP que se propõe a fazer uma história-síntese.

39 Ressalte-se que o segundo volume é composto de oito capítulos, dos quais o último não chegou completo até o ano em que foi publicado, sendo-nos desconhecido o final desse volume.

com os indígenas (os “vermelhos”), a capitania/província, então, seria formada apenas por descendentes de europeus?

Maximiano Machado era filho de comerciante português. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, assumindo, logo depois, os cargos de promotor e juiz municipal. Por alguns anos, exerceu as profissões de advogado, jornalista, professor e foi deputado provincial durante cinco mandatos. Exatamente por fazer parte das elites provinciais, acabou, como meio de sociabilidades dessas elites, vinculando-se ao IAHP e escrevendo a *História da Província da Paraíba* (MACHADO, 2003, p. 102-103). Sua perspectiva foi destacar essa parte da história. Para ele, não interessava a “parte de baixo” da sociedade.

Irineu Joffily também foi outro importante intelectual responsável por construir parte da historiografia do IHGP. Descendente dos Oliveira Ledo, família responsável pela colonização do sertão da Paraíba, os pais de Irineu Joffily eram grandes proprietários de terras no interior da província. Também advogado, jornalista e juiz, além de membro do IAHP, Joffily formou-se na Faculdade de Direito de Recife. Assumiu vários cargos políticos como vereador, deputado provincial e geral, além de candidatar-se ao Senado (GALLIZA, s/d). O leitor pode até achar a biografia de Irineu Joffily quase igual à de Maximiano Machado. Essa característica vai se estender a quase todos os autores que vamos analisar.

Inspirado em Capistrano de Abreu, prefaciador de sua obra, Joffily teve uma grande preocupação em descrever detalhadamente a geografia da região. Para ele, as “origens” da Paraíba estavam nas tribos indígenas que ocupavam essas terras com a chegada dos portugueses. Tais grupos, também chamados pelo autor de “gentio brabo”, seriam alvo da civilização portuguesa (JOFFILY, 1977, p. 200). Há ainda

informações sobre serras, rios, flora, fauna, agricultura e criação. Sobre as origens do povo paraibano, Joffily dedica todo o espaço para os indígenas. As secas e a povoação do interior são temas aos quais o autor mais se dedica.

Apenas no capítulo XIV de seu livro, Irineu Joffily faz referências à população negra. Ao discutir os “elementos ethnicos” da Paraíba, o autor destaca tanto os portugueses e indígenas, quanto os africanos. Contudo, para ele, os africanos e seus descendentes nunca tiveram preponderância na população desta. Dentre três grupos: portugueses, indígenas e africanos, estes ficariam por último em uma escala de importância (JOFFILY, 1977, p. 235). Na fusão das raças representada pela expulsão dos holandeses, Joffily destaca apenas André Vidal de Negreiros e Felipe Camarão. Henrique Dias, o negro geralmente lembrado, não foi citado. Para ele, a população africana cresceu no século XVIII, entretanto, nunca predominou.

Interessante destacar o fato de, nos anexos de seu livro, Joffily apresentar dados acerca da população da Paraíba nos anos de 1811 e 1812⁴⁰. Nos dois anos, os números de “pretos” é três vezes maior do que o de índios. Se levarmos em consideração a população mulata, esse número é consideravelmente maior (quase vinte vezes) (JOFFILY, 1977, p. 337). Ainda assim, Joffily considera que a população negra não teria assumido um importante papel histórico na Paraíba. Por que o autor chegou a essa conclusão? Esses dados não seriam suficientes para que ele flexibilizasse tal afirmação? Machado e Joffily não foram os únicos a pensarem assim.

40 Esses mesmos dados são apresentados por Irineu Pinto (1977, vol. I, p. 242) e utilizados por muitos dos autores aqui analisados.

Como já afirmamos, em 1905, o IHGP foi fundado e, com isso, começou-se a produzir de maneira mais sistemática obras acerca da história da Paraíba. O final da primeira década do século XX e o início da década seguinte foi um período importante para a formação dessa cultura histórica que estamos analisando. O IHGP recebeu um constante auxílio financeiro e editorial do Estado, aumentando consideravelmente suas publicações⁴¹. Até então, quase nada era produzido sobre história da Paraíba. Seus membros foram os primeiros a fazer isso de maneira sistemática e têm uma importante contribuição para a nossa historiografia, sobretudo, no que diz respeito à transcrição de vários documentos que já não existem mais.

A primeira dessas obras foi *Datas e notas para a história da Paraíba* (1908 e 1916) de Irineu Pinto. Talvez o maior exemplo de uma história factualista, o autor se propôs a construir em dois volumes uma “reprodução fotográfica dos fatos”⁴². Coligiu documentos oficiais referentes à história da Paraíba no Arquivo Público do Estado e os transcreveu, ano por ano. Seu foco principal foi a chamada história política, destacando os principais personagens heroicos (Vidal de Negreiros, Peregrino de Carvalho, entre outros).

Apesar do nítido foco nos “grandes homens”, a população escrava é lembrada pelo autor, mesmo que de maneira secundária. Irineu

41 Nos relatórios apresentados pela diretoria em quase todos os anos há a constante consideração acerca do financiamento do Estado, principalmente na figura de João Lopes Machado – presidente da Paraíba entre 1908 e 1912, que incentivou a publicação da Revista, das primeiras obras dos membros e da própria manutenção do Instituto. A publicação da Revista dependia diretamente dos cofres públicos, daí porque a sua irregularidade. Sobre o tema ver Dias (1996) e os volumes da RIHGP.

42 Inicialmente, a obra estava prevista em três volumes. Entretanto, antes da conclusão do último volume, o autor faleceu, deixando o trabalho inacabado.

Pinto não se apresenta como uma exceção à cultura histórica do IHGP sobre a população negra. Esta continua sendo representada de forma esparsa. Porém, tendo em vista seus colegas, que produziram na mesma época e lugar, ele é o que mais se refere aos negros. Irineu Pinto via em determinadas ações da população escrava, aspectos interessantes não percebidos pelos seus pares. O autor traz crimes envolvendo a participação de negros escravos e livres, bem como a constituição de quilombos. Entretanto, reiteramos: essa população aparece na escrita de maneira muito pontual.

Algumas das obras clássicas da historiografia da Paraíba foram publicadas na década de 1910. Além de *Datas e notas para a história da Paraíba* (1908 e 1916) e *História da província da Paraíba* (1912), destacamos *Epítome de história da Paraíba* (1914) escrito por Manuel Tavares Cavalcanti. Este, nascido ao final do século XIX, era de uma família que tinha tradições políticas desde a época do Império. Seu avô compunha o Partido Conservador na Paraíba. Seu pai, bacharel em Direito, ocupou o cargo de juiz municipal, além de deputado e prefeito. A biografia de Manuel Tavares, então, segue uma linha muito próxima aos seus colegas do Instituto. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, envolveu-se com atividades de jornalismo e foi professor do Liceu Paraibano, tendo preocupações com a elaboração de livros voltados para o ensino de história. Para completar suas atividades, exerceu a função de deputado em nível estadual e nacional (ALVES, 1991).

Sua obra divide-se em 40 curtos capítulos (cada um com cerca de três páginas) que abordam desde a conquista e fundação da Paraíba até a República, seguindo a lógica de síntese dos autores do IHGP. Os africanos aparecem na narrativa em uma das expedições de conquista

organizada por Martim Leitão, informação encontrada em Irineu Pinto (Vol. I, 1977) de onde, provavelmente, Cavalcanti retirou a informação⁴³ (CAVALCANTI, 1914, p. 11). Seguindo sempre a sequência cronológica e factual, os personagens brancos portugueses assumem o protagonismo. De João Tavares, de “ânimo valoroso”, e Duarte Gomes da Silveira, “um dos bemfeitores da Parahiba colonial que desde já devemos aprender a venerar” – no período colonial – até os participantes do movimento de 1817, “seus valentes e devotados filhos que foram apóstolos e martyres da independencia e da republica” (CAVALCANTI, 1914, p. 21; 81).

A população negra não passa nem perto dessa exaltação. Esta é representada em apenas três momentos de toda a obra. A primeira, sobre início do século XVII, em que Manuel Tavares Cavalcanti afirma o surgimento da escravatura negra na Paraíba que, segundo ele, “maculou o início de nossa história” (CAVALCANTI, 1914, p. 33). O segundo momento, o trio clássico da nacionalidade brasileira: André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias, entretanto, para o autor, não bastava os três, era preciso mais um português. Em suas palavras: “o grande paraibano André Vidal de Negreiros, seguindo-se-lhes João Fernandes Vieira, opulento morador em Pernambuco, Antonio Felipe Camarão, illustre potiguara civilizado e Henrique Dias, denodado preto que foi um dos melhores cabos de guerra” (CAVALCANTI, 1914, p. 53). A última vez em que é citada, a população negra aparece

43 Ao narrar as ações dos portugueses para conquistar a Paraíba, Pinto (Vol.I, 1977, p. 19), afirmou que em 1585, veio uma expedição “composta de perto de duzentos homens de Cavallo e trezentos de pé, excluindo índios e africanos em grande número”. Essa informação é reproduzida por Ademar Vidal (1988) e Horácio de Almeida (1978) e outros vários autores do IHGP.

representada pelo “mulato Bastos”, que liderou a reação aos membros de 1817(CAVALCANTI, 1914, p. 79). O mesmo Bastos aparece na obra de Celso Mariz (1994, p. 92), sobre a qual discorreremos mais adiante. Aspecto interessante a ser lembrado é a visão positiva que os autores do IHGP têm pelo 1817⁴⁴. Assim, a participação contrária do mulato referido pode ser vista de maneira negativa para a lógica de exaltação do movimento apresentada por tais historiadores.

Os capítulos posteriores ao 36º são dedicados aos últimos momentos do Império e a República. Um dos importantes fatores que teriam levado ao desgaste de d. Pedro II e da Monarquia foi a instituição da lei de 1871, “primeiro passo da abolição gradual e inevitável” (CAVALCANTI, 1914), período em que o regime monárquico voltou-se para questões sociais e enfrentou a escravidão. O autor discorre, assim, sobre a revolta do Quebra-quilos, o aumento demográfico vivenciado no fim do século XIX, secas, o desenvolvimento econômico e as condições da instrução pública.

O capítulo 38 é dedicado a dois temas: a Abolição e a proclamação da República (associação constante entre os membros do IHGP, como já afirmamos). O primeiro tema é tratado em quatro parágrafos, nos quais Manuel Tavares Cavalcanti afirma ter chegado à Paraíba os ventos abolicionistas, como ocorrera em todo Brasil. Destaca a figura do deputado Cardoso Vieira, que fez importantes discursos sobre o fim da escravidão. Como foi constante na historiografia do IHGP, o autor tenta colocar a cidade de Areia como pioneira no processo abolicionista, quando em 03 de maio de 1888 já não possuía mais nenhum escravo.

44 Ver Mariano (2003).

Isso se devia, sobretudo, à figura de Manuel da Silva, quem deveríamos “repetir seu nome com respeito e gratidão” (CAVALCANTI, 1914, p. 108). Na sua perspectiva, toda a história da Abolição era representada apenas por uma única figura, que deveria ser enaltecida. O fim da escravidão não teve a participação dos escravos e deu-se de maneira pacífica e ordenada, com apenas um decreto.

Além da publicação de obras sobre história da Paraíba, outro passo nesse sentido foi o primeiro volume da Revista do IHGP saída em 1909. A revista era composta basicamente das seguintes partes: crônica social, em que havia os relatórios e ações do IHGP; pesquisas e estudos históricos e geográficos, em que os membros apresentavam os resultados de suas pesquisas no formato de artigos ou conferências ou transcrição de documentos; os mortos do instituto, listando o falecimento de membros; bibliografia, em que constavam resenhas sobre várias obras produzidas e enviadas ao IHGP; e atas das sessões. Com o tempo, a estrutura da revista variou, mas manteve a publicação das conferências e relatórios, dos artigos científicos e dos mortos do Instituto.

Entre 1909 e 1922, foram lançados cinco volumes da revista. Não vamos analisar tudo o que foi produzido e publicado nas edições periódicas, entretanto, chamaremos atenção para alguns artigos que fazem referências à formação histórica da Paraíba escrita em sínteses e como a população negra é representada nesta.

Se formos pensar nos principais temas abordados, daremos destaques ao processo de conquista e ocupação, coroado com o 5 de agosto; a guerra de expulsão dos holandeses; a Independência do Brasil; o movimento de 1817, visto como revolucionário; a proclamação da República; a Fortaleza de Cabedelo, palco do heroísmo da Paraíba; e

as questões dos limites, principalmente com o Rio Grande do Norte. A escravidão pouco é citada e narrada por esses historiadores, quando não é totalmente esquecida e silenciada⁴⁵.

Vamos destacar alguns artigos e conferências publicados que se referem diretamente à população negra ou ao processo de formação da Paraíba. A conferência de Castro Pinto – membro do IHGP, vinculado às oligarquias locais e presidente do estado em 1912 – foi a primeira a ser publicada. Realizada em outubro de 1905, Castro Pinto discorre sobre o período colonial na Paraíba desde a sua fundação até 1817. Utilizando “documentos incontestáveis”, o autor afirma que podemos pensar a história colonial de uma região específica do Brasil. E para fazermos isso, devemos levar em consideração “o evoluir conjunto de todas as forças organicas do povo luzo americano a sucessão gradual dos factos decisivos da nacionalidade, constituidas pelo crusamento das tres raças elementares do povo brasileiro” (PINTO, 1909, p. 21). Bem antes de Gilberto Freyre, Castro Pinto já apontava para a ideia de uma miscigenação constituinte do Brasil⁴⁶. Mais adiante ele reitera: a nacionalidade brasileira, o que ele chama de “eu coletivo”, foi composta pela “fusão das nossas tres raças basicas, atraves de certas modalidades caracteristicas, define e acentua entre os mais povos do mundo” (PINTO, 1909, p. 27).

45 Para uma análise mais detalhada da produção dos primeiros volumes da RIHGP, ver Dias (1996). A autora não estava preocupada em destacar o debate sobre questões raciais, pensando mais as linhas gerais do pensamento dos autores do Instituto.

46 Apesar da importância fundamental de Freyre (2006) na concretização do mito da democracia racial e miscigenação democrática das raças no Brasil, vale lembrar que essa era uma ideia que já existia antes dele. Um bom exemplo disso é o texto de Martius (1845). Entretanto, coube a Freyre a sistematização e divulgação em larga escala dessas ideias.

Apesar desse belo discurso de miscigenação e composição do Brasil a partir dos indígenas, negros e brancos, a narrativa de Castro Pinto é marcada pelo heroísmo de algumas figuras: João Tavares, Frutuoso Barbosa, Martim Leitão, Duarte Gomes da Silveira, Teodosio de Oliveira Ledo e, “o maior de todos os brasileiros natos, durante o período colonial”, André Vidal de Negreiros (PINTO, 1909, p. 30). Todos brancos e de origem europeia. A lógica parece-nos evidente: as três raças foram fundamentais para a formação do Brasil e da Paraíba. Porém, os indígenas eram selvagens, os negros não são citados e os brancos aparecem como os nossos verdadeiros heróis.

Dando continuidade à narrativa histórica de Castro Pinto, Manuel Tavares Cavalcanti encarregou-se do recorte temporal referente ao Império, que foi de 1817 até 1889, na sua datação⁴⁷. Sempre citando os nomes da política, Cavalcanti destaca 1817, 1822 e 1848 como importantes marcos políticos. Surge, então, a figura de Cardoso Vieira, descrito como de “intellectualidade de uma pujança extraordinária, conquistou rapidamente os mais brilhantes foros, e, ainda hoje, os seus asinalados triunphos oratorios na representação nacional são um glorioso trhopeo que honra a fronte de sua terra” (CAVALCANTI, 1909, p. 49). Cardoso Vieira era um homem pardo, porém da elite. Em várias referências a ele, a historiografia do IHGP silencia esse aspecto⁴⁸.

47 O ano de 1817 é considerado como importante na ruptura com o período colonial. Este pensamento é quase um consenso entre os historiadores do IHGP que estamos analisando.

48 Sobre Cardoso Vieira, sugiro dois textos distintos, de autores com perspectivas opostas: Álvaro de Carvalho (1948), membro do IHGP e Solange Rocha (2012), que faz parte de uma nova geração de historiadores. Analisaremos ambos os autores mais detalhadamente nas páginas a seguir.

A única referência à população mais pobre dá-se quando apresenta o Quebra-quilos, movimento popular ocorrido em 1874. Para ele, não passou de uma “multidão inculta [que] se ergue contra o novo sistema” (CAVALCANTI, 1909, p. 49). Esse movimento não tinha ideal, foi incentivado por uma falsa crença na reescravização e não possui nenhum significado histórico. A escravidão surge apenas em 1888, quando discorre sobre a Abolição, destacando o importante papel da Paraíba, que não se colocou nunca contra o movimento abolicionista. Ao contrário, sempre esteve firme e próxima a este movimento, aumentando as emancipações.

Na RIHGP de 1910 (volume 2), Rodrigues Carvalho teve um artigo publicado que já havia sido divulgado no jornal *A União* e era transcrito na Revista. Intitulado *História da Parahyba*, o artigo tem poucas páginas e se caracteriza por uma série de indagações do autor acerca dos motivos para se estudar a história do estado. O intuito era estimular o interesse pela temática. Pergunta-se, então: quando os africanos chegaram na Paraíba? A sua grande inquietação se expressa da seguinte maneira: “Em que aproveitará a nós parahybanos, **cujo timbre é sermos brancos bem brancos**, sabermos qual o elemento aborígine que constitue a primeira camada de nosso sangue, Tabajara, Potyguar, Caheté, Cariry?” (CARVALHO, 1910, p. 243, grifos nossos). A preocupação era nítida e talvez explicasse o desinteresse pela história da Paraíba: ora, se os paraibanos eram todos brancos (bem brancos!), por que estudar os indígenas e africanos? O autor não apresenta nenhuma resposta a esse questionamento.

Alcides Beserra, em 1912, descreve as causas do banditismo, que teriam caráter biológico e psicológico. Vale lembrar que na década

de 1910 estávamos em um momento intenso dos grupos de cangaceiros. O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro publicou um artigo sobre as causas desse fenômeno, que seriam de ordem social: o analfabetismo, a impunidade e a pobreza. Alcides Beserra rebate a esse posicionamento: a grande causa do banditismo seria, na verdade, a mistura de raças. Ao fazer uma discussão sobre a genética do brasileiro, acredita provar a sua tese no caso da Paraíba. Apresentando dados demográficos do século XVII e XIX⁴⁹, para Beserra fica muito concreto seu argumento: os brancos eram minoria na Paraíba, os mestiços só tinham aumentado em número com o tempo. Ora, se a raça é boa, o povo é bom. Seria preciso medidas sociais para “melhorar” a raça da Paraíba e acabar com o banditismo. Para isso, propõe alguns cálculos visando o “embranquecimento” (BESERRA, 1912, p. 24). Enfim, quando a população negra ou mestiça aparece como majoritária, é vista de maneira negativa, merecendo ser excluída.

Esse discurso eugênico de Alcides Beserra era bastante comum entre os “homens de ciência” que ocupavam os espaços institucionais como os museus, institutos históricos e geográficos, as faculdades de Direito e medicina desde a década de 1870. Ele, inclusive, chegou a ocupar um importante cargo em uma instituição como o Arquivo Nacional⁵⁰. O que o autor tenta fazer é aplicar essas teorias à realidade

49 O autor usa como referência os números trazidos por Joffily (1977, p. 337) e Irineu Pinto (Vol. I, 1977, p. 242).

50 Em 1922, Alcides Beserra é convidado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922), para assumir o cargo de Diretor do Arquivo Nacional. Um dos motivos dessa indicação perpassou as relações políticas locais, sendo Beserra vinculado ao grupo oligárquico de Epitácio Pessoa. Entretanto, ele permaneceu no cargo até o ano de 1938, atravessando três governos distintos (GUIMARÃES, s/d, p. 27).

da Paraíba, caracterizada pela mestiçagem e banditismo. Quando estudante da Faculdade de Direito do Recife, Beserra teve contato com as ideias de Tobias Barreto e da Escola do Recife, bastante influentes até então⁵¹. Seguindo a mesma formação básica dos autores do Instituto, Alcides Beserra estudou no Liceu Paraibano, na Faculdade de Direito e tornou-se procurador e promotor. Interessante perceber a inserção que os membros do IHGP tinham na educação do estado e, consequentemente, interferiam no que e como seria estudado nas disciplinas de história. O referido autor assumiu durante anos o cargo de Diretor da Instrução Pública (GUIMARÃES, s/d).

Quando não há uma visão totalmente negativa sobre a população negra, como o caso de Alcides Beserra, os autores do IHGP tentam minimizar ao máximo sua presença. Já demonstramos com os historiadores anteriormente citados que silenciam ou reduzem os negros a algumas passagens em suas narrativas. Outros são mais nítidos: os negros quase não compuseram a população da Paraíba. José Ferreira de Novaes ao apresentar alguns dados sobre a cidade de Bananeiras admite ser o povo da Paraíba mestiço. Contudo, tal mestiçagem se deu entre dois grupos: indígenas e europeus. Os africanos contribuíram para a mestiçagem, mas em menor quantidade (NOVAES, 1912, p. 40).

Esse discurso eugênico, de alguma maneira, é muito forte e presente em outros autores do IHGP. Um deles foi José Américo de Almeida. Bastante conhecido pelas suas obras literárias (a exemplo de *A Bagaceira*), José Américo preenche bem a posição de membro do IHGP

51 A partir da década de 1870, a Faculdade de Direito do Recife sofreu uma guinada teórica, assumindo posições do evolucionismo e darwinismo social. Uma das figuras fundamentais nesse processo foi Tobias Barreto. Cf. Schwarcz (1993, p. 148-149).

com todas as suas vinculações políticas que o levaram a ocupar vários cargos, inclusive, na esfera federal. Em seu clássico *A Paraíba e seus problemas*, o autor foge um pouco do estilo factualista de seus colegas e apresenta uma visão mais ampla da história da Paraíba, destacando os aspectos geológicos, climáticos, sociais, políticos, econômicos, etc. As fontes e a perspectiva de destaque aos “grandes homens” permanecem.

A obra foi uma encomenda do então presidente da Paraíba, Solon de Lucena – vinculado à oligarquia dos Pessoa e que governou entre 1920 e 1924⁵² – com o objetivo de convencer o presidente da República, Epitácio Pessoa, a investir em obras contra a seca no estado. Era o auge da chamada *indústria da seca*. Outro nome do IHGP foi convidado a fazer os estudos e escrever a obra: Celso Mariz. Porém, por diversos motivos, o encargo ficou apenas para José Américo.

A Paraíba e seus problemas (1923) apresenta um tom explicitamente de exaltação não só da Paraíba, como de seus políticos. Primeiro indício dessa constatação está na primeira página do livro: a imagem de Solon de Lucena, o idealizador da obra e financiador da mesma⁵³. Não vamos analisar a obra por completo, bastante longa e densa. Focaremos na parte que mais nos interessa: a formação histórica da Paraíba. Como se inseriram os negros nesse processo? A resposta a tal questão se apresenta no capítulo XII – *As consequências sociais*. Ao reivindicar um

52 A Primeira República (1889-1930) é, geralmente, caracterizada pelas forças oligárquicas locais. Na Paraíba, duas importantes famílias disputavam os principais espaços políticos: os Machado e os Pessoa. Mais detalhes sobre as oligarquias paraibanas desse período, sugerimos a leitura de Lewin (1993) e Cittadino (2010).

53 Esta prática, inclusive, se repete em outras obras. Os presidentes/governadores da Paraíba são sempre elogiados e homenageados nos primeiros livros de história da Paraíba. Eram eles, quase sempre, os financiadores das publicações, por intermédio da gráfica do estado.

melhor destino para a Paraíba, com os investimentos de obras contra as secas, José Américo de Almeida indaga-se: seria a raça do paraibano capaz dessa superação? Tendo em vista o objetivo do livro, o leitor já deve imaginar a resposta apresentada por José Américo.

Euclides da Cunha é seu ponto de partida, pensando o “tipo sertanejo”, como uma raça específica, porém, que se apresenta de maneira diferente em cada região. O sertanejo paraibano teria especificidades próprias em relação às que foram narradas em *Os Sertões*. Remete-se, assim, ao início da povoação da Paraíba, quais eram os grupos indígenas que habitavam a região quando da chegada dos portugueses e a colonização dos índios. Afirma o autor que em 1845, já estavam todos “civilizados” (ALMEIDA, 1980, p. 517).

A “mistura de raças” deu-se, então, entre índios e brancos. Para José Américo, “o elemento africano sempre se apresentou em grau mais baixo do que os outros” (ALMEIDA, 1980, p. 520). Faz um levantamento demográfico desde o século XVIII para demonstrar tal afirmação. Todavia, acaba cometendo o mesmo equívoco que Irineu Joffily. Os dados do censo de 1811 e 1812 apontam para um número de pretos muito superior ao de índios – o que permanece nos dados posteriores –, apesar de negar a presença dos negros. Os mulatos se caracterizam por serem “Cafuzos” e “mamelucos”, tendo origem indígena. Cinco páginas depois, relaciona os mulatos aos africanos (ALMEIDA, 1980, p. 520 e 525).

Estabelecendo uma hierarquia das raças, teríamos em primeiro lugar os portugueses. Para José Américo de Almeida (1980, p. 523), “o elemento português sobressai em todo o território. [...]. Acentua-se a sua hegemonia étnica nas classes superiores. Não importam se sejam ou não *brancos puros* [sic], se conservam os caracteres antropológicos da

raça”. O branco seria o mais importante, além de hegemônico na composição racial. Em segundo lugar, estavam os americanos (ou indígenas). Por fim, os africanos, que mal participaram da formação da raça do sertanejo. Em suas palavras, “De tudo o que expus resulta que no sertão o cruzamento se operou entre índios e portugueses, quase com exclusão do negro. [...]. Daí se conclui que a maioria dos nossos mestiços representa o cruzamento da raça branca e indígena” (ALMEIDA, 1980, p. 524; 526).

Os Tabajara trouxeram a sua disciplina, valentia e lei. Os Potiguara acrescentaram o desejo de liberdade e resistência. Quando mestiçados com os portugueses, houve melhoramento moral. Os únicos desvios ocorridos entre os sertanejos deviam-se aos africanos. “A moralidade desse efetivo da população, eivado, em grande parte, do sangue africano, ainda padece de alguns vícios da senzala” (ALMEIDA, 1980, p. 544). A partir dessa interpretação, José Américo passa todo o capítulo exaltando o povo paraibano, em especial, o sertanejo.

Ao falar do banditismo (mesmo tema de Alcides Beserra), José Américo de Almeida cita vários cangaceiros, “todos brancos” (sic), cometiam crimes por contágio moral e pressão social. Entretanto, quando apresenta o único caso de “perversidade brutal” foi o de Rio Preto, “o negro sanguinário e estuprador” (ALMEIDA, 1980, p. 559).

Conclui afirmando: essa raça que ele descreve (formado, sobretudo, por índios e brancos) só deu bons frutos para a Paraíba. A maior expressão disso será o “super-homem de Epitácio Pessoa. Coeficiente dessa raça forte e criadora” (ALMEIDA, 1980, p. 563). Em linhas gerais, o que José Américo apontou em sua interpretação foi que o povo paraibano (apresentado na figura do sertanejo) tem muito potencial e merece

apoio e investimento. Foi composto por brancos e indígenas em suas melhores qualidades. Os pontos negativos possivelmente encontrados devem-se aos africanos, que quase não compuseram essa raça. Ao que parece, a população negra só entrou na formação da Paraíba para trazer os elementos negativos.

Um dos que estavam envolvidos nos estudos que culminaram no *A Paraíba e seus problemas* foi Celso Mariz, como afirmamos anteriormente. Não sabemos os motivos pelos quais ele se retirou da atividade, contudo, no ano anterior ao que foi publicada a obra de José Américo de Almeida, Mariz lançou seu mais importante livro: *Apanhados Históricos da Paraíba* (1922). Também por encomenda de Solon de Lucena, elaborou o livro para pensar a formação do povo desde a colônia até o momento em que escreveu, nas primeiras décadas do século XX. Em 1851, afirma o autor que a população era mestiça, predominando os brancos sobre os pretos e estes sobre os caboclos (MARIZ, 1994, p.9). Dessa vez, os descendentes indígenas aparecem como minoria. Os brancos, entretanto, permanecem em posição de destaque. Admite que não abordou todos os fatos e aspectos, pois o espaço era insuficiente.

Celso Mariz vai da fundação da Paraíba até a proclamação da República, dedicando o maior espaço do livro ao Segundo Reinado (1840 – 1889). Seguindo as mesmas fontes e informações apresentadas por Irineu Joffily, Irineu Pinto e Maximiano Machado, descreve o processo de fundação da capitania da Paraíba, fato por fato. Os personagens portugueses Martim Leitão, Duarte Gomes da Silveira e João Tavares são de “irresistível simpatia”, enquanto Piragibe (líder Tabajara, que se aliou aos portugueses) é visto como um “selvagem valente” (MARIZ, 1994, p. 20). Ao final do primeiro capítulo apresenta a população africana

que, com o desenvolvimento do açúcar e pau-brasil, veio à Paraíba e foi “mais firme e domável que o indígena, para vida sedentária da agricultura” (MARIZ, 1994, p. 23).

Um personagem negro aparece uma vez no segundo capítulo, dedicado à dominação e expulsão dos holandeses da Paraíba. Utilizando-se da gênese clássica já citada, afirma: “O branco paraibano André Vidal de Negreiros, o negro pernambucano Henrique Dias e o índio riograndense Antônio Felipe Camarão são, no princípio, os três tipos da nossa duradoura teimosia combatente” (MARIZ, 1994, p. 28). Na época da conquista holandesa, a Paraíba compunha-se de “brancos, índios mansos, negros africanos” e os mestiços nascidos no Brasil. Após a expulsão dos batavos, a Paraíba inicia o processo de interiorização e faz referência a Palmares, “donde cometiam assaltos e depredações de toda a espécie contra os brancos” (MARIZ, 1994, p. 38).

O século XVIII é apresentado como sem muitos fatos importantes, mas não deixa de fazer referência ao quilombo do Cumbe, formado na Paraíba. Ao final do setecentos a Paraíba tinha uma população que beirava oitenta mil pessoas, incluindo negros e índios (MARIZ, 1994, p. 50; 53). A partir daí, a população negra – que era citada pontualmente – some da narrativa. Os acontecimentos da França e Estados Unidos do final do século XVIII, o movimento de 1817, a Independência e seus “grandes homens” tornam-se o centro da narrativa. Cita, porém, um mulato de nome Bastos, a quem já fizemos referência, que iniciou uma das tentativas contra o movimento de 1817 (MARIZ, 1994, p. 92). Sobre os representantes da Paraíba na Constituinte de 1821, afirma que eram “a representação homogênea e verdadeira do povo e do espírito

que dominava a província” (MARIZ, 1994, p. 105). Vale ressaltar, eram todos membros da elite econômica e política da Paraíba.

Seu foco consiste na formação das legislaturas para a Assembleia Nacional e Provincial, além dos principais membros dos partidos e das principais discussões parlamentares. A narrativa apresenta nome por nome, o que acaba tornando-se cansativa. Então, faz referência – depois de várias páginas e capítulos – à escravidão, ao tratar do Gabinete Conservador e do fim do tráfico de escravos aprovado em 1850. Contudo, o debate de 1831 é silenciado. Também não há referências à lei de 13 de maio de 1888. A escravidão aparece como um problema a ser resolvido pelas elites do Brasil. Celso Mariz assumiu vários cargos políticos como vereador, secretário e deputado estadual. Além disso, ocupou espaços importantes como o de Inspetor Regional de Ensino e Diretor do Departamento de Educação (TRIGUEIRO NETO, s/d). Como já afirmamos, esta experiência ressalta a importância que esses autores tiveram no ensino de história, importante instrumento de formação de uma cultura histórica.

Nas décadas de 1920 e 1930, a RIHGP entra em uma irregularidade maior⁵⁴. Nas poucas edições publicadas, as referências à população negra foram ainda mais escassas. A única referência que identificamos nas sete revistas entre 1922 e 1937 foi o discurso de José Baptista de Mello em 7 de setembro de 1935, comemorações do trigésimo aniversário do Instituto. Com o título de *Dia da pátria*, o texto do autor enfatiza o civismo e patriotismo do brasileiro expressos na expulsão holandesa (na clássica representação do povo brasileiro em André Vidal de Negreiros,

54 Em quinze anos, o IHGP lançou cinco volumes da revista: 1922 (volume 5), 1928 (volume 6), 1932 (volume 7), 1935 (volume 8), 1937 (volume 9).

Felipe Camarão e Henrique Dias: o branco, o índio e o negro), a guerra dos Mascates em Pernambuco, Tiradentes e a Conjuração Mineira, 1817 e o dia da Independência. Em todos esses momentos, o Brasil sempre quis sair do jugo português e tornar-se independente. Dentro dessa característica de ser brasileiro (que aparece quase que natural),

até os próprios escravos, na miragem de ser livres, acoitavam-se no alto das serras desertas onde formavam repúblicas e exerciam vinganças. O exemplo dos Palmares, apesar da ignorância e desvio dos negros, ficou na História com o arrazamento do seu arraial e a morte do chefe Zumbi, como uma página da epopéia libertária que de qualquer modo merece respeito e admiração (MELLO, 1937, p. 16).

Apesar de lembrar um episódio da população negra no Brasil, o quilombo dos Palmares, a visão do autor ainda apresenta-se impregnada de um preconceito racial e de classe ao perceber nos negros palmarinos “ignorância e desvio”. Além do mais, Palmares é pensado como uma República. Afinal, até mesmo os escravos no Brasil tendiam ao republicanismo ao lutarem pela liberdade, segundo a lógica do autor.

Uma das poucas exceções (talvez a única) no que diz respeito aos autores do Instituto que abordavam a população negra foi Ademar Vidal. Nascido em 1899, Vidal seguiu a linha biográfica quase idêntica aos demais membros do IHGP até aqui analisados. Estudou no Liceu Paraibano, na Faculdade de Direito do Recife, trabalhou como jornalista, advogado e procurador do estado. No final da década de 1920, assumiu cargos no governo como secretário (RAMOS, 2000). Era vinculado ao grupo oligárquico dos Pessoa e foi um dos principais responsáveis

pela formação da imagem do presidente assassinado João Pessoa. Parte de suas obras discorre sobre este político e seu tio, Epiácio Pessoa.

Mesmo tendo todas essas informações biográficas, Ademar Vidal dava muita atenção à população negra e ao nosso passado escravista. Ainda na década de 1930, participou do 1º Congresso Afro-brasileiro (1934), em Recife, organizado por Gilberto Freyre (pouco depois de ter publicado seu clássico *Casa-Grande e Senzala*) que culminou na coletânea *Estudos afro-brasileiros*. Nessa oportunidade, Vidal (1988) escreveu *Três séculos de escravidão na Paraíba*. Desde a chegada dos primeiros africanos no processo de conquista da Paraíba até a Abolição, o autor descreve a formação dos quilombos, o comércio de escravos, as leis e os impostos, os maus tratos e a resistência.

Interessa lembrar que nesse período vigorava uma ideia positiva do passado escravista levantada por Gilberto Freyre em 1933 com *Casa-Grande e Senzala*. Ademar Vidal era seu amigo e talvez por isso tenha desenvolvido o interesse pela temática (MELLO, s/d). Entretanto, não concordava com essa visão harmoniosa de Freyre. Em todo seu texto, Vidal destaca as características violentas da escravidão. Trabalhando como folclorista, o autor escreveu algumas obras, destacando o papel da população negra na Paraíba, sendo uma delas o livro *Práticas e costumes afro-brasileiros*⁵⁵.

Neste livro, Vidal se dedica às práticas culturais que ele vivenciou e observou na Paraíba, sobretudo, após a expedição de Mario de

55 Esta obra nunca foi publicada oficialmente. Entretanto, na biblioteca do IHGP encontramos um exemplar mimeografado. O ano de sua escrita é incerto, em vários momentos, o autor se refere a anos distintos como a década de 1930, 1940 e 1950. Esse livro é uma compilação de vários escritos de Ademar Vidal em vários momentos e, provavelmente, foi organizado na década de 1950.

Andrade. Para ele, essas expressões folclóricas tinham forte influência dos negros. Diferente de seus parceiros do IHGP, ele sugere que numericamente a população negra era superior aos brancos e índios. Porém, acreditava que os negros fisicamente desapareciam sem deixar suas marcas. Permaneceriam as expressões culturais por serem de uma “raça forte”. A partir dessas considerações, o autor analisa várias expressões como a Nau Catarineta, o Maracatu, o Congo, danças rurais entre outros, sempre destacando a influência negra. Sua obra é, sem dúvida, uma importante e interessante exceção entre os membros do IHGP. Na mesma época em que ele escrevia *Três séculos de escravidão*, outros continuavam a esquecer a população negra. Um dele foi Luiz Pinto, que publicou *Síntese histórica da Paraíba*.

Ainda que não fizesse parte do quadro efetivo do IHGP, Luiz Pinto comungava da mesma perspectiva do Instituto, sendo legitimado por esta⁵⁶. Ao seguir a mesma linha factual de Irineu Pinto, apresenta, em sequência cronológica, os acontecimentos ocorridos desde 1501 até a década de 1930⁵⁷. Percebendo a história a partir de ciclos, sua obra é praticamente um relato dos governadores que estiveram à frente da Paraíba e agiam pontualmente. Os fatos são apresentados de maneira isolada, sem nenhuma conexão. A população indígena é vista como selvagem. Os negros são sinônimos de escravos e surgem apenas em 1701, quando o autor afirma que em tal ano foram “desalojados e punidos os negros fugidos de Palmares, que se haviam reunido no *Cumbe* [sic],

56 Um exemplo disso é o prefácio, feito por Coriolano de Medeiros, um dos membros mais participativos e lidos do IHGP.

57 Na segunda edição, Luiz Pinto atualiza a obra até a década de 1960, mas não altera o conteúdo da primeira publicação. Acrescenta apenas uma introdução sobre a história da Paraíba.

para a prática do roubo e assassinio” (PINTO, 1960, p. 57). A única referência à população negra, assim, é de maneira extremamente negativa. O “pardavasco” Bastos, que iniciou a contra-revolução de 1817, também é apresentado de forma negativa ao estar “à frente de indivíduos indesejáveis” (PINTO, 1960, p. 69). Afinal de contas, ele teria posto fim a um dos momentos mais importantes da história do país, na visão desses autores.

A Paraíba é colocada como pioneira no processo abolicionista, dando destaque a importantes nomes do movimento. O famoso caso da cidade de Areia é destacado, por ter dado fim à escravidão antes da Lei Áurea. Interessa destacar que, na introdução histórica da segunda edição, Pinto dedica um tópico específico para se discutir “Independência, abolição e república”. A única data que não é citada é o 13 de maio. Tanto o 7 de setembro e o 15 de novembro são vistos como reflexo do sentimento libertário do Brasil, que a Paraíba já apresentava desde a expulsão dos holandeses, passando pelo movimento de 1817. O mesmo ocorre em outra obra do autor, da década de 1970, *Fundamentos da História e desenvolvimento da Paraíba* (1973), em que faz uma rápida descrição da história da Paraíba, dedicando um tópico para os já referidos temas, sem citar a Abolição (a não ser no título do tópico). Acreditamos que esse foi um esforço do autor em inserir a Paraíba em todos os momentos marcantes do Brasil, mas que não se aprofundou sobre o 13 de maio, pois não o interessava.

Nas décadas seguintes, a produção da RIHGP foi esparsa. Apenas quatro volumes foram publicados nos anos 1940 e 1950. Em apenas um caso a temática da escravidão foi abordada. Álvaro de Carvalho (1946), na conferência em comemoração à Abolição, afirma

ser a escravidão um “fenômeno social como outro qualquer”. Ele acredita que a visão negativa da sociedade escravista foi construída pelo movimento abolicionista. A escravidão foi algo normal e necessário do ponto de vista econômico. Para Carvalho, a população negra ia se diluir com o tempo, graças ao fenômeno da mestiçagem.

Adiantemos um pouco até chegar às décadas de 1960 e 1970, quando o IHGP já apresenta no quadro de seus membros uma geração completamente nova em relação aos fundadores. Apesar disso, as vinculações sociais, políticas e de classe continuam as mesmas. As narrativas continuam sendo sintéticas e focadas na história política tradicional, desconsiderando a população subalterna, principalmente, os negros (escravos e livres pobres). A novidade desse período foi a emergência do chamado “municipalismo”, ou seja, obras voltadas para a história dos municípios⁵⁸.

Um dos nomes dessa nova característica da historiografia no período foi Elpídio de Almeida, que publicou seu livro *História de Campina Grande* em 1964. O autor evita ao máximo a utilização da bibliografia, focando apenas nas fontes encontradas nos arquivos⁵⁹. O

58 Muitos são os exemplos de história dos municípios: O Velho Arraial do Piranhas (Pombal), de Wilson Seixas (2004); Brejo de Areia, de Horácio de Almeida (1958), além de artigos na RIHGP.

59 Pelo menos, aquilo que sobrou após a queima dos papéis promovida pelo Quebra-quilos. O autor é muito insistente nesse ponto, enfatizando-o durante toda a obra. Para ele, o problema da conservação de fontes escritas na Paraíba, em especial Campina Grande e proximidades, teria se dado devido ao movimento. Aliás, a visão do autor sobre o Quebra-quilos é bastante negativa, tendência comum aos autores do IHGP, como citamos anteriormente. Diana Galliza (1979) também embarca nesse discurso e afirma a não existência de fontes devido ao movimento de revolta popular ocorrida em 1874. Luciano Mendonça de Lima (2006, 2011) desmente essa ideia. Em obra sobre o referido movimento, o mesmo autor demonstra a existência de vários documentos do período.

objetivo de sua obra, de forma geral, foi contribuir para a historiografia da Paraíba. Segundo ele, muito estava sendo produzido sobre os municípios em particular. A reunião de todas essas obras daria uma história geral do estado.

História de Campina Grande se inicia com as Entradas da segunda metade do século XVII, responsáveis pela interiorização e fundação de Campina Grande. Mais uma vez, como era comum aos autores do IHGP, os Oliveira Ledo são os personagens principais, em especial, Antonio de Oliveira Ledo, um “espírito aventureiro” (ALMEIDA, 1980, p. 17). A população negra aparece apenas quando, ao tratar de Domingos Jorge Velho, Elpídio cita os “negros revoltados de Palmares”.

Após essa passagem, as referências aos negros se revelam em apenas dois momentos: sobre os 16 escravos de Paulo de Araújo Soares, importante nome político de Campina Grande do século XVIII, que teve seu documento transcrito pelo autor. Na verdade, Elpídio não fala da população negra, apenas transcreve o documento, em que consta esses escravos. A segunda vez a que também se refere é diante da mesma situação: quando cita um documento, nesse caso, a população da capitania da Paraíba e vila de Campina Grande em 1798. Das 3.004 pessoas da vila, 971 eram brancas, 692 pretas e 1341 mulatas (ALMEIDA, 1980, p. 82).

A sequência da narrativa é o 1817, a Confederação do Equador na Paraíba e 1848, com seus respectivos “mártires”. Em seguida, os açudes velho e novo e a cidade (autônoma em 1864) tornam-se protagonistas. Ao se referir ao Quebra-quilos, Elpídio demonstra claramente seu posicionamento:

Foi um movimento sedicioso, sem idealismo, selvático, sem orientadores conhecidos e sem chefes descobertos e responsáveis. Grupos de camponeses ignaros, que se iam agregando desajustados e criminosos, saíram a invadir povoações, vilas e cidades, soltando presos, perseguindo maçons, tomando dinheiro, ameaçando, destruindo pesos e medidas, incendiando arquivos públicos (ALMEIDA, 1980, p. 147).

Os escravos, segundo o autor, tentaram tirar proveito do caos gerado pelos sediciosos, mas não obtiveram êxito. Cita o negro Benedito como líder dos escravos. E nada mais. Nos capítulos seguintes, a seca de 1877, o paço municipal e os membros da câmara de Campina Grande nos últimos anos do século XIX são os objetos de estudo. Em linhas gerais, a população negra não aparece em quase nenhum momento da narrativa de Elpídio de Almeida. As vezes que se refere aos movimentos populares, sua visão é extremamente negativa, como no caso do Quebra-quilos. Era um homem da elite, falando do seu lugar. De cima para baixo, não conseguindo enxergar a população negra e, quando sim, com desprezo. Elpídio de Almeida era formado em medicina e assumiu cargos públicos voltados para saúde. Na década de 1940, tornou-se prefeito de Campina Grande, demonstrando sua influência política. Seu nome é homenageado pelo Instituto com uma cadeira.

De todos os discutidos até aqui, talvez a figura mais significativa do Instituto e um dos mais influentes nomes da historiografia paraibana foi e continua a ser Horácio de Almeida. Ele se propõe a dar continuidade à escrita da história da Paraíba partindo da perspectiva do IHGP. Horácio de Almeida era membro efetivo e, mais tarde, ganhou uma homenagem, tendo uma cadeira em seu nome. Ele foi considerado,

em uma publicação feita pelo próprio Instituto, o “historiador maior” da Paraíba (VASCONCELOS, s/d).

Descrevendo detalhadamente os aspectos geográficos da região, o autor atenta, em seguida, em traçar os principais acontecimentos políticos da história da Paraíba. Há uma preocupação grande com o que ele chama de “verdade histórica”, focando-se em detalhes muito específicos como a data da fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa; ou o lugar em que possivelmente tenha vindo a primeira Armada para o conhecimento do Brasil, em 1501. Seu objetivo era encontrar as “origens” da história da Paraíba, que estariam desde o primeiro contato com os portugueses, sendo “verdadeiro” em seus detalhes e buscando apresentar uma “visão mais nítida dos fatos” (ALMEIDA, 1978, vol. I, p. 10).

O primeiro volume da obra foi publicado em 1966 “às pressas”, como admite (ALMEIDA, 1978, vol. I, p. 9). A perspectiva em relação ao que ele concebia como história é perceptível em algumas passagens. Além de estar sempre preocupado com o que chama de “verdade histórica”, Horácio de Almeida apresenta respeito ao que ele denomina de “história oficial”. Na nota preliminar do primeiro volume, afirma ter escrito tal obra e ao relê-la mudaria muita coisa. Ao iniciar a empreitada de reescrevê-la, culminando em um segundo volume, descobriu que José Américo de Almeida havia sido convidado a escrever um livro sobre história da Paraíba. Segundo Horácio, “Diante da notícia que a imprensa divulgou suspendi o trabalho que vinha fazendo, levado por um raciocínio que depois considerei errado. A história que ele [José Américo] ia fazer entendi que seria oficial, porque composta sob encomenda do

governo” (ALMEIDA, 1978, vol. I). Sendo uma história oficial, não valeria contestação.

Mais adiante, também discutindo as informações “verdadeiras” sobre a história da Paraíba, acreditava ter sido algumas informações apresentadas pelo *Sumário das Armadas* mais confiáveis. Isso porque “esse Sumário pode ser em língua chã e arvesada, derramado de elogios, mas é documento oficial, porque redigido de ordem superior hierárquico” (ALMEIDA, 1978, vol. I, p.97). Mesmo tecendo críticas, ele deveria ser verdadeiro por ser oficial. Contudo, não vamos fazer uma análise metodológica da obra de Horácio de Almeida. Essas rápidas considerações foram para alertar o leitor quanto à abordagem dada pelo autor de *História da Paraíba*. Vamos, então, para a versão por ele apresentada sobre como os negros participaram da história.

Horácio de Almeida ao tratar da formação histórica da Paraíba dedica-se, principalmente, à “obra civilizadora” dos portugueses e como esta entrou em contato com os indígenas. O primeiro volume de sua obra é inteiramente voltado para os detalhes das expedições e batalhas para a conquista da Paraíba, os primeiros governadores e suas ações, a invasão holandesa e o fim dessa dominação. Apenas no último capítulo o autor traz detalhes acerca dos indígenas (ALMEIDA, 1978, vol. I)⁶⁰.

Há uma preocupação constante em discutir a questão da mestiçagem. Nitidamente influenciado por Gilberto Freyre na década de 1930, Horácio de Almeida tenta, até de maneira desconexa, defender que a Paraíba foi marcada pela miscigenação. Apresenta de forma muito sutil certa predileção pela miscigenação com os indígenas, que teria sido

60 O primeiro volume da obra foi publicado em 1966. O segundo em 1978. A edição utilizada neste trabalho foi a publicada em 1978, em dois volumes.

formadora do povo paraibano. Foi a partir da “mistura” dos brancos com os índios que se formou

uma raça forte, por vezes rebelde, contra toda a sorte de injustiça social. E é nessas raízes profundas que deve o sociólogo procurar explicação para a resistência nunca desmentida do nordestino, tantas vezes posta à prova, contra a natureza e contra os abusos do poder político e econômico (ALMEIDA, 1978, vol. I, p.78).

Ressaltando sempre a força da população nordestina e, especificamente, paraibana, Horácio de Almeida destaca o papel dos indígenas. Essa miscigenação entre brancos e índios deu-se de maneira mais fácil, pois os índios teriam sofrido menos com o cativo na Paraíba, diferente do que ocorreu em Pernambuco. E mais uma vez destaca:

Misturou-se depressa com o branco, caldeou-se com ele e foi dessa fusão que saiu o homem forte do Nordeste, o cabeça chata, o cabra macho que pegou no bacamarte e ajudou a expulsar o invasor holandês, o caboclo sorumbático da roça curvado ao cabo da enxada, o homem da terra, que tem amor à terra e já adquire a consciência de que terra é bem comum de todos (ALMEIDA, 1978, vol. I, p. 149).

Ao discutir, assim, uma origem heroica do passado, os indígenas teriam um papel crucial, contribuindo com o elemento da força e resistência. Se o povo paraibano era forte, resistente e lutador seria uma herança indígena e portuguesa, discurso muito próximo ao proferido por José Américo na obra já analisada. Em sua opinião, os indígenas eram subvalorizados na contribuição que deram para o nosso desenvolvimento histórico, chegando a afirmar que muitos dos valores indígenas

eram atribuídos aos negros de forma equivocada (ALMEIDA, 1978, vol. I, p. 230).

Porém, Horácio de Almeida não descarta a presença africana na formação do povo paraibano. O autor atribui aos negros papel tão importante quanto os indígenas e brancos. Dessa maneira, acaba entrando em contradição. Primeiro porque os elementos positivos (como a força e resistência) caberiam apenas aos índios, como vimos. Segundo, em toda sua narrativa, a população negra simplesmente aparece de maneira muito esparsa e secundária.

Quando trata da miscigenação dos brancos e índios, Horácio de Almeida admite que esta continuou com os negros. Logo em seguida, se questiona: “É estranho, pois, que uma sociedade assim constituída, em terra de tanta mestiçagem, onde não há racismo, cultive preconceitos de cor” (ALMEIDA, 1978, vol. I, p. 78). O autor, preocupado em demonstrar certa harmonia entre as raças atribuída graças à mestiçagem, afirma não haver racismo. Ao mesmo tempo, não consegue admitir a não existência do preconceito de cor. Seríamos, assim, uma sociedade preconceituosa em relação à cor, mas não racista? Como diferenciar essas questões, não saberíamos dizer. De maneira que, na mesma linha de Gilberto Freyre (2006), Horácio de Almeida justifica essa falta de racismo à ausência de mulheres brancas em terras da América e a facilidade dos portugueses em permitirem um “intercurso sexual” com índias e negras. Como afirma o próprio Almeida “Deve-se por isso mesmo aos portugueses a ausência de racismo, porquanto acostumados a viverem misturados com as índias acabaram se misturando com as **negrinhas** escravas” (ALMEIDA, 1978, vol. I, p. 50, grifo nosso).

Ademais dessas considerações sobre a nossa suposta falta de racismo, o primeiro volume de *História da Paraíba* perpassa os eventos de conquista da Paraíba, início da colonização, dando destaque a cada governo (às vezes, exaltando alguns governadores específicos, como Frutuoso Barbosa), a dominação holandesa e sua expulsão. Nessa linha narrativa, os negros aparecem apenas como escravos. E em uma dessas poucas referências feitas pelo historiador em relação aos cativos africanos, trata da peste de varíola ocorrida ao final do século XVI, dizimando parte da população. Esta peste teria sido introduzida no Brasil pelos escravizados chegados da África. O último capítulo deste volume é dedicado a uma etnografia sobre a população indígena.

O segundo volume inicia-se com o processo de reorganização dos portugueses após a expulsão dos batavos. Boa parte deste volume refere-se ao processo de interiorização e conquista do sertão. Mais uma vez, os protagonistas dessa narrativa são os portugueses e indígenas. Os negros não aparecem em quase todo volume. Apenas nas últimas (três) páginas do quinto capítulo deste volume (ou seja, ao final da obra), o autor faz referência à população negra escravizada. Ao tratar das manumissões e da Abolição, Horácio de Almeida afirma que essa já era uma prática na província, destacando o papel “edificante na redenção do cativo” de sua cidade natal Areia.

A perspectiva apresentada por esses autores, que influenciou quase toda a historiografia produzida sobre a Paraíba durante todo o século XX, não foi fora de seus lugares. Como estamos defendendo, a construção de uma cultura histórica faz parte de uma hegemonia de classe. Não é por outro motivo que esses autores têm essa visão e fazem parte do mesmo lugar institucional.

Horácio de Almeida também compunha as classes mais abastadas da Paraíba. Descendente da elite de sua cidade, Areia, após ter estudado no Liceu Paraibano, dirigiu-se para Recife, onde formou-se em Direito. Almeida assumiu cargos políticos, como de secretário de estado, e exerceu atividades na imprensa como advogado e juiz. Não só fazia parte do IHGP como foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras (ARRUDA, 2003; VASCONCELOS, s/d).

Além dessas obras clássicas, a RIHGP teve quatro volumes lançados na década de 1960. Em nenhum dos trabalhos publicados há sequer uma referência à escravidão ou à população negra. A única exceção é o artigo de Humberto Nóbrega sobre Bananeiras. Após discorrer sobre uma fundação mítica da cidade, em que um homem branco seria devorado por índios antropófagos e Nossa Senhora do Livramento o salvou, Nóbrega (1968, p. 17), em um parágrafo sobre o tema, afirma que “O braço cativo muito contribuiu para o cultivo dos campos, mas sua alforria se processou naturalmente”. Além dessa, nenhum outro membro do IHGP fez referências à população negra ou à escravidão, apesar de haver artigos sobre a economia da Paraíba ou sobre as ordens religiosas, possuidoras de escravizados.

A década de 1970 foi marcante para a produção da historiografia da Paraíba. Alguns fatores levaram a isso. O primeiro deles foi a fundação do NDIHR e a institucionalização da pesquisa histórica no estado. Até esse período, o espaço hegemônico da produção do conhecimento histórico era o IHGP. Apesar da existência do curso de história na Universidade Federal da Paraíba, quase não havia pesquisas em história. A criação do NDIHR tinha como objetivo o “levantamento, organização e sistematização de fontes documentais sobre História Regional

e da Paraíba, uma vez que estas se encontravam dispersas e era necessário criar o suporte para as pesquisas, quanto a realizações de projetos de investigação sobre temas regionais-locais” (SILVEIRA, 2011, p. 241)⁶¹.

Além desse fator, cabe destacar que o IHGP entrou em uma nova fase de produção. Apesar das dificuldades financeiras e da pouca participação dos consócios sempre lembradas nos relatórios das diretorias, o Instituto dirigido por Humberto Nóbrega, Deusdedit Leitão e depois por Rosilda Cartaxo tentou dinamizar mais a produção, publicando algumas obras, promovendo cursos e seminários, e mantendo a publicação da Revista, com o apoio da Universidade Federal. A perspectiva dos autores continuou a mesmas. Contudo, alguns membros começaram a ampliar mais os horizontes, incorporando, por exemplo, novas fontes de pesquisa.

Foi nesse período que o tema da escravidão surgiu com mais frequência, apesar de ainda ser pouco trabalhado entre os membros do IHGP. Uma data importante para essa temática aparecer na pauta da escrita do Instituto foi o centenário da chamada *Lei do Ventre Livre*, em 1971. Neste mesmo ano, a revista teve dois volumes publicados. No volume 19, Pedro Nicodemos dedica-se a pensar a referida lei. Remete à antiguidade para discorrer sobre a prática da escravidão. Para o autor, os proprietários sabiam da falta de rentabilidade da mão-de-obra escrava, mas não tinham como suprimi-la, apresentando-se, assim, como um “mal necessário”. Nicodemos cita os movimentos ditos liberais de 1817

61 Várias ações foram tomadas para chegar aos objetivos acima apresentados. Não só desenvolvendo pesquisas, organizando acervos e microfilmando documentos, o NDIHR junto à editora universitária republicou livros clássicos da historiografia, quase todos analisados neste capítulo com a série *Documentos Históricos*. Uma análise mais aprofundada sobre o NDIHR e sua produção, ver Morais (2012).

e 1824 que não tocaram no assunto e as leis de 1831, de 1850. A *Lei do Ventre Livre* deu início ao processo de Abolição que culminou na Lei Áurea. Com o fim da escravidão, quem havia vencido era a dignidade humana (NICODEMOS, 1971).

Outro importante artigo sobre essa temática, também publicada no referido volume, foi escrito por Waldice Porto. A autora percebe a lei de 1871 inserida em um processo abolicionista que teria iniciado em 1823 com os Andradas. Os marcos são os mesmo usados por Pedro Nicodemus: as leis de 1831 e de 1850 contra o tráfico, a *Lei do Ventre Livre* e a Princesa Isabel, exaltada neste artigo e, como já citamos anteriormente, como “redentora”, “instrumento da vontade divina” (PORTO, 1971, p.143)

Além dos dois artigos sobre a lei de 1871, a temática dos quilombos também foi tratada no volume 19 da RIHGP. Em *Os quilombos* Antônio Freire dialoga com autores que, à época, produziam importantes trabalhos sobre o mesmo objeto, como José Alípio Goulart e Edison Carneiro. Para Freire, colocando-se contra a visão de que o anseio de liberdade era o principal motivo para sua formação, a “verdade histórica” era que os negros já traziam consigo (em suas almas) a revolta. Essa rebeldia intrínseca aliada à violência do regime levava a isso. Insere a Paraíba rapidamente, ao citar o caso do quilombo do Cumbe, mas sem se aprofundar na discussão (FREIRE, 1971).

Os dois volumes seguintes da revista (20 e 21, de 1974 e 1975) também trazem aspectos da escravidão. A autora que se dedica a esse tema é, mais uma vez, Waldice Porto. Em *O elemento servil na transição Brasil Colônia/Império*, na comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil, Porto trata dos elementos gerais já consolidados pela

historiografia de então sobre o início da colonização do Brasil, com os motivos para a fixação dos engenhos e institucionalização do comércio de escravos. A escravidão era fundamental para o Brasil. Perpassando pela repressão e formação dos quilombos, as ideias liberais do final do século XVIII, projetos e leis para o fim do tráfico, Waldice Porto destaca, em uma visão heroica e benevolente, as ações de José Bonifácio e d. Pedro I ao alforriarem seus escravos (PORTO, 1974).

O outro texto de sua autoria publicado no volume 21 da RIHGP intitula-se *Origem e peculiaridade da carta de alforria*. A perspectiva é estritamente jurídica. Explica, de maneira simplista, a escravidão moderna. O escravo é visto pela autora como *coisa*, algo comum à época, e vê nas alforrias uma estratégia de manutenção do regime escravista, previsto desde o direito romano. Por fim, Porto transcreve quatro cartas de alforria da Paraíba (PORTO, 1975).

Nas publicações da RIHGP foi um avanço a temática da escravidão ter aparecido em maior quantidade. Contudo, eram ainda limitadas. A primeira razão delas consiste na abordagem, sucinta e apenas descritiva, sem muitas reflexões. Em segundo lugar, devido ao fato das exposições serem gerais e apresentarem apenas como secundária no processo. Em todos os casos citados, quando mencionada, a Paraíba aparece em pouco mais de uma linha (ou no caso de transcrição direta dos documentos).

Em 1976, Waldice Porto publicou *Paraíba em preto e branco*, que acreditamos ser a primeira obra específica sobre a escravidão na Paraíba. Como a própria autora admite, a temática ainda não havia sido debatida como deveria. Diante disso, seu objetivo era “dar ao tema focalizado, um sentido universal, primando para que se tenha uma ideia do

que significou para nós e para o desenvolvimento da Paraíba, a contribuição do negro africano no seu mundo de cativo” (PORTO, 1976, p. 25). A obra, assim, apresenta uma importante contribuição para pensar a sociedade escravista da Paraíba. Entretanto, sua abordagem não está isenta de crítica.

O início do livro dá-se no capítulo *A origem da escravidão negra*, no qual Waldice Porto identifica a origem bíblica do escravismo na maldição de Noé sobre os descendentes de Cam, seu filho. Para a autora “o negro africano viria cumprir a missão que lhe fora imposta pela própria bíblia” (PORTO, 1976, p. 29)⁶² e acrescenta que o sofrimento vivenciado por essas pessoas valeu a pena, pois devido a isso, surgiu no Brasil uma nova raça.

Porto defende (seguindo o mesmo argumento de Álvaro de Carvalho na década de 1940) que a escravidão foi um mal necessário. Se os negros escravizados pagaram pelo crime cometido (de acordo com o Antigo Testamento), agora a visão que se tem sobre eles é de glorificação. Desde o século XVI, a Paraíba recebeu esses africanos para trabalharem nos engenhos criados. Em vários momentos, Porto faz referência à violência do regime escravista, entretanto, sempre destaca as “camaradagens e alegrias”. Demonstrando influência de Freyre, a sexualidade nas senzalas é um tema presente.

Os quilombos, alforrias, as tropas de Henriques e as irmandades perpassam a narrativa da autora. Ao discutir a Abolição, seguindo a linha de muitos membros do IHGP, o foco é voltado para as elites e indivíduos da classe média que se envolveram com o movimento

62 Em vários momentos, a autora se refere à população negra como “descendentes de Cam”.

abolicionista e promoveram o fim da escravidão. A população negra escravizada não teve papel de destaque no processo.

Waldice Porto admite que os negros e brancos tiveram maior participação na composição racial da Paraíba, mais do que os indígenas. Entretanto, para ela, os paraibanos são mais brancos do que negros. Não identificamos o uso de muitas fontes que não fossem bibliográficas. Quase todo o livro é uma espécie de retalhos de citações, sem muita análise. Parte do que autora afirmou não tem as fontes explicitadas. Waldice Porto é bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba na década de 1970. Desde a década de 1960 era funcionária pública, sendo vinculada a várias associações e institutos, além de também se envolver com atividades jornalísticas. Não foi a única a produzir sobre a escravidão na Paraíba.

Ademais da institucionalização da pesquisa histórica da Paraíba e da dinamização vivida pelo IHGP na década de 1970, outro importante fator para o desenvolvimento da historiografia na região foi a fundação do primeiro curso de pós-graduação em história do Nordeste na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1975. Com isso, pesquisadores tiveram a possibilidade de produzir academicamente estudos monográficos sobre certos temas, recortes e regiões, afastando-se da postura das histórias-síntese como eram propostas pelos Institutos Históricos.

O primeiro resultado da criação do mestrado em história na UFPE foi a dissertação de Diana Galliza, *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*, de 1977 e transformada em livro dois anos depois. Esta obra é o primeiro trabalho acadêmico sobre escravidão na Paraíba. Seus objetivos eram

enfocar o papel do escravo na economia rural, durante a segunda metade do século XIX, especialmente na zona sertaneja, onde o desempenho do escravo tem sido desprezado. Depois, analisar o declínio da população cativa na Paraíba, estudando o tráfico interprovincial, o processo de manumissão e os movimentos emancipacionista e abolicionista que penetraram na Paraíba (GALLIZA, 1979, p. 15).

Tais objetivos já demonstram a importância que o trabalho de Galliza teve na historiografia. Além de apontar para a existência da escravidão na Paraíba, que, como estamos defendendo, era algo sem importância para os historiadores, ela enfrenta um mito criado até então de que não haveria negros escravizados no sertão, indo contra autores clássicos como José Américo de Almeida e Capistrano de Abreu. Galliza utiliza como principais fontes os documentos cartoriais (cartas de alforria, inventários e testamentos), relatórios do Presidente de Província, censos, entre outros. A partir disso, apresenta uma considerável contribuição para história econômica da Paraíba.

Vinculada ao IHGP desde 1985, Galliza caracterizou-se pela atividade acadêmica. Doutorou-se em 1989 pela Universidade de São Paulo e era professora da Universidade Federal da Paraíba antes de se tornar sócia do Instituto. A perspectiva de história da autora é diferente dos demais membros. Acreditamos que sua formação acadêmica seja a responsável por isso.

Aécio Aquino (1980) também foi uma das exceções do IHGP ao tratar da temática da escravidão. Em 1977, escreve sua tese de livre docência intitulada *Nordeste – século XIX*, publicada em 1980, na qual aborda os vários relatos dos viajantes na região. Um dos tópicos do segundo capítulo da obra trata das várias classes, categorias sociais e raças

descritas pelos viajantes. A diversidade era algo que sempre chamava atenção. A população negra era sempre presente, das mais variadas formas. Entretanto, ao que nos parece, falta à obra mais problematização. Por exemplo, em várias passagens o autor cita Henry Koster (viajante inglês que morou em Recife) discorrendo sobre uma suposta democracia racial no Brasil, mas sem nenhuma análise. Este livro acaba tendo um caráter menos analítico do que sintético, mas que teve sua importância, pois sistematizou parte dos relatos de viagens de estrangeiros na região Norte do Brasil nos períodos colonial e imperial.

Mais adiante, Aquino publica *Filipeia, Frederica, Paraíba* sobre os primeiros cem anos da cidade da Parahyba. Ou seja, discorre até as proximidades do fim do século XVII. As duas primeiras partes são dedicadas aos antecedentes e ao processo de conquista da Paraíba. Por fim, aborda os habitantes da cidade. A população indígena e branca assume papel fundamental. Aos negros é dedicado um tópico de três páginas ao final do livro em que descreve a população africana que existia na Paraíba, fazendo a ressalva de que “sempre foram poucos os escravos negros existentes na Paraíba, mas nunca deixaram de haver, desde o início da conquista” (AQUINO, 1988, p. 116). Reconhece a existência deles, mas a minimiza.

Chegamos em nossa análise à década de 1980, outro importante momento da historiografia. Em 1985, a Paraíba completara – oficialmente – 400 anos. O governo do estado resolveu criar uma comissão específica para organizar as comemorações. Diante de todos os aspectos aqui já abordados, quais foram os escolhidos? Apesar da UFPB ter um departamento de história e pesquisadores sobre a Paraíba, foram os membros do IHGP responsáveis pela organização desse evento. Verbas

públicas foram destinadas às festividades e cerimônia, além da publicação de obras sobre a história da Paraíba.

Uma das obras que foi resultado do incentivo do poder público para as comemorações do IV centenário da Paraíba, *Uma cidade de quatro séculos*, organizado por Wellington Aguiar e José Octávio Mello (1985), é uma coletânea de textos já publicados sobre a capital da Paraíba. Em toda a seleção de capítulos, a população negra, em qualquer situação jurídica, aparece representada em apenas três momentos, de maneira muito rápida. Um leitor que tenha se dado ao trabalho de observar todos os detalhes da obra, pouco daria conta da população negra. A capital da província não teria espaço para as experiências dos escravos, libertos ou livres, descendentes de africanos.

As poucas referências encontradas foram, em primeiro lugar, um trecho de um livro de Walfredo Rodriguez (*Roteiro Sentimental de uma cidade*, de 1962) que descreve as ruas da cidade e cita Antônia da Silva, uma crioula forra que morava em uma destas ruas. Com exceção do trecho da obra de Rodrigues, as demais referências à população negra são transcrições de fontes de pessoas que viveram na época, como o relatório de Fernando Delgado de Castilho e as descrições de viagem de Daniel Kidder, que apenas citam a necessidade de escravos e a presença de negros na Festa das Neves, respectivamente. Apesar de terem sido abordados temas como a economia e demografia da Paraíba, nem a escravidão, nem a população negra tiveram espaço na coletânea. Sabemos, como estamos defendendo, que a produção historiográfica era esparsa sobre esse tema, mas que já existiam algumas pesquisas. A escolha dos autores deve ser problematizada. Por que eles não escolheram textos que abordassem a questão da escravidão ou, pelo menos,

fizessem referências à população negra, seja escravizada, liberta ou livre? Acreditamos que pelo mesmo motivo que não levou aos demais autores destacarem esse tema.

Apesar do financiamento público, as Revistas do Instituto não tiveram a mesma sorte nessa época. Isso porque, em plena comemoração do IV centenário, apenas dois volumes foram publicados na década de 1980. Mesmo tratando de assuntos relacionados à economia da Paraíba, os autores do IHGP dedicam rápidas passagens aos escravizados ou à população negra. A primeira delas, quando Aécio Aquino (1986) escreve *Aspectos antropossociais no início da colonização* e, utilizando as fontes produzidas no período holandês (que fazem referência à população negra), cita os documentos. Domingos de Azevedo Ribeiro (1986, p. 30) se preocupa com a música na Paraíba do período colonial e dedica um parágrafo para a música africana, sobretudo, para a assimilação que ela sofreu.

Waldice Porto, pela primeira vez nas revistas, não se dedica ao tema da escravidão, mas à ordem franciscana. Apesar disso, a autora lembra o fato de esta ser proprietária de escravos, questão ocultada até então (PORTO, 1986, p. 128). Diana Galliza (1986), agora membro do IHGP, escreve sobre as economias criatória e açucareira na região, destacando rapidamente a população negra que veio como escrava. Apesar de seu interesse pela temática da escravidão, a autora não se atém muito a isso. Por fim, destacamos o texto de Geraldo Joffily (neto de Irineu Joffily) que escreveu sobre a formação da cidade da Parahyba, seus engenhos e inquisição. Neste ensaio, ele destaca rapidamente o início da importação de africanos no século XVII e a crueldade da escravidão (JOFILLY, 1986).

O nosso percurso historiográfico chega aos anos de 1990. Peço para que o leitor não se espante, mas pouco mudou na produção do conhecimento histórico promovido pelo IHGP. As revistas do Instituto, nesse período, sofrem uma importante alteração do ponto de vista editorial (com publicações mais amplas e bem editadas) e com ampliação de temáticas. Entre 1991 e 2000 foram publicadas nove edições da revista, com artigos sobre diversos assuntos, incluindo filosofia e direito. Os temas da escravidão ou sobre a população aparece em vários momentos.

O volume 25, de 1991, é, talvez, o que mais contém textos sobre esse tema, motivados pelo centenário da Abolição⁶³. O primeiro deles é de Diana Galliza (1991) sobre as manumissões na Paraíba, objeto já trabalhado pela autora em sua obra citada anteriormente. Galliza aborda um perfil geral dos escravos alforriados, apresentando o sexo, idade, os motivos, os tipos de alforrias etc. Waldice Porto retorna à RIHGP para discorrer sobre a escravidão na Paraíba. Em seu trabalho *O negro na história Paraibana*, uma aula proferida em 1976, ela faz uma espécie de resenha de seu livro que analisamos anteriormente. Assim, não vamos nos ater a este artigo.

Humberto Melo (1991) se dedica a identificar a população negra na obra de Irineu Ferreira Pintos (*Datas e Notas para a história da Paraíba*). A presença negra remete às primeiras expedições de conquista organizada pelos portugueses na década de 1570. Durante todo o período colonial, os negros também estiveram envolvidos com as armas em tropas como a dos Henriques. Melo, neste artigo, acaba exagerando ao afirmar que a mão de obra negra era a única utilizada na Paraíba. O

63 Não conseguimos constatar nas RIHGP se houve comemorações oficiais da data.

cotidiano de alguns escravos, as revoltas ocorridas e os crimes praticados foram abordados rapidamente pelo autor. Cabe ressaltar que, como afirmamos anteriormente, Irineu Pinto é um dos poucos membros do IHGP que abordou a temática da escravidão. Daí porque entendemos a escolha de Humberto Melo por essa questão.

No ano de 1995, foram três edições da Revista publicadas (os números 26, 27 e 28). A população negra é lembrada em apenas um artigo de cinco páginas: *O negro e o Brasil* de Altamir Milanez (1995). Utilizando-se do discurso de miscigenação racial democrática, o autor considera, basicamente em cada parágrafo, um aspecto da população negra no Brasil: enquanto força de trabalho, as fugas e a herança cultural.

Aécio Aquino (1996) escreve sobre raças e racismo, mas não apresenta uma visão problematizada do tema. Seu artigo se propõe a fazer um levantamento dos autores e linhas teóricas que discutem a existência de raças. Em 1998, o mesmo autor escreve sobre os quilombos na Paraíba. Como discutiremos mais adiante, e como ele próprio admite, a documentação sobre os quilombos é muito esparsa e difícil de se fazer um estudo aprofundado do tema. Aquino apresenta, com isso, as poucas informações que existem acerca dos quilombos. Ao final, apresenta três comunidades remanescentes de quilombos: Livramento, Talhado e Caiana dos Crioulos (AQUINO, 1998).

Apesar da produção nas revistas, os autores do IHGP continuaram publicando livros. Talvez o principal clássico lançado nesse período foi *História da Paraíba: lutas e resistências* (1995), de José Octávio Mello, que já passa da 10ª edição e está presente em praticamente todas as livrarias de João Pessoa. Ou seja, é uma obra de um êxito editorial pouco visto na produção historiográfica da Paraíba. Seu prefaciador, Carlos

Guilherme Mota (2008, p. 8) defende que a narrativa de José Octávio tem como protagonista “o povo, ou melhor, as classes populares, em sua difícil estratégia de sobrevivência e resistência”. Contudo, somos obrigados a discordar de Mota.

Ao iniciarmos este capítulo, citamos o livro de José Octávio Mello sobre a ausência da população negra na historiografia, tendo como resultado o preconceito e o racismo. Apesar de saber disso, ele mantém a mesma lógica, dando espaço aos grandes nomes e a população negra aparece de maneira secundária. Em muitas obras citadas até aqui, em que a temática abordada é silenciada, há a organização de José Octávio Mello. Ainda assim, o autor consegue fazer mais referências ao nosso passado escravista do que os demais, mesmo – enfatizamos – de maneira rápida e parcial, como se a escravidão não tivesse assumido papel importante na sociedade.

O autor, basicamente, faz uma sistematização a partir da historiografia já produzida. Citando suas principais referências, não percebemos nenhuma atualização de José Octávio Mello, que continua usando como balizas os clássicos do IHGP já citados nesta nossa análise. Seguindo a lógica cronológica e factualista, destaca os grandes nomes da Paraíba. A população negra, por sua vez, é citada em poucos momentos: quando discorre sobre a ocupação da terra e afirma que

o proprietário, todavia, não trabalhava diretamente a terra. Desde o início recorreu-se ao braço do negro africano, para cá importado. [...]. Sua força de trabalho residia na escravaria negra, não porque o índio fosse indolente ou inapto ao trabalho, mas porque na escravidão africana residiam os maiores lucros do sistema econômico mercantilista baseado na circulação de mercadorias (MELLO, 2008, p. 33-34).

No século XVII, a população negra é citada mais uma vez como braço nas moendas de açúcar, ao lado dos índios (MELLO, 2008, p. 47); quando Palmares é destruído e muitos que lá moravam vieram à Paraíba e constituíram o quilombo do Cumbe; ao citar a resistência à dominação holandesa, afirma terem sido os índios e negros mobilizados. Os primeiros como “aculturados”, os segundos eram todos libertos.

Os negros seriam aculturados na visão de José Octávio. Isso porque, segundo o autor, ao organizar ataques aos indígenas no sertão (no processo de interiorização) Domingos Jorge Velho utilizou-se de “escravos negros que, **aculturados**, depois de aprisionados em Palmares, foram utilizados contra os indígenas que resistiam” (MELLO, 2008, p. 76-77, grifos nossos). Muitos desses formaram quilombos no interior. O que nos chama atenção na perspectiva do autor é: os negros e índios não possuíam cultura, mas resistiam formando quilombos.

No decorrer da narrativa sobre o século XVIII, as únicas referências à Paraíba escravista são quando a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba não fornecia cativos e quando o governador Fernando Delgado de Castilho reclama da falta de destes (MELLO, 2008, p. 83-84). No oitocentos, a grande preocupação do autor é destacar os conflitos políticos de 1817, independência, 1824, 1848 etc. Suas referências à escravidão são ao quilombo do Catucá na divisa entre Pernambuco e Paraíba, à recuperação econômica no final do XIX graças ao trabalho escravo e a maior exploração do trabalho livre devido ao fim do tráfico em 1850 (MELLO, 2008, p. 113-130).

Ao final, destaca o declínio da escravidão na Paraíba. Apresenta alguns números e chega à conclusão: a Abolição pouco representou para a província. Esta quase não possuía mais escravos. Seu destaque é

para Manuel da Silva, o grande nome do abolicionismo em Areia. Para Armando Souto Maior (2008, p. 13), no prefácio à 1ª edição, a Abolição na Paraíba se destaca pela “força da filantropia e do humanitarismo, por exemplo, na cidade de Areia”, visão esta – como já vimos – cristalizada pela cultura histórica do IHGP.

Vale destacar que José Octávio Melo é uma figura bastante interessante da historiografia da Paraíba. A sua produção é muito vasta e engloba diversas temáticas, desde o período colonial até a década de 1990. Sem dúvida, apresenta-se como o membro do IHGP que mais produz e mais se insere em importantes meios de comunicações e instituições. É, atualmente, o historiador mais importante para a propagação de uma cultura histórica do IHGP. Apesar de fazer parte do Instituto, ele circulou em outros espaços como a própria UFPB, enquanto professor, e NDIHR, tendo alguns artigos publicados pelo Núcleo. Sobre o referido autor, cabe ainda uma análise mais aprofundada sobre sua obra e importância para a historiografia.

Essas rápidas considerações biográficas sobre os autores aqui estudados têm como objetivo destacar suas vinculações de classe. Como representantes de uma cultura histórica do IHGP, eles também representam a visão de mundo de elites da Paraíba, em que destacam a origem europeia de nossos antepassados, os feitos dos grandes nomes políticos e deixavam à população negra uma posição de inferioridade ou apenas a omissão do processo histórico da Paraíba.

A historiografia é fundamental para a construção de uma cultura histórica, contudo, não é o único fator determinante. A produção do conhecimento histórico vinculados à perspectiva do IHGP não ficou restrita aos livros publicados. Além da historiografia analisada,

podemos destacar a produção de não-historiadores na circulação desse conhecimento, caracterizando uma cultura histórica de negação da população negra, como é o caso de artistas, cartunistas e poetas. Vamos a alguns exemplos.

Luiz Nunes publicou em seu *História da Paraíba em versos* a visão de um poeta. Seguindo a mesma linha de Horácio de Almeida (a referência é óbvia), ao ler os versos do autor, não resta dúvida: a Paraíba não possui uma população negra e nunca foi escravista. Não há referência alguma ao passado escravista. Isso fica mais evidente quando o poeta no folheto IX fala sobre o Quebra-quilos – onde faz a única referência à população negra que conseguimos identificar ao citar um dos líderes do movimento, João Cargas d'Água, e denominá-lo de “negro traquinas” (NUNES, 2001, p.192) – e no folheto X, aborda a República. A Abolição da escravidão na Paraíba não foi citada. Isso parece lógico: se a escravidão não existe no decorrer dos versos, não fazia sentido falar sobre seu fim.

O autor segue a mesma linha dos membros do IHGP (e é por estes elogiado⁶⁴): sequência linear dos fatos; destaque apenas para os aspectos políticos, citando quase todos os governadores, com detalhes sobre as expedições de conquista e as batalhas enfrentadas pelos portugueses; a expulsão dos holandeses. A visão de heroísmo dos grandes nomes políticos da história da Paraíba é evidente. A população indígena também está presente nos versos de Luiz Nunes, principalmente, no período de colonização portuguesa. Contudo, a população negra é ocultada de seus versos.

64 Ver, por exemplo, o prefácio escrito para esta obra por Wellington Aguiar, membro do IHGP.

A poesia não é a única linguagem para se construir uma cultura histórica. Talvez, a mais eficiente maneira de propagá-la seja por intermédio do ensino de história. O IHGP já tinha preocupação com a transmissão do que era produzido pelo Instituto para a escola. Além das revistas e livros publicados, seus membros produziram almanaques e livros didáticos sobre a história da Paraíba desde a década de 1910e muitos tiveram importantes cargos administrativos na área da educação, como já afirmamos.

Os livros didáticos de História da Paraíba são, assim, fortemente marcados pela visão do IHGP. Infelizmente, o espaço não nos permite adentrarmos com mais detalhes nessa discussão, contudo, trabalhos como os de Meneses (2009) e Sousa (2008) apontam para essa predominância do que é produzido pelo IHGP e que circula nos ambientes escolares, permitindo-nos chegar à conclusão de como a cultura histórica construída pelo Instituto Histórico ainda é muito forte. Além disso, temos a presença de professores da rede básica de ensino (hoje, fundamental e médio) que eram membros efetivos do Instituto⁶⁵.

Para se ter uma ideia, vamos destacar três livros didáticos de história da Paraíba: *Paraíba: conquista, patrimônio e povo*, lançado em 1983 em forma de tablóide, mas fazendo parte do selo “Série IV Centenário” e com segunda edição uma década depois; *Capítulos de História da Paraíba* lançada em 1987, também compondo as produções comemorativas do IV centenário; e *História da Paraíba e sua*

65 Há o caso exemplar de Carmem Coelho de Miranda Freire que era professora do Liceu Paraibano e sócia do Instituto, sendo, inclusive, uma das que mais produziu nas décadas de 1970 e 1980.

Capital, publicado em 2009, tendo apoio do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)⁶⁶.

O primeiro deles tinha como objetivo o vestibular (seleção para ingresso nas universidades). Organizado por José Octávio de Arruda Mello e Gonzaga Rodrigues, o livro foi indicado pela Coperve, comissão responsável pela elaboração do vestibular da Universidade Federal da Paraíba, e sua procura foi tanta que necessitou de uma segunda edição dez anos depois. De acordo com os autores, este livro era o mais didático para a história da Paraíba, insere-se nas produções e comemorações do IV centenário do estado e retoma os almanaques, monografias, minicursos e publicações da RIHGP (MELLO; GONZAGA, 1993).

Com uma concepção cronológica dos fatos, o livro é uma coletânea de vários autores de história da Paraíba, todos eles vinculados ao IHGP. É uma seleção de textos como os de Irineu Joffily, José Américo de Almeida, Maximiano Machado, Wilson Seixas, Wellington Aguiar, Celso Mariz, Humberto Nóbrega etc. Com esses nomes, não poderia ser muito diferente: a população negra é silenciada.

Não só a população negra é esquecida, como a própria instituição escravista também. Numa lógica linear, a primeira vez que o aluno que se utilizou desse livro teve contato com o nosso passado escravista

66 Poderíamos citar outros exemplos de livros didáticos de história produzidos, no decorrer de décadas, por membros ligados ao IHGP, focaremos no exemplo de *História da Paraíba: para uso didático*, de Carmem Coelho de Miranda Freire (1984), “catedrática” do Liceu Paraibano. Seu livro foi publicado a primeira vez em 1974, com prefácio de Celso Mariz. Chegamos até sua quarta edição, em 1984, demonstrando êxito da publicação. Sua bibliografia aponta sua perspectiva de história e os resultados do livro. Horácio de Almeida, Manuel Tavares Cavalcanti, Irineu Joffily, Maximiano Machado, Celso Mariz, Irineu Pinto e João de Lyra Tavares. A população negra não aparece em nenhum momento da obra. A escravidão é citada indiretamente via Abolição, que havia chegado em Areia antes do 13 de maio.

foi próximo ao século XX, quando há um capítulo de Diana Galliza discorrendo sobre a Abolição, retirado de seu livro *O declínio da escravidão na Paraíba*. Os protagonistas são os abolicionistas e os senhores de escravos. O último artigo sobre o século XIX é de Aécio Aquino, tendo como tema a economia açucareira. O tópico final do referido texto dedica-se à força de trabalho. O autor admite a existência da escravidão, mas trata de enfatizar que eles eram em pouco número. Na sua narrativa o escravo negro não assume a posição passiva, sendo destacada a sua resistência.

Um livro didático, voltado para as escolas paraibanas das décadas de 1980 e 1990, tinha um objetivo claro: “a busca da identidade”. Na apresentação da primeira edição da obra, Gonzaga Rodrigues afirma ser a história ainda pouco consolidada na Paraíba, sendo apenas uma ação de particulares em busca de nosso passado. Esse fator leva-nos a um “vazio da Paraíba em torno de uma identidade” (GONZAGA, 1983). Tal característica afetaria, inclusive, a construção da cidadania. O livro era um esforço para solucionar a questão. Contudo, alguns problemas nos parecem óbvios hoje (talvez, não tanto para esses autores): seria, então, negada à identidade do povo paraibano as nossas experiências escravistas? Deveríamos esquecer isso? Além disso, a população negra não poderia se identificar com o nosso passado? Se o objetivo do livro era incentivar aos jovens a “busca da identidade” e na narrativa é minimizada a participação dos negros, nossa conclusão é que não havia interesse em lembrar esse ponto da história.

Em *Capítulos de história da Paraíba* há a contribuição de 90 autores em 103 textos. Organizado por José Octávio de Arruda Mello, Evandro Nóbrega, Wellington Aguiar e Gonzaga Rodrigues, o livro foi

publicado pela Secretaria de Educação do Estado com objetivo didático. Segundo José Octávio Mello (1987, p. 17), este livro se caracteriza por ser “o mais completo manual de história da Paraíba, concretizado até hoje”. Apesar de reivindicar o posto de nova historiografia, o que vemos é a continuidade da utilização de historiadores da vertente do IHGP, que estamos analisando. Há a presença de autoras como Joana Neves e Elza Régis, mais próximas da produção do NDIHR e que não tinham inserção no IHGP, mas que constituem minoria.

A obra está dividida em quatro livros. O primeiro consiste em uma síntese da história da Paraíba de 1585 a 1985, destacando os aspectos histórico-políticos. O segundo apresenta estudos interdisciplinares sobre economia, cultura, educação e alguns aspectos sociais. O livro terceiro preocupa-se em discorrer sobre algumas instituições como os poderes legislativo e judiciário, o IHGP e UFPB. O último livro aborda a capital da Paraíba.

Em pequenos capítulos, os autores continuam a mesma linha metodológica do IHGP que já traçamos. Destaque para questões políticas e “grandes homens”, omitindo a escravidão. Em toda a síntese elaborada, a população negra é citada pela primeira vez apenas como mortos da epidemia de varíola no século XVII. Em seguida, sem nenhuma conexão com o texto, Oliveira Sobrinho (p. 103-104) escreve dois parágrafos dedicados para a Abolição, sobretudo, na figura de Manuel da Silva, líder abolicionista em Areia. Ao discutir a presença dos conventos na Paraíba, Glauce Burity (p. 129) reserva algumas linhas para os escravos. Vale ressaltar, que entre as páginas 73 e 135 são discutidos o “elemento humano” e o “elemento econômico”. O negro e a escravidão são citados de maneira pontual.

Ao discorrer sobre os séculos XVII e XVIII, os autores dos capítulos da referida obra citaram os escravos em três momentos rápidos: Wellington Aguiar (p. 152) ao citar o relatório dos governadores holandeses e a presença de africanos; Theresinha Pordeus (p. 163) quando discorre sobre a interiorização da Paraíba e afirma que os negros demoraram a habitar a região; e Régis (p. 182)⁶⁷ analisa o período de subordinação a Pernambuco e cita rapidamente a importação de africanos.

No século XIX, não existe escravidão na narrativa dos autores. Professores e alunos do ensino básico poderiam estranhar: onde estão os escravos? Na Paraíba não haveria negros, muito menos africanos, nem escravizados nem livres. Até que surge o artigo de Diana Galliza sobre a Abolição. Seu destaque é para a figura de Manuel da Silva, uma espécie de herói. Seguindo a linha comum à historiografia abordada, a Abolição quase não afetou a província, pois quase não havia mais escravos.

O terceiro livro didático aqui analisado foi organizado por José Octávio de Arruda Mello, Arion Farias, Humberto Mello e Heitor Cabral. A ideia inicial era a gravação de programas radiofônicos sobre história da Paraíba, que serviriam de material didático para o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e, em seguida, os transformaria em livro. O livro divide-se em três partes: *Capitania, província e estado num tempo de longa duração*, escrito por José Octávio; *Usos e costumes em um desenvolvimento urbano*, por Arion Farias; e *A expansão da cidade*, pequeno texto preparado por Humberto Mello.

Na primeira parte, José Octávio sintetiza em doze capítulos (e cerca de 70 páginas) o que considera toda a história da Paraíba desde a

67 Elza Régis de Oliveira, neste artigo, assina apenas como Elza Régis. As demais citações que faremos da autora serão com seu último nome.

ocupação pelos portugueses até o que ele chama de “pósmodernidade”. Busca a “síntese e sentido da história da Paraíba”. Apesar do pequeno espaço, acreditamos que o autor apresentou alguns avanços em relação à população negra e escravidão. Ele cita, mesmo que de maneira muito rápida, a escravidão em vários momentos. Contudo, continua em um papel secundário na narrativa, que insiste na valorização dos heróis e “grandes homens” políticos. Toda sua bibliografia citada não aponta para uma atualização da historiografia, mantendo os clássicos autores do IHGP como suas balizas historiográficas, característica esta já apresentada em seu clássico *História da Paraíba: lutas e resistência*, discutido nas páginas anteriores.

A segunda parte da obra, escrita por Arion Faria, é uma espécie de saudosismo de um tempo que não volta mais. O autor, “historiador, da corrente factualista, daquela boa cepa rankeana” (CABRAL, 2010), descreve “curiosidades” sobre a capital. Os negros não surgem sequer uma vez na sua narrativa. Esta parte é interessante para pensarmos a inserção desses autores na educação básica. Há dificuldades no ensino de história da Paraíba nos ensinos fundamental e médio. Em geral, as poucas vezes que esse tema é abordado em sala de aula são por intermédio desses membros do IHGP. Em texto de Lúcia Maria dos Santos, professora do ensino básico da rede estadual e municipal, enfatiza-se a utilização dos textos de Arion Farias em suas aulas e acrescenta:

Não posso deixar de mencionar também, a utilização em sala de aula, de textos dos ilustres escritores José Octávio de Arruda Mello, Wellington Aguiar, Gonzaga Rodrigues, Agnaldo Almeida e Carmem Coelho de Miranda Freire, que, com muita prioridade, têm contribuído de forma significativa, para a aquisição cognitiva por parte da juventude, sedenta

em fazer analogias, recriando a sua história, sob a ótica da modernidade (SANTOS, 2010, p. 93).

Todos os autores citados por Lúcia Maria dos Santos estão vinculados direta ou indiretamente ao IHGP e sua afirmativa revela o quanto essa produção historiográfica ainda está presente e forte na cultura histórica da Paraíba. Toda essa visão sobre a população negra na Paraíba ainda exerce forte influência no cotidiano das pessoas e na representação que estas fazem do nosso passado. Não podemos deixar de lembrar que o quadro docente do estado tem sido renovado com a entrada de novos historiadores formados a partir das universidades, entre os quais muitos com experiências de pesquisas em nível de mestrado e doutorado. Isso implica em uma mudança de abordagem, com certo distanciamento da perspectiva proposta pelo IHGP. Entretanto, esse é um processo lento de transformação.

Outro importante instrumento didático foi a história em quadrinhos. Visando ampliar o público, a comissão do IV Centenário publicou, de Deodato Borges e Deodato Filho, *A história da Paraíba em quadrinhos* (1985). Segundo o prefácio da obra, sua principal razão era “a real representatividade da história da Paraíba”. E, antes disso, deixa evidente o objetivo da comissão referida: “ensinar à Paraíba o que é a Paraíba”, seguindo as linhas mestras dos autores do IHGP (MELLO, 1985, p. 5-6).

A perspectiva utilizada pelos autores pode ser bem explicada a partir do diálogo feita entre Gonzaga Rodrigues (um dos idealizadores da obra) e seus autores. De acordo com Deodato Borges:

Gonzaga Rodrigues me chamou a um canto e explicou o espírito da coisa:

- o que queremos é um *gibi*... um *gibi* histórico! [sic].

E com a certeza de quem sabe o que quer, começou a expor a idéia:

- As novas gerações precisam conhecer a história da sua terra. Os jovens de hoje não podem continuar ignorando o valor de um Frutuoso Barbosa... de um Martim Leitão... de um João Tavares. Eles precisam aprender – logo na infância – que a Paraíba foi construída por homens como Duarte da Silveira, Vidal de Negreiros e Peregrino de Carvalho. E qual o melhor caminho para se atingir esse imenso público infato-juvenil?

Antes que eu pudesse abrir a boca, ele mesmo respondeu:

- A história-em-quadrinhos... o *gibi*. [sic] (BORGES, 1985, p. 8-9, grifos nossos).

Expondo esse diálogo nos parece evidente uma coisa: a propagação de uma cultura história, ideologicamente formada, de valorização do passado por intermédio dos heróis europeus. A formação dos jovens era fundamental para perpetuar essa perspectiva. Suas referências são os clássicos José Américo de Almeida, Horácio de Almeida, José Octávio. Os resultados de sua obra não poderiam ser distintos: omissão dos negros.

Conquista e colonização; invasão holandesa e restauração; anexação a Pernambuco, “revolução de 1817” e Confederação do Equador, são temas que dominam cerca de dois terços da *História da Paraíba em quadrinhos*. O jovem negro estudante da rede pública que tivesse acesso a

essa obra, poderia ter dificuldades para encontrar suas “origens”. Apenas personagens indígenas e brancos. Nenhum negro. Sequer a escravidão é citada nos diálogos dos quadrinhos, com exceção das falas do governador Fernando Delgado Castilho que afirmava haver poucos escravos e do naturalista Manuel Arruda Câmara que, inspirado em ideais liberais, proclamava a igualdade de brancos e pretos (BORGES; BORGES FILHO, 1985, p. 42-43). A Abolição não ocupa sequer um quadrinho. Saímos do Império à República e não há nada sobre esse tema. A história em quadrinhos conclui-se com a lista de todos os governadores de 1585 a 1985, destacando a ilustração de Wilson Braga, então governador da Paraíba.

Além dessa ação visando chegar ao público jovem, outra publicação em quadrinho veio à tona com o mesmo título, mas de autores distintos. *História da Paraíba em quadrinhos* foi um projeto iniciado a partir dos incentivos para comemorações do IV Centenário da Paraíba. Lançado inicialmente em 1985 nas edições do jornal *A União*, em 2003 teve uma edição especial financiada pela Prefeitura de João Pessoa⁶⁸. Esses quadrinhos acerca da história da Paraíba tinham como um de seus objetivos atrair o interesses de jovens do ensino básico, ou seja, acabou por ter também finalidades didáticas.

Retornando aos autores de *História da Paraíba em quadrinhos*, estes admitem que seguem a linha traçada por Horácio de Almeida. Emir e Emilson Ribeiro iniciam contando a história da Paraíba em Portugal, com a divisão das capitâneas hereditárias. Os europeus e

68 Seguindo a prática de muitos autores do início do século XX, já analisados, Emir e Emilson Ribeiro trazem uma lista de todos os governadores da Paraíba, dando destaque aos então prefeito de João Pessoa e o governador da Paraíba que tem suas imagens apresentadas no livro.

indígenas ocupam quase toda a narrativa, sendo dedicado muito espaço para as batalhas de conquista e colonização. A população negra é praticamente esquecida. Aparece apenas na segunda parte, sobre o desenvolvimento da Paraíba, logo após a expulsão holandesa. Os negros (que aparecem apenas como escravos) teriam participado da expulsão dos batavos (RIBEIRO; RIBEIRO, 2003, p. 49). Ademais dessa passagem, os negros são omitidos novamente da narrativa.

Além desses instrumentos didáticos, sob o financiamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, foi publicada em 1991 a *Cartilha Paraibana* com o objetivo principal de atender aos professores da rede pública do ensino fundamental e médio. Esta cartilha apresenta características geográficas, com destaques à topografia e hidrografia do estado. Ao apresentar questões sócio-econômicas, a Cartilha faz uma apresentação histórica da Paraíba. A miscigenação branco-negro-índio é destacada como elemento formador. A última parte é dedicada aos aspectos culturais. Brincadeira, cantigas e festas são vistas como “folclore”. Representações de origem afro-brasileira são lembradas como às reverências a Oxalá e Iemanjá e as festas do Rosário. Contudo, não são discutidas (RODRIGUEZ ET ALL, 1991).

Atravessamos parte da produção historiográfica da Paraíba no decorrer do século XX para que o leitor tivesse uma ideia de como as pessoas que se preocupavam em pensar o nosso passado e construir uma identidade com essas experiências interpretaram a população negra e a vinda de africanos escravizados. Dessa maneira, como afirmamos até aqui, acreditamos que existe uma cultura histórica de negação, pois percebemos em representativas obras da historiografia a ausência dos negros, sendo essa visão reproduzida nas mais variadas linguagens

e chegando até a vida prática das pessoas (perceptível, indiciariamente, em conversas como as citadas no início do capítulo). A produção do IHGP conseguiu atravessar o século e se inserir nas mais variadas expressões culturais como demonstramos.

Estamos apresentando várias linguagens que acabaram por ter os mesmos princípios traçados pela historiografia do IHGP, referência para quase todas essas obras que tiveram acesso ao grande público. Como mostramos na produção historiográfica desse lugar institucional, durante todo o século, a perspectiva foi praticamente a mesma no que diz respeito à escravidão ou à população negra, com poucas exceções. Na virada do século, esse discurso ainda persiste.

Em 2014, com edição da Editora Universitária da UFPB, Giovanni Seabra publica *Paraíba*. Professor de Geografia desta universidade, com doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), Seabra apresenta-nos um livro com muitas imagens que propõe descrever aspectos climáticos, geográficos, históricos, políticos e sociais. Utiliza-se de autores com outra perspectiva de história distinta do IHGP como Regina Gonçalves (2007). Todavia, suas principais referências são José Américo de Almeida, Wellington Aguiar, Horácio e Elpídio de Almeida, Irineu Joffily, José Octávio. O resultado não poderia ser muito diferente daquilo que temos analisado até o presente momento.

Giovanni Seabra remete-se desde a chegada de Pedro Álvares Cabral, a divisão das capitanias hereditárias, informando quais eram os principais povos indígenas que habitavam à região que depois denominou-se de Paraíba. Cita as várias expedições de conquista, passando pela instalação da economia canavieira, pelo período holandês, interiorização e guerra dos bárbaros. Nas plantações de açúcar, ao depender de sua

narrativa, não havia trabalho escravo. Na expulsão dos holandeses, o trio clássico não é apresentado. Henrique Dias (o negro) é excluído em detrimento de dois outros portugueses: João Fernandes Vieira e Matias de Albuquerque. André Vidal de Negreiros permanece como o principal herói das batalhas pela restauração.

Apenas no século XVIII os escravos aparecem na narrativa, quando o autor aborda a crise do setecentos e informa que um dos motivos que agravaram a situação foi a morte de muitos cativos causada pela fome e doenças. Até esse momento, caso o leitor não tivesse um conhecimento prévio da existência de escravidão na Paraíba, ficaria surpreso com a informação ou teria passado despercebido por ela. Mais uma vez a escravidão é mencionada ao tratar da desanexação do final do século XVIII, em que afirma ser escassa a mão de obra africana. O tema só vem à tona com mais constância ao apresentar o quadro econômico do século XIX, marcado pela pouca quantidade de escravizados, situação essa agravada com a lei anti-tráfico de 1850 (SEABRA, 2014, p. 42; 46; 52).

Traçamos uma análise de mais um século de produção do conhecimento histórico que foi além da historiografia, constituindo o que denominamos de cultura histórica. Nosso objetivo não foi estabelecer um julgamento contra o IHGP, mas pensar a maneira como os africanos e seus descendentes foram representados e os interesses que envolveram a construção dessa forma de ver nosso passado. Partindo da perspectiva de que cultura histórica consiste numa dada interpretação acerca das experiências passadas de uma sociedade, defendemos o argumento de que essa leitura sobre nosso passado é feita também a partir de uma perspectiva de classe. Existe uma preocupação das elites em construir uma identidade social em que se baseie em elementos nos quais estas sejam

exaltadas e alçadas ao posto de modelo para tal sociedade. Aqueles que fogem ao padrão determinado são alijados do processo histórico. Os negros fazem parte desses grupos que não obedecem ao fim civilizador (ser branco, europeu e católico).

Dessa maneira, não seria interessante uma interpretação do nosso passado que valorizasse essas pessoas. Essa linha de raciocínio foi traçada pelo IHGB e seguida pelo IHGP. Os negros passaram a ser vistos, assim, como elementos inferiores na história ou apenas tiveram um papel econômico, servindo como propriedade escrava. Isso tudo quando eram citados. Não raras vezes foram omitidos das narrativas históricas. Vale ressaltar que houve exceções na construção dessa cultura histórica do IHGP. Entretanto, as vozes divergentes eram limitadas e as referências à população negra ou aos escravizados eram pontuais.

Essas interpretações apresentam implicações políticas e sociais muito sérias. A violência da escravidão também se reproduz no seu esquecimento. As práticas racistas e de violências contra a população negra, apresentadas na nota 8 não estão isolados dessa cultura histórica de omissão dos negros. Acreditamos que seja possível criar uma nova cultura histórica que ressalte o papel da população africana no processo histórico em relação aos vários segmentos sociais. Para isso, os historiadores assumem um papel fundamental. Este trabalho pretende contribuir para trazer elementos que permitam a construção dessa nova cultura histórica. Este objetivo pode ser alcançado a partir de uma abordagem distinta da que foi, durante décadas, gerada a partir do IHGP. Utilizando-nos de princípios trazidos pela História Social, como apresentamos anteriormente, acreditamos ser possível contribuir para a

construção de uma nova cultura histórica sobre a diáspora e escravidão negra na Paraíba.

1.3 - Por uma nova cultura histórica da diáspora africana na Paraíba

Nossa abordagem está apoiada nos pressupostos da chamada *História social* mais próxima da tradição marxista inglesa. No decorrer deste trabalho, estudaremos vários aspectos da sociedade brasileira oitocentista, em específico, a Paraíba. Acreditamos que pensar o processo histórico a partir desta perspectiva contribui para a construção de uma nova cultura histórica que ressalte a participação dos negros como sujeitos. Não vamos nos aprofundar nas discussões sobre tal perspectiva de se fazer história, entretanto, traçaremos algumas características dessa *História Social*, como a ideia de agência, pensando, especialmente, nas classes subalternas; as relações entre sujeito e estrutura; a ideia de processo; e o conceito de experiência.

Uma das principais contribuições da História Social foi fazer o que até então era pouco destacado: uma “história vista de baixo”. Com este título, Edward Thompson publicou um artigo em meados da década de 1960. Esta seria uma história em contraposição à chamada história oficial, que visava apenas às ações de membros das elites. Segundo o historiador inglês, até então, o povo aparecia “como um dos problemas com que o governo tem de lidar” (THOMPSON, 2001, p. 185)⁶⁹. A preocupação, sobretudo, de autores marxistas para com as classes

69 O artigo foi publicado em 1966 com o título *History from Below*, na revista *The Times Literary Supplement*. A tradução em português foi publicada na coletânea *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2001).

subalternas levou a estudos mais voltados para os “de baixo”, tentando compreender como a sociedade funcionava partindo de outra perspectiva. Desde então, não só historiadores sociais, bem como vários outros passaram a utilizar esse tipo de abordagem em suas escritas⁷⁰.

A proposta de uma “história vista de baixo” compreende as principais características da história social. A primeira dela é a percepção da sociedade composta por conflitos (de várias formas, em especial, de classes). Como nos lembra Jim Sharpe, se há uma história de baixo para ser estudada, havia algo acima com a qual se relacionava. A consequência dessa constatação é que se “presume que a história das ‘pessoas comuns’, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social” (SHARPE, 2011, p. 55). A história é marcada, assim, por sociedades conflituosas em que se estabelecem relações hierarquizadas.

Como temos demonstrado até aqui, a historiografia por muito tempo se preocupou apenas com a parte “de cima” dessas sociedades. No nosso caso, os escravizados, em especial os africanos, quase sempre ocuparam as camadas subalternas do Brasil. Eles eram vistos não apenas “como um dos problemas com que o governo tem de lidar”, nas palavras já citadas de Thompson, mas também, acrescentaríamos, como problemas com que os proprietários tinham de lidar. Os africanos aparecem

70 É válido ressaltar que a prática de uma “história vista de baixo” tomou grandes proporções. Jim Sharpe (2011) faz uma análise das principais obras e autores que trabalham nessa perspectiva. Segundo o autor, os marxistas tiveram um papel fundamental na construção de uma “história vista de baixo”, contudo, a ampliação desses estudos fez com que autores das mais variadas posições teóricas se apropriassem dessa proposta.

como escravos/propriedade ou como rebeldes ao sistema. O governo e os proprietários deveriam sempre estar alertas. Demonstraremos, no decorrer deste trabalho, que há mais aspectos a serem destacados sobre os africanos, a parte “de baixo” da sociedade escravista brasileira.

Além de destacar os conflitos sociais, a “história vista de baixo” é composta por pessoas, personagens reais de nosso passado que foram, por muito tempo, esquecidos. Nesse sentido, cabe-nos discutir o conceito de experiência, proposto pelos historiadores sociais, mais especificamente por Edward Thompson. Após a década de 1950, o conhecimento ocidental vivenciou um fenômeno “estruturalista”. Várias áreas do saber como a antropologia, a sociologia, as relações internacionais, entre outros, tiveram autores que apresentaram propostas que se tornaram bastante influentes em compreender a sociedade a partir de estruturas, quase imutáveis. A história não esteve separada desse movimento, recebendo a influência de importantes autores estruturalistas.

Diante desse debate, Edward Thompson (1981) apresentou sua proposta, contrapondo-se aos estruturalistas. A preocupação de Thompson não era apenas com a história (apesar de também preocupar-se com o estruturalismo entre os historiadores), mas com a tradição marxista de interpretação da sociedade, a qual ele estava vinculado. Seu principal interlocutor era Louis Althusser, pensador marxista francês que exercia forte influência na produção intelectual do período e que se propunha a fazer uma teoria da história. Não vamos nos deter aos detalhes das contraposições de Thompson a Althusser. Vale-nos mais suas preocupações em destacar a agência humana, as relações entre sujeito e estrutura, perceber a história como um processo e destacar as experiências humanas no tempo.

A análise estruturalista apresentada por alguns pensadores fez com que a ação histórica humana fosse colocada à parte. Em Althusser, então, a história surge como um “processo sem sujeito”. A sociedade se organizaria como um “mecanismo” que teria como determinação em “última instância” o aspecto econômico. Na leitura de Althusser feita por Thompson, a história seria vista apenas como uma estrutura e teria como motor a luta de classes. A própria classe não seria agente, apenas uma posição social a ser ocupada (THOMPSON, 1981).

A proposta de Thompson é seguir exatamente pelo caminho oposto. Para este historiador inglês, a história deve ser pensada como um *processo*, ou seja, algo em constante transformação, sempre em aberto. A principal característica histórica é a *diacronia*. Ora, se a história é um processo de constante transformação, esta só é possível graças à ação humana. Ela seria um *processo com sujeito*, diferente do que havia proposto Althusser.

Entramos, assim, em um problema que tem movimentado boa parte das interpretações acerca da sociedade: qual a relação entre sujeito e estrutura? Se existe a possibilidade de ação humana, ela pode ser livre? Há sim espaço para ação social, individual e, sobretudo, coletivamente. Contudo, não podemos cair no discurso embandeirado por pensadores liberais de que todos são livres e responsáveis por suas condições (incluindo as econômicas e sociais). Se partirmos dessa premissa,

acabaremos por admitir a condição de escravizado como uma escolha, conclusão com a qual não concordamos⁷¹.

Quando acreditamos na ação humana, esta só é possível diante de um quadro de condições para tal. Os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (que estão sempre em articulação) formam um cenário que permite ou não algumas ações. Nenhum sujeito histórico está isolado disso. Essa afirmativa, contudo, não significa dizer que há um determinismo, que todas as ações são determinadas pela situação existente (como muitos tentam afirmar, como uma maneira de deturpar a análise). Existe uma autonomia dos sujeitos, mas essa é uma “autonomia relativa”. A história é um processo, mas possui regularidade. Há ação dos sujeitos, mas essa ação é limitada. Para Thompson (1981, p. 176) há uma confusão na utilização dos termos, assim, seu esforço é “Definir ‘determinar’, em seus sentidos de ‘estabelecer limites’ e ‘exercer pressões’, e de definir ‘leis de movimento’ como ‘lógica do processo’”⁷².

71 Nesse sentido, acreditamos serem algumas considerações feitas por Walter Johnson (2003) bastante interessantes. Como o autor propõe, a análise histórica partindo da perspectiva de ação dos indivíduos é bastante válida, porém, não pode ser confundida com liberdade total de ação, interpretação próxima aos liberais. Não podemos nunca perder de vista, sobretudo como historiadores, do contexto social, econômica e cultural em que os indivíduos estão inseridos. Ao analisar a escravidão, Johnson propõe o termo “humanidade escravizada” em que “sees the lives of enslaved people as powerfully conditioned by, though not reducible to, their slavery” (JOHNSON, 2003, p. 155). (Tradução nossa: “vê as vidas das pessoas escravizadas como fortemente condicionada pela, porém não reduzível a, sua escravidão”).

72 Diante dessa reflexão, não podemos nos esquivar de trazer Karl Marx a este texto. Ao fazer uma análise histórica da França que sofreu um golpe de Estado em meados do século XIX, ele afirma, em sua já clássica citação, que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

Os escravizados do Brasil oitocentista, como tem mostrado a historiografia, agiam cotidianamente e interferiam em sua história. Inclusive, mudaram o curso do processo histórico. Entretanto, nem sempre essas ações eram exitosas. Havia todo um aparato repressivo e ideológico que limitavam essas ações. Antes dessas pessoas se tornarem escravizadas, já havia se constituído uma sociedade escravista fortemente violenta na América (bem como o próprio processo de escravização na África). É exatamente dessa relação dialética entre permanências e mudanças que se constrói o *processo histórico* ao qual já fizemos menção.

Se a proposta apresentada por Thompson, que representa a perspectiva da História Social que temos discutido até o presente momento, perpassa a ideia da história como processo em constante mudança promovida pela agência humana, não podemos esquecer de, talvez, sua principal contribuição: o conceito de experiência, que segundo o próprio Thompson, era um “termo ausente” no debate até então.

A ideia de ação humana que promove as transformações históricas trouxe ao debate o retorno de certo “humanismo”, que havia sido deixado de lado pelos estruturalistas. Afinal, “estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência” (THOMPSON, 1981, p. 111). Ou seja, não podemos perder de vista que o nosso passado foi construído e vivido por pessoas, que se relacionavam, pensavam, sentiam etc. As pessoas viveram experiências e as interpretaram. Mais adiante, ao explicitar o que significaria a experiência e ação humana, Thompson afirma

Os homens e mulheres também retomam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos

autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentaram suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre através da estrutura de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Para compreensão histórica, devemos levar em consideração a ideia de processo e mudança. As transformações não se dão a contrapelo das pessoas. Elas vivenciam a sociedade, a interpretam e agem, interferindo no processo e implementando mudanças. Para o ofício dos historiadores, apreender essas experiências é uma prática fundamental. Se nos propomos a compreender sociedades que já não existem mais em sua plenitude, como proceder? As pessoas que viveram em tais sociedades têm muito a dizer para nós. Mais uma vez, daremos a palavra a Thompson. Em seu mais famoso estudo, *A formação da classe operária inglesa*, o historiador inglês buscou entender as experiências de trabalhadores na Inglaterra no período anterior à revolução industrial. Seu objetivo era “resgatar” tais vivências, pois “eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais” (THOMPSON, 1987, p. 13). A ideia principal da História Social a que nos vinculamos é destacar as experiências vividas por pessoas de classes subalternas em uma sociedade marcada pelo conflito e opressão.

A proposta de uma “história vista de baixo” é envolvente, mas também difícil de ser colocada em prática. A principal dificuldade

sempre apresentada pelos historiadores sociais e ressaltada por Jim Sharpe (2011, p. 47-51) consiste na fragmentação das fontes. O ofício do historiador, por si só, já é complicado, pois se propõe a compreender uma sociedade que, muitas vezes, não foi vivenciada pelos pesquisadores e estes só têm acesso a ela indiretamente. Em se tratando de pessoas que, muitas vezes, não deixaram registros, o trabalho torna-se ainda mais árduo. As fontes que registram as experiências dos africanos, por exemplo, foi-nos deixada por pessoas que estavam motivadas por uma visão preconceituosa: viajantes, agente repressores, proprietários. Estes foram os principais responsáveis das fontes que nos permitem identificar a vivência africana no Brasil.

Eric Hobsbawm nos apresenta algumas possíveis soluções para tal problema. A primeira delas é ampliar ao máximo as fontes. Todo o material sobre o nosso passado é válido e possível de ser usado como fonte. A organização desse material é, sem dúvida, um trabalho longo e penoso. Outra maneira de sanar a dificuldade de obter informações sobre a parte de baixo da nossa história é utilizar-se da imaginação histórica. Ao historiador não é proibido imaginar, mas esse exercício deve ser limitado pelas informações das fontes e da historiografia⁷³. Por fim, a erudição histórica, a obtenção do máximo de conhecimento acerca do período a ser estudado contribui para que possamos compreender melhor a vida das pessoas comuns do nosso passado (HOBSBAWM, 1998).

Foi esse o movimento que fizemos neste trabalho. Utilizamos diversas fontes como relatórios de presidente de província, inventários, registros de batismo, livros de notas, documentação policial, dentre

73 Para uma interessante reflexão sobre a imaginação histórica, sugiro a leitura de Prost (2008).

outros, para identificar fragmentos das experiências de vida dos africanos na Paraíba. A documentação é quase sempre muito esparsa sobre os africanos na capitania/província citada e todo tipo de informação que conseguimos foi importante para cruzarmos os dados e criarmos esta narrativa.

Além do problema das fontes, outra dificuldade encontrada pelos historiadores sociais, de acordo com Jim Sharpe (2011), é a supervalorização da atividade política. A essa ressalva feita por Sharpe, acrescentamos o comentário de Hobsbawm:

O grande perigo desse procedimento [...] é nivelar todo o comportamento como igualmente 'racional'. Alguns deles o são. [...]. Mas há também muitas espécies de comportamento que não são de modo alguns racionais, no sentido de serem meios eficazes de obter fins práticos definíveis, mas são meramente compreensíveis (HOBSBAWM, 1998, p. 229).

Na preocupação em destacar a agência humana, como discutimos anteriormente, alguns historiadores sociais podem cair na armadilha de acreditar que toda a ação era racional ou que havia liberdade suficiente para toda ação humana. Há limites dos dois lados. Nem toda ação era totalmente espontânea, nem tudo na sociedade era calculado racionalmente. Insistimos: a sociedade é muito mais complexa do que podemos analisar e tentamos sempre ter isso em vista.

Todas essas características e contribuições apresentadas pela História Social que estamos apresentando têm contribuído para a construção de uma nova cultura histórica acerca da população negra na Paraíba. Desde o início do século XXI, com a implementação de

programas de pós-graduações na Paraíba, muitos estudos foram produzidos superando a perspectiva do IHGP (que traçamos nas páginas anteriores).

Não vamos aqui apresentar todas as contribuições historiográficas existentes nos últimos anos, destacaremos, assim, alguns dos principais trabalhos elaborados sobre o nosso tema. Três trabalhos produzidos na primeira década do século XXI foram importantes para uma nova interpretação sobre a sociedade escravista na Paraíba a partir de um viés da História Social e que tem contribuído para a formação de uma nova cultura histórica sobre a população negra na Paraíba. Foram eles: *Gente negra na Paraíba Oitocentista* (2009), de Solange Rocha; *Cativos da “Rainha da Borborema”* (2009) de Luciano Mendonça de Lima e *Liberdade Interditada, Liberdade reavida* (2013), de Maria da Vitória Barbosa Lima⁷⁴.

A obra de Solange Rocha (2009) se propõe a pensar as experiências das pessoas negras (tanto livres/libertas, quanto escravizadas) na Zona da Mata (região litorânea) da província da Paraíba. Por intermédio da organização familiar, Rocha percebe como essa população negra construiu laços de solidariedades entre si e com outros grupos sociais. Seu foco está na constituição de famílias e de redes de compadrio constituídas pelo batismo em três freguesias (Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora do Livramento e Santa Rita).

Demonstrando as várias posições sociais em que a população negra poderia ocupar no século XIX (escravo, liberto ou livre), Solange

74 Esses livros foram resultados de teses acadêmicas defendidas no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE) nos anos de 2007, 2008, 2010, respectivamente. Utilizaremos aqui as edições publicadas em livro.

Rocha discute como era ser negro ou negra na Paraíba oitocentista, com as principais características econômicas, sociais e demográficas do período. A autora propõe a hipótese de ter ocorrido na referida província uma estratégia dos proprietários em incentivar a reprodução natural de seus escravos como uma forma de ampliar sua posse. A partir daí, discorre sobre a constituição de família e os casamentos entre a população negra, as solidariedades construídas por intermédio do batismo e compadrio e as várias estratégias escravas para conseguir a liberdade. As relações conflituosas e as negociações estabelecidas entre senhores e escravos são sempre destacadas na obra.

Luciano Mendonça de Lima (2009) também se debruça sobre as experiências da escravidão na Paraíba. Seu recorte temporal é basicamente o mesmo de Solange Rocha: o século XIX. Contudo, seu espaço é outro: a cidade de Campina Grande, então Vila Nova da Rainha, focando no que ele denomina de “cultura de resistência”. Esta se expressava das mais variadas maneiras, como a negociação com os senhores (por exemplo, na constituição das famílias escravas) ou pelo conflito aberto (que se apresentava por meio dos crimes instituídos pelos escravos).

Como afirmamos anteriormente, Campina Grande foi uma das cidades contempladas com estudos de membros do IHGP em que a escravidão foi negada ou silenciada. Pensar a experiência escravista em uma cidade do interior da Paraíba, uma província periférica do Império brasileiro, é muito importante para identificar as características gerais e as especificidades dessa instituição no Brasil oitocentista. A partir de variada documentação como cartorial, paroquial e jurídica, Luciano Mendonça apresenta a cidade de Campina Grande no século XIX, com destaque para as relações de poder constituídas e a cultura material da

época. Em seguida, seu objetivo é demonstrar as características econômicas, demográficas e sociais da cidade. Com isso, foi possível discutir as relações estabelecidas entre senhores e escravos. Estes constituíram uma comunidade específica, baseada nas relações de família e compadrio, além do cotidiano do trabalho. Por fim, o autor enfatiza as várias formas de resistência construídas no dia a dia dos escravos, percebendo-os sempre como sujeitos de suas ações.

Anteriormente, Luciano Mendonça de Lima já havia estudado experiências escravistas em Campina Grande, pensando no caso específico das ações dos escravos na revolta do Quebra-quilos (1874). Fruto de sua pesquisa de mestrado, *Derramando o susto* (2006) também é um trabalho com influência das contribuições da História Social Inglesa, em que o autor atenta para os conflitos cotidianos da cidade e para a maneira como a população negra escravizada pensava esse mundo e buscava formas de resistir e conseguir a liberdade.

Até então, muitos autores viam o movimento do Quebra-quilos como de pessoas livres pobres, minimizando a participação escrava. Luciano Mendonça, por sua vez, identifica como os escravos utilizaram-se dos momentos de tensões causadas pelo movimento para pressionarem as autoridades e conquistarem suas liberdades. Nessa obra fica evidente como a população escravizada interpretava o mundo e tentava interferir no processo histórico.

Outro trabalho representativo desse novo movimento da historiografia que citamos é o de Maria da Vitória Barbosa Lima (2013). O objetivo desta autora consiste em compreender as várias formas encontradas pela população negra na Paraíba oitocentista para reconstruir sua liberdade. Destaca, assim, várias experiências como as festividades,

as irmandades religiosas, as cartas de alforria, processos cíveis e as fugas como estratégias das pessoas negras em reaverem sua liberdade interdita pela condição de escravizado (como o próprio título da obra sugere).

A relação tênue entre a liberdade e o cativo é apreendida pela autora em quatro importantes momentos. Em primeiro lugar, quando pensa a religiosidade e as festas negras como uma importante estratégia para estabelecer “espaços de autonomia”. Em seguida, Vitória Lima destaca a experiência da alforria nas cidades de Sousa e da Parahyba. Além da alforria e das festas e religiosidades, outra maneira de conseguir a liberdade era por meio da fuga, utilizada constantemente pela população negra escravizada. Apesar da luta pela liberdade, foi muito comum a tentativa de reescravização ilegal dessas pessoas, que viviam sob uma condição bastante tensa. Em todos esses momentos, as relações de repressão e resistência eram evidentes e ficam nítidas na narrativa da autora.

Todos esses autores possuem aspectos teórico-metodológicos em comum. Partindo das premissas já apontadas da História Social que visam dar ênfase à “parte de baixo” da história, esses autores propuseram uma leitura que destacou as ações das pessoas negras como sujeitos da história expressas por suas mais variadas experiências em uma sociedade que os oprimia. Esses historiadores estiveram sempre preocupados com as relações conflituosas dessa sociedade, identificando a história como um processo constante de transformações permitidas também graças às ações desses indivíduos.

Além dessas três obras pioneiras na abordagem da História Social da escravidão na Paraíba, desde o início do século XXI ampliou-se

o quadro de pós-graduações em história no estado. Esse fato tem permitido aumento de pesquisas sobre temas específicos como a escravidão, utilizando-se de novas abordagens da historiografia, em recortes temporais e espaciais ainda pouco conhecidos. Um dos primeiros resultados de trabalhos de pós-graduação sobre o nosso passado escravista, dando destaque à população negra foi *Irmãos de cor e fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX*, de Naiara Alves (2006).

Ao buscar uma aproximação ao que Carlo Ginzburg chamou de *circularidade cultural*, Naiara Alves percebe as irmandades religiosas como um importante meio de sociabilidade da população negra. Para ela, tais instituições mesmo sendo propostas inicialmente pelos colonizadores como uma maneira de facilitar a catequização e o controle sobre os negros, se utilizaram de tais práticas para se inserirem e conseguirem espaços de atuação na sociedade. Partindo dos estatutos das irmandades, a autora faz um levantamento de como se organizaram e como estavam distribuídas pela província. Em seguida, demonstra como a população negra ocupava esse espaço institucional, pensando também as tentativas de interferências senhoriais e as resistências dos membros das irmandades.

Alguns anos depois, esse mesmo tema é abordado por José Pereira de Sousa Júnior (2009). A partir dos compromissos das irmandades negras, o autor se propôs a “analisar as estruturas, o funcionamento, as querelas religiosas entre as irmandades e o poder eclesiástico, assim como seu caráter devocional, festivo e de ajuda mútua existente entre os irmãos” (SOUSA JÚNIOR, 2009, p.9). Seu recorte temporal e espacial foi o século XIX e a província da Paraíba.

Ana Paula Moraes (2009) defendeu, no mesmo ano, obra sobre a escravidão em uma região ainda pouco estudada, mas que tem recebido maior destaque recentemente: o sertão. Com recorte da primeira metade do século XVIII, a autora se dedica ao espaço nas proximidades do rio Piranhas, no interior da Paraíba, ocupada a partir da segunda metade do seiscentos. Esta era uma região marcada por frequentes secas, conflitos com indígenas e terras abundantes. O poder local era muito forte, devido às distâncias dos centros de poder. Sua principal atividade foi a pecuária, com uma quantidade significativa de escravizados. Apesar de ser um lugar em que, de acordo com Moraes, havia maior mobilidade e era alvo de fugas de pessoas escravas, a vigilância era constante e as relações com os senhores era violenta.

Utilizando-se de fontes como inventários, cartas de alforria e documentos oficiais do Conselho Ultramarino, Ana Paula Moraes apresenta uma importante contribuição trazendo a procedência dos escravizados no sertão e suas experiências nas relações com os senhores. Entretanto, o trabalho apresenta algumas limitações. Apesar de partir de um aporte teórico-metodológico da História Social, a autora, muitas vezes, ameniza as relações entre senhores e escravizados e, ao apresentar as experiências de vida desses cativos, exagera na imaginação histórica, adjetivando e propondo até mesmo diálogos entre os sujeitos encontrados na documentação⁷⁵.

Outra área importante para a economia da Paraíba, principalmente no século XIX, e ainda pouco estudada, é o Brejo. Sua

75 Ver capítulo três de Ana Paula Moraes (2009). Defendemos que o trabalho do historiador não deve estar isento de imaginação. Porém, esta não pode ser feita para além do que as fontes podem nos oferecer. Caso contrário, cairíamos em um campo que, acreditamos, foge ao nosso ofício.

principal representante é a cidade de Areia, que teve estudos realizados por Horácio de Almeida no período das décadas de 1950 e 1960. Além dos trabalhos deste autor, não conhecemos muito sobre a cidade, principalmente, acerca do passado escravista. Eleonora Felix da Silva (2010) dedica-se, então, a esse recorte temático e espacial em sua dissertação *Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Arêa” oitocentista*.

Diferentemente do historiador do IHGP, Eleonora Silva assume uma posição próxima aos elementos da História Social, destacando as experiências dos sujeitos históricos subalternos. A cidade de Areia é vista como importante na Abolição da escravidão, não tendo mais nenhum escravo antes de 13 de maio de 1888. Como já analisamos anteriormente, a historiografia aponta apenas para o papel das elites e dos movimentos abolicionistas. Diante disso, a autora se questiona onde estariam os escravizados nesse processo, pois “a história da abolição foi bem mais complexa do que a antecipação e sua festa. [...]. sentimos falta da ação dos próprios escravizados nessa história, na qual foram os principais protagonistas” (SILVA, 2010, p. 13).

Baseando-se em fontes como os jornais, cartas de alforria, inventários, livros de compra e venda de escravos, a autora constrói uma narrativa em que demonstra os vários conflitos, a dominação e resistência na segunda metade do século XIX em Areia. Seu enfoque está na ação desses escravizados na luta pela liberdade, seja na construção de famílias, fugas ou compra de alforria.

Em *Senhores e escravos no sertão*, Wlisses Abreu (2011) aprofunda as investigações sobre áreas da Paraíba que não estavam marcadas pela plantação de açúcar. Apesar de também estudar o sertão, Abreu foca na ribeira do Rio do Peixe. Seu recorte temporal aborda o período

de declínio da escravidão na segunda metade do século XIX em que as tensões, conflitos e a vigilância permaneciam explicitamente. A pecuária continuava sendo a principal atividade econômica, aliada à agricultura de subsistência. As relações entre senhores e escravos são seu objeto, pensando especificamente na unidade produtiva da fazenda. Defende o autor que as relações entre esses dois grupos sociais foram bem próximas, devido à pequena posse. Ao final do século XIX, para manter a lógica escravista, os senhores utilizaram-se das estratégias de reprodução natural. A violência, entretanto, sempre estava presente e, diante desse cenário, os escravos conseguiram construir várias formas de resistência.

Suas principais fontes são as criminais, como inquéritos policiais e processos- crime; cíveis, como os inventários; as cartoriais, com destaque para os testamentos e cartas de alforria; eclesiásticas, entre outras. Apesar de dizer-se vinculado ao que denomina de História Cultural, o autor narra constantemente ações de resistência, conflitos e embates entre os vários grupos sociais existentes na região⁷⁶.

Elainne Dias (2013), tendo como base a proposta de Gilberto Freyre de pensar a sociedade escravista a partir dos anúncios de jornais, se debruça sobre a Paraíba da segunda metade do século XIX. Com as fontes hemerotecas sistematizadas, a autora destaca aspectos sociais e culturais como a fuga e captura dos escravos, as várias formas de lazer e festas praticadas por essa população, e como se dava o processo de compra e venda dos cativos. Elainne Dias volta-se também para uma característica ainda pouco estudada na Paraíba que são as doenças que

76 O debate teórico e metodológico sobre a história cultural ou história social da cultura é amplo e complexo. Entretanto, acreditamos que uma das características da história cultural é a amenização no que diz respeito aos conflitos de classe.

assolavam os escravizados. Com isso, identifica as transformações ocorridas no final do século XIX, destacando as estratégias utilizadas pelos escravos com o intuito de alcançarem espaços de autonomia.

Dessa maneira, essa nova produção historiográfica, elaborada com um viés da História Social, tem permitido a criação de uma nova cultura histórica, que enfatiza a ação humana, a história como um processo, a sociedade construída a partir de várias classes em constante conflito etc. O objetivo, muitas vezes, é destacar as classes subalternas, que foram esquecidas durante anos. Vários outros elementos ainda faltam para se constituir uma cultura histórica, ainda estando muito presa à linguagem historiográfica. Entretanto, esse movimento historiográfico já começa a ocupar importantes espaços, sobretudo, com a expansão dos programas de pós-graduação e do amadurecimento da pesquisa histórica no Brasil. Além desses trabalhos monográficos, muitas coletâneas têm sido publicadas abordando a sociedade escravista na Paraíba.

Aos poucos, os novos elementos discutidos estão sendo reproduzidos para fora do ambiente acadêmico. Tem-se elaborado materiais didáticos com a finalidade de qualificar os professores da rede básica de ensino para atender as novas demandas sociais expressas, por exemplo, com a lei 10.639/03. Um exemplo são os *Cadernos afro-paraibanos* (2012) produzido por professores da Universidade Federal da Paraíba, vinculados ao Neabi (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas).

As novas produções historiográficas sobre a escravidão que aqui tentamos apresentar têm demonstrado um avanço nas pesquisas sobre a temática na Paraíba. Esses estudos contribuem para a constituição de uma nova cultura histórica que tem por objetivo destacar a presença da população negra no processo de formação do Brasil e, em

especial, da Paraíba. Entretanto, ainda falta muito a ser feito, pois como demonstramos anteriormente, apesar de ter perdido bastante espaço, a produção do IHGP ainda existe e é presente em várias linguagens historiográficas. O presente trabalho faz parte desse esforço em criar uma nova cultura histórica, voltada para as classes subalternas, em especial, à população negra.

2- VIVER NA PARAÍBA: condições econômicas, sociais e demográficas no período Oitocentista

*Angola, Congo, Benguela,
Monjolo, Cabinda, Mina,
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados num carro de boi[...]
De um lado cana-de-açúcar
De outro lado, um imenso cafezal
Ao centro, senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhido por mãos negras [...]*
Zumbi, Jorge Ben

A história de Manoel Barrozo, com a qual iniciamos esta narrativa, ocorreu no ano de 1804, período em que, de acordo com a historiografia, foi de dificuldades para a economia da Paraíba Colonial. Um caso pode nos ajudar a compreender essa situação. Em 10 de julho de 1806, foi enviado ao Visconde de Anadia, Secretário de Negócios da Marinha e Ultramar, uma consulta feita pelos proprietários da Capitania. Estes desejavam pedir ao Rei a graça de metade dos direitos sobre os escravos importados no período de dez anos. Eles argumentavam que no ano anterior, em 1805, uma grande seca havia colocado “em total ruína os

habitantes destes sertões, pela mortandade dos gados, que jamais podião existir pela falta de pastos, e os engenhos ficarão igualmente destruídos na sua escravatura” (AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3345, 1806). O pedido foi negado pelo Conselho Ultramarino. Os requerentes não tiveram vantagens na compra de africanos. As reclamações eram de longa data (desde pelo menos o século XVIII) e continuaram por quase todo o século XIX¹. Os pedidos de redução dos preços ou das taxas sobre os escravos permaneceram mais de cem anos nos discursos dos proprietários. Contudo, mesmo havendo um estado de permanência dessa situação precária e não obtendo descontos na compra de africanos, constatamos a entrada destes na Paraíba. Por que isso ocorria? Não podemos esquecer que o comércio atlântico de pessoas escravizadas estava diretamente relacionado à demanda econômica do Brasil.

Mesmo diante de todas as dificuldades econômicas, os africanos continuaram sendo importados. A quantidade de escravizados vindos para a capitania/província era inferior aos grandes centros econômicos, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo em condições precárias, como consiste na documentação produzida pelos proprietários no caso citado, o comércio de africanos não foi esquecido. A Paraíba, assim, não estava isolada do Mundo Atlântico. Inserir-se na economia atlântica não apenas com suas relações com Lisboa, mas também com a África. Essa inserção se dava de maneira específica, muitas vezes mediada por Pernambuco.

O objetivo deste capítulo é apresentar as condições econômicas e sociais da Paraíba na primeira metade do século XIX. Analisaremos

1 Carmelo Nascimento Filho (2006, p. 62) traz-nos também este caso e afirma que dois anos depois, em 1808, o pedido de isenção é reiterado.

quais as atividades econômicas desenvolvidas nesse período que demandavam mão de obra africana; os maiores proprietários da região; alguns elementos do comércio e as atividades dessas pessoas que aqui foram vendidas em leilão; e as principais características demográficas dos africanos da cidade da Parahyba do Norte, incluindo suas principais regiões de procedência, ou seja, se eram Angola, Congo, Benguela, Mojolo, Cabinda ou Mina... Independente de qual região da África foram provenientes, podemos afirmar: a importação dessas pessoas tinha por objetivo atender as demandas das atividades econômicas, seja na cana de açúcar, cafezais ou para a colheita do branco algodão.

2.1 – Crises e subordinação: a Paraíba no século XVIII

Ao final da primeira década do setecentos, João da Maia da Gama assumiu o governo da Paraíba. Este, além de atividades administrativas e militares, tinha envolvimento com o comércio atlântico de africanos, algo bastante comum à época. Diante de seus interesses econômicos e da necessidade recorrente de escravos dos senhores de engenho, Maia da Gama organizou em 1714 uma embarcação para a Costa da Mina, de onde trouxe 170 escravizados. Nenhum proprietário de engenho se propôs a comprá-los. Insistindo, o governador enviou novamente uma embarcação para a África, que dessa vez retornou com 270 africanos. Mais uma vez, sem êxito. Os senhores de engenho se recusaram a comprar esses escravos. O principal motivo para esse fracasso no negócio de almas estava na pobreza desses proprietários². Quase noventa anos antes dos senhores e negociantes da Paraíba enviarem ao Rei

2 Esse caso é também discutido por Oliveira (2007, p.89; 2011, p. 166) e Menezes (2005a, p. 142). O documento encontra-se em AHU_CU_014, Cx. 5, D. 360, 1717.

um pedido de isenção dos direitos dos escravos, como mencionamos no início deste capítulo, já havia a dificuldade desse grupo em adquirir africanos, devido às condições econômicas. Os possíveis entraves pecuniários, assim, pareciam não ser novos à Paraíba oitocentista, advindo desde o século anterior.

O nosso objetivo neste tópico é analisar brevemente a história econômica da capitania pelos idos do século XVIII. Entendemos ser interessante fazer esta rápida consideração, pois o nosso recorte temporal é o momento exatamente posterior à reconquista da autonomia da Paraíba em relação a Pernambuco. Sem dúvida, esse fato deixou marcas na economia da região, inclusive, no que diz respeito à compra de escravos. Assim, ao traçarmos linhas gerais do quadro econômico no século XVIII, poderemos ter uma ideia da situação em que se iniciou a centúria seguinte e as condições de chegada desses africanos. Além do mais, muitas das pessoas que citamos e cujas experiências apresentamos, chegaram à Paraíba ainda no referido século, como pode ter sido o caso de Manoel Barroso.

A história política e econômica da Paraíba no século XVIII é profundamente marcada pelo *status* de subordinação a qual foi submetida. A determinação régia que a tornou uma capitania anexa a sua vizinha Pernambuco foi datada em 29 de dezembro de 1755. De acordo com o então rei de Portugal, D. José, “os poucos meios que há nessa Provedoria da Fazenda da Paraíba para sustentar um governo separado” levava à anexação (PINTO, 1977, Vol. I, p.157). Essa decisão foi tomada após uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino sobre as condições econômicas da capitania. À época, o governador Luís Antônio Lemos de Brito ficou responsável por fazer um levantamento acerca da situação

em que se encontrava a capitania. Elza Régis de Oliveira acredita que “o parecer do Conselho não fora bem fundamentado, uma vez que não tivera real conhecimento da situação que levava a tal depauperação” (OLIVEIRA, 2007, p. 106-107). O caráter de subordinação manteve-se por mais de quatro décadas, sendo reconquistada a autonomia em 1799. Entretanto, a dependência econômica a Pernambuco vinha de antes do decreto régio de 1755 e não acabou com a chegada do século XIX, como veremos mais adiante.

Os motivos pelos quais levaram Pernambuco a um estado de subordinação política e econômica no século XVIII não são simples de serem compreendidos. A historiografia ainda não conseguiu encontrar um consenso para esse evento³. Como iremos sugerir mais adiante, talvez, a própria atividade do comércio de africanos possa ter influenciado na decisão. Porém, o que parece estar consolidado é o fato de que a capitania não apresentava condições econômicas favoráveis.

3 José Inaldo Chaves Júnior (2013) faz uma análise da historiografia sobre a subordinação da Paraíba, sobretudo, por aquela produzida pelo IHGP. O autor conclui que parte dos estudos feitos sobre esse período é influenciada por uma leitura “patriótica” da Paraíba, que via em Pernambuco um inimigo expansionista. Inaldo Chaves defende a ideia de que a subordinação perpassava também pelos interesses dos produtores e comerciantes de algumas praças da capitania (como Mamanguape) em se articular aos comerciantes pernambucanos. Mozart Vergetti de Menezes (2005a) acredita haver duas grandes correntes de interpretações sobre a anexação: uma que defende ter isto ocorrido graças aos ímpetus expansionistas de Pernambuco e outra baseada na posição de Fernando Delgado Freire de Castilho, último governador da Paraíba anexada e que conseguiu junto à Coroa sua desanexação, que acreditava ter sido a capitania subordinada devido a um equívoco na análise feita pelo então governador Luís Antonio Lemos de Brito. Para Mozart Menezes, o fim da autonomia política da Paraíba em 1755 estava diretamente relacionada à falência da Provedoria da Fazenda desta. Elza Régis de Oliveira (2007) argumenta que o processo de subordinação estava inserido em um contexto mais amplo de crise estrutural de longa duração ocorrida desde o século XVII que afetou a Paraíba, mas também o Brasil e a Europa. Contudo, esta autora também admite não encontrar motivos objetivos para tal anexação e acaba também por reproduzir a tese do expansionismo pernambucano e do equívoco de Lemos de Brito.

Desde o fim da guerra contra os holandeses, a capitania teve dificuldades econômicas sérias. Com a expulsão destes, por exemplo, houve queima de vários engenhos. De vinte, apenas nove ficaram funcionando (OLIVEIRA, 2007, p. 83). Nas palavras de Mozart Vergetti de Menezes (2005a, p. 68), a capitania encontrava-se devastada. Cabe ressaltar, porém, que a Paraíba não estava isolada nesse contexto. A economia europeia do século XVII, na verdade, vivenciava uma crise. Hobsbawm (1954) argumenta que esse ainda era um período de transição entre o feudalismo e as novas práticas do capitalismo. O avanço capitalista vivido nos séculos XV e XVI esbarrou nas estruturas feudais, gerando a crise. A superação desses obstáculos permitiu uma nova fase de expansão que culminou na Revolução Industrial⁴. Essa crise afetou diretamente os produtos do Brasil, sendo uma crise de “açúcar, tabaco e prata”⁵. A partir da década de 1690, o mercado recuperou-se, principalmente com a descoberta de ouro nas Minas (GODINHO, 1953). A Paraíba, contudo, não conseguiu atingir bons índices de crescimento econômico no decorrer do século XVIII.

O setecentos, inclusive, foi um período difícil para as capitanias do Norte. Na primeira metade desta centúria, os números não são dos melhores. Os principais produtos dessas capitanias (Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba) eram o açúcar e o tabaco. Acrescentaríamos também

4 Este artigo de Eric Hobsbawm criou um grande debate sobre a crise do século XVII. O próprio Hobsbawm escreveu outro artigo ampliando a discussão. Para ver com mais detalhes a polêmica acerca desse assunto, sugiro a leitura de Elliot (2010). Para José Jobson de Arruda (1984, p. 187), a interpretação de Hobsbawm sobre esse tema é “imbatível”.

5 Esta afirmação foi feita por Godinho (1953). A crise internacional afetou o mercado de açúcar, tabaco e prata. O Brasil não produzia este metal, todavia, era um dos principais produtores mundiais dos dois outros, o que interferiu diretamente na economia desta colônia portuguesa.

a carne. A primeira década do século XVIII apresentou uma melhora. Pernambuco, nas décadas seguintes, teve uma baixa em sua produção, mas manteve bons números. Contudo, a década de 1730 trouxe consigo uma grande queda para essas capitanias que demorou a ser recuperada, conseguindo êxito apenas na década de 1780. O principal motivo para essa irregularidade foi o preço do açúcar. Apesar da oscilação, a Paraíba não conseguiu apresentar bons números em nenhum momento. Sua recuperação foi pequena, estando a produção em baixos níveis, causando uma crise em seu tesouro (GALLOWAY, 1974).

Essa queda da produção nas capitanias do Norte pode ser percebida no número de importação de africanos para o Brasil. Os dados disponíveis no TSTD apresentam a situação das capitanias do Norte no mercado atlântico. Enquanto na região sudeste do Brasil cresciam as importações de africanos, Pernambuco teve uma forte baixa entre as décadas de 1730 e 1770, conseguindo recuperar-se apenas nas últimas duas décadas do setecentos e mais do que dobrando suas importações nas primeiras décadas do oitocentos, quando a produção volta a apresentar altos índices. A Bahia teve um pequeno aumento entre 1726 e 1750, baixando fortemente as importações para o período de 1751-1775. Também se recuperou apenas nas últimas décadas do século XVIII. Os números podem ser vistos no gráfico a seguir.

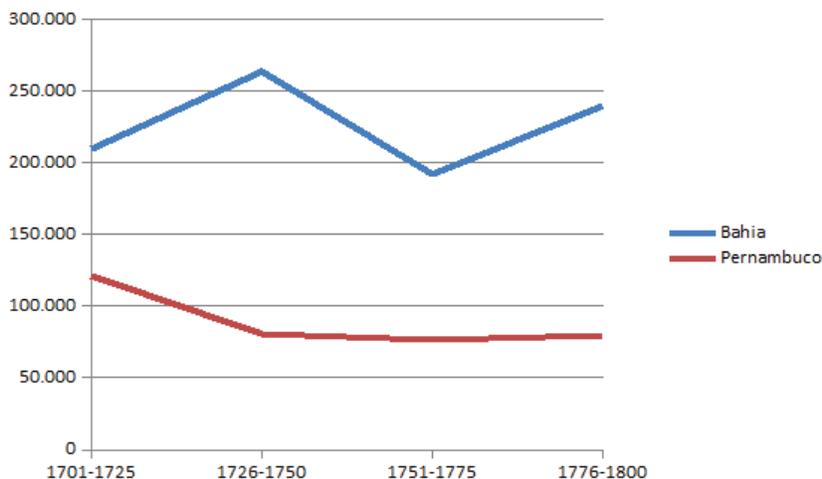


Gráfico 1 – Importação de africanos para as capitanias Bahia e Pernambuco no século XVIII
 Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 14 junho 2014

Além da economia mundial não contribuir para o desenvolvimento produtivo, a capitania enfrentou dificuldades do ponto de vista climático e do mercado para sua recuperação. Um período sucessivo de secas e cheias do rio Paraíba impediu a reestruturação dos engenhos. Para se ter uma ideia, na primeira metade do século XVIII, ocorreram duas grandes secas entre os anos de 1710-1715 e 1723-1724, além de cheias em 1729-1730 (MENEZES, 2005a, p. 123). A sinopse das secas apresentada na RIHGP ainda aponta secas nos anos de 1721 e 1730, de máximo e médio impacto (RIHGP, 1932, p. 166-167). Ou seja, as décadas iniciais do setecentos foram também marcadas por dificuldades climáticas.

O algodão ainda não era um produto muito requisitado no mercado atlântico. As Antilhas surgiam como uma forte concorrente ao açúcar brasileiro, o que fez reduzir ainda mais os preços dessa mercadoria, a principal na lista de exportações da América portuguesa. Mesmo representando importante papel na economia, a criação do

gado também foi afetada. O processo de interiorização da Paraíba ainda estava em uma fase inicial e as sucessivas secas interferiram na atividade pecuária⁶. Ademais, por diversos motivos, o porto era pouco movimentado, fazendo com que os navios precisassem sair em comboios vindos de Recife, o que era algo que raramente ocorria (OLIVEIRA, 2007, p. 84-87)⁷.

Gustavo Acioli Lopes (2008) argumenta que o tráfico atlântico de escravos foi uma das estratégias encontradas pelos produtores e comerciantes de Pernambuco para conseguir a recuperação econômica após a “Restauração”. Talvez por isso que, na década de 1670, quando os preços do açúcar no mercado internacional caíam, Pernambuco aumentou sua produção. Como tentaremos demonstrar no próximo capítulo, a tendência da Paraíba a partir de 1725, diante da crise, era apontar para essa alternativa. Contudo, ela não se concretizou. Esse é um ponto que precisa ser melhor investigado, mas que o nosso espaço e objetivo não nos permitem maior aprofundamento.

A situação parecia preocupante. Durante quase toda a primeira metade do século XVIII, as elites da capitania percebiam a anexação como uma estratégia muito presente por parte da Coroa portuguesa.

6 O processo de interiorização do território da Paraíba iniciou-se efetivamente a partir da segunda metade do século XVII. Até então, a atividade pecuária se dava na faixa litorânea dividindo espaço com a cana-de-açúcar. Seu desenvolvimento só foi possível com a ida ao interior, onde poderia ter mais espaço e mão de obra disponível. Contudo, as constantes secas e as frequentes reclamações de falta de braços fizeram parte da composição da atividade criatória na Paraíba (MARIZ, 1978, p. 10-11).

7 Diante da insegurança dos mares, o governo português, desde o século XVI, implementou uma legislação que obrigava a navegação em comboios, para isso, criou-se um sistema de frotas que ligavam os dois lados do Atlântico português, conforme Barros (1980). Elza Régis de Oliveira (2007, p. 87) nos revela que, muitas vezes, os comboios saíam de Pernambuco e não esperavam pelos navios da Paraíba, o que dificultava ainda mais a saída deste porto.

Desde o início do setecentos, a dízima da Alfândega na Paraíba apresentava números limitados e não dava conta dos gastos. Esta taxa deveria servir, inicialmente, para a manutenção da Fortaleza de Cabedelo. Como a situação econômica da capitania era precária, os governadores a usavam para outros destinos, como pagamento de soldos da infantaria e seus próprios ordenados (MENEZES, 2005a, p. 201-205). Foi-se criando, então, uma bola de neve nas finanças. A dízima era utilizada para vários fins, conseqüentemente, tornava-se mais limitada e outros setores ficavam descobertos, complicando ainda mais a situação da capitania. Os governadores ficaram de mãos atadas diante desse fato. Em 1723, Lisboa encontrou uma decisão: unificar a arrecadação da Alfândega da Paraíba a de Pernambuco⁸.

A partir dessa data, Pernambuco ficaria responsável pela arrematação das dízimas referentes à capitania vizinha e repassaria o valor de 20 mil cruzados anuais. Esses valores não eram transferidos corretamente. Criou-se, assim, uma espécie de anexação disfarçada. Oficialmente, a Paraíba não estava subordinada, porém, suas rendas ficavam diretamente dependentes. Diante do fato, Pedro Monteiro de Macedo, governador da Paraíba entre 1734 e 1744, tentou buscar alternativas para incrementar as finanças da capitania e conseguir brechas nas relações econômicas com Pernambuco. Sem sucesso⁹. Na década de 1750, o último governador da Paraíba antes da subordinação, Luís

8 Isso não significou perda da autonomia da Provedoria da Fazenda da Paraíba. Contudo, a arrematação e transferência dessa taxa ficou sob responsabilidade de Pernambuco, tirando da Paraíba a ação direta sobre tal. Para uma análise mais detalhada sobre o tema, Mozart de Menezes (2005a).

9 Mozart Vergetti de Menezes também discute as ações desse governador com esse objetivo em *Sonhar o céu, padecer o inferno* (2005b), resultado parcial de sua tese também utilizada neste trabalho.

Antônio Lemos de Brito, ao assumir, informou o estado deficitário da capitania, argumentando que isso se dava graças ao não repasse das dí-zimas feitas pela vizinha (MENEZES, 2005a, 211-227). As receitas e des-pesas até então eram as seguintes:

Tabela 1 –Receitas e despesas da Capitania da Paraíba (1724-1756)

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
1724	5:472\$707	6:611\$643	- 1:138\$936
1725	2:447\$448	5:969\$579	- 3:522\$131
1726	2:770\$300	2:600\$211	+ 170\$089
1727	15:003\$390	14:439\$611	+ 563\$779
1728	6:366\$023	5:156\$343	+ 1:209\$680
1729	9:671\$802	6:961\$402	+ 2:710\$400
1732	13:180\$835	9:839\$920	+3:340\$915
1733	15:021\$285	13:304\$583	+ 1:716\$702
1734	15:077\$670	15:793\$266	- 715\$596
1742	18:652\$593	14:095\$663	+ 4:556\$930
1745	10:840\$294	10:969\$690	- 129\$396
1754	15:115\$285	15:273\$111	- 157\$826
1756	5:433\$481	8:000\$000	- 2:566\$519

Fonte: Oliveira (2007, p. 170)

Os dados não são os mais interessantes para pensarmos em detalhe a condição econômica na primeira metade do século XVIII. Como admite Elza Régias (2007, p. 99), em alguns momentos, poderia haver alteração dos dados para dar-se a ideia de tranquilidade financeira. Todavia, feitas as devidas ressalvas, os números apresentam possíveis aproximações. Uma delas é de que a situação da Paraíba não era das mais confortáveis. Houve anos consecutivos em que a capitania teve seu saldo negativo, sobretudo, em 1725, ano de seca. Neste ano, não se produziu sequer uma caixa de açúcar (OLIVEIRA, 2007, p.91; NASCIMENTO

FILHO, 2006, p. 38). Ainda assim, conseguiu recuperar suas finanças mantendo saldo positivo entre os anos de 1726 e 1733. Entretanto, cabe ressaltar que, algumas vezes, mesmo sendo positivos, os saldos eram pequenos. Isso demonstra uma situação financeira no limite e sem sobras confortáveis. Recupera-se ao final da década de 1720, talvez, inclusive, devido à maior participação no comércio de africanos escravizados¹⁰.

Nos momentos anteriores à anexação, a capitania apresenta um quadro negativo. As receitas variaram muito até a década de 1730. Desde então, houve maior estabilidade nestas, mas com aumento das despesas, mantendo o saldo instável. A partir da década de 1740, é perceptível uma queda constante. Em 1756, houve redução significativa das receitas, possível impacto da decisão régia pela anexação. Apesar disso, em linhas gerais, percebemos que a situação da Paraíba não era tão confortável, como também não era desesperadora.

Em linhas gerais, portanto, como apontam os estudos de Elza Régis de Oliveira (2007) e Mozart de Menezes (2005a), podemos perceber que a Paraíba encontrava-se em uma situação de dificuldades econômicas na primeira metade do século XVIII. As receitas não conseguiam acompanhar as despesas. A situação agravava-se a cada ano com os vários empecilhos encontrados na produção. A conjuntura econômica não era das melhores para Portugal. Se a capitania não conseguia sanar suas contas, quiçá contribuir financeiramente com a Coroa. Não podemos esquecer que havia uma política da Metrópole iniciada com D. Sebastião de Carvalho e Melo que visava racionalizar a administração

10 Como veremos no próximo capítulo, esse período foi o que a Paraíba mais teve fluxo no mercado de escravizados. Essa atividade pode ter interferido no saldo da capitania.

do Reino, reduzindo os gastos e potencializando os recursos. Todos esses fatores aliados a interesses de alguns produtores e comerciantes, como aponta Chaves Júnior (2013), levaram a uma conclusão: a anexação a Pernambuco, o que deixou ainda mais confuso os conflitos das jurisdições de ambas as capitânicas¹¹.

A decisão da Coroa pela subordinação política da Paraíba a sua vizinha gerou resistência por parte da Câmara da capital. Esta se direcionou a Lisboa apresentando argumentos visando não efetivar o ato do Rei (OLIVEIRA, 2007, p. 109). Porém, o ano de 1759 foi decisivo para a concretização da anexação, pois fora criada a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, quando as relações comerciais entre as duas capitânicas continuaram inextrincáveis.

A criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba fez parte de um processo mais geral de reformas da Coroa portuguesa implementada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Para Nuno Monteiro (2014, p. 129), quatro importantes pontos guiaram as políticas de D. José colocadas em prática pelo seu principal ministro: questões comerciais; administração; fazenda; e política internacional.

Sebastião José de Carvalho e Melo teve uma formação na qual desenvolveu bastante preocupação com o comércio. Para ele, essa atividade era fundamental para construir a riqueza de uma nação. Desde o final do século XVII, sobretudo, as relações econômicas entre Portugal, que se encontrava cada vez mais em desvantagem, e Inglaterra haviam

11 Sobre os conflitos constantes existentes nas indefinições das jurisdições entre Paraíba e Pernambuco desde o século XVI, ver Chaves Júnior (2013), em especial, o capítulo 2.

se intensificado. A alternativa buscada pela Coroa lusa foi reorganizar os laços comerciais com a colônia na América, por intermédio do monopólio cedido às Companhias de Comércio. Dessa maneira, os comerciantes portugueses se fortaleceriam e diminuiriam a busca de créditos com os ingleses (MONTEIRO, 2014; PEDREIRA, 2014).

As Companhias de Comércio não têm atraído muita atenção de estudiosos do período colonial brasileiro e quando nos voltamos para a atuação da Companhia referida, especificamente na Paraíba, a historiografia é ainda mais escassa. As informações sobre a atuação desse órgão se resume aos clássicos da escrita história paraibana. Maximiano Machado, por exemplo, apresenta os vários privilégios oferecidos à Companhia, constituindo-se “um estado no estado” e, continua: “se animava a agricultura por um lado com o adiantamento de algum dinheiro a juro sobre hipoteca dos engenhos, torturava-se por outro, taxando-lhe o preço do açúcar” (MACHADO, 1977, p. 448). Para Horácio de Almeida, quando dedica algumas páginas de suas obras para descrever sobre as ações da Companhia na Paraíba, afirma que

De extorsão vivia a Companhia na sua fome de lucros. [...] Em pouco tempo, a ação da empresa monopolista na Paraíba valeu por um incêndio. A Capitania estava arruinada. O remédio ministrado contra o mal foi pior que o próprio mal. Melhor fora morrer da doença que do tratamento. Engenhos sem safra, comércio depauperado, povo já na expectativa da fome. Este o saldo da voraz Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (ALMEIDA, 1978, Vol. II, p. 73).

Basicamente a mesma visão é apresentada por José Octávio Mello. Para este autor, os resultados das ações pombalinas para o

comércio foram “desastrosos”, pois “buscando aumentar os lucros, a Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba comprava barato e vendia caro, com o que a Capitania via-se espoliada por dentro e por fora” (MELLO, 2008, p. 83). A consequência foi crise na produção do açúcar e no comércio. Na versão de Celso Mariz, a Companhia surgiu inicialmente como uma esperança, mas logo “os juros e outras imposições do monopólio, criaram uma situação de tais aperturas que até o fim do século ainda se arrolava num relatório de governo as causas de ruína dos engenhos e depauperamento financeira da capitania”(MARIZ, 1978, p. 12).

Elza Régis de Oliveira admite que não houve vantagens para a Paraíba com a criação da Companhia. Analisando a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, ela afirma ter sido constante a insatisfação da população frente a esse órgão. Em uma representação da Câmara da capital sobre essa situação, demonstra as consequências negativas que os produtores e comerciantes da Paraíba diziam estar vivendo após a Companhia ter assumido os monopólios comerciais. Além de não cumprir efetivamente suas funções, ainda era responsável por subir os preços e não dar assistência (OLIVEIRA, 2007, p. 111-113). A Câmara da cidade da Parahyba não foi única a se pronunciar contrária à decisão. Em Olinda, Igarauçu e Serinhaém os vereadores também reclamavam dos preços e da distribuição de crédito (CHAVES JÚNIOR, 2013, p. 191).

Até o presente momento, não identificamos nenhum estudo que apontasse uma interpretação distinta da que buscamos apresentar, demonstrando aspectos positivos da experiência da Companhia de Comércio na Paraíba. Ao que conseguimos identificar, a Companhia

representou um importante impacto no que diz respeito aos números de africanos importados, como demonstraremos no próximo capítulo. Isso também é identificado em estudos mais recentes.

De acordo com José Inaldo Chaves Júnior (2013, p. 190), os produtores de açúcar ficaram insatisfeitos com a criação da Companhia. Os principais motivos das reclamações estavam nos “preços exorbitantes praticados com os importados e suprimentos agrícolas, a exemplo dos escravos, e do indecoroso rebaixamento dos preços do açúcar comprado a pífios valores”. Os juros apresentavam-se altos e o endividamento desses proprietários cresceu rapidamente. Mostra-nos o referido autor que dez anos após a Companhia ter sido fundada, já se pedia o seu fim.

Vale ressaltar que essa insatisfação não era homogênea entre as elites da Paraíba. Regiões como as próximas ao rio Mamanguape tinham boas relações com os comerciantes da praça do Recife e não desejavam a jurisdição da cidade da Parahyba. Em toda a segunda metade do século XVIII, os conflitos foram constantes. O que estava em jogo eram as disputas pela influência e melhores condições de acesso ao mercado internacional (CHAVES JÚNIOR, 2013).

Em linhas gerais, a capitania apresentava duas grandes atividades produtivas (açúcar e pecuária) e outras de menor expressão voltada à subsistência (arroz, milho, feijão etc.). O algodão desenvolveu-se e tornou-se um importante produto nos últimos anos do XVIII, quando o mercado internacional o favoreceu. Entretanto, essas atividades não operavam no auge de suas capacidades. Tendo em vista a situação da Paraíba, que acabou culminando na anexação em 1755, já ser bastante precária, ao chegar em 1780, ano da extinção da Companhia Geral de Pernambuco e da Paraíba, tornou-se ainda mais desfavorável.

Dessa maneira, na perspectiva econômica o decorrer do setecentos não foi positivo para a capitania da Paraíba. Desde o século XVII, ela atravessou um período de sucessivas baixas na produção e no comércio, quando o mercado internacional não era favorável. Enfrentou constantes dificuldades de se articular ao Mundo Atlântico e, na maioria das vezes, ocorria por intermédio do porto do Recife. Mesmo quando o mercado criava demandas, a Paraíba enfrentava problemas climáticos que interferiam na produção. As receitas não conseguiam acompanhar as despesas. A subordinação determinada pela Coroa talvez não tenha sido a melhor solução para o problema. Ao final do século XVIII, a autonomia foi retomada. Apesar de todo esse contexto econômico, as últimas décadas do setecentos apontavam para um quadro mais otimista. Chegamos, então, à virada do século XVIII e XIX, período que mais nos interessa nesta pesquisa.

2.2 – As condições econômicas da Paraíba na primeira metade do século XIX

Eram passados 30 dias do mês de outubro de 1797 quando a rainha de Portugal, D. Maria I, decidiu nomear Fernando Delgado Freire de Castilho para o cargo de governador da Paraíba, que até então se encontrava subordinada à Capitania de Pernambuco¹². Quase cinco meses depois, em 23 de março do ano seguinte, o dito Fernando tomou posse na capital.

12 Yamê Paiva (2009) analisa a vinda de Fernando Delgado Freire de Castilho para a Paraíba como reflexo de um processo de Ilustração em Portugal no século XVIII. Esse governador, assim, estava inserido em um contexto de mudanças ocorridas nesse período.

No período em que ficou no cargo, Fernando Delgado de Castilho encontrou a capitania em um estado peculiar. Havia mais de quatro décadas que ela estava submetida a Pernambuco e uma pressão muito grande da parte da Câmara da capital para que essa situação se findasse. Pouco mais de um mês após sua posse, a referida Câmara informou ao governador a necessidade de acabar com a anexação. De acordo com os membros desta, a capitania obteve muitos prejuízos com a subordinação e apenas quando o comércio da Paraíba se tornasse independente de Pernambuco é que poderia haver melhorias de vida para a população (PINTO, 1977, Vol. I, p. 185-186)¹³. Contudo, essa já era uma preocupação da Coroa portuguesa. Uma semana antes de ser nomeado, o governador já havia recebido de Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar, um regimento com instruções para quando assumisse o cargo. Dentre as várias instruções, ele tinha que examinar qual a utilidade da subordinação da Paraíba a Pernambuco (PINTO, 1977, Vol. I, p. 180)¹⁴.

Em janeiro de 1799, ele enviou um exame sobre a situação da Paraíba frente à subordinação. Descrevendo a capitania, sua capital e vilas, seus engenhos, portos, matas, entre outras informações, mostrou sua opinião sobre as condições em que estava a capitania até então. De acordo com o governador, seus negociantes encontravam-se em poucos

13 Durante toda a segunda metade do século XVIII, houve constantes atritos entre a Câmara da Parahyba, que tinha seus interesses representados pelo governador Jeronimo de Melo e Castro, com a Câmara de Mamanguape. Cf. Inaldo Chaves Júnior (2013).

14 Essas instruções para Fernando Delgado Freire de Castilho também foram transcritas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro duas vezes: uma no tomo VI (1844), outra no Tomo XXVII (1864). Todas as edições da RIHGB podem ser acessadas em <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>.

números e em uma situação de pobreza, dependendo dos comerciantes de Pernambuco. A agricultura apresentava-se em um estado de atraso, com ausência de escravos. O algodão, por exemplo, não vinha sendo produzido em grande número, não podendo estabelecer um comércio interessante. A Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba teria sido a principal responsável por isso, causando danos à capitania. Diante de seu diagnóstico, Fernando de Castilho propôs ações de melhorias. Todas elas circulavam em torno de uma condição básica: a autonomia em relação a Pernambuco, não só do ponto de vista político (com maior independência para a distribuição de prêmios e penas), bem como do ponto de vista econômico (focando nos elementos da agricultura e comércio) (AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799)¹⁵.

Não sabemos ao certo qual a influência teve o exame feito por Fernando Delgado de Castilho sobre a Coroa. Entretanto, nos é sabido que em janeiro de 1799, D. Maria I enviou uma carta ao Bispo de Pernambuco e ao governador da mesma capitania informando sobre a desanexação da Paraíba e do Ceará, devido aos inconvenientes que foram demonstrados¹⁶. A partir de então, a capitania ficaria autônoma para decidir sobre as nomeações militares e de ofícios internos, além do

15 Irineu Pinto (1977, p.205-213) também transcreveu esse documento.

16 Carmelo do Nascimento Filho (2006, p. 45) também faz esse questionamento sobre o intervalo de envio do relatório de Fernando Delgado de Castilho e a decisão régia pelo fim da anexação. A carta que determina a desanexação é datada antes da chegada do relatório do governador da Paraíba. Nascimento Filho argumenta que isso se deu graças aos vários outros documentos enviados anteriormente por Fernando Delgado que pode ter acelerado a decisão de D. Maria I. Realmente, conseguimos identificar dois documentos anteriores ao citado relatório em que Fernando Delgado de Castilho propõe o fim da anexação como alternativa para o crescimento econômico. Ver AHU_CU_014, Cx. 33, D. 2419, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2471, 1798. A carta régia que determina a desanexação pode ser vista em Pinto (1977, Vol. I, p. 214).

governo poder agir sem depender de Pernambuco. A notícia do fim da subordinação chegou sete meses depois, em outubro do mesmo ano¹⁷. Desta data em diante, a capitania da Paraíba responderia apenas por si mesma.

A saída da condição de subordinada a Pernambuco não alterou radicalmente as condições econômicas de dependência da capitania. Até porque, em 1809, uma década após a fim da anexação, a Paraíba ainda não possuía um órgão de administração fazendária, ocorrendo isso apenas com a criação da Junta da Fazenda Real no referido ano¹⁸. Esses fatores, porém, não foram os únicos a determinar a dependência econômica em relação a sua vizinha. Durante toda a primeira metade do XIX, continuou dependendo fortemente do porto do Recife para se inserir no Mundo Atlântico¹⁹. Henry Koster (2003, p. 96), ao visitar a cidade da Parahyba, em 1810, já alertava para isso. A Alfândega da cidade quase não era aberta e as relações estabelecidas entre o sertão da capitania e Recife eram maiores do que as relações com a capital.

17 Identificamos uma confusão das datas de quando o governo da Paraíba recebeu a notícia da desanexação. Em Pinto (1977, Vol. I, p. 214-215) há a transcrição deste documento datada de 26 de agosto de 1799. De acordo com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, este documento é de 09 de outubro do mesmo ano. Utilizamos a data deste último registro.

18 Uma semana após a Carta Régia determinando o fim da anexação da Paraíba a Pernambuco, D. Maria I determinou a criação da Junta da Fazenda Real na Paraíba, para concretizar tal ação. Esta Junta só veio a ser criada em 1809 (PINTO, 1977, Vol. I, p. 214; 237). Elza Oliveira (2007, p. 141) apresenta alguns fatores que influenciaram essa demora na criação da Junta.

19 Esses conflitos se estendem até o século XX. No governo de João Pessoa, o principal conflito estabelecido entre o governador e as elites econômicas do interior da Paraíba consistia na tentativa de evitar a saída da produção via Pernambuco. Sobre os conflitos no governo de João Pessoa, ver Lewin (1993). A relação de dependência comercial da Paraíba com sua vizinha é bem apresentada por Fernandes (1999).

A centralidade de Recife para a produção e comércio de sua vizinha não foi a única permanência do fim da anexação. Os comerciantes de Pernambuco continuaram exercendo influência entre os produtores da Paraíba por intermédio de empréstimos. Entretanto, as condições econômicas dos últimos anos do século XVIII já não eram tão desfavoráveis como tinham sido por todo o século. Possíveis melhoras se apresentavam para os proprietários e comerciantes da referida capitania.

Ao contrário do que aponta a historiografia do IHGP, a situação econômica na virada do século XVIII para o XIX não era tão desesperadora. Havia circuitos comerciais internos e uma potencialidade grande na produção agrícola e pecuária ²⁰. A produção e o comércio não dependiam apenas de Pernambuco. Em estudo recente, Yamê Paiva (2009) admite a importância de Recife, mas demonstra caminhos alternativos encontrados pelos produtores e negociantes em relação à capitania vizinha. Havia importações e exportações com outras regiões, como Aracati, Mossoró, Goiana etc. Essa situação, provavelmente, foi responsável pela manutenção econômica da Paraíba durante o século XVIII²¹.

20 É praticamente um consenso entre os autores do IHGP que a situação do início do Oitocentos era caótica. Acreditamos que essa ideia teve duas motivações. A primeira era demonstrar as consequências negativas causadas pela anexação a Pernambuco. A segunda consistia em uma forma de justificar as várias revoltas políticas ocorridas no século XIX: o movimento de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Praieira (1848), o Ronco da Abelha (1852) e o Quebra-quilos (1874).

21 Em documento enviado para o Secretário da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as memórias acerca da Paraíba, elaborada logo quando assumiu o cargo de governador da Paraíba, Fernando Delgado afirma que as dízimas da carne eram superiores ao do açúcar. Sendo o primeiro produto voltado mais para o mercado interno, enquanto o segundo para exportação. Percebemos que essa informação pode fortalecer o argumento de que a Paraíba ao final do XVIII, estava se relacionando com suas vizinhas, enquanto não conseguia inserir no mundo atlântico com muito sucesso. Ver AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2471, 1798.

Além dessas rotas comerciais, o final da referida centúria foi propício para o desenvolvimento da agricultura²². De acordo com a análise feita por Elza Régis de Oliveira (2007, p. 145), o que houve após a desanexação foi um movimento de aumento das receitas, enquanto as despesas se equilibravam.

O chamado “renascimento da agricultura” despontou no Brasil a partir da década de 1770. Ao norte do Atlântico, em sua margem leste, a Europa enfrentava um aumento demográfico, além de transformações econômicas advindas com as primeiras experiências da Revolução Industrial. O fim das Guerras Napoleônicas acalmou o mercado e valorizou os preços dos produtos. À margem oeste do Atlântico Norte, a reviravolta causada pela Revolução de São Domingos/Haiti, que durou entre 1791 e 1804, alterou completamente os mercados de açúcar e café. A produção açucareira no Brasil volta a atingir altos números. O algodão, até esse período, um produto sem expressão no mercado mundial, sobe rapidamente na lista das exportações brasileiras devido às guerras napoleônicas e às dificuldades dos Estados Unidos em produzi-lo nas guerras pela independência. O oceano fervilhava e o mercado alterava-se. Capitanias como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco retomaram

22 Um resumo desse estudo pode também ser visto em Menezes e Paiva (2009). Concordamos com o posicionamento dos autores. Contudo, não podemos perder de vista que, apesar das conexões diretas estabelecidas entre Paraíba e o Mundo Atlântico, a intermediação de Pernambuco não deixou de ter importância.

seus altos índices de produção. A Paraíba também foi marcada pela efervescência desse período²³.

Essa conjuntura econômica propícia permitiu à Paraíba apresentar melhoras em suas atividades produtivas. A principal delas era o açúcar. A própria conquista e colonização da capitania se deu graças a esse produto²⁴. Voltado basicamente para atender o mercado externo, apresentou forte crescimento no Brasil nos últimos anos do século XVIII e no decorrer do XIX, devido à reorganização do Mundo Atlântico, principalmente, com a Revolução do Haiti. Nos últimos anos do setecentos, a Paraíba parecia estar bem nessa atividade produtiva. Fernando Delgado de Castilho via uma grande potencialidade dessa atividade na capitania. As várzeas do rio Paraíba eram bastante férteis, produzindo com boa qualidade. Essa produção concentrava-se na região litorânea, onde há níveis pluviométricos, em geral, adequados. Os únicos inconvenientes climáticos eram as enchentes. Pelo que conseguimos constatar, a última grande cheia que prejudicou os engenhos ocorreu em 1789.

Na virada do século, os engenhos apresentavam bons números. De acordo com o governador, estas unidades produtivas chegavam a moer entre 16 e 20 carros de cana em um dia completo, podendo chegar a um número superior. Ainda assim, esses números parecem ser mais baixos do que a média de outras regiões do Brasil. Antonil (2011,

23 Todas essas informações parecem ser consensuais na historiografia. Aos que desejarem conhecer mais sobre a economia atlântica e brasileira na virada do século XVIII para o XIX, sugiro a leitura de Caio Prado Júnior (2006), Rafael Marquese e Dale Tomich (2009), Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2010), Klein (1987) e importantes dados de produção e exportação de várias atividades em Virgílio Pinto (1988). Parte das informações deste parágrafo foi retirada desses autores.

24 O trabalho mais interessante sobre o processo de ocupação das várzeas do Rio Paraíba, caracterizando a conquista e colonização da capitania homônima é de Regina Gonçalves (2007).

p. 137), descrevendo os engenhos do início do século XVIII, afirmava ser entre 25 e 30 carros de cana a capacidade média produzida. Se essa média tiver se mantido por todo o setecentos, a Paraíba mantinha-se em número abaixo da média, mas próxima a ela. Um dos pontos negativos dessa atividade na capitania estava na incapacidade dos mestres de açúcar, responsáveis pela produção, além da rusticidade dos materiais utilizados (AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2459, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2471, 1798).

A estimativa era de que havia 32 engenhos na Paraíba na virada do século²⁵. Diante desse número, podemos fazer uma média da produção de açúcar por engenho entre os anos de 1798 e 1805 e perceber a produtividade nesse período.

Quadro 1 – Média da produção de açúcar na Paraíba por engenho (1798-1805)

ANOS	1798	1799	1800	1801	1802	1804	1805
PRODUÇÃO EM ARROBÁ	37.376	27.576	30.828	14.708	9.520	9.252	14.564
MÉDIA POR ENGENHO	1.168	861,75	963,37	459,62	297,50	289,12	455,12

Fontes: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.²⁶

O que conseguimos constatar com esses números é uma queda nos anos iniciais do século XIX com uma aparente retomada em 1805. Apesar de ser um pequeno recorte, os sete anos apresentados revelam certa irregularidade da produção, causada, talvez, por possíveis

25 Cf. Nascimento Filho (2006, p. 31).

26 Os números apresentados na documentação estão em quintal. De acordo com Russel-Wood (1981, p. 305), um quintal equivale a quatro arrobas. Fizemos a adaptação para facilitar o cálculo. Os números em quintais são para os referidos anos respectivamente: 9.344; 6.894; 7.707; 3.677; 2.380; 2.313; 3.641.

dificuldades do período de volta da autonomia. Vale ressaltar que o preço do açúcar também sofreu variações que podem ter interferido nas atividades produtivas. Em tempos de baixas dos preços, a produção também caía. Ademais, o início do século XIX não trouxe ao Brasil mudanças tecnológicas. O crescimento da produção açucareira que o país viveu, sobretudo a partir da década de 1830, se expressou não no aumento da média por engenho, mas da expansão da zona do açúcar (KLEIN, 1987, p. 133). Isso pode ser expresso na Paraíba quando, nos primeiros anos do oitocentos, a província tinha aproximadamente 32 engenhos e esse número sobe para cerca de 160 na década de 1850²⁷.

O açúcar não era o único produto da economia da Paraíba. As dificuldades do decorrer do século XVIII, como já avaliamos, levaram os proprietários a diversificarem suas produções (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 31). A pecuária foi uma das que se destacou. Surgida ainda na região litorânea, nas primeiras décadas de ocupação, todavia, ela se expandiu, assumindo o caráter de importante atividade econômica no processo de interiorização na segunda metade do século XVII e no decorrer do XVIII. No final do setecentos, apresentava uma arrecadação da dízima superior à cana de açúcar. Contudo, havia diminuído sua produção, talvez, inclusive, devido às últimas secas ocorridas no final do XVIII, como a de 1791-92 (AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2471, 1798). Na virada do século, a criação de *gado vacuum* oscilou pouco entre 1798 e 1799 (8.646 e 6.923 cabeças), mais do que dobra em 1800 e mantendo-se em 1801 no mesmo nível (13.094 e 13.224 cabeças). Os anos de 1802 e 1804 apresentam forte queda, devido à seca, recuperando-se no

27 Ver em Santana (1990) a lista de todos os engenhos registrados na Paraíba em 1856.

ano seguinte. O *gado cavalari* não apresenta muitas variações, crescendo apenas entre 1801 e 1802, mas caindo novamente nos anos seguintes²⁸.

Mas de todas as atividades, talvez a que mais impactou foi a do algodão. Voltado para exportação, desenvolveu-se fortemente no final do século XVIII, influenciada, sobretudo, pela Revolução Industrial, expandindo-se por todo o Brasil. Para se ter uma ideia, “no início dos anos 1790 o Brasil supria 30% das importações de algodão bruto da Grã-Bretanha. Na primeira década do século XIX, mais de 30 mil cativos trabalhavam na produção algodoeira dos Estados do Nordeste do Brasil” (LUNA; KLEIN, 2010, p. 78).

Na Paraíba, esse fenômeno não foi distinto. Em 28 de maio de 1787, o então governador Jerônimo José de Melo e Castro mostrava-se preocupado com os rumos da economia da capitania com o surto de algodão. De acordo com ele, os produtores estavam abandonando a cana-de-açúcar e a mandioca para se dedicarem à nova atividade. As consequências disso se expressavam na queda da arrecadação, já que o açúcar era o principal produto das receitas, e no aumento do preço da farinha (produto básico para alimentação), que subiu de 640 reis para

28 Todos esses dados podem ser encontrado nos mapas apresentados: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.

2.000 reis (AHU_CU_014, Cx. 30, D. 2178, 1787)²⁹. Fernando Delgado de Castilho também ficou receoso. Acreditava que a produção algodoeira minava o açúcar, que para ele era mais interessante economicamente. Nas palavras Castilho, a falta de terras virgens para o algodão comprometia o futuro desse produto, sendo mais interessante assim, o investimento na cana-de-açúcar. No mesmo documento, o governador descreve-a como bastante rudimentar (AHU_CU_014, Cx. 34, D.2459, 1798)³⁰.

Não só o algodão chamava atenção das autoridades régias. Outra atividade fundamental para a reorganização econômica da Paraíba no início do oitocentos foi a extração de madeiras. Inserida nas transformações culturais de Portugal da segunda metade do século XVIII, a Academia Real de Ciências de Lisboa foi fundamental para o movimento da Ilustração portuguesa ocorrida no período. Uma de suas principais propostas era a História Natural. Havia, à época, uma preocupação muito grande em conhecer cientificamente a natureza da colônia brasileira para, por conseguinte, dominá-la. Foi neste contexto que

29 Fazemos uma pequena ressalva para uma questão que nos chamou atenção. Em documentos posteriores, datados de 1792, Jerônimo José de Melo e Castro proíbe a exportação do algodão no espaço de 15 léguas do Porto da Paraíba. Essa decisão afetou diretamente a vila de Monte-mor (Mamanguape), uma das maiores produtoras de algodão da Paraíba, causando conflitos entre o governador e os produtores desta vila. Tendo em vista os repetidos desentendimentos existentes na segunda metade do século XVIII entre essas duas partes, como aponta Inaldo Chaves Júnior (2013), podemos pensar em possíveis exageros da parte do governador, querendo convencer a Coroa portuguesa dos males da produção desta mercadoria. Ademais desses conflitos entre as elites locais, a tendência geral aponta para um considerável aumento da produção do algodão, estando a Paraíba inserida nesse movimento. Cf. AHU_CU_014, Cx. 31, D. 2250, 1792; AHU_CU_014, Cx. 31, D. 2282, 1792; e AHU_CU_014, Cx. 32, D. 2325, 1795.

30 Este documento também pode ser encontrado em Pinto (1977, Vol. I, p. 189-198).

Fernando Delgado de Castilho foi formado e encarregado de governar a Paraíba (PAIVA, 2009).

Quando nomeado para esta capitania, Fernando de Castilho ficou responsável por fazer um levantamento completo, incluindo, as características naturais. Nesse sentido, dedicou importante espaço para descrever “a qualidade e extensão das matas” e os tipos de madeira para construção naval e outros fins, como móveis, tintas etc. (PINTO, 1977, Vol. I, p. 182). Após análise, Castilho chegou à conclusão de que “as matas abundam em madeiras para a Marinha Real, para moveis, e imbutidos, e para os edifícios dos prédios rústicos e urbanos” (AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799). No ano anterior, ele percebeu a quantidade de matas na Paraíba e identificou que elas eram pouco extraídas, sempre por um custo muito alto e que dificultava as plantações (AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2471, 1798)³¹.

Além dessas principais atividades econômicas, a Paraíba produzia milho, feijão, mandioca, batata, arroz. Quase todos estes produtos eram voltados ao consumo interno da capitania³². Todas essas plantações no “ressurgimento agrícola” que o Brasil viveu, como admitiu o próprio Fernando Delgado, permitiram o crescimento econômico da Paraíba e se expressou em suas receitas. Vejamos.

31 Em 1792, as atividades extrativas de madeiras já haviam sido organizadas por Jerônimo José de Melo e Castro, como é perceptível em AHU_CU_014, Cx. 31, D. 2256, 1792.

32 Os mapas de produção, consumo e importação podem ser conferidos em AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.

Tabela 2–Receitas e despesas da Capitania da Paraíba (1795-1805)³³

ANO	RECEITA	DESPESA	SOBRAS DO ANO ANTERIOR	SALDO TOTAL
1795	16:110\$977	13:968\$838	-----	+ 2:142\$139
1796	24:009\$725	20:151\$372	+ 2:142\$139	+ 6:000\$492
1797	17:448\$735	16:933\$302	+ 6:000\$492	+ 6:515\$925
1798	-----	-----	-----	+ 2:969\$204
1799	18:331\$352	18:383\$555	+ 2:969\$204	+ 3:021\$407
1800	25:118\$402	21:739\$879	+ 3:021\$407	+ 6:399\$930
1801	25:195\$788	23:388\$484	+ 6:399\$930	+ 8:206\$904
1802	22:592\$858	29:018\$927	+ 8:206\$904	+ 1:780\$835
1803	25:838\$971	24:265\$606	+1:780\$835	+ 3:354\$200
1804	19:597\$641	21:666\$484	+ 3:354\$200	+ 1:285\$357
1805	25:785\$750	20:330\$243	+ 1:285\$357	+ 6:740\$864

Fontes: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.

É válido ressaltar que esses números poderiam ser maiores. Como admitiam os governadores ao elaborarem esses mapas, parte do que era produzido escoava pelo porto do Recife, muitas vezes, por meio do contrabando. Essa característica perdurou por todo o século XIX e

33 As informações sobre os anos de 1795, 1796 e 1797 foram apresentadas por Fernando Delgado de Castilho em anexo ao relatório já citado enviado à Lisboa em que ele analisa a situação da capitania da Paraíba quando assumiu. Neste o governador apresenta apenas as receitas e despesas, sem o cálculo dos saldos, apontando no final o saldo geral dos três anos que foi de 6:515\$925. Os demais cálculos foram feitos por mim. Cf. AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799. O saldo total de cada ano refere-se ao cálculo do saldo anual mais o saldo que sobrou do ano anterior.

início do XX. Ademais disso, esses dados servem-nos para ter uma noção das alterações da economia no período pesquisado. Diante disso, percebemos que em onze anos há uma constante positiva nas receitas. Se esses números são menores em relação a outras capitanias como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que eram centrais, já faz parte de outra discussão que não podemos adentrar no momento. Contudo, o que gostaríamos de destacar diz respeito aos saldos sempre positivos da Capitania da Paraíba.

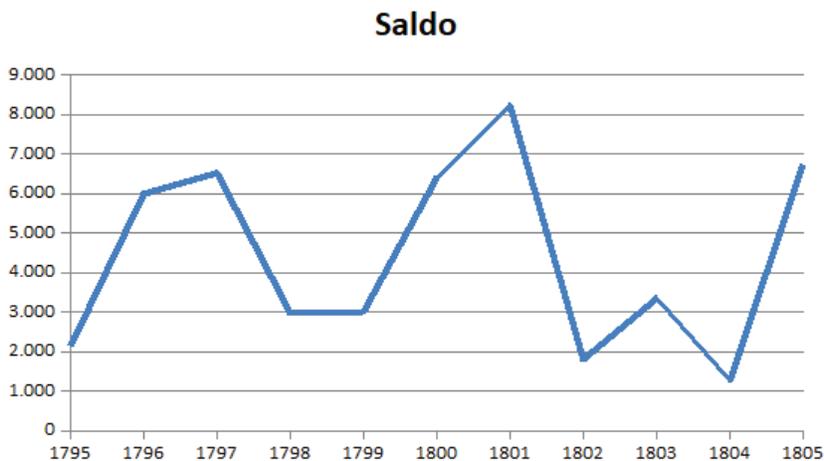
Observamos, com os números da Tabela 2, que houve certo equilíbrio nos primeiros anos imediatamente posteriores à restituição da autonomia. O ano de 1796 foi muito interessante para as receitas da capitania, apresentando um significativo crescimento e retornando às taxas de arrecadação normais. Entre os anos de 1800 e 1805, atingiu uma receita que se manteve, demonstrando uma estabilização econômica da capitania. As únicas alterações na receita nos primeiros anos do oitocentos foram entre 1803 e 1804, consequências da seca.

A seca iniciada em 1802 (dez anos depois da última grande seca do século XVIII, que durou os anos de 1792 e 1793), causou males. Além de causar oscilação nas receitas, aumentou as despesas e comprometeu os saldos da capitania. Em 1803, o então governador Luiz da Mota Feo remete a Lisboa um ofício descrevendo as consequências da seca, causando fome e carestia, além de comprometer a produção e comércio. A solução encontrada foi pedir auxílio à Bahia (AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2801, 1803). É exatamente sobre essa seca, que os proprietários e negociantes tentaram conseguir junto ao Rei graça nos direitos sobre os escravos, como iniciamos este capítulo.

Duas coisas, porém, nos chamam atenção. A primeira delas diz respeito às despesas e saldos com a seca. Sem dúvida, ela causou forte aumento das despesas, como é perceptível. Contudo, o saldo acumulado da capitania permitiu, mesmo tendo tamanha variação nos gastos, a permanência de saldos positivos. Em segundo lugar, as receitas do ano de 1804 apresentam uma queda, provavelmente, por reflexo da falta de chuvas. O ano de 1803, todavia, demonstra um aumento das receitas em relação ao ano anterior, o que permitiu uma variação positiva do saldo dos anos de seca. Em plena seca, não sabemos exatamente qual motivo desse aumento, pois não temos o mapa do referido ano.

O gráfico 2 nos permite enxergar melhor a variação dos saldos:

Gráfico 2 – Saldos da Capitania da Paraíba (1795 – 1805)



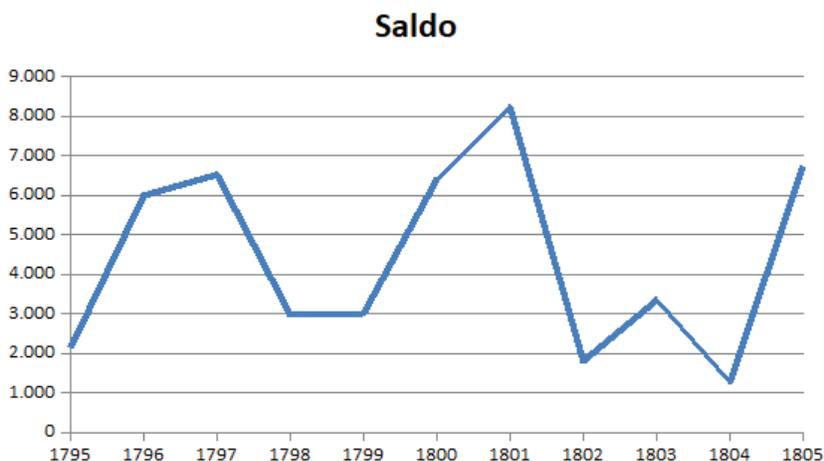
Fontes: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.

Os anos imediatamente posteriores à desanexação permitiram um crescimento muito intenso nos saldos da capitania, caindo radicalmente em seguida devido, também, à seca. Esse crescimento já vinha

sendo construído desde 1795 (apesar da queda de 1797), quando findou a seca anterior e a economia se reorganizou. Após 1804, houve recuperação econômica e voltou-se a apresentar taxas próximas ao período que antecedeu a seca. O que é válido destacar é que, mesmo com quedas, as exportações foram quase sempre superiores às importações. A única exceção foi o período da seca de 1803. Ou seja, a Paraíba estava produzindo constantemente para o mercado externo, apresentava superávit e cumpria uma função importante para o comércio colonial.

Interessante destacar também que o crescimento econômico já vinha ocorrendo antes da anexação ter fim. Isso provavelmente tenha ocorrido graças à conjuntura favorável à produção agrícola que se criou desde a década de 1770 e também pela seca que a Paraíba viveu entre 1790 a 1793. As receitas posteriores foram bem maiores, justificando esse abrupto crescimento.

Gráfico 3 – Exportação e importação da Capitania da Paraíba (1798-1805)



Fontes: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806³⁴.

34 Os números das importações e exportações foram apresentados na documentação em cruzados. Como os outros dados estão sendo mostrados em réis, utilizamos a adaptação feita por Paiva (2009, p. 36) de cruzados para réis.

Os principais produtos de exportação eram os já citados: açúcar, algodão e materiais extraídos da pecuária. Tabaco, farinha, feijão, arroz e milho eram voltados, basicamente, para o consumo interno da capitania. Quando a Paraíba recorria ao mercado atlântico, os produtos mais procurados para importação eram panos de linho, vindos da cidade do Porto, chitas, bretanhas e farinha do reino, embarcadas em Lisboa.

O período que se estende entre 1806 e 1836 é muito difícil para se fazer uma análise da economia da Paraíba. Os registros praticamente desaparecem dos nossos arquivos. A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino digitalizada pelo *Projeto Resgate* vai reduzindo cada vez mais os registros sobre a capitania. O Arquivo Waldemar Bispo Duarte possui pequeno acervo para esse recorte. No caso do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, também são poucas as informações sobre a economia nessas três décadas. A partir dos pouquíssimos dados que conseguimos levantar nessa parca documentação, aliados às informações gerais sobre o Mundo Atlântico e, em especial o Brasil, presentes na historiografia, podemos ter uma noção de como se encontrava a capitania/província da Paraíba nesse turbulento período da história do Brasil. As anotações e transcrições feitas por Irineu Pinto (1977), os relatórios do Ministério da Fazenda e alguns documentos avulsos foram fundamentais para sanar esses problemas. A partir de 1837, as nossas fontes são mais fartas, o que nos possibilitou traçar um quadro pouco mais seguro.

A primeira metade do século XIX é marcada por importantes mudanças na sociedade brasileira. A chegada da Corte portuguesa e a abertura dos portos em 1808-1810 promoveram uma alteração no

então vigente sistema colonial. A consequência direta disso foi o aumento das exportações e importações brasileiras nas décadas subsequentes. Se em 1812, o Brasil exportou 1.233.000 de libras esterlinas e importou 770.000, em 1816, esse número aumenta para 2.330.000 de exportações, diante de 2.500.000 de importações. Seis anos depois, às vésperas da independência, as exportações brasileiras giravam em torno de 4.030.000, enquanto o país importava 4.590.000 de libras esterlinas (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 132). Ou seja, em uma década, o Brasil quase quadruplicou suas exportações, apresentando números ainda maiores no que tange às importações.

Entretanto, esses números não representam um cenário muito positivo. A balança comercial em 1816 e 1822 foi deficitária. A década de 1810 apresentou quedas constantes dos preços do açúcar e algodão, os dois produtos mais importantes para a exportação. Além desses, outras mercadorias como couro e tabaco enfrentavam a concorrência externa e também apresentaram dificuldades. Às vésperas da Independência, o Brasil não apresentava um quadro tão tranquilo (PINTO, 1988, p. 132-133). A década de 1830 foi um período de reaquecimento do mercado atlântico, fazendo com que houvesse a retomada da exportação do açúcar e implementasse fortemente a produção e comércio do café³⁵.

Na Paraíba, foi um período de mudanças econômicas. Como vimos até aqui, o quadro era positivo em relação ao século anterior. Concluída já a primeira década, a capitania ainda ensaiava uma maior autonomia em relação à Praça do Recife. Em 1809, com a efetiva criação

35 Dentre os estudos sobre a expansão da cafeicultura a partir da década de 1830 sugerimos Salles (2008) e Marquese e Tomich (2009).

da Junta da Fazenda Real na Paraíba, este governo passou a ter maior independência para gerir as taxações.

A abertura dos portos promoveu vantagens para a Paraíba. Em 1814, o comerciante inglês Mac Klakan instalou-se e estabeleceu forte concorrência com os grupos mercantis de Pernambuco. “O inglês mandava vir de sua nação embarcações para escoamento da safra, não só de açúcar, como de algodão, couro, fumo, madeira, etc. Os navios subiam o rio Paraíba e atracavam no canal do Sanhauá, defronte ao Varadouro” (ALMEIDA, 1978, Vol. II, p. 89).

De acordo com Horácio de Almeida, essa nova relação com o mercado atlântico, estabelecida com a chegada de Mac Klakan, gerou insatisfação dos comerciantes pernambucanos que até então exerciam forte influência sobre o escoamento da produção de sua vizinha. Assim, os comerciantes requisitaram ao governador da Paraíba e depois ao Príncipe D. João VI a expulsão de Mac Klakan, não obtendo sucesso. Archimedes Cavalcanti (1972, p. 23) afirma que a província vivia, basicamente, da exportação algodoeira para a Grã-Bretanha por intermédio desses comerciantes. Além de Mac Klakan, outro importante inglês que se instalou nessa região foi Carlos Holmes. Veremos o perfil e importância desses negociantes mais a frente.

O início do século XIX, apesar da oscilação do mercado nas décadas de 1810 e 1820, foi importante para a consolidação da produção algodoeira. Foi nesse período que se fortaleceram os produtores dessa atividade, formando um importante grupo da elite econômica

e política, fundamental na organização do movimento de 1817³⁶. De acordo com os dados levantados por Celso Mariz (1978, p. 16) e Irineu Pinto (1977, Vol. I, p. 236, 245), em 1813, o algodão apresentava um rendimento de 10 contos de réis (10:000\$000). Em 1815, esse número subiu para 25:668\$000. No ano seguinte, chegou a 45:655\$000 do total da renda da capitania. Os autores não apresentam os motivos e também não conseguimos identificar o porquê desse abrupto aumento, se, como demonstramos, os preços do algodão estavam em baixa e o mercado em geral apresentava pequena recessão. Uma hipótese seria o aumento da exportação para a Grã-Bretanha. Todavia, não possuíamos fontes para confirmar tal informação.

Para Cavalcanti (1972, p. 23), em 1816 houve um aumento nas receitas devido ao algodão. Neste ano, duplicou a entrada de impostos na Paraíba em relação aos três anos anteriores. Talvez a presença de comerciantes como o inglês Mac Klakan tenha impactado sobremaneira a produção do algodão. Contudo, acreditamos que esse aumento foi muito alto em tão pouco tempo. Independente das possíveis contradições das fontes, foi nesse período que a produção algodoeira se fortaleceu e conseguiu alcançar um papel fundamental para a economia da capitania, que se estendeu por todo o oitocentos.

As décadas de 1820 e 1830 foram marcadas por duas secas (1825 e 1838) que interferiram na produção e exportação. Isso afetou um pouco a vida econômica da (agora) província. Em 1824, antes da seca, o governador informava ao Ministro do Império que o cofre da

36 Serioja Mariano (2013) atenta para a relação entre o crescimento da produção algodoeira e o fortalecimento desse grupo de produtores que participaram diretamente do movimento de 1817. Para esse assunto em específico, sugiro a leitura do capítulo 2 do referido trabalho.

Paraíba estava em déficit, vivenciando um período de “crise de fome e extrema carestia” (PINTO, 1977, Vol. II, p. 67). Imaginamos que o impacto da seca de 1825 deve ter sido grande na economia da província diante dessa já complicada situação.

O primeiro relatório do Ministério da Fazenda no Império, apresentado pelo ministro Manoel Jacinto Nogueira da Gama, traz informações sobre as condições financeiras das províncias para, a partir daí, fazer um quadro geral do novo Império. De acordo com ele, o balanço feito no ano de 1822 demonstra uma situação positiva para a Paraíba. As receitas (157:615\$731 réis) foram superiores às despesas (106:494\$867), deixando um saldo de 51:120\$876 (RELATÓRIO Ministério da Fazenda, CRL, 1821-23).

No ano seguinte, não sabemos quais os valores das receitas e despesas, entretanto, o saldo foi positivo mais uma vez. O relatório de 1825, apresentado pelo mesmo ministro, demonstra que as receitas da Paraíba no ano de 1824 foram de 247:711\$202 (dos quais 102:786\$451 referia-se ao saldo de 1823). As despesas apresentadas foram exatamente iguais às receitas, deixando o saldo em zero (RELATÓRIO Ministério da Fazenda, CRL, 1825).

No último ano da década de 1820, o ministro da Fazenda passou a ser Felisberto Caldeira Brant Pontes. Este apresentou os dados da Paraíba. Enquanto as receitas estiveram em 196:618\$954, as despesas orçaram a província em 196:318\$953, deixando um pequeno saldo de 300\$000 réis. A situação no final dos anos 1820 ficou apertada (RELATÓRIO Ministério da Fazenda, CRL, 1829).

Em 1833, o delegado de Tambaú, José Aranha, escrevia para o Presidente sobre a carestia dos alimentos e a falta da farinha de

mandioca, que era um gênero de primeira necessidade. Devido aos altos preços deste produto, alguns produtores estavam acumulando-os e exportando para Pernambuco. Enquanto isso, boa parte da população sofria com a falta e os altos preços da farinha (CORRESPONDÊNCIA do Delegado de Tambaú para o Vice-Presidente da Paraíba de 4 de fevereiro. AHWBD, Cx. 010, 1830-1833). Esse foi um problema que atravessou a história da Paraíba desde o século XVIII.

Esse período de relativa queda econômica não vai afetar, contudo, a estrutura de posse escrava. Vamos analisar com mais detalhes ainda neste capítulo os principais proprietários de terra e como estava distribuída a posse escrava na capitania/província. O Capitão Aleixo da Costa Cirne, por exemplo, teve seu inventário feito em 1825. Tendo várias propriedades (casa, sítios, engenhos e escravos – onze no total, quase todos africanos), o referido capitão talvez não tenha sofrido tanto com as oscilações econômicas do período (INVENTÁRIO do Capitão Aleixo da Costa Cirne, ACMF, 1825).

Este também foi o caso do João Garcia Machado que, ao falecer, deixou uma riqueza avaliada em 1:508\$500. Em seu inventário, registrou-se dez escravos (que somavam 1:140\$000 de seus bens), cinco deles de Angola. Joaquim de Sá e Albuquerque poderia ser considerado um proprietário médio, que manteve uma quantidade de escravos considerável para a Paraíba da primeira metade do oitocentos (INVENTÁRIO de João Garcia Machado, ACMF, 1825).

Diante dessas informações, constatamos que os primeiros anos do Império não foram dos melhores para a província. Contudo, ao que parece, ainda assim a situação era mais confortável do que os anos do século anterior. Podemos caracterizar, então, que nos primeiros anos do

século XIX, houve melhoras em seus índices econômicos. Entre 1820 e 1830 viveu oscilações devido ao mercado atlântico e às questões climáticas. Entretanto, os grandes e médios proprietários não foram os principais atingidos nessas quedas, mas sim a população mais pobre e os pequenos proprietários³⁷. Os últimos anos da década de 1830 apresentaram melhores números sobre a Paraíba. Os relatórios dos Presidentes de Província trazem os seguintes dados:

Tabela 3 – Receitas e despesas da Província da Paraíba (1837 – 1850)

ANO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
1837	96:892\$000	86:146\$000	+ 10:746\$000
1838	-----	-----	+ 18:952\$892
1839	135:995\$132	112:188\$298	+ 23:806\$936
1841	146:776\$251	144:326\$612	+ 2:449\$639
1842	157:660\$980	116:670\$375	+ 40:990\$605
1843	143:956\$207	121:162\$623	+ 22:793\$584
1844	114:912\$585	94:016\$974	+ 20:895\$611
1845	158:400\$294	105:881\$937	+ 52:518\$357
1846	177:143\$209	162:699\$792	+ 14:443\$792
1847	157:972\$593	130:598\$721	+ 27:373\$887
1848	195:884\$304	146:843\$706	+ 49:035\$798
1849	236:188\$068	173:077\$700	+ 63:110\$368
1850	121:722\$515	166:970\$936	+ 45:284\$421

Fontes: Relatórios de Presidente de Província da Paraíba de 1837 a 1850.

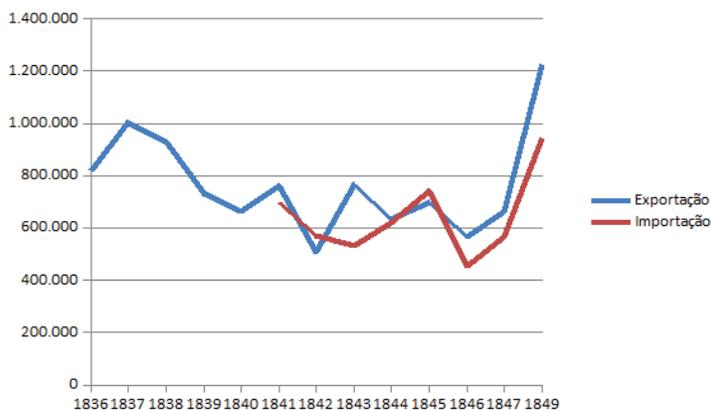
A partir das informações apresentadas pelos presidentes entre 1837 e 1850, a província viveu nessas duas décadas algumas oscilações, mas sempre operando com números positivos. As informações que parecem constantes nos registros dessas autoridades são a necessidade de aumentar os impostos, maiores investimentos na agricultura, a falta de

³⁷ Como veremos mais adiante neste capítulo, aqueles que possuíam mais de cinco escravizados já poderiam ser considerados médios proprietários.

braços e de estradas. As dificuldades da agricultura interferiam no comércio, como afirmou João José de Moura Magalhães (1839). Em 1842, Pedro Rodrigues Chaves chegou a afirmar que o estado financeiro não era assustador.

Os principais produtos econômicos continuavam sendo o açúcar, o algodão e o gado. As receitas nesse período dependiam diretamente dessas produções. Agostinho da Silva Neves (1844) creditou às boas safras do algodão e açúcar a receita positiva do período 1843-44. Quando havia seca, o impacto sobre as rendas era imediato. Os anos de 1846 e 1847 foram marcados por esse fenômeno climático e social. A consequência foi a queda no saldo da província, que ainda continuou positivo, mas em baixa. O que vale ressaltar é que, mesmo com os problemas climáticos, as exportações mantiveram-se superiores às importações.

Gráfico 4 – Exportações e Importação da Província da Paraíba (1836-1849)³⁸



Fontes: Relatórios de Presidente de Província da Paraíba dos anos de 1837 a 1850; Pinto (1977, vol. 2).

38 Os relatórios de Presidente de Província não trazem sempre os números de exportação e importação. Irineu Pinto, por sua vez, conseguiu registrar todos esses números nos anos referidos. Em alguns deles, conseguimos constatar pequenos erros em Irineu Pinto, quando confrontados com os dados dos Relatórios. Como as diferenças são pequenas, utilizamos os dados de Pinto quando os relatórios não traziam esses números. Devido às dificuldades de sistematização dessas informações, eles têm um caráter apenas aproximativos.

Assim como ocorria nos primeiros anos do século, a Paraíba também manteve os números das exportações geralmente acima das importações, mostrando-se em uma situação superavitária. Contudo, o quadro das décadas de 1830 e 1840 são mais equilibrados. Entre 1836 e 1842, a província apresentou relativas quedas em suas exportações, contudo, nos últimos anos da primeira metade do oitocentos houve uma melhora significativa.

No início do século XIX, a Paraíba contava com cinco portos: um ao norte, na Baía da Traição; outro na cidade da Parahyba, na região de Cabedelo; e um terceiro em Jacumã, ao sul. A Baía da Traição atraía a produção do Rio Grande e representava a praça da Vila de Monte-mor/Mamanguape que, como vimos, tinha relações diretas com Pernambuco. Além desses três, havia o porto existente no Varadouro, de menor porte e na praia de Tambaú (RELAÇÃO de portos marítimos da Província, AHWBD, Cx. 07, 1824-1825). Assim, as conexões que a Paraíba fazia com o Mundo Atlântico diretamente pelos seus portos se davam de forma muito pontual. As principais embarcações (quase todas) que chegavam e saíam do porto da cidade da Parahyba tinham como interposto a Corte, Lisboa. A única exceção de que conseguimos o registro foi em 1799, quando chegou uma embarcação da Costa da Mina, vindo com escravos³⁹. Além de Lisboa e África (esta muito raramente), os portos paraibanos interligavam-se principalmente com Pernambuco. Reenfatizamos: este não era o único porto que a Paraíba

39 O quadro da entrada e saída do porto da cidade da Parahyba encontra-se nos mapas já citados (AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806).

se conectava, mas o principal, sobretudo, no que diz respeito à inserção no Mundo Atlântico.

A situação no decorrer do século XIX não se alterou muito. Entretanto, na documentação parece ser mais frequente a necessidade de melhoria das estradas, em especial, a que levava a Pernambuco, como enfatizou o presidente da Província João José de Moura Magalhães em 1839. A produção, percebe-se assim, também era escoada em parte por vias terrestres. Estas, como veremos mais adiante, foram caminhos possíveis de rotas de importação de africanos.

Em todas as principais atividades produtivas (açúcar, algodão e pecuária) podemos encontrar a presença da população escrava, incluindo, os africanos. Nas guerras de conquista da Paraíba já é possível identificar essa população. De acordo com Ademar Vidal (1988, p. 105), em uma das cinco expedições organizadas pelos portugueses e espanhóis⁴⁰, havia tropas compostas por “cem homens a cavalo, mais de duzentos a pé, ‘cento e tantos africanos’ e quinhentos nativos”⁴¹.

40 A conquista da Paraíba se deu no período da União Ibérica, em que o Reino de Portugal se viu sob a tutela de Felipe II da Espanha. Foram necessárias cinco expedições entre 1574 e 1585 para decretar oficialmente a conquista. Uma das expedições foi liderada por Diogo Flores e Valdez, um espanhol. Contudo, a fundação oficial da Paraíba não significou a paz com os indígenas. Durante décadas a guerra manteve-se até o século XVII, quando iniciaram mais sistematicamente o sistema de aldeamento. Sobre a conquista da Paraíba, ver Machado (1977), Almeida (1978) e Gonçalves (2007).

41 A presença de africanos na conquista é citada por outros autores. Irineu Ferreira Pinto (1977, Vol. I, p. 17) faz referência a esses “cento e tantos” africanos. Na expedição de conquista, organizada por Martim Leitão, cerca de quinhentos homens se mobilizaram, sem contar os índios e africanos (PINTO, 1977, Vol. I, p. 19). Na terceira expedição, Horácio de Almeida narra que, os potiguara atacaram as tropas portuguesas, morrendo “400 índios domésticos e cerca de 100 escravos da Guiné” (ALMEIDA, 1978, Vol. I, p.71).

Todavia, nosso objetivo não é descobrir quando chegaram os primeiros africanos à Paraíba. Nosso intento é destacar que essa presença ocorreu desde os primeiros anos. Quando em 1599 os portugueses conseguiram estabelecer uma relação relativamente menos violenta com os Potiguara, houve uma expansão da produção açucareira e aumento da demanda por mão de obra⁴². Os indígenas foram os principais alvos dos europeus, por intermédio dos aldeamentos. Apesar disso, já é possível identificar a presença africana nos engenhos da Paraíba na primeira década do século XVII (GONÇALVES, 2007, p. 137). Desde então, assim como ocorria em quase todo o Brasil, não podemos pensar a produção açucareira paraibana sem a mão de obra escravizada vinda da África.

Foi constante durante os séculos XVIII e XIX a reclamação da falta de braços na Paraíba. Fernando Delgado Freire de Castilho, em seu relatório ao assumir a capitania, afirmava que “os engenhos estão desfabricados da sua força principal que são os escravos” (PINTO, 1977, Vol. I, p. 207). Nesse período de recuperação econômica, a capitania necessitou do trabalho escravo. Além da alternativa da reprodução natural, a entrada de africanos também ocorreu.

A hipótese de que as condições precárias dos produtores levaram à estratégia de promover a reprodução natural de seus escravos foi levantada por Solange Rocha (2009), Lima (2009) e Silva (2010). Há uma possibilidade muito concreta para que essa leitura seja verdadeira, deixando de ser apenas uma hipótese. Todavia, a reprodução natural

42 Os Potiguara eram povos tupinambás que habitavam o território litorâneo da Paraíba no período de conquista dos portugueses. Houve forte resistência dessa população indígena que foi devastada pelos portugueses. Atualmente, eles habitam a região do litoral norte da Paraíba.

entre os escravos da Paraíba não eliminou a importação de africanos. Sendo a produção açucareira uma das mais representativas, a vinda de um número elevado de escravizados africanos se deu para trabalharem nessa lavoura.

Ainda neste capítulo, faremos uma discussão acerca dos principais proprietários e negociantes da cidade da Parahyba, apresentando suas propriedades escravas, em especial, os africanos. Mas para o leitor ter uma ideia do papel da população africana nos engenhos, vamos apresentar um caso representativo. Em 1818, foi feito o inventário do Desembargador Gregório José da Silva Coutinho. Este foi Ouvidor da Paraíba entre os anos de 1798 e 1801, período em que se envolveu em vários conflitos políticos, sendo transferido para o Ceará (PAIVA, 2012).

Não sabemos exatamente a data, mas as vinculações econômicas e políticas de Gregório José Coutinho fizeram com que ele voltasse à Paraíba, onde faleceu e teve seus bens registrados em inventário. Ele era proprietário do Engenho Una, nas cercanias dos rios Paraíba, Una e Inhobim, que possuía casa de moenda, caldeira e capela, somando tudo no valor de 12 contos de réis (12:000\$000), que era muito alto à época⁴³. Além do engenho, também possuía uma fazenda com criação de gado que havia herdado por seu pai, no valor de 800 mil réis. Nessas suas propriedades trabalhava boa parte de seus 67 escravos. Mais da metade desses escravos eram africanos (39 pessoas, representando 58% do total). José Ribeiro, por exemplo, foi um desses africanos, o mais caro

43 Até o presente momento, pesquisamos dezoito inventários e apenas duas pessoas tinham uma propriedade superior a 10 contos (10:000\$000). Ou seja, apenas um engenho de José Gregório já o fazia um dos mais ricos proprietários da Paraíba. Sua riqueza total somava 25:854\$030.

dos 67 (custando 150 mil réis). José, muito provavelmente, havia sido comprado para trabalhar na produção do açúcar⁴⁴.

Os escravos eram usados em todas as fases da produção, desde o arado da cada até o transporte do açúcar. Nas palavras de João Antonil (2011, p. 106): “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. Koster (2003) descreve que desde o preparo da terra até o transporte era feito pelos escravizados negros.

No decorrer de todo o século XIX, os engenhos não usufruíam de modernização, “exceto pela introdução da variedade da cana otahiti no Brasil, também introduzida em Cuba, não houve nenhuma outra grande inovação tecnológica na indústria” (LUNA; KLEIN, 2010, p. 99). Provavelmente por quase todo o oitocentos, os engenhos da Paraíba que contaram com os trabalhos dos africanos foram marcados pela rusticidade dos materiais usados descritos por Fernando de Castilho em seu já citado relatório (PINTO, 1977, Vol.I, p. 198). Durante todo o século XIX, os presidentes da província da Paraíba alertaram para a necessidade de investimentos na agricultura. Este fato nos faz pensar que a pouca modernização levava a uma maior dependência do trabalho escravo não especializado⁴⁵. Mas o açúcar não foi o único produto que foi colhido por mãos negras.

44 Este inventário foi transcrito por Ramos (2011, p. 7-16) e está no Arquivo do Cartório Monteiro da Franca. Não conseguimos ter acesso a tal documento, por isso usamos a transcrição.

45 Essa não era uma especificidade da Paraíba. Koster descreve essa característica para todas as áreas que visitou. O referido viajante inglês admite ainda que era difícil esperar mudanças devido à falta de informações dos senhores no Brasil (KOSTER, 2003, p. 419).

A pecuária também absorveu parte da população escrava. Os estudos de Diana Galliza mudaram a forma de ver a presença de cativos no sertão. Segundo a autora, a população escrava na cidade de São João do Cariri, importante região da pecuária, era quase a mesma da cidade da Parahyba (GALLIZA, 1979, p. 83-84). No início do século, as vilas de Pombal e Sousa somavam mais de 20% da população escrava da capitania (MEDEIROS, 1999, p. 74). Os africanos não deixavam de estar presentes nas atividades de criação. Ana Paula Moraes (2009) demonstra um cálculo de 40% de africanos presentes nos inventários e cartas de alforrias pesquisados para a região do São João de Piranhas, no sertão da Paraíba, para a primeira metade do século XVIII. Essa porcentagem é a mesma dos crioulos.

Já na segunda metade do oitocentos, na ribeira de São João do Rio do Peixe, também sertão da Paraíba, a quantidade de escravos diminuiu significativamente (tendência geral nas províncias do Norte nesse período), mas ainda apresenta africanos entre os escravizados, no trabalho dedicado à criação (ABREU, 2010). Além desses casos, lembramos de José Gregório da Silva Coutinho, que além do Engenho Una, possuía uma fazenda de criação de gados, na qual também usava escravos africanos, reenfatizando, assim, a participação da mão de obra africana na pecuária.

Como não poderíamos deixar de lembrar, os escravizados africanos também foram bastante utilizados na atividade algodoeira. Infelizmente, há poucos estudos que nos mostrem como se dava a participação dos escravos nesse processo de produção. A presença escrava/africana não é questionada. Se, como dissemos, na virada do século, houve a predileção de alguns produtores pelo algodão em detrimento

do açúcar, devido às vantagens que o mercado vinha oferecendo, muito provavelmente houve a transferência de escravos de uma atividade para a outra. De acordo com Galliza, “Antes da segunda metade do século XIX, quando se mantinha o comércio negreiro com a África, e o preço do escravo era baixo, o cativo foi regularmente utilizado na lavoura algodoeira” (GALLIZA, 1979, p. 26).

Maria do Céu Medeiros lembra-nos do exemplo de Manuel Arruda Câmara, um dos principais produtores de algodão da Paraíba⁴⁶. Este possuía cerca de 30 escravos que participavam de todas as fases da produção e, como em todo o sistema escravista, estabelecia-se uma lógica de muita repressão e violência:

Arruda Câmara dispunha de 30 escravos (entre homens e mulheres) que realizavam todas as atividades: do preparo do solo à fase final de ensacamento. No seu relato, percebe-se que o rendimento dessa propriedade se deve mais ao policiamento do feito sobre os escravos do que ao estímulo de 100 réis por arroba que era prometido ao escravo que colhesse mais que o estabelecido como tarefa diária individual (MEDEIROS, 1999, p. 67).

Com essa citação, fica nítido que as relações de repressão e violência estavam presentes nessa atividade produtiva. Ainda assim,

46 A família Arruda Câmara foi bastante influente na Paraíba do século XVIII. Manuel de Arruda Câmara, além de grande proprietário de terra e padre, estudou na Universidade de Montpellier na década de 1790, transformando-se em um importante nome da botânica. Suas pesquisas culminaram na descoberta de espécies, cf. Paiva (2012). Koster (2003) tornou-se seu amigo, fazendo várias referências a ele em suas descrições. No início do século XIX, apesar de possíveis controvérsias, organizou o chamado *Aerópago de Itambé*, conhecido por reunir importantes nomes políticos para discutirem – a partir da influência do liberalismo – a independência do Brasil. Acredita-se que esse *Aerópago* influenciou a organização do movimento de 1817. Para mais informações sobre a família Arruda Câmara, cf. Bastos (1964). Sobre o *Aerópago de Itambé*, cf. Mariano (2013, p. 78).

era possível ao escravizado conseguir o acúmulo de algum dinheiro, o pecúlio. Em relação aos demais ramos da produção na Paraíba, precisamos de mais indícios para afirmar com tranquilidade qual o papel exercido pelos escravizados. Podemos, todavia, levantar alguns questionamentos. Para isso, vamos trazer o caso de Joana, uma africana de Angola que possuía 25 anos em 1825. No auge de sua saúde, Joana era a propriedade mais valiosa de Antônio Diniz Pimentel, que havia falecido e de quem se fez um inventário no referido ano. Ele era casado com Generosa de Lacerda Cavalcante e vivia na vila de Alhandra, ao sul da Paraíba, onde possuíam o sítio Olho d'água, onde havia casas de morada e para produção de farinha (INVENTÁRIO de Antônio Diniz Pimentel, ACMF, 1825). A farinha de mandioca era, como já citamos, um produto fundamental para a alimentação oitocentista e sua produção era voltada totalmente para o mercado interno. Exatamente por isso, era geralmente produzido em pequenas propriedades. A possibilidade de Joana ter sido usada na produção de farinha não seria absurda.

Esse caso não é suficiente para afirmarmos peremptoriamente a presença de escravos africanos nas pequenas atividades produtivas. Sabemos que os trabalhadores livres eram mais utilizados para essa produção. Como iniciamos nosso trabalho, o africano forro Manoel Barrozo tentou enveredar por essa atividade, mas não obteve êxito. Sua experiência pode ter sido comungada por vários outros africanos que conseguiram a liberdade na região. Porém, não podemos deixar de levar em consideração o uso da mão de obra cativa, incluindo os africanos, nessas pequenas propriedades. Pensando o caso específico da Bahia nos séculos XVIII e XIX, B. J. Barickman demonstra essa característica. No caso de produtores de farinha de mandioca, a quantidade de escravos

poderia variar entre dois e oito escravos. Muitas vezes, inclusive, os roceiros trabalhavam ao lado de seus cativos (BARICKMAN, 2003, p. 248-350).

O que percebemos até o presente momento, a partir das informações analisadas, é que a Paraíba viveu, no século XVIII, um período de constantes dificuldades econômicas. Na virada para a centúria seguinte, as condições melhoraram, apesar das oscilações. Entretanto, a capitania/província continuou ocupando uma posição periférica na economia do Brasil. A relativa melhoria da produção em várias atividades requeria mão de obra. No próximo capítulo abordaremos a entrada dos africanos na região e até que ponto essa demanda foi suprida pelo mercado atlântico de escravizados. Cabe-nos agora tentar compreender como era a distribuição de posse desses cativos e quem eram os principais senhores que compravam os africanos.

2.3 – Ser proprietário e negociante na Paraíba oitocentista

No início do oitocentos, os arredores da cidade da Parahyba já haviam sido definidos. Essa região foi o primeiro núcleo de povoamento da capitania e, conseqüentemente, suas terras foram distribuídas já no século XVI e no decorrer do XVII e XVIII⁴⁷. Neste tópico iremos apresentar alguns dos principais nomes da elite econômica da Paraíba, concentrados na capital, responsáveis pela exploração da mão de obra africana.

47 Fernando Delgado Freire de Castilho contabilizou até o ano de 1798 a quantidade de 1.097 sesmarias distribuídas pelo governo da Capitania da Paraíba. No início do século XIX, não mais houve concessão de datas de terras na região da cidade da Parahyba do Norte. Aliás, nesse período, a principal requisição era de posse sobre terras devolutas. Cf Tavares (1982).

Viver como senhor de engenho no Brasil escravista era, sem dúvida, uma das posições mais privilegiadas que alguém poderia ocupar. Apesar das transformações econômicas e sociais no decorrer do século XVIII que levaram os negociantes a conquistarem mais espaço, os senhores de engenhos continuaram tendo importante papel na hierarquia social⁴⁸. Na Paraíba, essas mudanças sociais impactaram mais a partir da virada do século XVIII para o XIX, quando os negociantes passaram a ter maior influência na vida da capitania/província. Os donos das unidades produtivas de açúcar eram respeitados, bem relacionados, faziam-se presentes no aparelho administrativo do Estado como vereadores, capitães de ordenanças etc (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 72-73).

Em 1856, a capital contava com dez engenhos. Se pensarmos as freguesias de Santa Rita e Livramento, que eram mais afastadas do núcleo urbano e próximas às várzeas do rio Paraíba, mas que pertenciam à jurisdição da cidade, o número sobe para quarenta e nove. Na região sul, nas freguesias de Taquara, Jacoca e Alhandra – área de influência da capital – somavam-se mais dez engenhos (SANTANA, 1990, p. 179-180). Alguns desses – como o Gargaú, o Inhobim, Una, entre outros – funcionavam há séculos, tendo passado por vários donos e vivenciado as crises econômicas já narradas nos tópicos anteriores. Não vamos aqui elencar todas, mas tentaremos apresentar quais eram os principais engenhos da região em que os africanos foram destinados a trabalhar e como estava distribuída a posse escrava.

48 Um balanço das transformações no Brasil do século XVIII, ver Fragoso e Guedes (2014).

Os primeiros destes estabelecidos na capitania na virada do século XVI para o XVII foram os engenhos de Nossa Senhora da Ajuda (depois chamado de Velho)⁴⁹, o Gargaú, o Inhobim e o dos Reis (MACHADO, 1977, p. 129). Quase todos sobreviveram até a metade do oitocentos, apesar das crises e instabilidades narradas. Além desses, outros estiveram presentes na vida econômica da Paraíba desde os primeiros anos da colonização, como foram os casos dos engenhos Una, do Meio, do Cumbe (antigo São Cosme e Damião) e Tibiri.

Mesmo as propriedades sendo as mesmas, a mudança de donos era constante, seja por divisão de herança ou por venda/troca. Independente dos motivos que levavam às alterações de proprietários, os engenhos sempre circulavam entre as principais famílias da capitania/província⁵⁰. Para se ter uma ideia, os Gomes da Silveira – que aparecem desde os primeiros anos da colonização – permanecem presentes como na figura de Joaquim Gomes da Silveira, senhor do Engenho Gargaú⁵¹ e o engenho do Meio em 1856. Parte deste último engenho pertencia a Theresa de Jesus Vasconcelos, em 1835, e foi deixado em testamento para Ana Clara de São José, sua afilhada e filha de Joaquim, que era seu sobrinho (RAMOS, 2011, p. 81-84).

Além de Joaquim, encontramos também Manoel Gomes da Silveira, proprietário do engenho Genipapeiro. Não sabemos ao certo

49 Este engenho foi alvo de uma disputa entre seu proprietário, Duarte Gomes da Silveira, e Ambrósio Fernandes Brandão. Sobre essa querela, ver Gonçalves (2007, p. 147-150).

50 Vamos apresentar apenas alguns importantes senhores de engenho pertencentes às famílias mais abastadas da Paraíba até o século XIX. Análises mais aprofundadas sobre as relações de poder construída por tais, ver Lewin (1993) e Mariano (2013).

51 O engenho Gargaú foi adquirido por Joaquim Gomes da Silveira em 1845.

o grau de parentesco de ambos, mas provavelmente eram irmãos⁵². As informações que temos são que, no início do século XIX, um outro Manoel Gomes da Silveira, provavelmente pai, era Morgado e tinha parentesco com João Peixoto de Vasconcelos, senhor do engenho Pindoba (AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3345). Tanto no testamento de Theresa de Jesus Vasconcelos, como nos registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora das Neves, Joaquim Gomes da Silveira aparece como “Capitão” e, depois, como “Comandante Superior” da Guarda Nacional, demonstrando como essas figuras ocupavam vários espaços de poder⁵³. Além dessas posses, outro membro da mesma família aparece como senhor do Engenho Inhobim, também um dos mais antigos da várzea do Paraíba. Era Francisco Gomes da Silveira.

O referido engenho do Meio havia sido criado no século XVII por Ambrósio Fernandes Brandão⁵⁴. Em documento assinado por senhores em 1792 para a rainha de Portugal D. Maria I, a referida propriedade pertencia a João Rodrigues Chaves. Quatorze anos depois, Amaro Gomes Coutinho Júnior, filho de um dos líderes do movimento de 1817, passava a ser o senhor do engenho (AHU_CU_014, Cx. 47,

52 Em 1856, Manoel Gomes da Silveira aparece como proprietário desse engenho. Como há a possibilidade de filhos terem o mesmo nome do pai, ele pode ser irmão de Joaquim.

53 Em 1840, ele foi nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional para o Comando Superior da Cidade da Parahyba (COSTA, 2013, p. 187).

54 Ambrósio Fernandes Brandão é uma das mais importantes figuras da Paraíba no século XVII. Possuía propriedades em Pernambuco e foi um dos participantes das expedições de conquista da Paraíba, onde se instalou com três engenhos. Era judeu e tinha seu capital associado não só a Pernambuco, como à Bahia e Angola, fazendo parte do chamado consórcio Brandão, que também se envolvia com o comércio na Ásia (ALENCASTRO, 2000, p. 102). Foi autor de uma das mais ricas fontes sobre o Brasil no Seiscentos: *Diálogos das Grandezas do Brasil* (2010 [1618]).

D. 3345). Além de senhor, ele assumiu o posto de Tenente coronel do Regimento de Infantaria Miliciana. Seu pai, também dono dos Engenhos Una, Barreira e Tibiri, era cavaleiro da Ordem de Cristo e Coronel do Regimento da Infantaria Miliciana. Sua influência econômica e política levou-o ao envolvimento com o movimento de 1817.

Os Carneiro da Cunha compunham outra importante rede familiar proprietária de engenhos e escravos. Em 1856, os engenhos Una e Tibiri estavam sob posse de Manoel Maria Carneiro da Cunha. A família Carneiro da Cunha foi uma das mais influentes e poderosas da Paraíba até o final do século XIX. Desde o final do setecentos, possuíam grande fortuna. Conseguimos identificar o inventário do Capitão Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, que vivia nas proximidades do rio Abiaí, na divisa com Pernambuco. Sua riqueza circulou na faixa de 220 contos de réis, dos quais compunham 53 escravos, sendo um dos maiores proprietários da região. Essa família tinha influências também em Pernambuco. Manoel Maria Carneiro da Cunha foi um dos nomes dessa família. Além de grande proprietário, teve forte influência na política local, sendo um dos fundadores do partido Conservador (MARIZ, 1994, p. 142-143).

O engenho Una também foi criado por Ambrósio Fernandes Brandão. Ao final do século XVIII pertencia a Amaro Gomes Coutinho e, depois, passou a ser de Gregório José da Silva Coutinho, ouvidor da Paraíba no início do século XIX, a quem já fizemos referência. Este pode ter herdado a referida propriedade, devido ao casamento com Francisca de Moraes de Aragão, filha de Amaro Coutinho. Por falta de herdeiros, o engenho Una pode ter sido vendido após a morte de Francisca, que ficou com os bens do falecido marido.

Apesar das mudanças de proprietários no decorrer do tempo, alguns engenhos permaneceram sob as mesmas mãos durante mais de meio século. Em 1806, João de Albuquerque Maranhão apresentava-se como senhor do engenho Espírito Santo, estando bem estabelecido e com escravos suficientes para trabalhar. Cinquenta anos depois, essa sua estabilidade permitiu que o engenho permanecesse com o mesmo dono. Em 1856, o referido engenho pertencia a João de Albuquerque Maranhão. Não sabemos se este nome era do mesmo proprietário ou seu filho. Independente dessa informação, o fato demonstra que o engenho Espírito Santo manteve-se sob a mesma família. Koster (2003, p. 106-107), ao viajar para a cidade de Natal, passou pelo engenho Espírito Santo na Paraíba. Descreveu a residência, a refeição que lá fez e a vida do engenho. Um dos momentos marcantes de sua narrativa foi ter afirmado que causou estranhamento entre os moradores da casa por ser um inglês.

O que podemos perceber com esses nomes é o acúmulo de engenhos nas mãos de uma mesma pessoa ou família. No início do oitocentos, Amaro Gomes Coutinho possuía dois: Barreiras e Tibiri, além de outras propriedades. Em meados do mesmo século, Joaquim Gomes da Silveira era proprietário do Gargaú e do Meio, enquanto Manoel Maria Carneiro da Cunha tinha autoridade sobre o Tibiri e Una. Esses eram os principais responsáveis pela produção econômica da capitania/província, controlando os maiores engenhos. Além disso, a força econômica das famílias influenciava vários espaços de poder, para além dos engenhos.

Neste capítulo, analisamos as condições econômicas da Paraíba e identificamos melhorias ocorridas desde o final do século XVIII e início

do século XIX, apesar das oscilações e irregularidades do crescimento econômico da capitania/província. Deve-se ressaltar, entretanto, que mesmo sendo uma situação de privilégio, os proprietários da Paraíba não viviam em condições de fausto. Quando de sua visita, Koster (2003, p. 94) informou que parecia ter sido a cidade mais importante em tempos passados. Havia constante falta de dinheiro. As relações comerciais eram estabelecidas por intermédio da hipoteca de casas, terrenos ou escravos (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 117).

Essas questões ficam mais evidentes quando analisamos os inventários e testamentos do período. Nos 29 inventários pesquisados na primeira metade do século XIX, em apenas quatro casos conseguimos identificar a presença de dinheiro entre os bens. Destes, apenas um, Joaquim de Melo Azedo, era senhor de engenho. Nos outros exemplos, um era negociante (Domingos Gonçalves Chaves) e duas mulheres (Maria Theresa e Anna Quitéria) haviam conseguido dinheiro devido a atividades específicas, como venda de uma casa e de fardamentos, respectivamente.

Contudo, dinheiro não era algo comum na vida cotidiana das pessoas no século XIX. Se formos pensar a cultura material do período estudado, percebemos ainda assim que os grandes abastados não possuíam grandes luxos. O maior proprietário de escravos que conseguimos identificar na nossa pesquisa foi João de Melo Azedo, um dos poucos que tinham dinheiro no momento de sua morte, como já referimos. Possuidor de 157 escravizados, de dois engenhos (Puxi de Cima e o Tabocas), além de fazendas em várias cidades do interior, o referido senhor de escravos somava uma riqueza de aproximadamente 211 contos de réis. Apesar da fortuna, os bens cotidianos de luxo não eram tantos.

De ouro, João de Melo Azedo nada possuía. De prata, havia instrumentos doméstico como bule, cafeteira e talheres, que sem dúvida, era um diferencial na região, mas que não eram muitos (INVENTÁRIO João de Melo Azedo, ACMF, 1851).

O mesmo se dava com outro grande proprietários, o já citado José Gregório da Silva Coutinho. De dinheiro, nada foi registrado. Entre os objetos de ouro encontrados em seus bens estavam um par de fivelas e brincos, além de uma cruz peitoral e um cordão. Os bens de prata também eram poucos e tinham funções domésticas como talheres (RAMOS, 2011, p. 13-16).

O capitão Joaquim Manoel Carneiro da Cunha parecia ser uma exceção a esses casos. Possuía muitos bens em ouro e prata e algumas alfaias. Fivelas, brincos, cordões para o braço e pescoço, botões, além de objetos de uso domésticos, compunham o leque de utensílios da família que demonstravam o *status* social dos Carneiros da Cunha e certa condição de fausto (INVENTÁRIO do Capitão Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, ACMF, 1808).

Muitos desses senhores de engenho dependiam diretamente do capital dos negociantes do Recife ou da Parahyba. Como já foi dito, a década de 1810 trouxe um aumento do número de comerciantes ingleses que se estabeleceram na Paraíba⁵⁵. Alguns deles foram Mac Klakan, Carlos Holmes e Ricardo Roger. Este último era proprietário do *sítio Rogers*, que deu nome a um dos bairros da atual João Pessoa. Além de dono de terras, Roger também tinha escravizados. Entre as décadas

55 Esse fenômeno ocorrera em todo o Brasil e foi consequência da vinda da Corte para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos ocorridas no início do século XIX. Atuação dos comerciantes ingleses no Brasil do século XIX, cf. Guimarães (2012).

de 1830 e 1840, o referido comerciante levou para batizar três escravas suas, duas das quais eram filhas de Gertrudes⁵⁶, provavelmente africana, que também era sua propriedade.

Os dois primeiros estabeleceram-se e tiveram êxito na Paraíba. Como já afirmamos, as atividades de Mac Klakan chegaram a incomodar os negociantes do Recife, que tentaram pôr obstáculos à sua presença. Ambos conseguiram autorização do Imperador, em 1825, para carregar em qualquer parte do Brasil gêneros de primeiras necessidades destinando-os à referida província, diante da seca e da consequente crise de abastecimento causada (CORRESPONDÊNCIA do Ministro dos Negócios do Império ao Presidente da Paraíba de 14 de novembro, AHWBD, Cx. 07, 1824-1825). Esse caso mostra a influência e importância que detinham tais negociantes.

Carlos Holmes, por sua vez, assumiu uma papel fundamental na vida econômica e social da capital. Na análise dos Livros de Notas da cidade da Parahyba do Norte entre os anos de 1841 e 1846, a figura de Holmes é uma das mais presentes, vendendo, trocando e comprando bens. As primeiras relações estabelecidas por este inglês com a província foi no período da independência, quando ele negociava armas e pólvora por pau-brasil (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 118). Não conseguimos fazer um levantamento dos bens de Carlos Holmes, mas identificamos duas escravizadas crioulas crianças na década de 1850, que eram sua propriedade (LB III, AEPB, 1853-55). Suas relações sociais foram

56 Acreditamos que Gertrudes era africana por ter suas filhas sido registradas como crioulas.

construídas não apenas com a população branca, como com os negros livres e libertos⁵⁷.

Além dos comerciantes ingleses, muitos tinham origem em Portugal e atuavam na Paraíba, estabelecendo contatos com o Recife. Um deles era Victorino Pereira Maia. Este casou-se na capitania na década de 1810 e fundou uma firma, a Victorino Pereira Maia e Cia, que atuou até a década de 1870 com seu filho, controlando parte do comércio da Paraíba e emprestando, inclusive, dinheiro para negociantes de Pernambuco. Parte do capital que circulava entre os senhores de engenhos da região, advinham dessa casa de comércio (MARIZ, 1994, p. 162-163). Suas relações talvez chegassem até a Bahia, como demonstraremos no próximo capítulo, onde Maia pode ter estabelecido vínculos para o comércio de africanos.

Este caso é parecido com o de José Luís Pereira Lima e seu filho (José Luíz Pereira Lima Júnior) que construíram uma Companhia de Comércio, emprestando dinheiro e negociando açúcar e algodão, os principais produtos da capitania/província. Além de negociantes, eram senhores do engenho da Graça desde a década de 1840 (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 119). Conseguimos identificar dezenove escravizados de José Luís Pereira Lima sendo batizados entre os anos de 1846 e 1860, o que já o caracterizaria como um proprietário respeitável na região.

Outro importante nome do comércio da Paraíba foi João de Albuquerque Maranhão que, além de negociante, era também senhor de engenho. Sua área de atuação ia além dos territórios da capitania, tendo laços estabelecidos em Pernambuco e Rio Grande do Norte

57 Cf. LB I, II e III, AEPB, e LN da Cidade da Parahyba (1841-1846).

(NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 80). Quando, em 1808, a Corte portuguesa transferiu-se para o Brasil, uma nau arribou na praia de Lucena. O referido negociante ajudou-a pondo a diposição cem bois (PINTO, 1977, Vol. I, p. 236).

Além da chegada dos negociantes ingleses nas décadas de 1810 e 1820, que dinamizou mais o comércio da Paraíba, entre 1817 e 1824, muitas redes comerciais foram desfeitas e surgiram novas alternativas ao mercado com o Recife (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 114-118). Entretanto, isso não representa uma autonomia em relação a Pernambuco. Muitos negociantes desta capitania/província continuaram exercendo influência na produção e comércio da Paraíba. Não podemos esquecer o caso citado por Koster (2003) do senhor Joaquim (não sabemos seu sobrenome) que tinha negócios na referida capitania, apesar de ser de Recife. Além disso, ao tratar do comércio da região, o viajante inglês reitera a centralidade do porto desta última cidade, quando afirma que a população do Sertão se comunicava mais com Recife do que com a cidade da Parahyba.

Mesmo muitos sendo negociantes e proprietários de engenhos, os conflitos entre esses dois grupos eram constantes. As dívidas destes com aqueles eram cada vez maiores, aumentando a relação de dependência. Aos conflitos de interesses econômicos, somaram-se o de prestígio social, que crescia para os comerciantes (NASCIMENTO, 2006). As diferenças eram grandes entre estes. A Paraíba não tinha um grande comércio e, conseqüentemente, não desenvolveu muitos comerciantes representativos. Com exceção daqueles que já citamos, os demais atuavam em pequenas atividades. Entretanto, juntos formavam uma classe forte.

Em 1840, logo após D. Pedro II assumir o Trono, 105 negociantes enviaram uma representação ao novo Imperador prometendo obediência, em nome do crescimento econômico e da riqueza do Brasil. Dentre os que assinaram, estavam os já referidos Eduardo Rogers, Carlos Holmes, Victorino Pereira Maia, José Luís Pereira Lima, entre outros (REPRESENTAÇÃO dos Negociantes da Paraíba ao Imperador, BN, II-32, 31, 13, 1840). Na década de 1830, houve uma mudança na moeda que causou prejuízo aos comerciantes da Paraíba que se dirigiram ao presidente da província com queixas sobre a nova medida (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 119). Muitas vezes, atuavam em conjunto aos senhores de engenhos. Já citamos o caso inicial deste capítulo, em que negociantes e senhores enviaram ao Conselho Ultramarino pedido de isenção para a compra de africanos. O mesmo ocorreu cinco anos após a Independência, quando os dois grupos se unem para requisitar isenção do pagamento do dízimo do açúcar e subsídio do algodão (REPRESENTAÇÃO, com abaixo-assinado, dos agricultores e negociantes da Paraíba..., BN, II-32, 31, 17, 1827).

Eram tais senhores de engenho que requisitavam a mão de obra africana. Era por intermédio, muitas vezes, dos referidos negociantes que os escravizados eram trazidos à Paraíba, sobretudo, após ter passado pela Praça do Recife. O desembarque de escravizados vindos da África era algo público e, no caso de Pernambuco, a notícia se espalhava fácil entre as províncias vizinhas, atraindo negociantes.

Esses senhores e negociantes eram os reponsáveis pela posse escrava na cidade da Parahyba do Norte, concentrando boa parte de todos os africanos importados para a capital. A partir da análise de inventários, podemos identificar importantes características da distribuição

dos escravos nas propriedades. Infelizmente, o acesso aos documentos cartoriais, a exemplo dos inventários e testamentos, são muito difíceis. Ainda assim, conseguimos fazer o levantamento de vinte e nove inventários para a primeira metade do século XIX, compreendendo não só a capital, como também as vilas de Alhandra e Conde. O total de inventários é pequeno para que possamos fazer uma análise quantitativa das fontes, porém, acreditamos que, mesmo sendo pequenos, alguns números, aliados a outros estudos sobre a Paraíba, podem trazer importantes informações⁵⁸.

Dos vinte e nove inventários pesquisados, identificamos uma quantidade total de 352 escravizados, formando uma média de 12,13 escravos por inventário. A proporção era de dois homens para cada mulher, tendo 214 homens e 132 mulheres⁵⁹. Entretanto, se formos classificar a quantidade de escravos por proprietários, temos uma configuração que demonstra a concentração nas mãos de poucos.

Quadro 2 – Distribuição da posse escrava na cidade da Parahyba (1800-1850)⁶⁰

NÚMERO DE ESCRAVOS	INVENTÁRIOS
Não possui	4 (13,79%)
De 1 a 5	16 (55,17%)
De 6 a 10	3 (10,34%)
De 11 a 15	3 (10,34%)
Mais de 50	3 (10,34%)

Fonte: Arquivo do Cartório Monteiro da Franca

58 Os inventários eram processos abertos após a morte de um indivíduo com o intuito de sistematizar todos os bens para a partilha entre os herdeiros. Para mais características desse tipo de documento e as possibilidades metodológicas, ver Furtado (2013). Agradecemos aqui a Sirleide Lopes por ter-nos concedido as imagens dos inventários pesquisados. Apesar de o acesso aos arquivos cartoriais ser muito difícil, Sirleide conseguiu pesquisar no Arquivo do Cartório Monteiro da Franca e, gentilmente, concedeu-nos as imagens de inventários e testamentos.

59 Em seis casos não conseguimos identificar os nomes e sexo dos escravizados.

60 Incluímos aqui alguns inventários de proprietários das Vilas de Alhandra e do Conde.

Os números do quadro acima demonstram uma presença marcante de pequenos proprietários de escravizados na Paraíba. Dos 16 casos apresentados, apenas dois possuíam a quantidade de cinco escravos. Foi o caso de Antônio José Nunes de Vasconcelos, que morava na cidade da Parahyba e não possuía nenhum bem de raíz⁶¹. Dos cinco escravizados que tinha posse, quatro eram africanos e uma crioula ainda criança. O fato de não possuir bens de produção, leva-nos a crer que esses escravizados de Antônio José eram alugados ou faziam trabalhos de ganho⁶².

O mesmo pode ter sido o destino dos cinco escravos crioulos de Isabel Maria da Conceição. Ela e seu marido, Manoel José Tavares, possuíam uma casa de taipa no Varadouro e cinco cativos, uma mulher com 38 anos (que, possivelmente, trabalhava em atividades domésticas e de ganho) e quatro crianças. Estas, ao atingirem a idade produtiva, talvez tivessem sido vendidas para exercerem atividades no engenho ou em fazendas.

Em doze casos encontramos senhores de um ou dois escravizados. Esses pequenos proprietários eram maioria e não eram pessoas ricas. Sem dúvida, ser senhor em uma sociedade escravista era o objetivo de muitas pessoas e as colocavam em uma situação diferenciada. Todavia, ter um ou dois cativos não as transformavam em elite econômica. Esses cativos eram a única riqueza dos pequenos proprietários e, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência. Antônio Lourenço e Francisca de Sales eram moradores da praia de Lucena e faleceram, tendo seu inventário aberto em 1809. A única propriedade que o casal

61 Este termo era utilizado nos inventários para se referir às propriedades de terra como sítios, fazendas, engenhos e casas.

62 Discutiremos essa categoria de escravos no capítulo 4.

tinha eram os escravos mulatos André e Paulo. Ambos foram divididos em três (a quantidade de filhos do Antônio e Francisca) (INVENTÁRIO de Antônio Lourenço e Francisca de Sales, ACMF, 1809).

Essa característica de posse, sem dúvida, interferia nas relações entre senhores e escravos. A africana de nação Angola, Catharina, de sessenta anos, estabelecia uma relação com sua proprietária D. Candida Rosa Baovera que poderia ser diferente da que Anna, com quase a mesma idade (65 anos), também de Angola, tinha com seu senhor João de Melo Azedo, que possuía em sua propriedade mais 156 escravizados. Sem contar que quase todos esses pequenos proprietários citados viviam no ambiente urbano, no qual as relações escravistas eram distintas do mundo rural. Não sabemos até que ponto essa característica era positiva ou negativa às pessoas submetidas ao cativeiro.

A pequena posse, como estamos demonstrando, era uma característica urbana e interferia na forma como os senhores lidavam com seus escravizados. O Capitão José Moreira Lima e José Joaquim Cardoso tinham autoridade sobre três pessoas cativas. O primeiro tinha como escravizados apenas africanos. Do segundo, por sua vez, todos os cativos eram cabras, provavelmente uma influência da presença indígena na região de Alhandra, onde morava. Ambos proprietários também não possuíam bens de raiz e poderia utilizar seus escravos em trabalhos domésticos ou de ganho.

Ter mais de cinco pessoas escravas já colocava esse proprietário em um estrato social de destaque. Ora, em uma região em que se caracteriza pela pequena (ou nenhuma) posse de cativos, ter sete escravos, como o caso de Manoel Antônio da Silva, demonstrava riqueza. Seus bens, compostos praticamente de escravos, totalizavam 1 conto e

duzentos réis, o que já demonstra certa tranquilidade no momento da morte (INVENTÁRIO de Manoel Antônio da Silva, ACMF, 1831).

Os preços dos escravos variavam entre 20 mil a 700 mil réis, com uma média de 238\$076 por cabeça. Tais variações, entretanto, se davam de acordo com diversos fatores. Um deles era a idade. Conseguimos constatar pessoas escravas desde um mês de nascimento até os 90 anos. A média de idade foi de 28 anos, o que demonstra uma faixa etária predominantemente adulta. Se isolarmos esses números em categorias, teremos o seguinte quadro:

Quadro 3 – Faixa etária e preço da população escravizada e inventariada da Paraíba (1800-1850)

IDADE	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS	MÉDIA DOS PREÇOS
Até 15 anos	65 (18,46%)	165\$923
De 16 a 40 anos	149 (42,32%)	356\$800
Mais de 41 anos	46 (13,06%)	182\$608
Não Consta/Ilegível	92 (26,13%)	--- ---
Total	352 (100%)	238\$076

Fonte: Arquivo do Cartório Monteiro da Franca

Esses números confirmam um traço da sociedade escravista de ter sempre uma população cativa adulta em maioria. A análise de preços dos escravizados pelos inventários é complicada, pois há a possibilidade de super ou subvalorização. Entretanto, conseguimos fazer esse levantamento, para termos alguma ideia de como funcionava o mercado escravista na Paraíba.

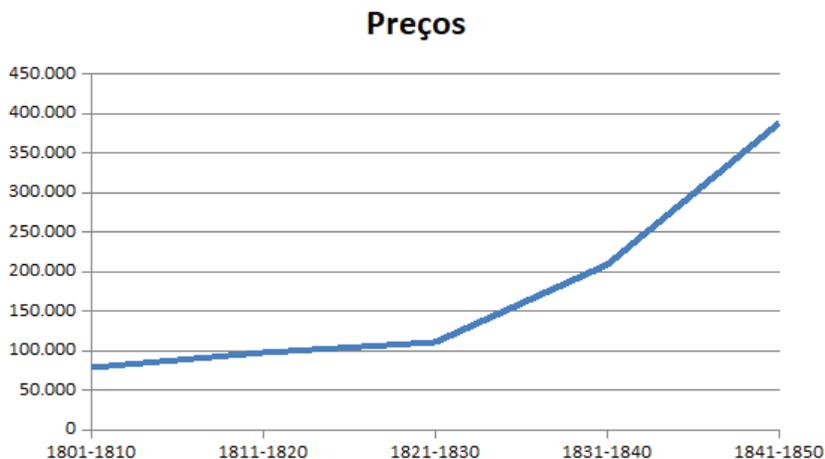
A média geral dos valores de escravos analisados foi de 238\$076 réis. Para as crianças até 15 anos, os preços variam de 20 a 550 mil réis, formando uma média de 165\$923 réis por escravo. Esse número mais

do que dobra para a categoria posterior, entre 16 e 40 anos, auge da atividade produtiva, que era o maior interesse dos proprietários. Ao pensarmos a população mais velha, com mais de 40 anos, os valores continuam altos, porém sofrem uma decaída para 182\$608.

O que nos chama atenção é o fato dos mais velhos serem mais valorizados do que as crianças. Acreditamos em possíveis distorções, às quais já fizemos referências, nos números. Contudo, os valores, muitas vezes, eram altos, mesmo diante da avançada idade. Em alguns casos a saúde permanecia, como Luís, mulato escravo de João de Melo Azedo, que aos 54 anos era visto como sadio. Isso pode ter permitido o alto preço de alguns desses escravizados mais velhos. Outros tinham funções específicas e, conseqüentemente, eram mais valorizados apesar da idade. Temos o exemplo de Joaquim Angola que era vaqueiro nas terras do mesmo proprietário.

O tempo era fator de interferência nos preços dos cativos. Sabemos que os números podem ser revistos caso consigamos uma série maior de inventários. Para o presente momento, dos 25 inventários que possuíam escravos, organizamos nos seguintes recortes: **1800-1810** (4 inventários com 65 escravos); **1811-1820** (5 inventários com 87 escravos); **1821-1830** (8 inventários com 31 escravos); **1831-1840** (4 inventários com 22 escravos); e **1841-1850** (4 inventários com 164 escravos).

Gráfico 5 – Média de preços dos escravos na Paraíba (1800-1850)



Fonte: Arquivo do Cartório Monteiro da Franca

A média de preços da população escravizada na Paraíba subiu abruptamente a partir da década de 1830, movimento normal devido à proibição legal do comércio atlântico de africanos e a maior demanda por mão de obra cativa que o Brasil passou a ter nesse período. O aumento foi constante desde o início do século. Na virada entre 1820 e 1830, a inflação pode ser explicada pela maior procura no mercado, dado ao crescimento econômico vivenciado pelo país. A partir de 1831 os preços tornaram-se maiores devido às dificuldades de embarque e desembarque promovidas pela lei antitráfico.

Por fim, outro importante variável dos preços dos escravizados era a sua naturalidade. Africanos e crioulos eram os mais bem avaliados. De todos os 352 escravizados presentes nos inventários pesquisados, 157 (44,60%) eram africanos, vindos de Angola, Benguela, da Mina e São Tomé. Os crioulos vinham em seguida com 113 (32,10%). Mulatos e cabras apresentavam 30 (8,52%) e 22 (6,25%) do total, respectivamente.

Os pardos foram registrados 4 vezes. Em 26 ocasiões, nada constava sobre a cor/origem dos escravizados.

Como estamos trabalhando com uma fonte específica (os inventários) essa característica de cor/origem distingue um pouco da população geral, como veremos a seguir. Boa parte dos africanos e crioulos estavam presentes nas atividades do açúcar, do gado e do algodão, nos quais os proprietários foram alvos dos inventários. A população parda livre e liberta pobre era majoritária na cidade da Parahyba, entretanto, não estão registrados nesses documentos.

Além das discussões demográficas da capital, o que conseguimos constatar é a variação de preços entre esses grupos. Começamos pelos africanos e crioulos. Os primeiros apresentam uma média de 244\$904 réis, enquanto os segundos circulam em torno de 237\$212 réis por pessoa. Essa pequena diferença pode ser explicada pela média de idade dos dois grupos. Apesar de 47 africanos não terem suas idades registradas, todos aqueles que foram identificados apresentaram uma alta média de 38 anos. Os crioulos, em contrapartida, apresentam-se em uma média de 19 anos.

Ou seja, por serem de idade mais avançada próxima ao fim da vida ativa, os africanos na Paraíba apresentavam preços mais baixos do que os do mercado. Ainda assim, seus valores foram mais altos do que a média geral, o que demonstra que, mesmo apesar da idade, os africanos eram mais valorizados. Os crioulos, por sua vez, mantiveram-se na média geral de preços dos escravizados.

Os cabras, mulatos e pardos apresentaram números altos. Entre os primeiros, a média de preços foi de 274\$545 réis. Entretanto, a idade média de um cabra na Parahyba variou em torno de 19 anos. Os pardos

e mulatos tiveram uma média de 261\$562 réis cada, enquanto tinham uma idade próxima aos 22 anos. Essa relação entre preço e idade é indispensável. Isso reforça a ideia de que, comparativamente, os africanos pareciam ser mais caros. Apesar de terem a idade média quase o dobro da dos cabras, crioulos, mulatos e pardos, os escravizados vindos da África apresentam preços muito próximos dos demais grupos.

Os altos preços dos africanos, sobretudo a partir de 1831, fizeram com que a maioria dessas pessoas escravizadas estivessem submetidas aos grandes senhores de terras, pois poderiam comprá-los com maior facilidade, tendência que ocorre em outras regiões do Brasil. Há de se destacar também que, além das flutuações do mercado, parte dos africanos importados para a referida capitania/província no século XIX, advinham dos portos de Pernambuco. O transporte para a Paraíba representava um aumento nos custos, implicando em um maior preço.

Dos 16 pequenos proprietários que identificamos, apenas 6 possuíam africanos. Estes eram, muitas vezes, de idade avançada. Foi o caso, por exemplo, de Francisco Angola, que pertencia a Theresa Maria de Jesus e foi classificado como “muito velho”. (INVENTÁRIO de Theresa Maria de Jesus, ACMF, 1820). Antônio José Nunes de Vasconcelos, em 1808, tinha cinco escravos, dentre os quais quatro tinham vindo da África e eram maiores de 40 anos (INVENTÁRIO de Antônio José Nunes de Vasconcelos, ACMF, 1808). Essa característica aponta para o fato de que, para ter mão de obra africana na Paraíba, era necessário ter grande poder aquisitivo.

Como estamos vendo até o presente momento, possuir escravizados não era algo tão simples na Paraíba, apesar da sociedade se caracterizar pelas relações escravistas. Boa parte dos proprietários tinham

sob seu comando poucos cativos, enquanto muitos outros não chegavam a ter acesso a esse tipo de bem. Os preços altos para o poder aquisitivo dos moradores da Paraíba justificam essa característica, mas há outro fator que a intensifica: a concentração de riquezas.

Entre os inventários pesquisados, levantamos informações acerca de 352 escravizados. Apenas três proprietários (João de Melo Azedo, José Gregório da Silva Coutinho e Joaquim Manoel Carneiro da Cunha) possuíam 263 escravizados. Isso significa que 10, 34% dos senhores da cidade da Parahyba e vilas vizinhas tinham em suas mãos 74,71% da posse escrava. Esse traço restringia ainda mais o acesso aos escravizados.

Essa era uma característica comum a todas as regiões do Brasil, a ponto de chamar atenção do viajante inglês Henry Koster (2003, p. 239) que, ao descrever a cidade de São Luís, afirmara: “as principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens, possuidores de propriedades prósperas, com extensões notáveis, grupos de escravos e ainda são negociantes”. Apesar de Koster acreditar que as regiões meridionais tinham a riqueza mais distribuída, o que percebemos é o contrário no caso da Paraíba e em outros lugares do Brasil. Luna e Klein (2010) fazem uma análise da concentração de escravos em várias regiões do Brasil em momentos distintos. Em Campina Grande, Luciano Mendonça de Lima (2009) constatou a mesma característica. Barickman (2003) e Schwartz (1988) demonstram a relação entre concentração da posse escrava com a questão da propriedade fundiária.

Nessas condições econômicas e de posse, submetidos ao trabalho forçado, sob a autoridade dos referidos senhores, é que os africanos viveram à Paraíba. Nosso último passo neste capítulo é traçar a cidade

da Parahyba do Norte, palco das experiências dessas pessoas vindas da África. A seguir veremos os espaços compartilhados de trabalho, solidariedades e conflitos vivenciados pelos africanos libertos e escravizados.

2.4 – A cidade da Parahyba do Norte e sua população

Com sua nascente a cerca de 480 quilômetros do litoral, o rio Paraíba tem origem na região da atual cidade de Monteiro, desaguando na praia de Cabedelo, que no século XIX pertencia à capital. Chamado inicialmente pelos portugueses como São Domingos, o rio manteve sua denominação tupi⁶³. Às margens do Paraíba e seus afluentes, caminhando para a última década do século XVI, os portugueses conseguiram estabelecer uma base sólida de ocupação. A resistência indígena aliada à presença francesa continuaria a incomodar os primeiros colonos. Contudo, a partir de 1585, a conquista da Capitania Real da Paraíba por parte dos lusos entrou em uma fase mais consolidada⁶⁴.

Mesmo sendo o citado rio o mais importante campo de batalha e instalação dos principais engenhos da capitania, não foi nele que se estabeleceu os primeiros aglomerados urbanos. Sua foz serviu para estabelecer um complexo de defesa, compreendendo três fortins: Santa Catarina, à margem direita; Santo Antônio, à esquerda; e fortim

63 Alguns autores se dedicaram à descrição do rio Paraíba, principal palco das disputas da colonização. Não por outro motivo que o nome da capitania foi em homenagem ao mesmo rio. Machado (1977), Almeida (1978) e Andrade (1997) dedicam-se a detalhes sobre o Paraíba. Gonçalves (2007) fez também uma sistematização de informações acerca do rio e seu papel na conquista e colonização da área.

64 Não vamos adentrar as discussões sobre o processo de conquista e colonização da Paraíba na virada do século XVI para XVII. Sugerimos a leitura de Gonçalves (2007).

da Restinga, na ilha que ficava ao centro da foz do rio⁶⁵. Almeida (1978, p. 96, Vol. I) afirma que este último não teve vida longa. Fora construído apenas no período de tentativas de invasão holandesa.

Além dos fortes, o encontro do Paraíba com o oceano foi o ponto de contato, por intermédio do porto de Cabedelo, da capitania/província com o Mundo Atlântico. Foi por este rio que muitas embarcações com africanos desembarcaram no decorrer do mercado de escravizados. No anexo II, vemos a barra do referido rio, destacando as regiões onde foram erguidas as já referidas fortificações e onde se deu início à construção da cidade da Parahyba do Norte.

Como afirmamos, apesar do rio Paraíba ter sido o principal alvo de ocupação dos portugueses, foi à margem direita do rio Sanhauá, seu afluente, que se desenvolveu o centro urbano da região, construindo-se as primeiras edificações e ruas do que viríamos a chamar cidade da Parahyba. A sua divisão era basicamente entre cidade alta e baixa. Nesta parte, ficava o cais do Varadouro (onde regularia as relações comerciais) e, alguns anos depois, a igreja São Pedro Gonçalves.

Foi também no Varadouro em que se montou uma fortificação e o porto. Nessa região da cidade, instalou-se a alfândega e uma série de armazéns com o propósito de guardar a produção que por lá escoava. Esse espaço tornou-se um dos principais da cidade, nas palavras de Archimede Cavalcanti, às vésperas da independência,

O varadouro não identificava apenas o cais do Sanhuá e artérias contíguas. Abarcava todo o bairro comercial que lá plantou-se e floresceu. Compreendia o Pátio da Alfândega, o Largo da

65 Walfredo Rodriguez (1994, p. 5) apresenta uma ilustração desses fortes a partir do porto de Cabedelo, em 1624.

Gameleira, donde originou-se a Praça Álvaro Machado, o Beco da Alfândega (Rua João Suassuna), a Rua das Convertidas (Maciel Pinheiro). [...]. Um pequeno ancoradouro dela formado motivou o nome da via que lhe ficava mais perto, a letes – a Rua do Portinho” (CAVALCANTI, 1972, p. 39).

Como nos lembrou Cavalcanti, a cidade baixa não se resumia ao cais do Varadouro. Em seus arredores, foram se desenvolvendo algumas ruas que se tornariam importantes na cidade da Parahyba do Norte oitocentista. Uma delas foi a rua das Convertidas. De acordo com a versão de Maximiano Machado (1977, p. 435-436), este logradouro teve seu nome devido ao Seminário fundado pelo padre Gabriel Malagrida que chegou à Paraíba em meados do século XVIII. O novo seminário tinha o objetivo de educar a mocidade para o exercício do sacerdócio. Com a volta do padre a Portugal em 1754, o prédio da instituição ficou abandonado, mas a rua em que se encontrava ganhou seu nome. Paralela a esta se encontrava a rua da Gameleira.

Como nosso tema é a diáspora africana na Paraíba, não podemos deixar de destacar a rua Zumbi, localizada na parte baixa da cidade. Foi nela em que ficou exposta a cabeça de Amaro Gomes Coutinho, morto por sua liderança no movimento de 1817. O nome da referida rua faz referência direta ao líder do quilombo dos Palmares e pode nos levar a acreditar que era uma denominação usual da população da cidade, provavelmente, feita pelos escravizados que viviam nesse cenário urbano. A rua Zumbi também fazia parte da região chamada de “Tanque” por ter água disponível para abastecimento das casas (RODRIGUEZ, 1994, p. 110).

Subindo a chamada Ladeira de São Francisco (atual Ladeira da Borborema), em seu topo, foi fundada a capela, que mais tarde seria a igreja matriz de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade, onde se convencionou chamar de *cidade alta*. Construiu-se nos arredores da catedral a rua Nova (atual General Osório), onde se instalou inicialmente a cadeia, a Câmara e o convento de São Bento (ALMEIDA, 1978, p. 95). Esta rua estendia-se até as proximidades do beco da Misericórdia, onde situava-se a Igreja de mesmo nome⁶⁶.

Paralela à rua Nova estava a rua Direita (atual Duque de Caxias) que tem início no cruzeiro do Convento de São Francisco e estende-se até as proximidades da já citada Igreja da Misericórdia. A partir daí, a rua ganhava novo nome: rua da Baixa, onde encontraríamos a igreja do Rosário, construída em 1711, sede da irmandade de mesmo nome, como discorreremos no quarto capítulo. Tal rua terminava no chamado largo do Palácio, onde se situava o prédio do convento dos Jesuítas e que, desde o século XVIII, passou a sediar o governo da Capitania.

A rua Direita também era paralela à rua da Cadeia, que compreendia desde o largo do Carmo, onde situava-se a Igreja com mesmo nome⁶⁷ até um pouco antes da Igreja Nossa Senhora das Mercês, passando pelo antigo mercado público, que estava quase na mesma altura da Cadeia. Em frente a esta, encontrava-se o chamado Largo da Cadeia

66 A Igreja da Misericórdia foi fundada no anos finais do século XVI, juntamente com a irmandade composta apenas por homens da elite. Um de seus fundadores foi Duarte Gomes da Silveira, um dos primeiros e mais ricos senhores de engenho até a invasão holandesa. Até a virada para o século XX, a Misericórdia teve um importante papel religioso e social. Mais sobre a Irmandade da Misericórdia, cf. Seixas (1987).

67 Atualmente, também é a sede do Arquiocese da Paraíba. O largo do Carmo é chamado hoje como Praça do Bispo ou Praça Dom Adauto.

(atual praça Rio Branco), em que “erguia-se o pelourinho, coluna de alvenaria onde se castigavam criminosos ou se expunham à execração pública ladrões e escravos fugitivos ou comprometidos em delitos passíveis de punição fora da alçada do senhorio” (CAVALCANTI, 1972, p. 33). O Largo da Cadeia foi palco de muitas histórias protagonizadas por escravos, dentre os quais muitos africanos, que narraremos com mais detalhes nos próximos capítulos. O mesmo prédio que abrigou por um tempo a cadeia foi também sede da prefeitura da cidade e do Senado da Câmara. Nesse Largo também havia edifício que sediou a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o Erário Régio⁶⁸.

Essa divisão topográfica entre partes alta e baixa, no decorrer do século XIX, expressou a estratificação social da cidade. Em linhas gerais, a Parahyba do Norte organizou-se da seguinte maneira:

Os advogados, médicos, boticários e os funcionários públicos, moravam na cidade alta; os comerciantes no Varadouro e os senhores de engenho no mato, [...], a maior parte destes últimos na várzea do Paraíba [...]. Eram poucos ainda aqueles que residiam em granjas situadas nos arredores da capital, como Ricardo Roger, porém permanecia o costume muito arraigado dos senhores de engenho, de invernar na capital, motivo pelo qual em abono da sua riqueza construíram sobrados na cidade alta ou chácaras em seus arredores (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 122).

Era exatamente nesses arredores mais distantes que estavam as praias de Tambaú e Bessa. Foi por esta que os holandeses invadiram a Paraíba, adentrando pelo rio Jaguaribe que, então, desaguava na região.

68 Uma imagem da Praça Rio Branco, antigo Largo da Cadeia, no início do século XX, pode ser vista no anexo III.

Inicialmente uma sesmaria cedida para o português Antônio Bessa, a referida praia tinha plantações de coco, caju, além de desenvolver atividades de pesca (RODRIGUEZ, 1994, p. 271)⁶⁹.

Tambaú também tinha uma importância grande para as atividades pesqueiras. Devido à distância do centro urbano, a praia possuía uma cadeia, onde foi preso Manoel Barrozo, nosso personagem inicial. Foi lá também que o viajante inglês Daniel Kidder desembarcou em uma jangada. Ao encontrar com um jovem morador de Tambaú, o viajante perguntou se lá havia escola. O rapaz, que tinha entre 14 e 16 anos respondeu que havia apenas uma, que se instalava no Palácio (KIDDER, 1972, p. 114). Para Archimedes Cavalcanti (1972, p. 36-37) funcionavam duas escolas primárias na década de 1820: uma na cidade baixa e outra na alta, provavelmente esta a qual se referiu o jovem interlocutor de Kidder. O Liceu Paraibano foi fundado em 1837, mas ainda assim a instrução pública continuou sendo precária na província⁷⁰.

As distâncias entre as praias e o centro urbano não impediam a circulação de pessoas, incluindo aí também os escravizados. Solange Rocha (2009, p. 77-78; 94) traz-nos o caso de Marcelino, escravo que devido a sua rebeldia já fora vendido várias vezes. Ele provavelmente cometeu um crime no Bessa, apesar de trabalhar no Engenho Gargaú (há 30 quilômetros do centro urbano da capital) e sempre frequentar o bairro de Tambiá, o mais populoso da cidade no século XIX. Seu caso demonstra muito bem a circulação das pessoas escravizadas pela Parahyba do Norte oitocentista.

69 Ver anexo II.

70 Sobre um quadro geral da Instrução na Paraíba oitocentista, ver Pinheiro e Ferronato (2008).

Durante o oitocentos, o bairro do Tambiá constituiu-se na região mais populosa da cidade. O nome devia-se a fonte de água no local que abastecia parte da cidade. Sua extensão era desde as proximidades dos engenhos Mandacaru e Paul até o Largo do Carmo, onde fica a igreja construída pelos carmelitas. Nessa região encontrava-se um importante cruzamento de duas estradas que levavam às praias de Tambaú e Bessa, chamada de *Cruz do Peixe*, por onde passaram muitos africanos circulando entre essa área e as praias. Apesar das transformações urbanísticas da cidade, ao final do século XIX, o Tambiá era formado por muitas matas. Essas estradas eram de mata fechada, que poderiam, inclusive, facilitar fugas (MEDEIROS, 1994).

O início do século XIX apresentou um aumento na população e, conseqüentemente, na quantidade de moradias e na urbanização da Parahyba do Norte. Neste cenário, conseguimos alguns registros de estrangeiros na cidade. Um deles foi Henry Koster. Estando em Recife, o viajante inglês revelou que tinha o desejo de “realizar uma longa viagem nas regiões menos povoadas e mais incultas desse País” (KOSTER, 2003, p. 85). Saindo da capital pernambucana, passou por Goiana (divisa entre Pernambuco e Paraíba) e logo depois dirigiu-se à cidade da Parahyba do Norte.

Ocorrendo essa visita em outubro de 1810, registrava ele que a população girava em torno de três mil pessoas e que parecia ter sido mais importante em outros tempos. A principal rua era pavimentada com pedras, mas já apresentava a necessidade de melhoras (KOSTER, 2003, p. 95). Não sabemos exatamente qual era essa rua, mas pelas indicações acreditamos ser ou a rua Direita ou a rua Nova. As demais,

provavelmente, não contavam com nenhum tipo do que hoje chamaríamos de urbanização, sendo compostas apenas de barro.

De acordo com o viajante, as casas da cidade baixa eram pequenas. Na parte alta, quase não havia prédios com mais de um andar, cujo térreo eram lojas e em cima as moradas. As melhores residências eram dos grandes proprietários (KOSTER, 2003, p. 97). Essas informações são complementadas por Archimedes Cavalcanti (1972, p. 40) ao afirmar que mal havia sobrados na cidade, “pelo menos, nas ruas Nova e Direita, as principais da Cidade Alta, não excediam de três ou quatro”. Era muito comum, ainda no oitocentos, a existência de casas de palhas (RODRIGUEZ, 1994). Nos inventários e registros de compra, venda e troca de bens identificamos a presença constante de casas de taipa e de pedra e cal térreas.

Em linhas gerais, a visão desse inglês sobre a cidade foi de que

A paisagem vista das janelas é uma linda visão peculiar ao Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas eminências, meio ocultas pelas árvores soberbas. As manchas dos terrenos cultivados são apenas perceptíveis (KOSTER, 2003, p. 95-97).

Na visita de Koster, uma das coisas que mais chamaram atenção foram as fontes públicas de água. O sistema de abastecimento era por intermédio dessas construções. A primeira delas foi feita logo após a chegada dos portugueses, no processo de consolidação da conquista. No início do século XIX, ela denominava-se *Bica dos Milagres* e era uma das mais importantes da capital. Ao final do setecentos foram construídas

a *Fonte do Gravatá* e a *Bica do Tambiá*. No convento de Santo Antônio também havia uma fonte, contudo, era utilizada apenas em casos de extrema necessidade. Além dessas possibilidades de abastecimento de água, a cidade contava com o “caminho das cacimbas”, entre a Igreja do Rosário e o Sanhauá, e a região do “tanque” que ficava nas proximidades do Convento de Santo Antônio e a rua Zumbi (RODRIGUEZ, 1994). A prática de recolher as águas em tais fontes era praticada por escravizados ou por pessoas livres que não possuíam propriedade escrava.

A iluminação pública era precária. Se até o período colonial isso não representava um grande problema, no século XIX, o aumento demográfico demandou novos pontos de iluminação⁷¹. A década de 1820 viu os primeiros investimentos no setor. Entretanto, os gastos eram poucos e, ademais, não havia manutenção dos lampiões que tinham o azeite como combustível. Em 1850, por exemplo, dos 50 postes existentes, apenas 11 funcionavam (RODRIGUEZ, 1994).

A reclamação era constante dos Presidentes de Província. Em 1837, Quaresma Torreão admitia que a iluminação não era perfeita. No ano seguinte, Joaquim Pereira Peixoto de Albuquerque informava ser o sistema de distribuição de luz defeituoso. O presidente de 1839, Moura Magalhães também admitiu o problema e identifica a dificuldade em solucioná-lo devido à falta de recursos. Ou seja, o que nos parece evidente é a não priorização desse tema nas questões do governo. A iluminação só passou a ser melhorada significativamente no final da década de 1850 (RODRIGUEZ, 1994).

71 Rodriguez (1994) afirma que ainda no período colonial, apenas em frente às igrejas, os quartéis e o palácio do governo havia iluminação.

A falta de iluminação era um dos motivos para o recolhimento das pessoas em suas casas à noite. Boa parte da historiografia sobre o tema afirma que “a cidade recolhia-se cedo...” (CAVALCANTI, 1972, p. 51). Porém, devemos relativizar essa afirmação. Nem todos se recolhiam com o pôr do sol. De acordo com Koster (2003, p. 98) “Prevalecia uma tradição de pessoas passearem à noite pela cidade, com imensos capotes e crepes no rosto, ocultando tudo, e se entregarem a práticas irregulares”. Era à noite que roubos e violência ocorriam com mais frequência. Há o famoso caso de Nogueira, de acordo com o referido viajante inglês, “temidíssimo pela sua audaciosa conduta”. Esse mesmo indivíduo era, segundo Cavalcanti (1972, p. 49), um “bicho-papão real, terror das moças indefesas”. Era acusado de violentar mulheres e já havia fugido de várias penas. Devemos destacar que esse era um discurso caracterizado pelos possíveis exageros da elite sobre Nogueira.

Apesar disso, casos de violência ocorriam nas horas noturnas. Um dos mais famosos foi o destacado por Irineu Pinto (1977, vol. I, p. 219-220), quando em uma manhã de julho de 1801, uma mulher apareceu morta na Bica dos Milagres. Ela chamava-se Tereza, era parda e vivia com o frade franciscano José Lopes. Este foi condenado pelo crime, que ocorrera com a participação de José Inácio, um indígena que vivia na Baía da Traição e um preto de nome Francisco, escravo do convento de São Francisco.

Não era só de crimes que vivia a cidade da Parahyba após o pôr do sol. À noite muitas pessoas, incluindo as africanas, saíam para se divertir e retornar às suas atividades com o amanhecer do dia. Essas “fugidas” noturnas ocorriam cotidianamente e, por consequência, a vigilância era constante. Em 18 de novembro de 1803, José, um preto

escravo do Reverendo Manoel Antônio da Rocha, estava sendo solto da cadeia. Sua prisão foi feita pela ronda após o preto ter sido pego em batuques e bebedeiras (REQUERIMENTO soltura para o Governador da Paraíba de 18 de agosto, AHWBD, Cx. 002, 1803). Voltaremos a essa questão no capítulo 4.

Boa parte dessas “escapadelas”, entretanto, ocorria apenas após o cumprimento das exigências escravistas do trabalho. Como afirmara Walfredo Rodriguez (1994, p. 94), em tempos de festas, os membros das elites saíam à noite, muitos carregados por seus escravos. Uma dessas figuras das elites era o já citado João de Melo Azedo, um dos maiores proprietários da Paraíba oitocentista. Entre a centena de escravizados que ele possuía, alguns se especificaram na profissão de carreiro, como Antônio de Melo, que era um africano vindo de Benguela e casado com Rosa, africana Angola. Augusto era outro africano, de Angola, escravo do mesmo proprietário que o carregava pelas ruas da cidade da Parahyba do Norte na primeira metade do oitocentos (INVENTÁRIO de Joaquim de Melo Azedo, ACMF, 1851).

Já citamos aqui a presença de várias igrejas no cenário da cidade da Parahyba do Norte. Isso não era uma especificidade desta, sendo comum em praticamente todas as cidades do Brasil. O papel das igrejas católicas na conquista, colonização e urbanização foi fundamental. Na Paraíba, vieram com as primeiras expedições os jesuítas, que se

instalaram onde passou a funcionar o palácio do governo e Liceu, como já mencionamos⁷².

Além dessa ordem, mais três foram importantes na formação urbana da cidade: Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos. Os primeiros desembarcaram nas terras do referido rio em 1599. A partir de doação de terra e auxílio do governo, a ordem iniciou a construção do mosteiro. Os franciscanos instalaram-se na capitania entre 1589 e 1590, com o intuito de catequizar os indígenas. Seu convento foi concluído, provisoriamente, no ano seguinte e reedificado em 1639. Os Beneditinos chegaram à Paraíba por volta de 1600 e também tiveram importante papel no processo de aldeamento indígena desde o século XVII, criando, por exemplo, a aldeia de Nossa Senhora da Guia, na margem esquerda do rio Paraíba (ALMEIDA, 1978, Vol. I, p. 145; MACHADO, 1977, p. 351; PINTO, 1977, Vol. I, p. 26-29).

A tais igrejas e capelas, acrescentamos a Matriz de Nossa Senhora das Neves, que já fizemos menção, as igrejas do Rosário, das Mercês e da Conceição, sedes de irmandades dos séculos XVIII e XIX. Soma-se a essas a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, que se situava no bairro do Tambiá e comemorava a festa da referida santa todo o mês de setembro⁷³. Na cidade baixa, a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves cumpria o papel religioso para os habitantes dessa área da cidade.

72 Os jesuítas tiveram importante papel na conquista e colonização da Paraíba, todavia, sua presença na capitania sempre foi turbulenta. Desde o final do século XVI que a ordem tem conflitos com os governadores, em específico, Frutuoso Barbosa e Feliciano Coelho de Carvalho e com os franciscanos. Em 1593, os jesuítas foram expulsos, retornando depois. Ver Almeida (1978, Vol. I, p. 112; 118-119) e Machado (1977, p. 118-121).

73 Sobre esse festejo, ver Medeiros (1994, p. 57-61).

Nas áreas mais distantes do núcleo urbano, a presença da igreja era marcante. Na praia de Tambaú encontramos a igreja de Santo Antônio que no século XIX foi local do batismo de 12 pessoas. No Bessa, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição estava presente no cotidiano dos moradores que levaram, em 24 ocasiões entre 1840 e 1860, seus filhos para serem batizados. Em Cabedelo, a principal igreja era a do Sagrado Coração de Jesus, que abria suas portas não só para o batismo, como para as cerimônias cotidianas do catolicismo.

Até o início do século XIX, a cidade da Parahyba do Norte era composta por apenas uma freguesia: a de Nossa Senhora das Neves, sendo a mais antiga da capitania. Uma freguesia era a menor divisão administrativa do Império, tendo um caráter também eclesiástico. Nos primeiros anos da segunda metade do oitocentos, o então Presidente da Paraíba, Henrique Beaurapaire Rohan (1911), na segunda metade do oitocentos, escreveu que a capital possuía quatro freguesias, sendo elas além de Nossa Senhora das Neves (a mais antiga), Nossa Senhora do Livramento (1813), Santa Rita (1839) e Nossa Senhora da Conceição de Jacoca (antiga vila do Conde, criada em 1768 e incorporada ao município da Parahyba do Norte em 1846).

Estamos falando em espaço urbano, porém não significa uma divisão entre campo e cidade. Apesar de haver uma concentração demográfica na área descrita, que compunha a cidade da Parahyba, muito engenhos também organizavam esse espaço. Martha Falcão Santana (1990, p. 179-185) sistematizou todos os engenhos da Paraíba e seus respectivos proprietários em 1856. De acordo com ela, apenas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves tínhamos dez engenhos. Se somarmos as freguesias de Livramento e Santa Rita, que também compunham a

capital, esse número sobe para quarenta e nove. Ademais desses, muitos eram os sítios e grandes propriedades. Estes são os casos, por exemplo, dos sítios Boi-só, Sítio do Tenente.

As grandes cidades da capitania/província tinham suas áreas de influência. As duas principais cidades na região litorânea eram Mamanguape e a capital. Esta exercia sua influência sobre três vilas que, inicialmente eram aldeamentos indígenas: Jacoca, Taquara e Alhandra. Parte da produção de cereais e farinha de tais vilas iam para a cidade da Parahyba do Norte. Além disso, havia também a vila do Conde que, em 1846, tornou-se parte desta cidade (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 131; 139). Como veremos mais adiante, muitos proprietários de africanos circulavam por essa região, também conhecida como *Mata sul* da Paraíba.

Essas vilas foram criadas no século XVIII com o intuito de controlar a população indígena e utilizá-la como mão de obra. Quando se deu o processo de conquista e colonização, os indígenas “aliados” foram concentrados em aldeias e utilizados como mão de obra e na defesa das novas terras conquistadas. Em 1589, a nova capitania contava com seis aldeias, duas jesuítas e quatro franciscanas. Esse número sobe para dezoito em 1603 (GONÇALVES, 2007, p. 119-121).

A presença desses indígenas era constante na cidade da Parahyba. Afinal, além da estratégia da reprodução natural e da importação de africanos, essa população foi utilizada fortemente como força de trabalho, principalmente nos períodos de crises econômicas, quando havia a tão reclamada “falta de braços”. Na segunda metade do século XVIII, as reformas pombalinas visaram também ter um maior controle sobre a população indígena, tentando integrá-la ao império português,

sobretudo, como mão de obra. Uma das principais medidas nesse sentido foi a transformação de muitas dessas aldeias em vilas (MEDEIROS, 2007).

Na Paraíba, foram as já citadas, Jacoca (1768), Alhandra (1758) e Taquara (1758). Nas palavras de Carmelo Nascimento Filho (2006, p. 63) “essa farta mão de obra indígena ficava muito próxima da Cidade da Paraíba e conseqüentemente da várzea ocupada pelos engenhos”. Além dessas vilas, havia as povoações de Livramento (transformada em freguesia em 1811), Cabedelo e Lucena, que também era composta por muitos indígenas e compunham parte da capital.

Até meados do século XIX, poucas mudanças urbanísticas ocorreram na capital da Paraíba. Aliás, o desenvolvimento urbano até então foi bastante lento. Na verdade, a cidade não conseguiu assumir a importância econômico-comercial e política desde o período colonial. Dessa maneira, houve certo “emperramento” da urbanização da Parahyba do Norte. Além disso, acrescenta-se que o Estado brasileiro se consolidou a partir da década de 1840. No referido período que este se tornou o principal agente de transformação urbana (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 123-124). Até a segunda metade do oitocentos, ela ainda assumia feições coloniais com

Uma rede urbana carente de meios de comunicações eficientes; ruas sem possuírem um traçado regular que lhes desse uma feição de cidade; falta de cuidados no que tange à saúde pública em relação ao escoamento de matérias pútridas; [...]. Continuava carente de estradas que a comunicasse com as áreas vizinhas. O porto continuava relegado a segundo plano, necessitando de uma reforma radical – tanto no cais do Varadouro, quanto o de Cabedelo. Já em 1818 era aquele cais, ridicularizado pelo engenheiro

Francisco da Silva Retumba que o classificava de “pequeno parapeito arruinado e dentro em pouco caindo aos pedaços” (FERNANDES; AMORIM, 1980, p. 175-176).

Este era o núcleo urbano da Paraíba, em que se movimentavam parte dos africanos vindos para a capitania/província na primeira metade do século XIX. Nesse espaço meio urbano e meio rural conviveram, socializaram-se e, conseqüentemente, se confrontaram homens e mulheres das elites, livres pobres, libertos e escravizados. E como estava organizada demograficamente?

O final do século XVIII e início do oitocentos foi marcado por um crescimento demográfico em todo o Brasil, sendo esse fenômeno expresso também na Paraíba. Os dados referentes à demografia são sempre dúbios e difíceis de serem trabalhados. Todavia, servem-nos como orientação para pensarmos as transformações do período e alguns elementos da sociedade escravista. De acordo com Stuart Schwartz (2001, p. 130), “o país passou de cerca de 1,5 milhões de habitantes por volta de 1776 para mais de 2 milhões em 1800, talvez 3,5 milhões em 1819”. Na Paraíba, conseguimos constatar os seguintes números:

Tabela 4 – População da Paraíba (1782- 1850)⁷⁴

	Capitania/ Província	Livres	%	Escravos	%	Capital	Livres	%	Escravos	%	Fontes
1782	52.468	---		---		17.522	---		---		A
1798	28.804	19.907	69	8.897	31	6.015	4.138	70	1.815	30	B
1799	50.464	---		---		---	---		---		B
1800	56.475	---		---		---	---		---		B
1801	55.573	44.635	81	10.569	19	---	---		---		B
1802	50.835	39.968	79	10.667	21	10.809	7.770	73	2.959	27	B
1804	38.814	---		---		10.843	8.498	78	2.345	21	B

74 Por uma questão de espaço na tabela, organização a porcentagem de cada grupo de maneira a evitar números decimais, arredondando os números.

	Capitania/ Provincia	Livres	%	Escravos	%	Capital	Livres	%	Escravos	%	Fontes
1805	49.358	---		---		10.832	7.787	72	3.063	28	B
1808	95.162	---		---		---	---		---		C
1811	122.407	---		---		---	---		---		D
1812	95.162	---		---		---	---		---		D
1819	---	---		16.723		---	---		---		E
1823	122.407	102.407	83	20.000	17	---	---		---		F
1828	122.407	102.407	83	20.000	17	6.000	---		---		C
1838	55.124	---		---		---	---		---		G
1839	55.124	---		---		9.060	---		---		G
1841	---	---		---		21.865	---		---		G
1842	227.870	---		---		---	---		---		G
1843	227.870	---		---		---	---		---		G
1850	206.952	178.479	86	28.473	14	21.295	18.183	83	3.512	17	G

Fontes: A) Anais da Biblioteca Nacional Vol. XI; B) AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806; C) Memória Estatística do Império, RIHGB, Tomo LVIII – 1ª parte; D) Pinto (1977, Vol. I, p. 241-242); E) Klein (1978, p. 117); F) Mattoso (1990, p. 64); G) Relatórios de Presidente de Província da Paraíba.

Como podemos perceber, há números que se repetem em períodos distintos e mudanças drásticas sem uma explicação simples. Fazer um censo no Brasil do século XIX não era nada fácil, daí porque a sua realização concreta só foi possível em 1872 e ainda assim com uma série de problemas. Contudo, esses números podem nos mostrar alguns pontos importantes.

O primeiro deles é que desde o final do século XVIII a Paraíba passou por um importante aumento demográfico que permaneceu constante, tornando-se mais intenso ao chegar na metade da centúria. Entre 1782 e 1805, a capitania viveu com cerca de 50 mil habitantes, tendo variações para baixo em dois momentos, devido aos períodos de grandes secas, caracterizados por muitas mortes e forte migração, interferindo nos dados demográficos. Ao final da primeira década do oitocentos, a tendência foi de crescimento da população, variando na faixa entre 90

e 120 mil pessoas até meados da década de 1820. Os números dos anos de 1830 são esparsos. Entretanto, a queda brusca apontada pode ter sido reflexo da seca de 1838. Não temos os números da província para 1841, mas pela quantidade de habitantes da capital, percebemos que houve considerável crescimento. O que vale destacar por fim é que a década de 1840 representou um novo período de crescimento populacional, estando habitada por cerca de 200 mil pessoas. Ao tomarmos esses dados, percebemos em meio século um crescimento de quatro vezes a população da Paraíba.

A capital também vivenciou um aumento demográfico desde a década de 1840. Porém, se analisarmos os números do decorrer dos anos anteriores, a cidade da Parahyba cresceu, mas proporcionalmente menos do que a capitania/província em geral.

No início do oitocentos, temos uma cidade com cerca de 10 mil habitantes. Ao final da primeira metade, esse número cresce o dobro. Ou seja, a expansão populacional se deu mais intensamente em regiões do interior e em menor quantidade na capital. Enquanto a capitania/província quadruplicou seus habitantes, a capital cresceu duas vezes.

Qual o impacto desse crescimento nas relações entre livres e escravizados? Pelos dados apresentados, a quantidade de pessoas escravas aumentou entre 1798 e 1850. Entretanto, se comparados ao número de livres, esse crescimento é baixo. Nos últimos anos do século XVIII, a proporção era de aproximadamente 2,3 livres para cada um cativo. Em 1850, a relação sobe para 6,2 livres para cada um escravo. Essa diferença aumentou ainda mais na segunda metade do século XIX, após o fim do tráfico de africanos.

Em números percentuais, temos em 1798 uma quantidade aproximada de 30,88% de escravizados. Essa proporção caiu para 19,01% para o ano de 1801. A partir de então, a redução foi constante. Em 1820, temos 17,33%. Com a decisão legal para o fim do tráfico de africanos, em 1850, a Paraíba contava com cerca de 13,75% de pessoas vivendo a condição do cativo. Na segunda metade do século XIX, a tendência é uma redução drástica no número de escravos. Klein (1978, p. 117) informa que a população escravizada da Paraíba em 1872, de acordo com os dados do censo, era de 21.526. Crescimento muito pequeno, tendo em vista que mais de cinco décadas antes havia 16.723 escravos. Medeiros (1999, p. 55) aponta uma porcentagem de 8,36% de escravos em 1870. Luna e Klein (2010, p. 92) informam que a Paraíba possuía uma participação de 1,5% de todos os escravos do Brasil. Esse número cai para 1,4% em 1872 e para 1,3% em 1886-87.

Essa foi uma tendência geral. Apesar do aumento do número de escravizados importados da África, a população negra livre foi o grupo que mais cresceu no Brasil desde o final do século XVIII (SCHWARTZ, 2001, p. 132-133). A maioria dessas pessoas foi classificada, muitas vezes, na categoria de “mulatos” ou “pardos”. Na Paraíba, o número desses negros livres aumentou progressivamente. Medeiros (1999, p. 57-58) demonstra-nos o aumento de mulatos livres na virada do século XVIII para o XIX. Os dados de 1811 e 1812 reforçam isso (PINTO, 1977, Vol. I, p. 242). Se avaliarmos os registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves na cidade da Parahyba do Norte a partir da década de 1830 até 1860, percebemos uma população negra muito grande, sendo sua maioria parda livre ou liberta (GUIMARÃES, 2013).

A Paraíba no século XIX não apresentava números altos de escravizados, como demonstramos. Se comparada com outras regiões, temos pouca representatividade escrava nesta província. Tendo como ponto de partida a *Memória Estatística do Império*, publicada na RIHGB, a Paraíba (16, 33%) só tinha mais escravos – proporcionalmente – do que as províncias de Santa Catarina (5%), São Paulo (7,5%), Ceará (10%), Piauí (11,11%) e Rio Grande do Sul (15%). No que diz respeito às províncias do Norte, Sergipe, Alagoas e Pernambuco apresentavam mais escravizados, com 26,66%, 30,76%, e 31, 25%, respectivamente. A proibição do tráfico e a reorganização do comércio interprovincial de escravizados – que culminou na queda expressiva na demografia escrava dessas províncias –, aumentou ainda mais a proporção de pessoas livres⁷⁵.

Gostaríamos de fazer um quadro geral da ocupação dessa população no decorrer do século XIX. Entretanto, as fontes são escassas. Nos mapas econômicos e demográficos que estamos trabalhando (elaborados pelos governadores entre 1798 e 1805), algumas informações nos são dadas. Nas demais fontes, não há nenhuma informação sobre isso. As principais atividades apontadas são as militares, magistratura, religiosas, agricultura, jornaleiros, além dos vadios e mendigos. Estas últimas categorias se concentravam mais na cidade da Parahyba do Norte e eram alvos de vigilância constante. Dos 312 vadios e mendigos apresentados em 1800, 115 (36,8%) morava na capital. Essa proporção

75 Herbert Klein (1978) faz uma interessante discussão sobre a transferência de escravizados da região norte para as províncias do Sul (sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro). A Paraíba foi a quarta província da região que mais cedeu escravos. Para uma discussão demográfica sobre população negra para área que estamos trabalhando no decorrer do século XIX, ver Rocha (2009, p. 105-136).

aumenta em 1802, quando dos 5.431 registrados, 4.800 (88,28%) eram da cidade. Em 1804 e 1805, de acordo com os números oficiais, a porcentagem dessas pessoas livres e pobres era de 91,22% e 95,37% vivendo no ambiente urbano. Além da vadiagem e mendicância, muitos livres pobres envolviam-se com atividades esporádicas na lavoura como roceiros e estabeleciam relações de clientela com grandes proprietários⁷⁶. Algumas dessas pessoas eram africanas, como Manoel Barrozo, e viviam com outros conterrâneos em condição escrava.

Seria interessante fazer uma proporção do número de africanos frente à população geral da Paraíba no decorrer da primeira metade do século XIX. Infelizmente, as fontes não nos permitem fazer considerações nesse sentido. O que podemos elaborar são estimativas a partir de alguns elementos que temos disponíveis. Os mapas populacionais apresentados pelos governadores da Paraíba na virada do século XVIII para o XIX pode nos ajudar nesse sentido.

Entre 1798 e 1805, como já informamos, os governadores da Paraíba tinham orientação da Coroa para remeter dados econômicos e demográficos a Lisboa. Em quase todos eles foram identificadas as cores da população. Os números do censo de 1811 e 1812 citados por vários autores também trazem essa discriminação. Assim, temos o seguinte quadro:

76 Não vamos aprofundar as discussões sobre esses grupos. Um dos trabalhos pioneiros na discussão sobre a população livre pobre sociedade escravista foi elaborado por Laura de Mello e Souza (2004). Outros trabalhos clássicos são o de Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997) e Gorender (2010). Na Paraíba, Carmelo Nascimento Filho (2006) pensa a participação dessas pessoas na construção do espaço no século XIX. Ariane de Menezes Sá (2005) discorre sobre essa população na segunda metade do oitocentos.

Quadro 4 – Proporção de pretos na população da Paraíba (1798 – 1812)

Ano	Capitania	Capital
1798	34,76%	37,23%
1799	24,41%	-----
1800	22,73%	-----
1801	22,94%	-----
1802	16,49%	30,38%
1804	25,85%	36,58%
1805	23,95%	34,49%
1811	10,12%	-----
1812	18,91%	-----

Fontes: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806; Pinto (1977, Vol. I, p. 241-242).

Já fizemos a ressalva para as fontes que nos fornecem esses números, mas se as utilizarmos como balizas, percebemos uma considerável população preta na capitania da Paraíba no início do século XIX. Cerca de um quarto das pessoas que viviam na região eram assim classificadas. Se pensarmos o caso específico da capital, essa proporção aumenta para algo em torno dos 30 a 37%. Isso significa dizer que não eram poucos os pretos que circulavam pela cidade, somando mais de um terço da população.

Todavia, não podemos esquecer que a denominação “preto” era bastante fluida. Dentro dessa classificação estavam os africanos e crioulos. Não conseguimos constatar a relação proporcional entre esses dois grupos na Paraíba. Uma análise rápida sobre a documentação faz-nos acreditar que a população crioula era bem maior do que a de africanos. Os registros de batismos apresentam um número de crioulos mais de cinco vezes maior do que de africanos. Na análise que fizemos dos inventários, a porcentagem dos dois grupos era bem próxima. A presença de escravizados nos Livros de Notas e na documentação avulsa do AHWBD também demonstra uma frequência maior dos pretos

nascidos no Brasil. Entretanto, para os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX, pode apresentar uma superioridade dos africanos entre os “pretos”.

Nos mesmos mapas demográficos que utilizamos, os governadores apresentavam a número de mortes e de nascimentos entre pretos, mulatos, índios e brancos. Para os referidos anos, temos a seguinte tabela:

Tabela 5 – Nascimentos, mortes e população de pretos na Paraíba (1798-1805)

ANO	NASCIMENTOS	MORTES	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NATURAL	POPULAÇÃO TOTAL DE PRETOS
1798	720	391	331	10.015
1799	941	398	543	12.319
1800	671	371	300	12.840
1801	1.588	296	1.282	12.753
1802	524	312	212	13.469
1804	835	426	409	10.636
1805	722	520	202	11.822

Fontes: AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1798; AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799; AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800; AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801; AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802; AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803; AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804; AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805; AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.

Se levarmos em consideração esses números, temos casos em que a interferência externa (o tráfico) no aumento da quantidade de pretos na Paraíba é maior do que a dinâmica interna da população a partir da reprodução natural. Em linhas gerais, o crescimento natural não era proporcional ao crescimento do número de pretos. Ou seja, se havia uma taxa de crescimento de pretos maior do que aqueles que nasciam na Paraíba, isso significa dizer que a importação interferia mais nesse processo. A imprecisão das fontes dificulta a análise. Uma possibilidade para explicar essa situação consiste no fato da reprodução natural ter se

transformado em prática mais constate a partir das décadas de 1820 e 1830, como demonstra a documentação.

Não conseguimos identificar os números para o decorrer da primeira metade do século XIX, mas se cruzarmos informações, podemos chegar a algumas conclusões. No próximo capítulo, apresentaremos alguns dados sobre a importação de africanos feita pela Paraíba. Para o recorte trabalhado, percebemos que a quantidade de escravizados vindos da África que trabalharam na referida capitania/província foi limitada, principalmente, em relação a Pernambuco. Aliado a isso, entre 1800 e 1850, identificamos a queda na quantidade de escravizados para a capital.

Diante dessas características, podemos afirmar que a quantidade de crioulos na Paraíba foi superior do que a de africanos. Essa afirmação é reforçada pelos quadros da razão entre africanos e crioulos em Campina Grande. Pensando em um recorte longo (1785-1888), Luciano Mendonça de Lima (2009) apresenta uma relação de 81,6% de crioulos para 17,5% de africanos. Até a primeira metade do século XIX, esse número manteve-se entre 69,7 % de crioulos para 29,3% para as pessoas vindas da África. Após o fim do tráfico atlântico e o aumento do comércio interno, essa proporção aumenta ainda mais. Os pretos nascidos no Brasil chegam a 97% da população.

A reprodução natural, assim, assumiu um importante papel na manutenção da população escrava na capitania/província. O tráfico de africanos ocupou uma função complementar à economia da Paraíba, sobretudo, no decorrer da primeira metade do oitocentos. Isso não significa dizer que o comércio de africanos não fosse importante, mas sim que teve uma característica diferente de outras regiões centrais do Brasil.

Definir o lugar de procedencia dos africanos vindos para as Américas é um trabalho árduo. As fontes, muitas vezes, não oferecem condições para analisarmos esse aspecto demográfico. Outro fator recorrente está no fato de, as denominações das “nações” dos africanos serem definidas pelos europeus e determinadas a partir dos portos de embarques. Apesar disso, muitos escravizados vindos da África assumiram as denominações como uma maneira de criarem uma nova identidade.

Na Paraíba, entre 1800 e 1850, conseguimos fazer um levantamento de 284 africanos e africanas na documentação pesquisada. Vale destacar que esse número refere-se apenas àquelas pessoas que tiveram seus nomes registrados. A partir dos nomes delas, conseguimos identificar as seguintes nações: 189 “Angolas” (66,5%); 18 “Mina” (6,3%); “Benguela”, “Congo”, “Moçambique”, “Nagô” são registrados em três ocasiões cada. Há uma quantidade de 46 (16,2%) africanos identificados de maneira geral como “Gentio da África” ou apenas “de nação”. Outras denominações como “Barnô”, “Uça”, “Quiçamão”, “São Tomé”, “Cabunda” e “Sabará” aparecem apenas uma vez cada.

Essas informações levam-nos a perceber a predominância dos centro-africanos. Se somados, chegam a mais de dois terços da população africana da cidade da Parahyba do Norte na primeira metade do século XIX. Esse aspecto trouxe consequências para o cotidiano escravista na capital. Os povos da região centro-ocidental da África, de origem banto, possuem certa proximidade cultural. Conviviam com a presença portuguesa desde o século XV, estando em contato antigo com o cristianismo e o comércio atlântico de escravizados e trouxeram para a

Paraíba uma série de valores e práticas culturais, que discutiremos mais adiante de maneira mais detalhada⁷⁷.

A predominância dos bantos na composição demográfica dos africanos na capitania/província estudada se deve às rotas do comércio atlântico estabelecidas no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX. A presença dos centro-ocidentais é resultado da maneira como a Paraíba e seus senhores e negociantes se articularam com o Mundo Atlântico. É sobre essa questão que nos debruçaremos no próximo capítulo.

77 Para uma discussão mais aprofundada sobre os povos africanos centro-ocidentais, ver os artigos do livro organizado por Heywood (2012) e a discussão apresentada por Miller (1988). Mattos (2013) traça didaticamente características gerais de várias regiões da África e seus povos.

3 - CONEXÕES ATLÂNTICAS: rotas e experiências do comércio de africanos na Paraíba

Vamos retornar a Manoel Barrozo. Como já afirmamos, ele se dizia um “preto da costa”. O caminho desde a sua captura até a conquista de sua alforria e, depois, os conflitos com a crioula Ana Maria que o levaram à cadeia, sem dúvida, foram longos e tortuosos. Não saberemos ao certo por onde ele passou e como se deu todo esse processo, entretanto, a partir de várias outras informações, poderemos traçar algumas características da chegada dos africanos como Manoel à Paraíba.

A costa africana é vastíssima. Não só no que se refere a sua parte ocidental, como oriental. Assim, a denominação de “preto da costa” pode parecer vaga ou sem sentido para o leitor. Para uma pessoa do Brasil escravista do século XIX, entretanto, esse termo representava um significado bem simples: eram pessoas escravizadas da chamada Costa da Mina, África Ocidental. Isso porque milhões de africanos adentraram ao Brasil forçadamente vindos de várias partes do continente. Cada região era composta por vários povos, com diferentes culturas. Essas particularidades foram reorganizadas em contextos distintos no Brasil. Ainda assim, para os compradores de africanos e escravistas era preciso diferenciar entre a sua “mercadoria” vinda da África Ocidental, Centro-ocidental e Oriental.

As especificidades dos povos africanos têm sido pensadas pela produção historiográfica dos últimos anos. Ser um “preto Mina”, “preto Angola” ou “Moçambique” tinha implicações distintas no que diz respeito não apenas à vida que esses africanos estabeleceram no Brasil, como as várias rotas de mercado que se construíram. Como já afirmamos no capítulo anterior, a presença centro-africana era nítida na Paraíba oitocentista, resta-nos saber quais as rotas atlânticas que a capitania/província, seus senhores de engenhos e negociantes estabeleceram para a importação desses africanos. As próximas páginas desse capítulo tem por objetivo apresentar os traços do comércio de africanos escravizados para a capitania/província e as experiências dos africanos entre a apreensão em suas terras e chegada à Paraíba.

3.1 – A Paraíba no comércio atlântico de africanos setecentista: um ensaio de crescimento e estagnação

Não temos aqui a intenção de discutir profundamente o tráfico de africanos para a Paraíba no século XVIII. Contudo, para entendermos algumas questões relacionadas a essa atividade no oitocentos, precisamos apresentar traços de como a capitania se inseria no mercado atlântico de escravizados no setecentos, sobretudo, na virada para o século posterior, que é o nosso recorte.

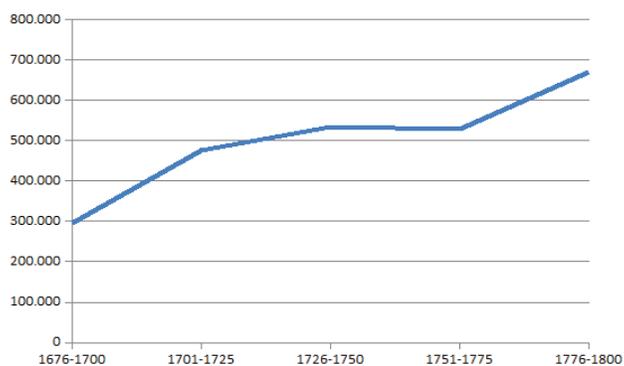
É no século XVIII que a atividade negreira chega ao seu auge. A descoberta do ouro no Brasil aumentou radicalmente a necessidade de mais trabalhadores escravizados, apresentando-se, nas palavras de Manolo Florentino (2014, p. 235), como uma “engrenagem devoradora de mão de obra africana”. Ademais, de acordo com o mesmo autor, a Revolução Industrial demandou uma grande produção de algodão,

também impulsionando a escravização de africanos para os Estados Unidos e para o Brasil, além da produção de açúcar no Caribe que se encontrava na sua melhor fase. Acrescentamos aí, ao final do século, o “renascimento agrícola” ao qual já fizemos referência, que contribuiu para o aumento do número de escravos importados.

Em números gerais, o impacto nesse período foi muito grande, pois “de cerca de um milhão e meio no século anterior, desembarcaram nas Américas cerca de cinco milhões e seiscentos mil africanos ao longo do século XVIII” (FLORENTINO, 2014, p. 235). Se no seiscentos, o comércio negreiro já se apresentava como bastante lucrativo, com o nascimento da nova centúria, assumiu proporções ainda maiores¹.

De acordo com os dados sistematizados pelo TSTD, temos o seguinte gráfico de importação de africanos para a América portuguesa:

Gráfico 6 – Importação de africanos para o Brasil – século XVIII



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 31 outubro 2014.

1 Em plena formação do sistema-mundo capitalista nos séculos XV e XVI, “Realizando a reprodução da produção colonial, o tráfico negreiro se apresenta como um instrumento da alavancagem do Império no Ocidente. Pouco a pouco essa atividade transcende o quadro econômico para se incorporar ao arsenal político metropolitano” (ALENCASTRO, 2000, p. 28). Assim, na formação do sistema colonial, o tráfico demonstrou ser mais lucrativo do ponto de vista econômico e interessante politicamente. Novais (1995) demonstra o papel dessa atividade no sistema colonial.

O que podemos identificar com esses números² é um aumento significativo na virada do século. O aumento permanece durante os cem anos seguintes, tendo um novo *boom* ao final do setecentos. Se entre 1676 e 1700 foram embarcados para o Brasil a quantidade de aproximadamente 294.851 africanos, cem anos depois o número é de 670.655, mais do que o dobro de importações. Interessa destacar que os crescimentos mais intensos ocorrem nas últimas décadas de cada século, reflexo do *boom* aurífero e do *boom* algodoeiro e “renascimento agrícola”, respectivamente. Entre 1700 e 1775, houve certa estabilidade das importações, alterando-se com essas transformações econômicas.

Contudo, nosso recorte é uma região específica do Brasil. O século XVIII também viveu uma reorganização espacial da importação de africanos. É exatamente nessa centúria que o Rio de Janeiro, principalmente devido à exploração de metais nas Minas, transformou-se no principal porto de desembarque desses escravizados. Se até então, Pernambuco e Bahia apresentavam-se como os mais representativos importadores de africanos, no setecentos as rotas atlânticas tornaram-se mais volumosas para Minas Gerais e Rio de Janeiro, que se transformou na capital do Brasil³. As rotas para essa capitania tornaram-se

2 Como informamos, esses números estão baseado no Transatlantic Slave Trade Database (TSTD). Há controvérsias acerca da precisão da quantidade de africanos importados para as Américas. O primeiro esforço nesse sentido foi elaborado por Curtin (1969). Muitas foram as críticas e reavaliações dos dados. Lovejoy (1982) sintetiza esse debate e apresenta suas estimativas. Para o Brasil, o primeiro esforço de quantificar as importações de escravizados foi feita por Maurício Goulart (1975). Quase todo trabalho sobre o tráfico tenta apresentar estimativas. Não vamos nos aventurar por esses caminhos. Alguns estudos apontam – como mostraremos adiante – que os dados apresentados pelo TSTD são relativamente seguros para o período em que estudamos.

3 Uma boa análise das mudanças ocorridas no século XVIII encontra-se em Fragoso e Guedes (2014).

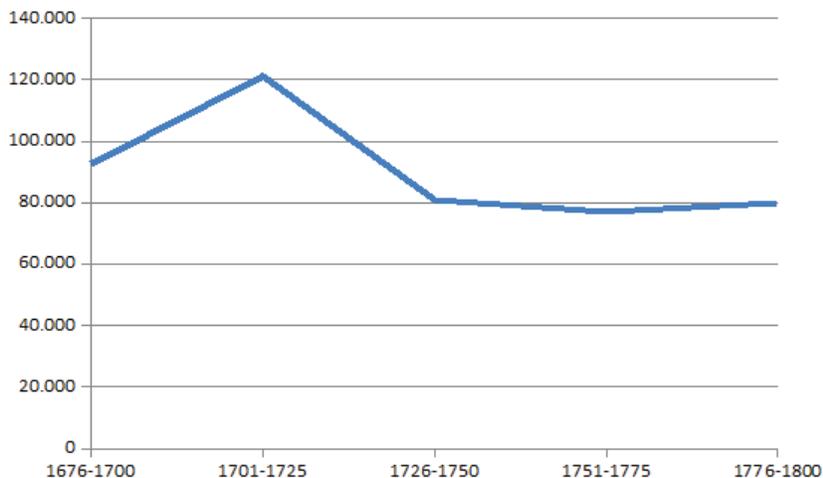
mais atrativas, principalmente, para os negociantes portugueses. A consequência disso foi que “o comércio de escravos da Bahia e Pernambuco passou a ser dominado pelos mercadores estabelecidos nos portos destas capitanias” (LOPES, 2008, p. 70) e não por moradores do reino. O comércio de africanos escravizados assumiu, assim, um caráter mais “bipolar” para essa região.

Pernambuco, no decorrer da atividade escravista, foi um dos principais portos que conectaram o Mundo Atlântico. Ainda no século XVI, sob as ordens de Duarte Coelho, a capitania transformou-se em uma das poucas bem sucedidas no sistema de donatarias. Assim, a “Nova Lusitânia” logo despertou o interesse econômico e foi alvo das investidas holandesas em 1630⁴. A partir dos levantamentos feitos por Daniel Barros Domingues da Silva e David Eltis (2008, p. 122), podemos considerar Pernambuco o quinto ou sexto maior centro organizacional do comércio transatlântico de escravos do mundo, perdendo apenas para Rio de Janeiro, Liverpool, Bahia e Londres. Se pensarmos o contexto brasileiro, Recife foi o terceiro maior lugar de importações de africanos.

Apesar de sua importância para o mercado atlântico de escravizados, Pernambuco no século XVIII não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento do Rio de Janeiro. De acordo com os dados organizados no TSTD, a região próxima à referida capitania importou aproximadamente os seguintes números:

4 Sobre um quadro geral do tráfico de africanos para Pernambuco, sugerimos a leitura de Carvalho (2014).

Gráfico 7 – Importação de africanos para Pernambuco (século XVIII)



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 31 de out de 2014.

Já informamos rapidamente no capítulo anterior as condições econômicas que ajudaram a explicar esses números. Os primeiros anos do século XVIII apresentaram boas condições para o crescimento das importações de africanos para Pernambuco, entretanto, como também já ressaltamos, o setecentos apresentou-se como um período difícil para as capitanias do Norte, o que afetou diretamente suas relações com o Mundo Atlântico. A partir da década de 1730 houve uma estagnação no tráfico para Pernambuco (LOPES, 2008, p. 11). Na virada do século XVIII para o XIX a capitania retomou o crescimento, como veremos com mais detalhes adiante.

Com essa queda durante o século XVIII e ascensão do Rio de Janeiro como principal porto de desembarque de escravizados, Pernambuco foi reduzindo sua participação nos números gerais do tráfico para o século citado. Para se ter uma ideia, cruzamos as informações referentes ao Brasil e a Pernambuco e chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 5 – Proporção das importações de africanos para Pernambuco em relação ao Brasil (século XVIII)

PERÍODO	IMPORTAÇÃO PARA O BRASIL	IMPORTAÇÃO PARA PERNAMBUCO	PARTICIPAÇÃO DE PERNAMBUCO NO QUADRO DO BRASIL (%)
1676-1700	294.851	92.326	31,31%
1701-1725	476.813	121.301	25,43%
1726-1750	535.307	80.993	15,13%
1751-1775	528.156	76.923	14,56%
1776-1800	670.655	79.835	11,90%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 31 outubro 2014.

Enquanto o número de africanos importados para o Brasil aumentou entre o primeiro e segundo quartel do século XVIII, Pernambuco reduziu proporcionalmente sua participação no mercado, caindo de 31,31% para 25,43%. Essa tendência de queda manteve-se, em maior ou menor número, por todo o século. Nos últimos 25 anos do setecentos, a capitania apresentou um pequeno aumento na entrada de africanos, porém, em uma proporção abaixo da média geral.

É sempre bom ressaltar que esses dados apresentados pelo TSTD são apenas estimativas, como já afirmamos. Não podemos vê-los como absolutos, mas como balizas para direcionarmos nossas análises. A quantidade de escravizados que vieram da África para as Américas é bem superior ao que nos mostram os registros. Silva e Eltis (2008, p. 112), por exemplo, acreditam que os números de africanos importados para Pernambuco é maior do que o sugerido por esta base de dados. Os autores definem onze recortes distintos para avaliarmos o tráfico para

a capitania, de acordo com a análise das fontes⁵. Eles concordam com os dados referentes aos anos de 1720 a 1784. Todavia, acreditam que entre 1785 e 1800 Pernambuco importou muito mais do que o TSTD apresenta (eles advogam 51.888 africanos, enquanto o TSTD demonstra 18.919).

Todas essas informações sobre o Brasil e Pernambuco são importantes para analisarmos o caso da Paraíba. Se o comércio de escravizados para Pernambuco ainda é pouco estudado, como afirmam Silva e Eltis (2008, p. 95), as capitanias vizinhas possuem menos pesquisas e informações referentes às importações de africanos, por isso achamos importante fazer um levantamento referente ao tráfico no século XVIII.

O *Transatlantic Slave Trade Database* organiza, para o Brasil, cinco principais regiões de desembarque de africanos: Amazônia, Bahia, Pernambuco, Sudeste e “outros”. Os números contabilizados por essas, na verdade, também dizem respeito a outras capitanias/províncias que não eram portos de grande representatividade. É o caso da Paraíba, que é enquadrada na região de Pernambuco. Entre 1694 e 1823, foram registradas 21 viagens feitas tendo como desembarque principal a referida capitania/província, somando um total de 5.004 africanos importados. Para o século XVIII em particular, o TSTD informa que houve 16 desembarques.

5 São eles: 1561-1619; 1620-1623; 1624-1629; 1630-1654; 1655-1719; 1720-1784; 1785-1800; 1801-1806; 1807-1810; 1811-1830; 1831-1851. Seis desses recortes possuem documentos que possibilitam uma análise mais concreta dos dados (1620-23; 1630-54; 1720-84; 1801-06; 1811-30; 1831-51). Os demais apresentam fontes esparsas e frágeis. Entretanto, eles apresentam algumas estimativas, a partir de tendências gerais e da situação econômica de Pernambuco (SILVA; ELTIS, 2008).

Tabela 6 – Participação da Paraíba no comércio atlântico de escravizados (século XVIII)

ANOS	AFRICANOS IMPORTADOS DIRETAMENTE PARA A PARAÍBA	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DE PERNAMBUCO (%)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DO BRASIL (%)
1701-1725	1.168	0,96%	0,24%
1726-1750	2.903	3,58%	0,54%
1751-1775	-----	-----	-----
1776-1800	353	0,44%	0,05%
Total	4.424	359.052 (100%)	2.210.931 (100%)

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 31 outubro 2014.

Esses números nos mostram pontos significativos de como a Paraíba se inseriu no comércio atlântico de escravizados. O total de africanos importados para Pernambuco foi, de acordo com TSTD, 359.052 entre 1701 e 1800. No Brasil, esse recorte representou a entrada de aproximadamente 2.210.931 pessoas escravizadas. De todas essas viagens feitas no século XVIII, a Paraíba representou 1,23% dos números referentes a Pernambuco e 0,20% em números gerais para o Brasil.

Porém, algo relevante merece ser destacado. Como informamos no capítulo anterior, após a expulsão dos holandeses, a Paraíba enfrentou vários fatores que dificultaram a sua recomposição econômica. No início do XVIII os relatos das fontes demonstram uma situação precária economicamente. Ao vermos esses números, a situação parece ser outra. As três décadas anteriores à anexação demonstram um aumento de quase o triplo da importação de africanos, enquanto Pernambuco vive um período de queda. Isso fez com que a Paraíba representasse cerca de 3,5% das importações vindas para a região entre 1726 e 1750.

Essa questão nos leva a pensar uma hipótese que merece estudos mais aprofundados, mas que, devido ao tempo, não poderemos discutir com mais vagar. A principal delas seria de que a anexação foi levada a cabo, também, como uma forma de as elites pernambucanas monopolizarem o comércio para a região. A proposta aqui não é afirmar que esse foi o único fator que levou à anexação, mas que esta deve ser pensada também a partir dos números do comércio atlântico de africanos. Duas informações são importantes para levantarmos essa hipótese. Em 1759, é criada a Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba que monopolizou a entrada de escravizados da África e todos desembarcaram em Recife, por isso os anos entre 1751 e 1776 não apresentaram nenhum número para a Paraíba. Além do mais, ao final do XVIII, quando a anexação caminhava para o fim, as importações representam menos de 0,5%, o que demonstra forte impacto da anexação nas relações da Paraíba com o tráfico.

Vamos, então, levantar algumas estimativas anuais de entrada de africanos nesse período e o impacto que a anexação pode ter provocado. A partir das receitas dos impostos sobre os escravos importados, Mozart Vergetti de Menezes propõe uma aproximação acerca da quantidade de entrada de africanos na Paraíba na primeira metade do século XVIII. Além dos números apresentados por este autor, também utilizamos os dados registrados e contidos no TSTD. Em alguns anos há aproximações.

Tabela 7 – Número de entrada de africanos na Paraíba 1714 – 1754

ANOS	MENEZES	TSTD
1714	170	----
1715	270	----
1718	----	388
1720	----	491
1723-24	140	----
1724-25	50	----
1725-26	249	289
1726-27	797,6 ou 402	439
1727-28	161,7 ou 76	388
1728-29	114,8	776
1731-32	94	----
1732-33	252,4 ou 200	196
1733-34	114	520
1735	----	196
1736-37	214	----
1739-41	481	----
1744-45	204,8	388
1745-46	182	----
1747-48	688,5	----
1753-54	562,2	----

Fonte: Quadro adaptado de Menezes (2005a, p. 146; 2010, p. 48); <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 02 novembro2014.

Alguns desses números são imprecisos devido à própria fonte com a qual Mozart Menezes elaborou tais dados, servindo-nos mais como um quadro aproximativo. Diante dessas indicações, vemos, então, a importação de pessoas escravizadas que não varia muito mais do que uma ou duas centenas, formando uma média de 247 africanos importados por ano. Se havia uma estimativa no início do século XVIII de que a capitania necessitava da entrada de 200 ou 300 africanos por ano, sendo esse número aumentado para 800 ou 1000 em épocas de secas, a Paraíba

estava no limite da quantidade dessa mão de obra em relação ao que sua produção necessitava (MENEZES, 2005a, p. 142).

Os números do TSTD, entretanto, demonstram que, em alguns anos, a Paraíba importou mais africanos do que a necessidade apontada de 200 ou 300, como ocorreu em 1720, 1726, 1728 e 1733. Não sabemos as condições para explicar esse fato. Precisaríamos nos debruçar com mais detalhes do período, mas acreditamos que parte desses escravizados era vendida para outras regiões, em especial, as Minas. O que é válido considerar, como estamos demonstrando, é que a partir de 1725, a quantidade de africanos importados cresce, mas continua instável.

O trato de almas envolveu parte das elites econômicas da capitania. Como alerta Menezes (2005a, p. 145), houve uma associação de alguns comerciantes da Paraíba com produtores de tabaco de outras regiões, principalmente Goiana, a fim de incrementar o tráfico negreiro. Aliás, importante lembrar que nem toda a produção de tabaco de Pernambuco servia para o seu comércio com a Costa da Mina. Essa produção era “desencaminhada” para outras capitanias como Bahia e Paraíba. Parte do que era produzido em Goiana (Itamaracá), seguia esse mesmo percurso. Com o tabaco vindo de Pernambuco e Itamaracá, a Paraíba estabeleceu algumas viagens com o intuito de obter escravos na África (LOPES, 2008, p. 119; 141). Porém, nem sempre a circulação desse produto para o mercado atlântico foi feito de maneira harmoniosa.

Era frequente o pedido dos proprietários da Paraíba para obterem descontos ou até mesmo isenção nas taxas para importação de africanos ou tentarem negociar várias formas de pagamento (MENEZES, 2010, p. 44-45). Além das dificuldades econômicas, a concorrência na compra de escravos com os comerciantes das Minas, elevava os preços

e atraía as rotas para tal região, criando mais empecilhos. Elza Régis de Oliveira (2011) acredita que outro fator que emperrava a vinda de africanos para esta capitania era a falta de ajuda do Estado. Mozart de Menezes (2010, p. 44), porém, discorda ao argumentar que havia um grande incentivo da Coroa para os produtores da Paraíba.

Diante da resistência de alguns produtores paraibanos, a Coroa deu incentivos para que estes não dependessem de Goiana e pudessem desenvolver as atividades do tabaco em suas terras (MENEZES, 2005a). Essa questão é enfatizada por Lopes (2008, p. 85) que demonstra as disputas entre os produtores de tabaco de Goiana e de Recife a fim de obter da Coroa autorização de comercializar com a Costa da Mina sem passar pelo porto pernambucano. Lisboa permitiu esse benefício não só a Goiana, como para os produtores da Paraíba.

Ressalte-se que todos os africanos entrados na capitania não eram apenas para atender as demandas da Paraíba, pois, “o fato de os escravos seguirem para o Brasil em embarcações de suas capitanias e mesmo em nome de seus mercadores nem sempre significava que a sua comercialização tinha início e fim numa das praças portuguesas da América” (LOPES, 2008, p. 57). É provável que muitos africanos desembarcados na Paraíba fossem transferidos para as atividades auríferas das Minas. Ou seja, esses números não são sinônimos de crescimento da demanda de escravos na capitania e não são incompatíveis com as condições econômicas que traçamos anteriormente. Por isso também, a constante reclamação de falta de braços. A atividade do tráfico, assim, serviu para os comerciantes e produtores tentarem ampliar seu capital e isso gerava concorrência com a praça do Recife. No caso de Pernambuco, parte dos escravizados importados da África ficava na

capitania. Após a crise da década de 1730, muitos foram vendidos para as Minas (LOPES, 2008, p. 79). É bastante provável que na Paraíba ocorresse o mesmo. Como dissemos, essa informação também nos ajuda a compreender os altos números de africanos importados que demos- tramos anteriormente. Se os produtores da capitania requeriam cerca de 200 a 300 escravizados e, em alguns anos, foram embarcados mais do que isso, provavelmente, revendidos para outras regiões.

Com a anexação e a criação da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba, todas as importações de escravizados se deram por intermédio deste órgão e isso representou um impacto nas atividades atlânticas exercidas pelos negociantes e produtores da Paraíba. Por ter o monopólio sobre as circulações comerciais das duas capitâ- nias, a Companhia de Comércio também era a única responsável pela importação de africanos, sendo este “um setor bastante explorado pela Companhia” (SANTANA, 1990, p. 37). Entretanto, ainda nos faltam es- tudos voltados para essa temática. Como defende Maximiliano Menz (2013), apesar da importância para a história econômica da América portuguesa, as Companhias de Comércio do período pombalino são pouco estudadas. E esse problema aprofunda-se quando tratamos espe- cificamente do caso da Companhia de Pernambuco e Paraíba e sua ação na Paraíba.

Os números do tráfico levantados por Menz (2013) apresen- tam algumas discrepâncias. Utilizando como fontes os dados de Joseph Miller (1988), os mapas de exportações apresentados pelos administra- dores da Companhia em Angola e das informações contidas no TSTD, o autor apresenta a seguinte tabela:

Tabela 8 – Escravos exportados de Angola pela Companhia de Pernambuco (1761 – 1787)

	A	B	C
1761		1765	2308
1762	1666	1652	1694
1763	2698	2685	3349
1764	1834	1824	1834
1765	3217	3151	3217
1766	2380	2376	1973
1767	2649	2636	2445
1768			2538
1769	758	754	788
1770	1685		2119
1771	1704	1704	1227
1772	1580	1580	2366
1773			1266
1774	2082	2080	2496
1775	2110	2110	2833
1776			2263
1777			1381
1778			977
1779			1175
1780			1118
1781			1033
1782			1744
1783			2920
1784			1094
1785			357
1786			703
1787			353

Coluna A: exportações segundo Miller, table 1, pp. 91-92. Coluna B: exportações segundo os mapas preparados pelos administradores de Angola (AHU, cx.45, doc. 34, cx. 46, doc. 1, cx.48, doc. 6, cx. 50, doc. 2, cx.51, doc. 18, cx.52, doc. 5, cx. 53, doc. 84, cx.56, doc. 8, cx. 60, doc. 23, cx. 61, doc. 2). Coluna C: exportações segundo o TSTD, consultado em 25/05/2011. Fonte: Tabela reproduzida a partir de Menz

(2013, p. 49)

Apesar de serem, algumas vezes, números distintos para o mesmo ano, percebemos que há certa proximidade entre eles. Teríamos, de acordo com esses dados, uma variação na importação de escravos que ia de 357 no ano de 1785 ou 3.349, como em 1763. As explicações para essas mudanças devem ser melhor analisadas em outras oportunidades. O que nos interessa mais no momento diz respeito à média anual de entrada de africanos no período de funcionamento da Companhia que circulou em torno de 1.760 cativos. O total entre os anos 1761 e 1787 seria de 47.571 importados. Todas essas pessoas foram trazidas, de acordo com os cálculos de Maximiliano Menz (2013, p. 50) em 105 viagens.

António Carreira (1980, p. 233-234) sugere uma média anual de 2.439 africanos importados em 23 anos pesquisados. O número total a que o autor chegou foi de 56.091 escravizados comprados, desembarcando em Recife cerca de 54.575. A maioria desses escravos vinha de Angola (83, 1%) e os demais da Costa da Mina (16, 9%). Solange Rocha (2007, p. 294) apresenta dados referentes à primeira década de atividade da Companhia que importou cerca de 25.621 africanos, dos quais 22.566 ficaram no porto do Recife. A autora demonstra que essa quantidade de escravizados era insuficiente aos interesses dos produtores da região.

Entretanto, uma das informações mais relevantes trazidas por Menz consiste na porcentagem de lucros da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba na atividade do tráfico, na qual ela tinha monopólio para as ditas capitânicas. Enquanto nas décadas de 1760 e 70, havia muitas reclamações acerca das dificuldades de compra de africanos, a Companhia lucrava aproximadamente 16% (MENZ, 2013, p. 68-72). Os últimos anos da década de 1770, aliás, são bastante interessantes para

esse órgão, pois há uma valorização do preço dos africanos⁶. Se a segunda metade do século XVIII foi um período interessante de movimentação do mercado atlântico de escravos para Pernambuco, qual o resultado disso à Paraíba?

Não conhecemos ainda nenhuma pesquisa mais acurada acerca da entrada de africanos no período em que a Companhia Geral esteve atuando na praça da capitania da Paraíba. Para José Octávio Mello (2008, p. 83), “A Companhia também falhava no fornecimento de escravos”. Além de todos os possíveis males elencados pela historiografia, mesmo obtendo êxito no mercado atlântico de escravizados, a Companhia de Comércio não transferia à Paraíba os escravos trazidos para o Brasil. Talvez, caso isso fosse feito, não se concretizasse a lucratividade do negócio, pois a demanda para a Paraíba era mais baixa e os custos maiores.

Para se ter uma ideia, António Carreira apresenta uma quantidade de 345 africanos vendidos à Paraíba nos anos de monopólio da Companhia. Esse total representa 0,63% de todos os escravos desembarcados em Pernambuco de acordo com os números totais demonstrados pelo autor (CARREIRA, 1980, p. 345). Admite, porém, que o número pode ser maior, devido à proximidade geográfica das duas capitanias. Esses números apresentados por Carreira são muito próximos ao que TSTD indica, como registramos na Tabela 6, que aponta a entrada de 353 africanos.

6 Martha Falcão Santana (1990, p. 39) apresenta um quadro com o custo médio dos escravos comercializados pela Companhia de Pernambuco e Paraíba entre 1761 e 1786. Os escravos comprados em Angola (local de maior comércio e que tinha representação da Companhia) em 1776 valiam 44\$322 e quatro anos depois, em 1780, custavam 64\$808.

A carta de oficiais da Câmara discutida por Elza Régis de Oliveira também fazia reclamação da falta de africanos vendidos pela Companhia. A autora resume a insatisfação dos representantes da Câmara com as seguintes palavras:

Antes da Companhia, navegavam mais de catorze embarcações por conta do comércio nestas duas capitâneas. Em 1770, há falta de escravos, pois apenas seis embarcações que manda à Costa da Mina só a Companhia manda buscá-lo e só ela os vende. O número de escravos que vem é insuficiente. Mesmo assim, são vendidos, no Rio de Janeiro, os melhores, ficando o refugio de escravos sem agradar os compradores. Alguns compram por oitenta, noventa e cem mil réis os que, no tempo do comércio livre, valiam quarenta, cinquenta e sessenta (OLIVEIRA, 2007, p. 113).

A viagem de embarcações da Companhia para o Rio de Janeiro também é ressaltada por Maximiliano Menz (2013, p. 55). Para este autor, por duas vezes, houve exportações direcionadas para os portos dessa capitania. Não compreende bem os motivos para isso, entretanto, sugere que esta pode ter sido uma estratégia (não exitosa) de diversificar o mercado para ampliar os lucros. Para Carreira (1980, p. 235) o número de africanos vendidos para o Rio de Janeiro foi de 4.300. Se confrontarmos as informações apresentadas por Elza Régis sobre os oficiais da Câmara da Paraíba com o que temos discutido até o momento, dois pontos são interessantes.

O primeiro deles diz respeito à entrada de africanos na década de 1770. No quadro elaborado por Menz, essa foi uma década que apresentou números acima da média de importação. Enquanto isso, na Paraíba havia reclamações da não chegada de escravizados. Em segundo

lugar, os preços criticados pela Câmara eram os de 80, 90 ou 100 mil réis, quando deveriam ser pagos 40, 50 ou 60 mil. No já citado quadro analisado por Martha Falcão Santana (1990, p. 39)⁷, o final dos anos de 1770 apresentou um aumento do preço, chegando a um máximo de 64\$808 em vinte e cinco anos (na qual a média variava de acordo com os números ditos pelos oficiais da Câmara), valor este bem abaixo do que seria pago na Paraíba. Confrontando as informações das várias fontes, de fato, nos parece que a situação da capitania não era das melhores. Para completar: ao final do século XVIII, a capitania apresentava uma das piores rendas *per capita* do Brasil⁸.

No período de subordinação, Pernambuco tinha a preocupação em manter o controle do comércio da Paraíba com a África. Em fevereiro de 1775, José César de Menezes, governador de Pernambuco, enviou solicitação à capitania subordinada para que informasse sobre todos os navios que “navegam desse porto para os da costa da Mina e outras partes da África. [...] E de todos os que fazem comércio de porto a porto, assim nas diferentes partes dessa capitania, como nas outras da costa do Brasil”. Além disso, deveria o governador subordinado enviar listas de todos aqueles que habitavam o porto, incluindo os pescadores (CORRESPONDÊNCIA do Governador de Pernambuco ao Governador da Paraíba, AHWBD, cx. 001, 1775).

Diante dessas questões, fazemos as seguintes considerações: a Paraíba viveu uma situação de crise econômica no decorrer do século

7 Ver nota anterior.

8 De acordo com os dados apresentados por José Jobson de Arruda (1985, p.154), a renda *per capita* da Paraíba girava em torno de 2\$923, enquanto outras capitanias como Pernambuco de 6\$925. Os melhores números eram de Maranhão e Piauí que apresentavam cerca de 14\$296 *per capita*.

XVIII. A partir de 1725, quando a capitania parecia envolver-se mais ativamente no comércio atlântico de escravizados, que poderia tirá-la da referida situação, ela foi anexada. As consequências diretas disso foram a redução drástica do número de navios negreiros que fizeram a viagem Paraíba-África e uma maior dependência da capitania em relação a sua vizinha no que diz respeito à aquisição de mão de obra africana. Esse fator interferiu diretamente no século XIX e na maneira como a capitania/província se relacionou com o comércio de africanos escravizados.

Os produtores e comerciantes demonstraram as dificuldades encontradas após o fim da Companhia de Comércio. Em carta direcionada ao Rei, eles informaram a necessidade de se estabelecer comércio direto com a Costa da África para desenvolver economicamente a capitania. A ausência dessa mão de obra afetava sensivelmente a produção. Apesar de todas as dificuldades, quando a Companhia estava em atividade, eram trazidos africanos. Com a extinção desta, os negociantes de Pernambuco não tinham interesses em vendê-los à Paraíba, pois não viam lucratividade. Assim, o número de escravos caiu e o preço dos africanos mais que dobrou (PORTO, 1976, p. 60-61). Assim, podemos concluir que o contexto da virada do século XVIII para o XIX não era favorável para o envolvimento da capitania no comércio atlântico de escravizados.

Vamos agora apresentar algumas dessas embarcações que conectaram diretamente a Paraíba ao mercado atlântico de africanos no setecentos. Das 15 embarcações que fizeram conexão direta África-Paraíba durante o século XVIII, 14 vieram entre 1718 e 1744. Muitas, inclusive, tiveram sua partida da própria capitania, sem passar por Pernambuco. De acordo com as informações contidas no TSTD, foram

6 as embarcações que saíra da capitania até a África e retornaram para o porto de origem. Isso demonstra uma tentativa maior da capitania em participar do comércio negreiro.

Uma dessas embarcações que saiu diretamente da referida capitania para agir no comércio de africanos fez mais de uma viagem. Foi o caso da *Jesus Maria José e Santana*. Esta embarcação foi duas vezes para a Costa da Mina⁹. Na primeira viagem, o capitão responsável era João dos Santos e desembarcou cerca de 357 africanos¹⁰. A segunda foi capitaneada por Manoel Lopes de Oliveira e trouxe 47 escravizados, após ter passado quase quatro meses em Elmina. Em 1729, encontramos um navio com o nome quase idêntico, *Jesus Maria e Santana*. O mesmo capitão João dos Santos a levou para a Baía do Benin e a trouxe à Paraíba. Acreditamos que fosse a mesma embarcação com uma re-adação do nome e em busca de novos mercados.

A Costa da Mina foi o destino de muitas viagens visando trazer pessoas escravizadas para a capitania. No setecentos, essa área foi a mais importante para o tráfico. Formada por povos evês, fons e iorubas, essa região compreende o que hoje é o Togo, Benin e parte da Nigéria. Cerca de 1,4 milhão de africanos foram retirados dessa região para a América no século XVIII, sendo boa parte deles direcionados para a Bahia (LOVEJOY, 2002, p. 93-94; 100-102; REDIKER, 2011, p. 98-101)¹¹.

9 As relações entre Brasil e Costa do Ouro foram pequenas. O TSTD classifica como “Costa do Ouro”, incluindo Elmina, que seria a Costa da Mina.

10 É válido destacar que em várias embarcações registrada pelo TSTD há esse número: 388 embarcados e 357 desembarcados. Esse é o número médio para embarcações em que não se sabe a quantidade correta de escravos.

11 Sobre as relações da Bahia com a Costa da Mina, indispensável a leitura de Pierre Verger (2002).

De todas as embarcações da Paraíba setecentista encontradas no TSTD, oito foram para esse porto, além das embarcações citadas no início deste capítulo, organizadas pelo governador João da Maia da Gama, que vinham da referida parte da costa africana. Acrescentamos ainda a referência feita pelo governador Fernando Delgado Freire de Castilho a entrada no porto da Paraíba, em 1799, de um navio com destino à Costa da Mina (AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2617, 1799), que demonstra a persistência desse mercado ao final do século.

Boa parte das viagens no século XVIII tiveram como destino essas duas regiões. A preferência de Pernambuco e Paraíba pela costa ocidental da África teve início ao final do século XVII. Angola continuou sendo porto de exportação para essa parte do Brasil, entretanto, perdeu espaço para a Costa da Mina. Apesar de algumas capitânicas receberem escravizados da África Ocidental no século XVII, Pernambuco começou a envolver-se com essa rota após a expulsão dos holandeses.

Nesse período, devido a questões financeiras, a Coroa portuguesa havia permitido as relações comerciais entre Brasil e a Mina. É a partir de 1680 que a proporção de africanos da Costa da Mina assume grandes números. Isso se deu basicamente por dois motivos: o crescimento da demanda devido ao *boom* aurífero e a expansão da produção do tabaco em capitânicas como Pernambuco, Bahia, Paraíba e Itamaracá (LOPES, 2008, p. 50-51). Entre 1636 e 1651, Silva e Eltis (2008, p. 119) estimam que 17,4% dos africanos importados para Pernambuco advinham da Costa do Ouro ou Baía do Benin. Esse número sobe para 42,8% entre 1729 e 1785 e cai no século XIX para 2,1%.

No caso da Paraíba, a única exceção no setecentos foi a de 1784, quando a corveta *Postilhão* desembarcou com 324 africanos vindos de

Luanda. Nesse caso, havia influência da Companhia de Comércio que tinha como principal rota a África Centro-Occidental. Na virada do século XVIII para o XIX, este será o principal lugar de procedência dos africanos de Pernambuco e Paraíba, como veremos mais a frente. Um dos motivos para essa mudança de rotas foi a participação da referida Companhia que detinha o monopólio do comércio e deu predominância aos portos de Angola.

Em alguns casos, conseguimos constatar o nome dos proprietários como da embarcação *Nossa Senhora das Neves*, uma provável homenagem à padroeira da cidade da Parahyba. Com bandeira portuguesa, ela saiu da capitania em 1720 com destino à Costa da Mina. Comprou 367 africanos, dos quais foram desembarcados 313. Seu proprietário era Matias Soares Taveira e, nesta viagem, teve como Capitão José Gomes.

Conseguimos algumas informações sobre esse proprietário. Em 1724, ou seja, depois de que já era envolvido com o tráfico, Matias Soares Taveira requeria ao rei D. João V a confirmação de patente de coronel de um Regimento de Infantaria das Ordenanças da capital (AHU_CU_014, Cx. 5, D. 415, 1724). Quatro anos depois, o ouvidor da Paraíba informa sobre o envolvimento desse mesmo proprietário com o mercado de escravos na Costa da Mina, tendo enviado embarcação com açúcar e tabaco. Ao que indicava o ouvidor, Matias Taveira preparava-se para embarcar mais um navio, em parceria com produtores de Goiana, participando assim de um negócio complexo e articulado com outros negociantes e proprietários (LOPES, 2008, p. 141).

Identificamos várias sesmarias que o Coronel Matias Soares Taveira requereu junto ao governador da Paraíba. A primeira, em 1725, juntamente com seus primos João Correia Ribeiro e José Correia

Ribeiro, é uma sesmaria de terras próximas ao rio Araçagi. O coronel pede o direito destas terras por serem devolutas. Também, no mesmo ano, as terras no sertão do Paó, onde desenvolvia atividades de criação de gados. Reivindicava terras vizinhas que já tinham proprietário, mas não eram povoadas, condição básica para a posse da sesmaria. Assim, Taveira julgava-se no direito de obter essas terras. Dois anos depois, buscava registros de terras na mesma região, nas proximidades do rio Araçagi, no sertão do Paó. (TAVARES, 1982, p. 125-126; 128)¹².

O poder de Matias Soares Taveira parecia ser grande. Além de propriedades, de ser coronel e de envolvimento com o tráfico e articulação com produtores de tabaco em Goiana, ele demonstrava conflitos com os governadores da capitania. Um deles foi Pedro Monteiro de Macedo que, segundo carta de Taveira ao rei, desempenhava uma má gestão, levando a Paraíba à miséria (AHU_CU_014, Cx. 12, D. 982, 1743).

Matias Taveira não foi o único proprietário identificado nas embarcações negreiras que saíram da Paraíba no século XVIII. José Gomes da Costa Sertório (não sabemos se é o mesmo que foi capitão da *Nossa Senhora das Neves*) além de capitanear navios negreiros, também era proprietário. Em 1734, ele desembarcou na Paraíba 230

12 Além dessas, conseguimos identificar, no mínimo, mais cinco requisições de sesmarias de Matias Soares Taveira para a mesma região. Cf. Tavares (1982).

africanos vindos da Costa da Mina em sua embarcação cujo nome não identificamos¹³.

De acordo com as informações apresentadas por Gustavo Lopes (2008, p.43-45), as embarcações do Brasil eram as menores que participavam do trato negreiro no início do século XVIII. De todas as que identificamos destinadas à Paraíba, em apenas oito casos há o tipo de embarcação: três sumacas; dois bergantins; um patacho; um brigue; e uma corveta. Qual seria a diferença entre essas definições?

Brigues e bergantins, de acordo com os dicionários marítimos, eram de fato embarcações bastante semelhantes, ambas de dois mastros e aparelho similar, especialmente o velame. Já bergantins e escunas, embora fossem parecidos na mastreação, eram diferentes no velame e, conseqüentemente, na velocidade que desenvolviam (com vantagens para os primeiros) (RODRIGUES, 2005, p.146).

Brigues, escunas, patachos, sumacas e bergantins possuem dois mastros, sendo mais leves e velozes. Contudo, tinham diferenças no que diz respeito ao peso e à tripulação. Em uma escala crescente, teríamos a seguinte ordem: sumacas, patachos, escunas, brigues e bergantins. O tamanho da tripulação segue a mesma ordem (RODRIGUES, 2005, p.

13 Este proprietário-capitão aparece duas vezes na lista do TSTD, no mesmo ano, mesmo destino e mesma carga, a partir da mesma fonte (A.H.U., Doc. 743). Dessa maneira, julgamos ser a mesma viagem, apesar de terem dois registros na Base de Dados utilizada (números 41024 e 47378). Não sabemos se trata-se da mesma pessoa, mas identificamos um José Gomes da Costa que era capitão e negociante da Paraíba em conflitos com a Câmara da Capital em 1752. Na oportunidade ele requeria, junto com outros, que o pedido da Câmara para que o açúcar embarcasse por Recife para ser exportado fosse negado pelo rei. Seus interesses demonstram envolvimento com a produção e comércio açucareiro e disputas com as elites locais e de Recife pelo esse controle. (AHU_CU_014, Cx. 16, D. 1337, 1752).

148;170). Diante disso, as embarcações que tinham destino à Paraíba pareciam ser de menor porte, seguindo a regra do Brasil.

Estamos discutindo até o presente momento as relações diretas que a Paraíba estabeleceu com a África no comércio negreiro. Esta, porém, não foi a única rota de importação de escravizados para a capitania, principalmente depois da anexação. Como estamos afirmando até aqui, Pernambuco assumia posição central nas relações com o Atlântico e as capitanias/províncias vizinhas dependiam, muitas vezes, de sua intermediação. Assim, boa parte

dos africanos deportados para a Paraíba, normalmente, primeiro chegavam a Pernambuco que, em todo o período de duração do tráfico internacional, dispunha de rotas a Costa da Mina e a África Centro-Occidental [...] e abasteceu, além da Paraíba, as capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará (ROCHA, 2007, p. 286-287).

A rota Pernambuco-Paraíba poderia ser feita por duas maneiras: pelo mar ou por terra. Como demonstraremos mais adiante, acreditamos que a proximidade entre as duas capitanias/províncias levou os negociantes a preferirem o segundo método, apesar de não descartarmos as rotas marítimas. A experiência de parte dos africanos que viveram na Paraíba, então, era específica. Após a *Passagem do Meio*, eram desembarcados, vendidos e atravessavam outra viagem. Após todas as condições precárias da chegada, os africanos viviam um difícil processo de aclimação que culminou em muitas mortes (CONRAD, 1985, p.48). No caso dos africanos vindos por intermédio do porto de Recife, havia outro processo de adaptação. Pensamos em duas possibilidades: eram logo desembarcados e, ainda doentes, transferidos para outras

capitanias (dentre as quais, a Paraíba), o que agravaria ainda mais a saúde desses escravizados e a possibilidade de morte; ou passavam um tempo no porto até serem vendidos. A nova viagem a qual eram submetidos representava um novo tormento para essas pessoas.

Além do mais, essa condição tornava o preço dos africanos maior para os compradores da Paraíba. Isso pode explicar também a quantidade menor da mão de obra africana em relação a capitanias como Pernambuco¹⁴. Era mais difícil para os senhores dessa capitania terem acesso ao mercado de escravizados, pois possuíam menos recursos econômicos. Esse fator contribui para compreender a hipótese de reprodução natural a qual já fizemos referência. Apesar de ser comum a ideia de que era mais barato importar africanos (CONRAD, 1985, p. 23), essa característica não se aplica por completo à capitania/província que estamos trabalhando. Vale destacar, contudo, que apesar das dificuldades, a entrada de africanos era constante, o que demonstra a importância destes na sociedade brasileira oitocentista.

Assim, ao final do século XVIII, a Paraíba tinha duas rotas de importação de africanos: uma que vinha diretamente para os portos da capitania e outra por intermédio da praça de Recife. Após a anexação, os contatos diretos com a África tornaram-se bastantes pontuais. Essas duas formas da capitania se inserir no comércio atlântico de escravizados mantiveram-se pelo século XIX até o ano de 1831, quando houve uma reorganização do tráfico.

14 Lovejoy (2002, p. 97) apresentou estimativas de preços dos africanos escravizados entre 1663 e 1775. Esses preços talvez fosse maiores para os compradores da Paraíba.

3.2 – Rotas em mundanças: o comércio de africanos para a Paraíba oitocentista

Iniciamos este tópico com uma citação do historiador Robert Conrad, que afirma:

Em 1808, quando o governo real português foi transferido de Lisboa para o Rio de Janeiro como consequência do cerco de Napoleão a Portugal, poucos brasileiros poderiam acreditar que a escravidão seria abolida em seu país dali a 80 anos. A escravidão existia havia séculos no mundo português, era um complemento do sistema social e parte essencial do sistema econômico (CONRAD, 1985, p. 7)¹⁵.

Bem como lembrou o referido historiador, se nos primeiros anos do século XIX pudéssemos perguntar para um morador do Brasil sobre o fim da escravidão, tal questionamento não faria muito sentido para nosso imaginário interlocutor. Esse tema não estava facilmente posto no período. Entretanto, pouco mais de quatro décadas após a chegada da Corte no Rio de Janeiro, o comércio de africanos escravizados para o Brasil – atividade bastante lucrativa e que, em parte, fomentou o processo de industrialização europeia – seria extinta¹⁶. Por que a escravidão e o comércio internacional de escravos, tão fortes e duradouros, entraram em um processo de desestruturação de menos de um século? Como a Paraíba se inseriu nesse contexto?

15 Para a importância que o comércio de escravos assumiu para o sistema político, econômico e social até o início do século XIX, ver Novais (1995).

16 Um dos primeiros autores a pensar a relação entre a expansão do escravismo na América e a acumulação de capital na Europa foi Eric Williams (2012). Da produção historiográfica atual, destaca-se Dale Tomich (2011).

Em 1804, no momento em que Manoel Barrozo, preso, escreve ao governador da Paraíba suplicando sua liberdade era improvável pensar quando o comércio de africanos e a sociedade escravista teriam fim. Enquanto nosso referido personagem ocupava as dependências da cadeia da praia de Tambaú, milhares de seus conterrâneos estavam sendo capturados, viajando pelo Atlântico ou desembarcando nos portos do Brasil legalmente. Quatro anos depois, quando a viagem oceânica é feita pela Corte portuguesa, importantes transformações passaram a fazer parte desse cenário.

A vinda de D. João VI com toda a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, promoveu mudanças irrevogáveis não só na nova sede do Império português, como nas relações do Brasil com o mundo¹⁷. As terras portuguesas da América eram o foco do interesse da Coroa e, conseqüentemente, dos países que se relacionavam com Portugal, com destaque para a Grã-Bretanha. A relação luso-britânica é fundamental para pensarmos o comércio atlântico de escravizados no século XIX.

Os ingleses já vinham lutando pelo fim do comércio de escravizados desde o século XVIII. Um ano antes da vinda da Corte para o Brasil, houve a proibição do tráfico para a Inglaterra. Apesar de ter sido um dos principais envolvidos na atividade, os ingleses agora lutavam incessantemente pelo seu encerramento¹⁸. A viagem da Corte portuguesa para a América contou com a participação direta da Grã-Bretanha.

17 Sobre as transformações no Rio de Janeiro após 1808, ver Martins (2014) e Soares (2007).

18 De acordo com o cálculo feito por Eltis, Behrendt e Richardson (2000), os ingleses foram responsáveis por 42,7% das viagens negreiras de 1527 a 1867. Lovejoy (1982, p. 483) estima que cerca de 2.532.300 (41,2% do total) africanos escravizados no século XVIII foram submetidos pelos navios ingleses. Em segundo lugar viria Portugal que transportou 1.796.300 (29,28%) africanos.

Diante das pressões de Napoleão, o poder naval inglês era a única garantia de proteção do reino lusitano. A consequência disso foi o estabelecimento de uma relação de dependência que levou a coroa portuguesa a abrir os portos do Brasil e assinar tratados desiguais, envolvendo a pressão pelo fim do tráfico (BETHELL, 2002, p. 27; RICUPERO, 2011).

Desde o final do século XVIII, o desenvolvimento de ideias e práticas liberais levou a uma crítica mais consistente à prática escravista. Nesse período, a economia mundial viveu marcantes transformações que culminaram na ascensão britânica. Não podemos deixar de destacar que o processo que levou à abolição do tráfico e, depois, da escravidão não se resume aos interesses abolicionistas, mas também levou em conta as contradições internas da expansão do escravismo (TOMICH, 2011)¹⁹.

A Inglaterra, berço desse processo, determinou, não sem conflitos inraelites, pela abolição do comércio em 1807. O passo seguinte foi pressionar, a partir de sua influência militar e diplomática, as demais nações que ainda praticavam o mercado negreiro. Vários países já caminhavam para o fim das importações atlânticas de escravizados. Os principais alvos, então, foram Portugal e Brasil, por serem os que mais movimentavam o comércio, além das relações de dependência do Império português à Grã-Bretanha²⁰.

19 Além de Tomich (2011), David Eltis (1987) estabelece uma relação entre o crescimento econômico britânico, a ascensão dos discursos abolicionistas e o impacto sobre o comércio atlântico.

20 As décadas de 1810 e 1820 viram muitos embates pelo fim do comércio de escravos. Em uma nova fase das relações internacionais, após a queda de Napoleão Bonaparte, esse tema virou um dos principais na pauta internacional. Acordos e pressões diplomáticas marcaram esse processo. Sobre as negociações entre os países europeus para o fim do comércio atlântico de escravizados nesse período, cf. Bethell (2002).

A década de 1810 viu, assim, as primeiras incursões para o fim do comércio atlântico de escravizados. Três medidas foram marcantes nesse sentido. A primeira foi o acordo estabelecido pelo então príncipe regente D. João VI de Portugal com a Grã-Bretanha determinando o fim do tráfico para as terras portuguesas da África e adoção de políticas para abolição desta prática. Cinco anos depois, no Congresso de Viena, foi assinada a *Declaração sobre o tráfico negreiro* em que os signatários se comprometiam com a extinção do comércio de africanos. A partir de então, ao norte do Equador ficaria proibida a comercialização de pessoas vindas da África e submetidas à escravidão. Mais tarde, em 1817, um novo tratado foi assinado entre os dois reinos em questão. Dessa vez, a ideia era reforçar as medidas já determinadas anteriormente e tentar estabelecer um controle na parte legal da atividade (CONRAD, 1985, p. 67-68)²¹.

Tais ações diplomáticas que iam levando à proibição dessa prática foram as primeiras de muitas. A história do comércio atlântico de escravizados no século XIX é de ilegalidade e desrespeito às leis criadas que visavam a sua extinção. Foi um momento paradoxal. Quanto mais aumentava a necessidade de mão de obra africana, maior era o esforço para o fim desse comércio (ELTIS, 1987; LOVEJOY, 2002; TOMICH, 2011). Entre a pressão externa da Inglaterra e a resistência brasileira, muitos foram os conflitos e negociações que acabaram também por fomentar a formação do Estado Nacional.

21 Além desses acordos e tratados, o governo português promulgou várias leis que visavam o controle do comércio legal de escravizados. Uma sistematização delas encontra-se em Conrad (1985, p.68-71). Sobre alguns dos tratados internacionais, consultar Bethell (2002), Rodrigues (2000) e Verger (2002).

Logo após a proclamação da independência o Brasil lutou fortemente por seu reconhecimento internacional. Isso se deu, principalmente, por dois fatores: prevenção contra qualquer tentativa de restauração do império português e o fortalecimento do poder do novo imperador (BETHELL, 2012, p. 131). A ideia de Brasil enquanto nação ainda não estava formada e era necessário manter a integridade territorial do novo país e o reconhecimento dos demais Estados era fundamental.

Duas grandes nações foram alvos das primeiras ações da política externa brasileira nesse período: Inglaterra e Portugal. A primeira por ser a principal potência econômica da época. A segunda por garantir o fim da ameaça de restauração. À época, o parâmetro nas relações internacionais estava definido na proposta do liberalismo econômico, que passou a ser defendida, principalmente, pela Grã-Bretanha. Para Amado Cervo,

Os instrumentos com que os países capitalistas introduziram o liberalismo para dentro de suas fronteiras foram os mesmos que haviam utilizado na imposição do liberalismo à periferia, [...]: **convenções ou tratados para baixar tarifas e aliviar proibições e cláusula de nação mais favorecida** (CERVO, 2008, p.64, grifo meu).

Com efeito, para se inserir no cenário internacional e ser reconhecido o Brasil precisava estabelecer tratados e convenções. Por intermédio desses instrumentos legais, a Grã-Bretanha e Portugal tentaram impor seus interesses. No caso específico dos britânicos, além de vantagens comerciais, havia o objetivo de pressionar o novo país a por fim ao tráfico de africanos. Diante desse contexto, dois acordos foram fundamentais: Tratado de Amizade e Aliança com Portugal (1825) e

Convenção para o fim do comércio de escravos com a África (1826), estabelecido com a Grã-Bretanha²².

O primeiro deles garantiu ao Brasil o afastamento da ameaça de uma invasão portuguesa. O tratado determinava o reconhecimento do novo país feito por d. João VI. Este ficaria com o título simbólico também de Imperador do Brasil. Em contrapartida seria garantido a Portugal que nenhuma de suas colônias seriam anexadas ao Brasil e que os bens e embarcações deveriam ser restituídas aos soberanos lusos, além de estabelecer relações comerciais entre ambos. Em uma convenção adicional, ficou determinado que o Império brasileiro indenizaria o português com a quantia de dois milhões de libras esterlinas.

Uma vez reconhecido por sua antiga Metrópole, o Brasil teve legitimidade para pleitear com as potências seu reconhecimento. A Inglaterra, que não queria se antecipar a Portugal no reconhecimento de sua ex-colônia, logo após o Tratado de Aliança e Amizade de 1825, firmou a Convenção que previa o fim do comércio de escravos entre Brasil e África. Determinou-se, então, que após três anos de ratificação do Tratado, ficaria proibido aos súditos brasileiros se envolverem com o referido negócio, que a partir de então seria considerado pirataria. Em

22 Não vamos nos aprofundar nas análises desses tratados. Algumas interpretações os veem como negativos para o Brasil. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2008) acreditam ter esses acordos estabelecidos um período de “imobilismo” na política externa brasileira, que se estendeu até a década de 1840, quando eles tiveram fim. De acordo com Bethell (2012, p. 137) esses tratados tiveram uma repercussão negativa muito grande internamente, que desgastou d. Pedro I e piorou suas relações com o Parlamento. O mesmo autor acredita que a assinatura desses acordos teve um impacto negativo muito grande na formação nacional. Sobre o processo de negociações para o estabelecimento desses acordos e sua repercussão na política interna do Brasil, cf. Guizelin (2013). Gladys Ribeiro (2007) analisa o Tratado de 1825 e suas consequências na formação da identidade nacional.

1827, o Brasil ratificou a Convenção e, em 1830, o secular tráfico atlântico de escravizados tornou-se ilegal.

O Império brasileiro tomou providências para efetivar a nova medida. Em maio de 1831, o Palácio do Governo da Paraíba recebeu uma orientação da Corte que determinava que

Em despeito da extinção do semelhante comércio [de escravos com a costa da África], manda a Regência Provisória em nome do Imperador que V[ossa] Ex[celência] faça expedir uma circular a todos os juizes de paz das freguesias dessa província, recomendando-lhes toda vigilância policial a dito respeito, o que em caso de serem introduzidos por contrabando alguns escravos [ilegível] no território de cada uma das ditas freguesias, procedam imediatamente ao respectivo corpo de delito, e constando por este, que tal ou tal escravo boçal foi introduzido aí por contrabando, façam dele sequestro [ilegível] com o mesmo corpo de delito ao juiz criminal do território para ele proceder nos termos do direito em ordem a lhe ser retribuída a sua liberdade e punidos os usurpadores dela segundo o artigo 179 do novo código (CORRESPONDÊNCIA da Regência ao Presidente da Paraíba de 21 de maio , AHWBD, 1831).

D. Pedro I, a esta altura, já havia abdicado do Trono. Após a sucessão de várias ações que desgastaram a sua imagem (incluindo os Tratados assinados na década de 1820), aliada à pressão de grupos conflitantes, o Imperador deixou o Brasil em favor de seu filho, que à época tinha cinco anos de idade. Foi o início do período regencial, que se estendeu até 1840, estabelecendo uma fase fundamental para a construção

do Estado Nacional brasileiro, quando vários grupos políticos travaram embates e muitos projetos de poder estiveram em disputa²³.

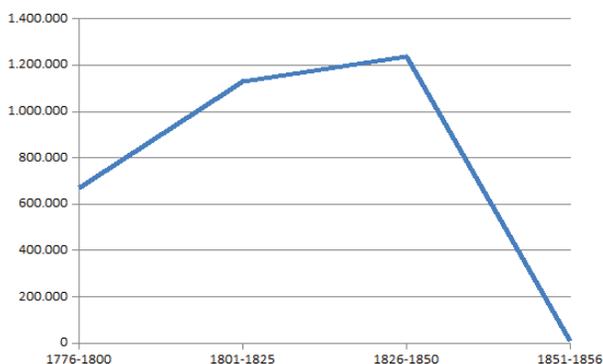
Mesmo a Regência tendo assumido pouco tempo depois da Convenção contra o tráfico havia entrado em vigor, ele deveria manter “o direito em ordem” e punir os envolvidos com o comércio atlântico de escravizados de acordo com o Código Criminal. Entretanto, a legislação que determinou o fim do trato negreiro não havia sido estabelecida pelo Congresso, mas por intermédio de um acordo bilateral entre países. Em plena disputa por soberania e por espaços de poder, o Parlamento brasileiro julgou ser necessária uma lei aprovada pela elite política que determinasse o fim do tráfico.

Aprovada em 7 de novembro de 1831, sete meses após a abdicação de d. Pedro I, a Regência sancionou – após ter sido aprovada na Assembleia Geral – a lei que proibia a entrada de africanos no Brasil por intermédio do comércio de escravizados. Apesar de já haver disposições legais que tornasse o negócio ilícito, esta foi a primeira lei nacional que previa o fim a importação de mão de obra africana. Determinava que todos os africanos que entrassem sob esta condição estariam livres e os importadores seriam punidos de acordo com o Código Criminal. Os juízes de paz ficariam responsáveis pela apreensão das embarcações ilegais. Tendo em vista a comunicação recebida pelo Presidente da Província da Paraíba em maio de 1831, seis meses antes da lei, as orientações às autoridades não mudariam muito. Os juízes de paz permaneceriam tendo importante papel na repressão ao tráfico e o Código Criminal em vigor determinaria as penas.

23 Não nos aprofundaremos nas discussões sobre o período regencial. Sugerimos a leitura de Basile (2009) e de Santos (2014).

Apesar de todos esses embates, pressões e determinações legais, o mercado de africanos escravizados manteve-se lucrativo e em alta. Se, como vimos no tópico anterior, o Brasil importou cerca de 2.210.931 pessoas em todo o século XVIII, o oitocentos quebrou todos os limites, apresentando uma estimativa de 2.376.141 em meio século. Seguindo os números propostos pelo TSTD, temos a representação gráfica:

Gráfico 8 – Importação de africanos escravizados para o Brasil (Século XIX)



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 31 outubro 2014.

Como vimos anteriormente, o final do século XVIII apresentou um aumento no número de importações devidos às transformações econômicas vividas no período. Na primeira metade do XIX ocorreu um crescimento ainda mais intenso desses números, atingindo seu pico no segundo quartel do século, em tempos de ilegalidade do comércio. Após 1850, como veremos, o impacto da lei foi significativo, apesar de haver ainda isoladas insistências na manutenção do tráfico.

Há vários motivos para explicar esse aumento na entrada de africanos no Brasil, que já traçamos no capítulo 2. As guerras napoleônicas, a revolução em São Domingos e maior demanda na produção açucareira, algodoeira e cafeeira são os principais deles. Eltis (1987, p. 42) acrescenta ainda o fim do tráfico ao norte do atlântico, sobretudo

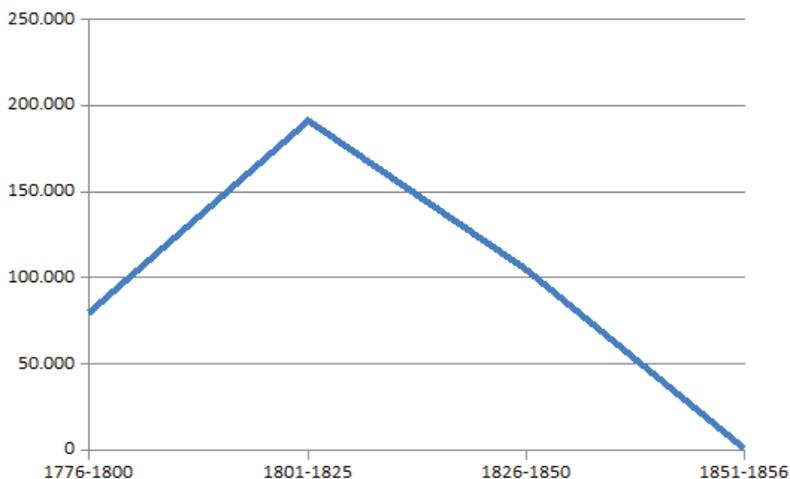
para os Estados Unidos, e a saída da Inglaterra do negócio, além do crescimento econômico europeu. Diante das constantes ameaças de fim do comércio, o número de importações crescia ainda mais. O Brasil já era a principal “engrenagem” e, diante dessas condições, tornou-se praticamente a única sustentação desse comércio. Exatamente por isso, que a Inglaterra investiu bastante no fim das rotas negreiras para a região. Com o fim do tráfico para o país, a atividade perderia sua força.

A presença de um grande número de africanos impactou várias regiões. O Rio de Janeiro continuou como o principal porto de desembarque. Se as Minas perdia a expressividade na economia de maneira geral, São Paulo e o próprio Rio de Janeiro começaram a despontar, principalmente, após a década de 1830. Esta última província manteve-se como catalisadora desse fluxo de africanos escravizados²⁴. Pernambuco e Bahia, que no decorrer do século XVIII estiveram abaixo da média da região sul, voltaram a crescer e ampliar o espaço no comércio negreiro. As capitanias do norte foram favorecidas pela saída de São Domingos do mercado internacional e pelo crescimento das exportações do algodão²⁵. Esse crescimento já vinha ocorrendo, como em todo o Brasil, desde o final do setecentos, assumindo grandes proporções no século posterior(ELTIS, 1987, p. 43-44; KLEIN, 1987, p. 133).

24 A primeira metade do século XIX foi fundamental para o desenvolvimento econômico e urbano do Rio de Janeiro, principalmente após a vinda da Corte portuguesa. Uma boa análise desse fenômeno, interpretando o impacto para a vida escravista da cidade pode ser vista em Algranti (1983) e Soares (2007).

25 Eltis (1987, p.43-44), inclusive, traz um interessante gráfico comparativo entre a importação de africanos para o Sul e Norte do Brasil, destacando o caso da Bahia. Esta mantém-se abaixo daquela, porém apresenta um significativo aumento, principalmente, a partir da década de 1810.

Gráfico 9 – Importação de africanos para Pernambuco (século XIX)



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 31 outubro 2014.

Pernambuco teve um importante crescimento no que diz respeito às importações de africanos, entretanto, no segundo quartel do século há uma repentina queda, causada pelo impacto da lei de 1831. É importante destacar que os números continuaram altos após a proibição do comércio, mas em menor quantidade do que em anos anteriores. Em linhas gerais, Pernambuco recebeu por volta de 297.014 africanos escravizados. Esse número representa 82,72% das importações do século anterior (que totalizou cerca de 359.052). Se lembrarmos que isso se deu em meio século, proporcionalmente o comércio de escravizados no oitocentos foi muito mais intenso na referida província. Não podemos analisar essas condições de maneira geral. Precisamos estabelecer o importante recorte de 1831 para pensarmos o tráfico no século XIX.

As estimativas apresentadas por Marcus Carvalho (2010, p. 112) para Pernambuco se aproximam dos dados do TSTD. De acordo com o autor, o auge do comércio de escravizados para a referida capitania/província se deu no final da década de 1810. Os embates pela

Independência trouxeram certa instabilidade a essa atividade, que começou a declinar na década de 1820, recuperando-se em seus últimos anos. A ameaça do fim da legalidade do tráfico fez com que os proprietários aquecessem ainda mais o mercado, quando em 1829 os números voltaram a apresentar altos índices. A importância do comércio para esse período expressa-se na proporção que assumiu em relação ao todo o período do trato negreiro. Entre 1800 e 1830, Pernambuco importou cerca de 22% de todos os africanos escravizados na história da capitania/província (SILVA; ELTIS, 2008, p. 112).

Nossa questão, no entanto, é perceber como a Paraíba se inseria nesse comércio. Como analisamos no tópico anterior, desde o fim da subordinação, a capitania não conseguiu desenvolver uma atividade pujante nas rotas atlânticas do tráfico de escravizados. Suas relações diretas com África resumiram-se a momentos pontuais. A partir dos registros do TSTD e dos Relatórios do Ministério da Fazenda, conseguimos identificar alguns desembarques de africanos.

Apesar de Marcus Carvalho (2010) ter apontado uma queda do comércio atlântico de africanos nos primeiros anos de 1820, foi exatamente nesse período que identificamos a entrada direta de escravizados vindos da África na Paraíba. Em 1820, por exemplo, o Brigue Cabragante desembarcou com 46 africanos. Capitaneado por Pedro Lagrão, esta embarcação trouxe tais escravizados da região sudeste da África, em especial de Quilimane, área que se tornou um porto fundamental para o tráfico de escravos no século XIX.

Em 1822, ano da Independência, não constatamos o nome das embarcações que vieram à Paraíba. Contudo, de acordo com o Relatório do Ministro da Fazenda Manoel Jacinto Nogueira da Gama, a província

pagou um total de 1:122\$264 de subsídios por escravos novos. Tendo em vista que por cabeça deveria ser pago 9\$000, conseguimos totalizar a quantidade de 124 africanos desembarcados. No ano seguinte, a Paraíba já havia aderido a d. Pedro I e José Inácio de Sousa chegava com a sumaca *Desengano* desembarcando 217 africanos, vindos de Malembo. Logo depois, ele seguiu viagem para a Bahia.

Quando em 1829, as importações aumentaram em Pernambuco, a Paraíba só registrou a entrada de um africano, tendo em vista que o dízimo de escravos novos foi de apenas 9\$168 de acordo com o apresentado pelo Ministro Felisberto Caldeira Brant Pontes. Nos relatórios do Ministério da Fazenda há, nas informações provinciais, os direitos dos escravos importados onde não havia Alfândega. A Paraíba possuía esta, porém, não podemos esquecer que era “raramente aberta” (KOSTER, 2003, p. 96). Este desajuste da Alfândega da Paraíba é confirmado com correspondência de Antônio José Henrique ao Palácio do Governo informando as dificuldades em organizar o funcionamento da mesma (CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Paraíba ao Vice-Presidente de 31 de março, AHWBD, Cx. 12, 1835). Diante de tal situação, não seria absurdo pensar que possíveis desembarques na Paraíba – caso a Alfândega não estivesse em pleno funcionamento – seriam contrabandeados ou taxados em Recife.

A capital pernambucana centralizava, assim, boa parte dos impostos dos africanos importados para as províncias do Norte, que não possuíam Alfândega. Tais números não eram baixos. Em 1825, 14:886\$000 foram arrecadados em Pernambuco referentes a este tributo. Nos anos seguintes, houve uma intensa queda para 2:523\$137 e 3:364\$840 para os anos de 1827 e 1828 respectivamente. Os dados

voltam a crescer em 1829, chegando a 6:125\$796, mas continuam menores do que em relação a 1825²⁶.

Ainda assim, esses números nos ajudam a compreender o quanto as relações da capitania/província eram pontuais com a África nas primeiras décadas do século XIX. Poucos eram os navios negreiros que conectavam essas duas partes do Atlântico. Entretanto, outros tipos de fontes nos demonstram a existência, como já demonstramos, de africanos escravizados no oitocentos. Como, então, eles adentravam à Paraíba?

Desde a segunda metade do século XVIII, houve a anexação e Pernambuco passou a controlar quase que por completo o mercado de africanos para a região. Se constatamos a entrada de africanos na Paraíba e esta não matinha um comércio negreiro intenso, a nossa principal hipótese está na intermediação feita pelo porto de Recife. As formas de introdução de africanos na Paraíba permaneciam as mesmas do final do século XVIII. Primeiro poderiam entrar diretamente na província, sendo nesta taxados. Estes africanos desembarcados poderiam permanecer na província ou serem transferidos para outra. Também poderiam desembarcar em Recife e serem transferidos à Paraíba, movimento este que também ocorria para outras áreas.

Fazendo um levantamento dos anúncios marítimos do porto de Recife publicados no Diário de Pernambuco entre 1825 e 1831, não conseguimos constatar nenhuma embarcação que levasse escravizados

26 As informações deste parágrafo e dos seguintes, sobre a arrecadação da Paraíba e Pernambuco, basearam-se nos Relatórios do Ministério da Fazenda de 1821-23, 1825, 1826, 1827, 1828 e 1829.

com destino à Paraíba²⁷. Se estamos partindo da hipótese de que boa parte dos africanos que entraram nessa província vieram do porto de Recife e não conseguimos identificar a transferência deste nos navios, a possibilidade que parece mais concreta é por intermédio das rotas terrestres. Temos, então, o relato do viajante inglês Henry Koster que percorreu a estrada Recife - Parahyba por terra na década de 1810. O trajeto era marcado por ser arenoso, com matas fechadas. Da Vila de Goiana até a cidade da Parahyba, o caminho “nada apresenta de particular. As encostas são rudes, mas pouco elevadas, as árvores, plantas e choupanas são iguais às vistas anteriormente” (KOSTER, 2003, p. 94). De Recife a Parahyba foram 28 léguas. O trajeto utilizado pelos traficantes, talvez, não fosse o mesmo que Koster percorreu no início do século. Entretanto, sua descrição nos traz uma ideia de como eram os caminhos entre as duas capitânicas/províncias.

Por terra também eram as rotas que levavam esses africanos para o interior. O Sertão desta capitania/província tinha fortes conexões com a capital de Pernambuco. A cidade da Parahyba do Norte sequer estava conectada via estradas com essa região. “Os habitantes do Sertão, do interior, vão mais ao Recife por este apresentar pronto mercado aos seus produtos” (KOSTER, 2003, p. 97). Essa relação próxima é confirmada no final do oitocentos por Irineu Jofilly (1977) que ao discorrer sobre a produção de gado no interior da Paraíba, aponta que a produção era escoada para a província vizinha. Essa característica manteve-se no século XX²⁸.

27 Os exemplares deste jornal foram digitalizados e estão disponíveis em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611>. Acesso em: 06 de janeiro de 2015.

28 Cf. Fernandes (1999).

Já discorreremos sobre as relações comerciais entre as duas capitâneas/províncias. Citamos vários dos principais negociantes da Paraíba que tinham contatos com Pernambuco. Eram essas conexões que alimentavam a demanda de mão de obra africana entre as capitâneas/províncias do Norte. No relato feito por Mahommah Baquaqua (ex-escravo africano vendido em Pernambuco, depois transferido para o Rio Grande do Sul, que foi para os Estados Unidos e conseguiu fugir para o Haiti, escrevendo em seguida sua biografia) conseguimos saber como funcionava esse mercado. Após ter sido desembarcado, permaneceu exposto por um ou dois dias. Lá foi vendido a um traficante que o revendeu a um padeiro no interior de Pernambuco. De acordo com Baquaqua,

Quando um navio negreiro aporta, a notícia espalha-se como um rastilho de pólvora. Acorrem, então, todos os interessados na chegada da embarcação com sua carga de mercadoria viva, selecionando do estoque aqueles mais adequados aos seus propósitos, e comprando os escravos da mesmíssima maneira como se compra gado ou cavalos num mercado. Mas, se num carregamento não houver o tipo de escravo adequado às necessidades e desejos dos compradores, encomenda-se ao Capitão, especificando os tipos exigidos, que serão trazidos na próxima vez em que o navio vier ao porto. Há uma grande quantidade de pessoas que fazem um verdadeiro negócio dessa compra e venda de carne humana e que só fazem isso para se manter, dependendo inteiramente desse tipo de tráfico (BAQUAQUA, 1988, p. 273-274).

No século XIX, não conseguimos constatar pessoas que viviam apenas do comércio de escravizados, como afirma Baquaqua. Em Pernambuco, essa atividade era mais comum. Porém, negociantes da praça da Paraíba como Victorino Pereira Maia se envolviam com

várias atividades e, muito provavelmente, com o mercado de africanos. A chegada de um navio negreiro ao porto era notícia que rapidamente se espalhava e mobilizava os interessados. As redes comerciais que envolviam o trato de viventes eram amplas e iam para além das fronteiras (não muito bem definidas) das capitânias/províncias. Se as relações comerciais entre Pernambuco e Paraíba eram bastante próximas, o negócio de escravos não pode ser excluído.

Com efeito, é comum encontrar casos de africanos ladinos que eram vendidos em Pernambuco com destino para outras províncias. Em março de 1830, o Diário de Pernambuco anunciava a venda de uma escrava de nação Angola apta para todos os serviços. O único requisito era que fosse para fora da província. Os interessados deveriam procurar o responsável pela venda na rua do Mundo Novo na capital pernambucana (DIÁRIO DE PERNAMBUCO de 20 de março, UFDC, 1830, p. 1376). O mesmo ocorreu com um “negro da Costa, bonita figura, posante, e sem moléstia alguma” que estava sendo vendido em Afogados, na cidade de Recife, para compradores de fora de Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10 de fevereiro, UFDC, 1830, p. 1252).

Da mesma maneira que eram vendidos africanos para outras províncias, muitos negociantes compravam escravos na praça de Recife e revendiam-nos fora de Pernambuco. Em 29 de janeiro de 1830, havia um anúncio de compra de “Uma negra de nação, sendo moosa e boa figura”, sem vício ou doença que sabia cozinhar e engomar ou fazer qualquer outro tipo de trabalho doméstico. Ela seria comprada para fora de Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 de janeiro, UFDC, 1830, p. 1215). Esses casos de venda e compra de africanos para fora da província leva-nos a pensar como parte dos africanos teria sido

importado à Paraíba, por intermédio da praça de Recife. As negociações entre províncias continuaram, mesmo assumindo novas características.

Após a lei de 1831, as rotas do tráfico mudaram significativamente. Mesmo com a proibição legal, o número de africanos importados cresceu, como demonstramos. Quase 20% de todo o mercado negreiro desde o século XVI ocorreu entre 1831 e 1850. O sucesso dessa atividade só foi possível graças às transformações implementadas pelos traficantes e das estratégias para fugir da repressão (AMARAL, 1999). A lucratividade era muito alta, os riscos passaram a valer a pena.

O Relatório Alcoforado (1853) é um importante documento para pensarmos as estratégias utilizadas pelos negociantes para burlarem as leis antitráfico. Nos primeiros anos após a lei de 1831 ser sancionada, os traficantes optaram pelo uso de navios já velhos, vendiam os africanos a prazo e negociavam com os fazendeiros, que teriam seus novos cativos entregues após o desembarque. Nos primeiros anos, o preço desses escravos caiu. A ausência de cruzeiros britânicos que faziam a repressão e o baixo soldos dos oficiais fizeram com que o tráfico voltasse a ter sucesso, mesmo sob a ilegalidade.

Continua o Relatório informando o envolvimento das autoridades brasileiras no negócio ilícito. Os juízes de paz, por exemplo, recebiam cerca de 10% de cada africano desembarcado. Nomes que ocupavam o parlamento e os ministérios também se envolveram com o tráfico. As ordens não eram cumpridas e barracões começaram a ser montados na costa brasileira. A partir de 1836, os números de importações aumentaram. O preço dos africanos também. O comércio voltou a ter grandes lucros.

A década de 1840 foi marcada pelo aumento do tráfico e da repressão britânica em contrapartida. Todavia, muitas autoridades prometiam reprimir a atividade, mas envolviam-se cada vez mais com ela. O comércio era visto por todos e ocorria normalmente. A repressão da Grã Bretanha não bastou para findar esta atividade. Os traficantes conseguiram rotas alternativas aos navios vigilantes (RELATÓRIO Alcoforado, AN, IJ6 525, 1853).

O Ministério das Relações Exteriores reconhecia as dificuldades em conter o tráfico. Francisco Carneiro Campos (RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores, CRL, 1831) já alertava para a necessidade de medidas mais eficazes para este fim. Estratégias de utilização de bandeira portuguesa ou estadunidense, o interesse dos agricultores na manutenção do tráfico e o descumprimento por parte das autoridades subalternas dificultava a ação repressiva²⁹.

Outras questões surgiam: as autoridades africanas não estavam propícias a negociarem o fim do comércio. Chegou a ser nomeado um Cônsul para Angola com a finalidade de coibir que fossem embarcados africanos escravizados. Países como Argentina e Uruguai passaram a ser ponto de desembarque de africanos, redistribuídos para o Brasil. A proposta de reexportarem para a África os escravos desembarcados ilegalmente não conseguia avançar.

Diante dessas estratégias, em Pernambuco os números de importação também cresceram. Enquanto o TSTD calcula cerca de 30 mil africanos desembarcados na província após 1831, Eltis e Silva (2008, p. 112) e Carvalho (2010, p. 135) apresentam estimativas próximas aos 53

29 As informações deste e dos seguintes parágrafos estão presentes nos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores dos anos de 1831, 1832, 1833, 1834 e 1835.

ou 55 mil. Estes últimos dados representam cerca de 6,6% que todo o mercado transatlântico movimentou para Pernambuco desde o século XVI. De acordo com o levantamento do último autor, o auge do tráfico para a região foi entre 1837 e 1839. Na década de 1840, a província entra em declínio em seu trato negreiro³⁰. Esse comércio era feito por negociantes de grosso trato ou de pequenos comerciantes que mal aparecem na documentação. Esses dados, porém, são muito complexos. A ilegalidade levou aos traficantes agirem das mais variadas formas e uma quantidade bem maior de africanos deve ter sido desembarcada sem ter nenhum registro disso.

Não temos dados concretos para saber quantos africanos entraram na Paraíba após a lei de 1831. Se pensarmos as informações demográficas que analisamos no capítulo anterior, não identificamos um grande impacto. Em 1828, a província tinha aproximadamente 16,33% de sua população escravizada, em 1850, essa proporção cai para 13,75%. Ou seja, a porcentagem de escravos manteve-se relativamente estável durante duas décadas. A reprodução natural teve importante papel nesse sentido, mas o tráfico ilegal também. Diante disso, cabe-nos a questão: como a Paraíba se envolveu com essa rede complexa de articulações políticas e econômicas entre as autoridades locais e os traficantes?

Em junho de 1848, quando a entrada de africanos era atividade ilícita, mas continuava alta, o presidente da Paraíba, João Antônio de Vasconcelos, avisava ao Ministro da Justiça que a província não tinha vivenciado nada a esse respeito. Apesar disso, deixava o Chefe de Polícia e autoridades policiais do litoral vigilantes, caso qualquer tentativa de

30 Ressalte-se que os números utilizados por Silva e Eltis (2008) não são idênticos ao do TSTD.

desembarque ilegal fosse feita (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n.39 de 19 de julho, AN, IJ1 301, 1848).

Quatro anos depois, Antônio Coelho de Sá, presidente da Província, recebeu aviso do governo central indicando para que se tivesse cuidado com desembarque ilegal de africanos, método comum após a lei de 1850, como demonstraremos adiante. Um dos argumentos utilizados pelo presidente para despreocupar o Ministro da Justiça era de que a Paraíba vivenciou “poucos ou quase nenhum desembarque” mesmo no auge do comércio ilegal. Isso teria ocorrido devido ao fato de a costa da província ser bastante povoada (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 76 de 12 de julho, AN, IJ1 798, 1852). Coelho de Sá talvez estivesse enganado ou queria garantir a tranquilidade do ministro José Idelfonso Ramos.

Sabemos das possíveis mudanças no processo de povoamento do litoral, mas em 1810, quando visitou a Paraíba, Koster (2003, p. 101) afirmava que “Grande parte na extensão da costa é desabitada, mas sempre que a terra é baixa e a ressaca não muito forte, encontrávamos algumas choupanas e as margens dos rios não são inteiramente destituídas de moradores”. O litoral poderia ser habitado, mas não tanto quanto o presidente afirmava.

Ademais, a presença da população não garantiria a repressão ao tráfico. A participação dos homens e das mulheres livres pobres no apoio à atividade era constante. Não só os grandes proprietários e negociantes tinham seus interesses. Os desembarques ilegais eram feitos graças ao apoio dessa população local. Estes ou eram indiferentes ou coniventes (RODRIGUES, 2000, p. 175). Como demonstraremos adiante,

os barqueiros e jangadeiros contribuíram diretamente para a manutenção do tráfico.

A ilegalidade do comércio afetou as formas de embarque e desembarque, além das experiências desses africanos. Montou-se uma “verdadeira operação de guerra” para manter essa atividade (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 115). A África vivenciou importantes mudanças nesse sentido. Os portos legais de embarque, como o de Luanda, perderam espaço. A Costa do Ouro deixou de fornecer escravos para o Atlântico. A atividade negreira tornou-se diluída pelo litoral centro-africano, o que dificultava a repressão. Novas regiões passaram a ter mais atenção dos traficantes. O porto de Benguela, por exemplo, assumiu um papel mais ativo nessa nova fase do tráfico. O Congo, um dos principais lugares de exportação de escravizados no século XVII, voltou a ter grande força. A região da costa sudeste e oriental da África cresceu fortemente e se tornou uma das mais importantes fontes de escravizados no oitocentos. Diante dessa característica, várias foram as consequências políticas e econômicas para a África, como crises de abastecimento e crédito, reorganização econômica do espaço e o aumento do comércio interno de cativos (AMARAL, 1999; LOVEJOY, 2002)³¹.

Outra mudança no trato negreiro a partir da década de 1830 foi na estrutura e organização dos navios. As embarcações diminuíram seu tamanho. Essa alteração permitiu mais velocidade no embarque e na viagem dos negreiros. Ademais, navios menores seriam mais fáceis de se esconder da repressão e facilitavam o desembarque (CARVALHO,

31 As mudanças internas à economia política da África foram grandes a partir do fim do tráfico. Análises mais aprofundadas sobre esse tema, ver o capítulo 13 de Eltis (1987) e Lovejoy (2002).

2010, p. 132; CARVALHO, 2012, p.232-233). Essa condição afetou o transporte dos escravizados, pois

Os traficantes carregavam o maior número possível de cativos, conscientes de que, apesar do consequente aumento da mortalidade, os lucros seriam também crescentes. As condições no porão pioraram com a proibição porque os negreiros não mais precisavam dar satisfação aos funcionários alfandegários e a outras autoridades sobre o volume permitido e as condições de transporte da carga humana (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 102).

Essa era uma característica que já vinha se desenhando antes de 1831, desde os primeiros tratados estabelecidos entre Portugal (e depois Brasil) com a Grã-Bretanha que previam o fim do comércio³². Nos relatos de Baquaqua (1988, p. 272), além da superlotação e imundice do porão, os escravizados sofriam com a falta de água e a única comida servida era milho velho cozido. O acesso ao convés, que diminuiria o desconforto do baixo porão que mal se poderia ficar em pé, se dava de forma limitada. A viagem era um tormento³³.

Após o embarque e travessia pelo Atlântico, iniciava-se outra etapa do negócio de “almas”. Primeiro, a escolha de um lugar para desembarcar. A partir da lei de 1831, ficou mais difícil exercer esta atividade

32 Conrad (1985, p. 87-88) informa-nos que desde a década de 1820 havia normas que tentavam limitar a quantidade de carga humana, prevendo uma melhoria nas condições de viagem. Entretanto, tal legislação era constantemente desrespeitada.

33 Os relatos sobre navios negreiros são bastantes fortes. João José Reis, Flávio Gomes e Marcus Carvalho, a partir das fontes, descrevem que: “A mistura de suor, excrementos, vômito e sangue despejados durante semanas em local quente, úmido e fechado,[...] provocava uma atmosfera pestífera e um mau cheiro que dificilmente se dissipava e que podia ser sentido de grande distância”. Aos que ficavam nessas condições, submetidos às ferramentas de ferro, sob tortura e violência, como os escravizados, as recordações eram as mais terríveis.

ilícita nos grandes portos. Foi preciso criar uma nova estrutura para o desembarque, envolvendo formas de orientação, alimentação, água e vigilância. Essa escolha se dava não apenas pelas condições naturais que favorecessem o desembarque, como das relações políticas que envolviam os proprietários das terras e os traficantes. Os navios não chegavam em terra firme. Pequenos barcos e jangadas iam até eles e desembarcavam os africanos escravizados, sendo esta, inclusive, uma atividade que movimentou parte da economia local ao empregar a população livre pobre que habitava tais praias (CARVALHO, 2009; CARVALHO, 2012, p. 226-227; 239-240).

Essas questões explicam, assim, alguns desembarques ilegais ocorridos nas praias da Paraíba. Lucena, em abril de 1842, foi uma das escolhidas pelos traficantes. Ao desembarcarem, foram presos três africanos boçais entregues às providências do palácio do governo (CORRESPONDÊNCIA do sub prefeito de Lucena ao Presidente da Província de 2 e 9 de abril, AHWD, cx 20, 1842)³⁴. A quantidade pequena de escravizados pode apontar para uma segunda etapa da viagem em que os africanos já haviam chegado ao Brasil e estavam sendo transferidos à Paraíba. No caso da praia de Lucena, a maioria da população vivia da pesca e de atividades no mar. O envolvimento dos moradores dessa praia com o tráfico é algo que deve ser levado em consideração, tendo em vista a participação desses homens e mulheres livres pobres no comércio ilícito negreiro, como já informamos anteriormente.

Três anos depois da apreensão de africanos boçais em Lucena, a praia Pitimbu foi alvo de outro desembarque ilegal. A polícia tentou

34 A praia de Lucena fica à margem esquerda da foz do rio Paraíba. Ver anexo II.

impedir a ação, apreendendo a carga e a embarcação. Entretanto, a ação repressiva não obteve êxito. Quarenta e dois dos africanos desembarcados foram levados à cidade da Parahyba do Norte (CARVALHO, 2009, p. 163). Pitimbu fica na divisa entre Pernambuco e Paraíba e, provavelmente, os traficantes tinham por objetivo atender demandas das duas províncias. Nas proximidades do rio Abiaí, próximo a Pitimbu, houve um desembarque bem sucedido, em 1836, contando com o auxílio do Juiz de Paz do local (MEDEIROS, 1999, p. 53).

Não podemos esquecer as relações estabelecidas entre as elites de ambas províncias. Como temos destacado até aqui, negociantes e senhores de engenho da Paraíba, muitas vezes, se articulavam aos de Pernambuco. As redes de contato também eram contempladas dentro de relações familiares. Em janeiro de 1830, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, do Engenho Abiaí na Paraíba, anunciava no Diário de Pernambuco que assinaria de outra forma. Ele possuía um primo como o mesmo nome, dono do Engenho de São João do Cabo em Pernambuco isso poderia causar confusão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23 de janeiro, UFDC, 1830, p. 1194)³⁵.

A família Carneiro da Cunha era muito rica e influente na política da Paraíba e possuía ramificações para além das fronteiras provinciais. O parentesco poderia ser, assim, uma das vinculações que auxiliariam na manutenção do tráfico de africanos. Senhores de engenho de várias províncias se articulavam no desembarque, venda e redistribuição

35 Joaquim Manoel Carneiro da Cunha era filho do Joaquim Manuel cujo inventário apresentamos no capítulo 2. A partir desse anúncio ele assinaria como Joaquim Manoel Carneiro da Cunha do Abiaí.

desses cativos. Outras famílias como os Albuquerque Maranhão possuíam ramificações em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Apesar de todas as mudanças ocorridas nas rotas, os caminhos por terra continuaram sendo utilizados. As direções, porém, eram outras: dos novos portos naturais de desembarque com destino às propriedades dos senhores compradores. As notícias rapidamente se espalhavam e as fronteiras entre Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte eram transcorridas após o desembarque de africanos. Os engenhos transformavam-se em mercados, concentrando comerciantes desses lugares. Após as negociações, formavam-se caravanas que cortavam as províncias sem nenhum pudor, chegando a incomodar o cônsul inglês em Pernambuco. Elas seguiam as mesmas rotas de outras mercadorias. Havia, entretanto, o cuidado em proteger a carga de possíveis roubos. As autoridades policiais não conseguiam (ou não tinham interesses em) controlar esse mercado interno (BAQUAQUA, 1988; CARVALHO, 2009, p. 158; 2012, p. 252).

Em carta escrita ao Diário de Pernambuco, em 17 de abril de 1837, um leitor anônimo (que assinava como *O Anjo Gabriel*) reclamava da decisão de tornar ilegal a importação de africanos novos. E nesta carta relatava:

Um destes dias, e não faz muito tempo estando deitado de papo para sima em minha typoia meditando sobre isto mesmo [o fim do tráfico] vi passar, (porque a minha casa fica na beira da estrada de minha moradia), bastante gente armada cujo número representava mais de quarenta homens, e no meio destes alguns 200 colonos Africanos, - pois assim apilidou um dos taes conductores: dice-me outro que haviaio desembarcado para as partes do engenho Boto (?); e que tinham vindo por conta, ou

pertencião a hum homem tão manso, e pacifico, que assimilhava-se a hum cordeiro; dice mais que outra Embarcação havia desovado em outra praia; mas que muitas pessoas recavão (?) comprar os collonos de aquela Embarcação por já terem morrido secen-ta e tantos, tal vez por virem muitos apinhados [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de abril, UFDC, 1837).

Neste relato percebemos várias características já destaca-das. Em primeiro lugar, o desembarque se dando em praias distantes. Depois, o engenho como lugar de parada para “desova” de africanos. Por fim, a passagem pelas estradas. Algumas delas poderiam levar à Paraíba. As caravanas carregavam uma quantidade grande de escravos ilegais, chegando a somar mais de duas centenas. O controle também era algo difícil de se fazer, necessitando a quantidade de quarenta pessoas. As condições de viagem desses escravizados não eram das melhores, pelo relato do escritor anônimo. Todos vinham empilhados e apertados, muitos chegando a morrer.

Fosse por terra ou por mar, a chegada à Paraíba vindos de Pernambuco ou outra província dava aos africanos uma experiência distinta. Duas situações poderiam ocorrer, como afirmamos anterior-mente: a transferência quase imediata para proprietários paraibanos ou a venda depois de um tempo no Brasil. Nas duas situações, havia ain-da maior violência contra essas pessoas. No primeiro caso, após terem passado pelo trauma do navio negreiro, eram submetidos a uma nova viagem – muitas vezes, nem chegavam a se recuperar por completo. No segundo, uma vez já estabelecidos em “terras de branco”, esses africanos

tinham que submeter a outro processo de adaptação, após serem vendidos novamente³⁶.

A lei anti-tráfico de 1831 previa apenas punição aos envolvidos no desembarque ilegal de escravizados vindos da África. Entretanto, uma vez desembarcados, não havia nenhuma orientação legal que indicasse o que deveria ser feito caso esses africanos saíssem de uma província para outra do Império, como demonstraremos a seguir. Assim, por intermédio de caravanas, muitos foram os africanos que entraram em várias províncias, como a Paraíba. Esta, vizinha de um dos principais compradores de escravizados do Brasil, absorveu parte das demandas da região.

Vale destacar que a rota África-Pernambuco-Paraíba não foi a única fonte de mão de obra africana. Outras províncias estabeleciam mercado com a Paraíba. Uma delas, provavelmente, foi a Bahia. Esse foi o caso do patacho Herminia – que veremos adiante –, desembarcado na cidade da Parahyba do Norte em 1850. A partir da experiência dos africanos comercializados nessa embarcação, identificaremos vários pontos destacados até o presente momento (sobretudo, as estratégias utilizadas para o desembarque ilegal), bem como alguns aspectos da importação de mão de obra africana, não apenas diretamente com a África ou por Pernambuco, mas também pela Bahia.

Estamos pensando até o presente momento apenas nas rotas estabelecidas antes e depois da lei de 1831. Mesmo não tendo contato direto com a África de maneira constante, a presença da Paraíba no

36 Este último caso foi o de Baquaqua que, após estar em Pernambuco, foi vendido a um senhor no Rio Grande do Sul. Os casos de escravizados que eram vendidos a senhores de outras províncias são acompanhados, geralmente, por muita resistência.

mercado atlântico de escravizados pode ser compreendida também por intermédio dos agentes do tráfico. No século XIX, muitos tripulantes nascidos na capitania/província se envolveram com o comércio. Jaime Rodrigues (2005, p. 187) identificou sete deles, dentre os que foram julgados pela Comissão Mista Anglo-Brasileira do Rio de Janeiro. De acordo com a lista elaborada pelo autor, a província foi a sexta que mais teve tripulantes em navios negreiros. Infelizmente, não conseguimos os nomes dessas pessoas, o que nos possibilitaria traçar algumas reflexões sobre esse grupo.

Além dos tripulantes, vamos pensar no caso de alguns africanos que chegaram à Paraíba após a proibição legal do comércio atlântico de escravizados. A lei de 1831 determinava que todos os escravos importados para o Brasil após aquela data seriam considerados livres. Contudo, o termo “africano livre” é anterior, sendo previsto desde os tratados das décadas de 1810 e 1820. A situação dessas pessoas era de “*status* jurídico semelhante ao de pessoas livres sob tutela e submetidas a trabalho compulsório e partilhavam essa condição com os grupos emancipados nos domínios coloniais britânicos, espanhóis e holandeses” (MAMIGONIAN, 2006, p.131). A brecha jurídica de “africanos livres” gerou um impasse nas décadas de 1860 em diante, quando esses escravizados começaram a perceber que poderiam conquistar a liberdade por vias jurídicas. Ademais, o direito à propriedade desses cativos também foi questionado.

Esses africanos deveriam ficar sob a tutela do Estado durante o período de 14 anos, quando seriam emancipados. Porém, muitos ficaram mais tempo sob essa condição do que o previsto. Assim, o Império brasileiro tentava manter certo controle sobre os africanos livres,

solicitando constantemente relações para saber quantos deles existiam. Nem sempre essa lista era exitosa.

As informações sobre esses africanos livres na Paraíba são poucas, confusas e foram feitas a partir da tentativa de ter um controle sobre eles. Em 1842, Antônio Thomas de Sousa Freire, juiz cível da cidade da Parahyba do Norte, recebeu do Presidente da Província um ofício cobrando que fosse feita uma lista com a distribuição de africanos livres na capital. Essa era uma ordem feita pela Corte, que tinha por objetivo fazer um levantamento dessas listas no Brasil. O referido juiz informara que não sabia de nada a este respeito. Todavia, identificou três destes africanos que estavam sob responsabilidade do juiz de órfãos, pois aparentemente tinham proprietários. Os africanos foram devolvidos aos senhores e nada pode ser feito (CÓPIA da Correspondência do Juiz Cível ao Presidente da Paraíba de 09 de abril, AN, IJ1 300, 1842).

Manoel Porfírio Aranha, então juiz de órfãos, informou ao presidente que não havia nenhum africano livre. Os únicos casos foram de três apreendidos em 1836 por serem supostamente boçais. Entretanto, ficou provado que estes eram ladinos. Na semana seguinte, o mesmo juiz esclareceu os fatos. No primeiro, descobriu que d. Anna Isabel Bandeira de Melo possuía uma escrava de nome Maria, que era africana e foi arrematada em setembro de 1838. Nada mais havia sobre esse

processo. O juiz cível, em seu ofício, disse que Maria fugira logo depois que foi arrematada e não mais foi encontrada³⁷.

O segundo caso foi de um africano que foi remetido ao juiz de órfãos, pois tinha suspeitas de ser boçal. Este conseguiu fugir antes que lhe fosse dado algum destino. Temos assim dois casos de africanos livres que fugiram. Uma que chegou a ser arrematada e outro que fugiu antes de o governo determinar seu destino (CÓPIA da Correspondência do Juiz de Órfãos ao Presidente da Paraíba de 09 de abril, AN, IJ1 300, 1842; CÓPIA da Correspondência do Juiz de Órfãos ao Presidente da Paraíba de 16 de abril, AN, IJ1 300, 1842).

Algumas semanas depois, o presidente Pedro Rodrigues Ferreira Chaves enviou correspondência ao Ministro da Justiça, José Soares de Sousa Alves, informando sobre a distribuição de africanos livres. De acordo com ele, havia na Paraíba apenas cinco destes, dos quais dois fugiram e três foram devolvidos aos senhores por serem considerados escravos e não livres. Dez anos depois desses casos, o Vice-Presidente da Paraíba, Flávio Clementino da Silva Freire, insiste ao informar que na província não existia nenhum africano livre, fosse a serviço do Estado ou de particulares (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 18 de 08 de maio, AN, IJ1 300, 1842).

Da década de 1860 em diante, os africanos começaram a perceber na disputa judicial que, ao provarem que entraram após a lei de

37 Os africanos livres poderiam ficar a serviço do Estado ou serem arrematados por particulares. Neste último caso, “pagavam um valor anual ao governo pela contratação de seus trabalhos. Essa quantia em dinheiro era destinada a cobrir os gastos com a viagem para a África e com a manutenção do africano livre durante sua permanência no Brasil. [...]. No entanto, era muito comum que as pessoas que arrematavam os serviços dos africanos livres os tratassem feito escravos, infligindo-lhes castigos e maus-tratos” (MATOS, 2013, p. 118-119). Assim, o caso de fuga era comum.

1831, poderiam ter sua liberdade garantida. Assim, a quantidade de casos de africanos livres identificados na documentação aumenta. Como esse período foge ao nosso recorte, não conseguimos fazer uma pesquisa profunda sobre os africanos que conseguiram a liberdade por terem entrado ilicitamente no Brasil. Contudo, alguns estudos apontam esses casos. Luciano Mendonça de Lima (2006, p. 135-155) traz-nos o exemplo de Maria, moradora de Fagundes, distrito de Campina Grande. Esta escravizada procurou a justiça em 1871, pois argumentava que chegara ao Brasil em 1840 de maneira ilícita. Após vários meses de trâmite de seu processo, ela não conseguiu decisão favorável. Outro caso foi o de Bernardo que, por seus cálculos, teria sido importado ilegalmente. Em 1870, este africano reivindica à justiça sua liberdade e a consegue quatro anos depois.

Além dessas pessoas que foram considerados (ou reivindicavam ser) livres por terem chegado ao Brasil após a lei de 1831, identificamos na documentação pessoas que vieram da África após esta data, mas não sabemos ao certo se conseguiram a liberdade por intermédio dessa lei. Um deles era Domingos. Este era africano e escravo no convento de Santo Antônio na capital. Ele havia fugido em 11 de maio de 1858, sendo procurado por intermédio de anúncios em jornais. De acordo a descrição feita, Domingos já era ladino, chegando a ter “jeito de crioulo” por estar há muito tempo no Brasil. Todavia, o que nos faz acreditar que esse africano tenha chegado à Paraíba de maneira ilegal está na sua idade. No anúncio, informaram que “representa ter idade quando muito 30 annos”. Dessa maneira, Domingos teria sido importado ao Brasil, no máximo, em 1838 (JORNAL A Imprensa de maio, AIHGP, 1858)³⁸.

38 Reitero meus agradecimentos a Elaine Cristina Dias que me cedeu a transcrição desse documento.

Após essas questões levantadas sobre as formas de importação de cativos vindos da África na primeira metade do século XIX, partiremos agora ao caso do patacho Herminia. A partir dos relatos dos próprios africanos que estavam nessa embarcação, conseguimos identificar várias dessas estratégias utilizadas pelos traficantes em época de comércio ilegal. Além disso, o referido caso traz-nos elementos sobre outras possibilidades de entrada de africanos na Paraíba e dos limites da lei de 1831. Em 1850, quando o Império brasileiro entrava em uma fase mais estável, foi sancionada nova legislação anti-tráfico, que aprimorava a anterior. A nova lei aliada a um maior empenho das autoridades fez com que a importação de africanos reduzisse drasticamente chegando ao seu fim poucos anos depois. Suspeitas e ameaças de desembarque ilegal permaneceram. A Paraíba era também alvo dessas tentativas.

3.3 – Resistências ao fim do tráfico: o patacho Herminia e outras suspeitas

Era o dia 12 de agosto de 1850, quando o presidente da Paraíba, José Vicente de Amorim Bezerra, recebeu a notícia do chefe de polícia, o Dr. Cláudio Manoel de Castro, de que havia sido apreendida pela guarda da Alfândega uma embarcação com vinte e um africanos que, muito provavelmente, eram boçais, chegados após a lei de 7 de novembro de 1831. Era o patacho Herminia e, de acordo com o presidente, de imediato foram iniciadas as investigações para saber a procedência desses africanos e o porquê de estarem em terras da Paraíba (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 78 de 26 de agosto, AN, IJ1 302, 1850).

Como já discutimos, desde 1830 havia a indicação do governo central para a repreensão de possíveis embarcações com o carregamento de africanos ilegais. No caso do patacho Herminia, a lei marcante de 1850 ainda não havia sido aprovada, apesar das discussões sobre esta no Parlamento brasileiro estarem a todo vapor³⁹. Ou seja, do ponto de vista legal, o julgamento do Herminia deveria seguir as normas de 1831, o que acabou causando um pequeno problema jurídico, como veremos adiante. As investigações iniciaram poucos dias depois da apreensão, com os interrogatórios dos envolvidos. Foram ouvidos os membros da tripulação – dentre os quais o mestre e contra-mestre – e vinte um africanos apreendidos, com ajuda do africano Manoel, que serviu de intérprete. Este último, provavelmente, deveria ser um ladino morador da cidade da Parahyba⁴⁰. Todos estavam recolhidos na cadeia da cidade. Vamos, então, às versões do caso e tentar compreender o que ocorreu⁴¹.

A tripulação depôs a versão oficial. O mestre do patacho, Antônio Fernandes Loureiro, estava preso na Secretaria de Polícia, onde respondeu às perguntas do Chefe de Polícia, na presença do Promotor Público interino da Comarca, Manrique Victor de Lima. Nascido em Portugal, Loureiro afirmou que o patacho pertencia ao comerciante da Bahia Augusto Francisco da Costa. Saiu da referida província em 23 de junho com destino à cidade de Assú, Rio Grande do Norte. O objetivo

39 Sobre os debates parlamentares acerca das lei de 1831 e 1850, cf. Chalhoub (2012).

40 O referido africano receberia a quantia de 1\$900 réis.

41 As informações sobre este caso foram retiradas dos interrogatórios feitos entre os dias 14 e 26 de agosto na Secretaria de Polícia da Paraíba, que estão em anexo ao ofício do Presidente. Além dos interrogatórios, outras correspondências entre os presidentes da Paraíba e Alagoas e do Ministro da Justiça foram utilizadas e também estão em anexo. Toda essa documentação encontra-se no AN, IJ1 302, 1850. As informações sobre os africanos interrogados estão sistematizadas no anexo V.

era carregar sal nesta cidade, mas antes disso, passariam em Pernambuco para deixar os escravos que traziam e pegar um práctico⁴². O motivo para terem arribado na Paraíba foi que, na viagem, a forte correnteza e ventos romperam os panos, não permitindo chegar a Pernambuco. Além disso, os mantimentos já estavam em falta.

O patacho Herminia já havia parado antes na província de Alagoas, no Porto Jaraguá, em Maceió. O motivo para isso foi questionado ao contra-mestre da embarcação, Antônio Gonçalves de Lima que tinha 27 anos e era natural da cidade do Porto. Doze dias depois do mestre do Herminia ser interrogado, o contra-mestre concordou com a versão de seu superior, afirmando que o destino final era a cidade de Assú para carregamento de sal, partindo da Bahia no dia 23 de junho. Descarregariam lá carne e vinho. De acordo com Gonçalves de Lima, eles parariam em Pernambuco para pegar um práctico que os levaria até Assú e aproveitariam para descarregar os escravos na província. Quais os motivos, então, para terem feito parada em Alagoas? O contra-mestre afirmou que devido a um temporal foram forçados a arribar em Maceió.

Ao chegarem em Maceió, a polícia local apreendeu sete dos vinte oito africanos que estavam na embarcação. Eles mal sabiam falar português e foram julgados boçais, de acordo com a versão do contra-mestre. Uma das pessoas que faziam parte da tripulação era o crioulo Martinho, que também foi interrogado pelo Chefe de Polícia e Promotor

42 O práctico é “profissional que traz o navio do alto mar para seu ponto de ancoragem. Cada porto tem os seus prácticos. São profissionais valorizados, pois é o especialista que conhece as correntes locais, as pedras, os bancos de areia, os humores do mar, os ventos, a tecnologia de navegação e tudo o mais que é preciso para que o navio entre sem problemas no porto para desembarcar sua carga. Da habilidade do práctico depende a celeridade e a segurança do desembarque” (CARVALHO, 2012, p. 237)..

Público. Martinho tinha mais ou menos 13 anos e era escravo do dono do patacho, que segundo sua versão, era Manoel José de Azevedo. Ele afirmou que os escravos apreendidos em Maceió eram todos boçais, poucos sabiam falar português, além de serem nagôs. Martinho, contudo, não sabia o verdadeiro motivo do ocorrido, apenas que todos desceram da embarcação e sete ficaram, acreditando ele que haviam sido apreendidos.

Contradições nos depoimentos de tripulantes de embarcações ilegais eram bastante comuns. Nos depoimentos até o momento citado, já conseguimos identificar um: a propriedade do referido patacho. De acordo com o mestre, o dono era Augusto Francisco da Costa. Para Martinho, o Herminia pertencia a Manoel José de Azevedo. Haveria a possibilidade da embarcação ser uma sociedade de ambos. Não sabemos. Mas esta não foi a única contradição identificada nos interrogatórios.

Após a lei de 1831 e a constante pressão britânica para a condenação do comércio ilegal, os tripulantes desenvolveram estratégias para driblar as autoridades. Já citamos várias no tópico anterior. Além delas, uma consistia na fuga. Quando apreendida a embarcação, a primeira coisa que se tentava fazer era fugir e não ser preso. Porém, caso a prisão fosse efetuada (como no caso do Herminia), a estratégia utilizada comumente era encontrar justificativas e desmentir as acusações. No primeiro caso, criariam uma história para justificar a parada em terra e, no segundo, recorria-se à documentação fraudada para tentar legitimar o carregamento de escravos. Além disso, a utilização de cargas e rotas fictícias também se apresentava como algo comum. (RODRIGUES, 2005, p. 179; REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 114).

No caso do patacho Herminia, essas estratégias nos parecem ter sido utilizadas pelos mestre e contra-mestre. Vamos começar pela utilização de documentos falsos para tentar driblar a fiscalização. Todos os africanos a bordo tinham passaportes que autorizavam seu deslocamento dentro do Império. Quando Antônio Gonçalves Lima, o contra-mestre, foi questionado sobre o fato de, mesmo sabendo que os africanos eram boçais e tendo conhecimento da lei que proibia a sua importação, exercer a viagem, ele respondeu que só soube que os africanos eram boçais bem depois, porque eles não o respondiam. Todavia, afirmou que apenas seguiu ordens do capitão de embarcar os escravos que tivessem passaporte e bilhetes dos seus senhores, como era o caso. Logo, para ele, não havia nada de ilegal no procedimento.

O Chefe de Polícia identificou que os passaportes eram para o Rio de Janeiro. Ora, se a embarcação tinha como destino o Rio Grande do Norte com parada em Pernambuco, por que o passaporte para o Rio de Janeiro? Ao ser interrogado sobre isso, o mestre justificou que a polícia desembarcou os escravos na Bahia para depois seguirem o destino, que era Pernambuco. No verso, registraram a transferência do lugar. A resposta parece confusa.

Outra confusão de informações entre a realidade e os passaportes deixou o Chefe de Polícia intrigado. Bem depois dos interrogatórios, em 20 de novembro, o Presidente da Província enviou ao Ministério da Justiça uma correspondência sobre o caso. Isso porque dois negociantes franceses, Gix e Dacostard, requeriam que o seu escravo João fosse entregue, pois ele havia sido remetido no Herminia e estava preso. Em anexo, envia o ofício do Chefe de Polícia esclarecendo o caso e afirma que detectou erro no passaporte do referido escravo. De acordo com

Claudio Manoel de Castro, João tinha 7 pés e meia polegada de altura, mas seu passaporte registrava 5 pés e 3 meia polegadas. Ou seja, havia indícios de documentação falsa. Além do mais, ele considerou que o escravo era ilegal por ter entrado após 1831.

Para confirmar ainda mais a suspeita sobre os passaportes, há o depoimento de Augusto, que estava entre os africanos apreendidos. Ele respondeu que em nenhum momento tinha feito passaporte na Polícia. Como seria possível, então, ele ter um passaporte com todas suas informações? A conclusão a qual podemos chegar é que essa documentação teria sido falsificada.

Não apenas a estratégia de documentação falsa podemos encontrar no caso do Herminia. A versão dada pelos tripulantes também parecia ser mentirosa. Os mestre e contra-mestre afirmaram que houve temporal e problemas na vela e no mastro que levaram à arribada na Paraíba, não chegando a passar por Pernambuco. O africano interrogado João, que foi citado no parágrafo anterior, negou o fato. Segundo ele, nada disso ocorreu. Da mesma maneira responderam Fausto, José e Pedro. Todos foram unânimes: nenhum temporal se deu entre Maceió e a cidade da Parahyba, que tenha levado à arribada. Outro fato nos chama atenção: para quem vem da Bahia, Pernambuco antecede geograficamente a Paraíba. Dessa maneira, a embarcação passou do destino e depois teve problemas com o temporal?

O fato de terem descido em Maceió também foi justificado pelos tripulantes devido a problemas com o tempo e a correnteza. A informação foi desmentida mais uma vez pelos africanos. Aqueles que foram perguntados sobre o assunto (Joaquim, José e Henrique) foram diretos na resposta: nada disso aconteceu. Não vamos aqui esquecer a

possibilidade, sempre presente, dos escravizados terem combinado a resposta para enfatizar as suspeitas de comércio ilegal, que os levariam à liberdade. Entretanto, a situação dos tripulantes era complicada, pois outras evidências apontavam para a ilegalidade da embarcação.

Quando o patacho Herminia saiu da Bahia em, supostamente, direção a Pernambuco, possuía um carregamento de vinte e oito escravos. Quando chegaram à Paraíba, estavam apenas vinte e um. Como já dissemos, os sete que restavam haviam ficado em Maceió, na parada feita no porto de Jaraguá. Ao que tudo indica, essa questão é consensual nos depoimentos. Por exemplo, a versão de um dos escravos a bordo, Antônio de “Nação nagô”, era a mesma em relação aos sete escravos que ficaram em Maceió. Apesar de estar no Brasil, de acordo com seus cálculos, há seis anos, Antônio mal sabia falar português e precisou da tradução do africano Manoel, intérprete do interrogatório. Ele afirmou que os sete escravos ficaram “por serem mais modernos em terra de branco do que ele”. Todos os demais que foram perguntados sobre o tema, confirmaram que os sete não seguiram viagem. Bento, Augusto, Fausto, Joaquim e Pedro reenfatizaram que dos vinte e oito, apenas vinte e um rumaram para Pernambuco. Agora, alguns pontos precisam ser identificados nesse caso.

Bento e Augusto depuseram que, dos sete escravos, três eram boçais. Fausto e Joaquim, por sua vez, afirmaram que todos desceram do navio, mas apenas sete ficaram. O motivo aparente era o fato de serem novos e nada falarem, ou seja, serem boçais. O argumento do tripulante, o crioulo Martinho, era de que possivelmente haviam sido apreendidos, pois soldados levaram os sete e soltaram os demais. Quais foram, então, as informações conflitantes?

Na primeira comunicação encaminhada pelo Palácio do Governo da Paraíba para o Ministério da Justiça, em 26 de agosto, o presidente informou que, de acordo com o Chefe de Polícia, sete tinham sido reconhecidos como nascidos no Império. Os demais foram considerados africanos livres. Mais adiante, apresenta a informação de que nove tinham sido apreendidos em Maceió por serem boçais. Provavelmente, houve um equívoco na elaboração desse ofício. As informações não são as mesmas dos interrogatórios do Chefe de Polícia, como estamos demonstrando.

Em 22 de outubro, dois meses depois, o Palácio do Governo da Paraíba remete novo ofício ao mesmo Ministério confirmando recebimento de aviso sobre os procedimentos que deveriam ser tomados para o julgamento do Patacho. Todos os envolvidos ainda encontravam-se presos. De acordo com o Presidente, agora Agostinho da Silva Neves, o mestre do Herminia pedia para voltar a Pernambuco com o intuito de consertar o navio que estava em mal estado. E ainda protestou, pois reafirmava que a arribada feita na Paraíba ocorrera pelo mau tempo e falta de tripulação. Entretanto, uma informação nesse comunicado é interessante para pensarmos o caso da arribada em Maceió. De acordo com Agostinho Neves, o governo de Alagoas mandou esclarecimentos sobre o caso. As informações nos pareceram confusas. Vamos, então, à citação direta do documento:

Pelo último vapor recebi esclarecimentos do Presidente de Alagôas, acerca deste caso, o qual consiste em dizer que o patacho Hermin[i]a aportou em Maceió, e ahi se fizera apreensão de oito pretos, por parecerem boçaes, entretanto que foram soltos, e seguiram para aqui os vinte e oito que restavam, os quais foram considerados ali como escravos, e seus

passaportes em regra, e a Polícia aqui declarou, como já foi presente á V. Exa. que os sinais dos passaportes não combinavam com os de vinte e hum africanos, soltando-se o resto em número de sete, por serem considerados crioulos (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 105 de 22 de outubro, AN, IJ1 302, 1850).

Temos, então, informações oficiais, porém confusas. Haviam sido oito ou sete apreendidos? Retornaram os vinte e oito ou vinte e um? Os sete que foram soltos não vieram na embarcação? Outro fato nos chama atenção: pelos interrogatórios, todos os africanos da embarcação eram boçais, mal sabiam falar português e, em sua maioria, estavam entre dois ou três anos no Brasil. Então, por que apenas três haviam sido considerados boçais? Uma das hipóteses que levantamos é de que a polícia de Alagoas apreendeu os africanos por suspeitarem serem boçais, mas os liberaram logo depois. Dos vinte e oito, sete ficaram na província. Teriam sido eles vendidos? No caso, ao que parece, as autoridades alagoanas foram displicentes ou coniventes com a atividade.

Até o presente momento, nossa narrativa citou apenas os nomes de alguns dos africanos presos juntos com o patacho Herminia. O desenrolar desse caso só faz sentido se pensarmos as experiências dessas pessoas como vítimas do tráfico ilegal de escravizados. Vamos começar por Antônio. Considerado de “Nação nagô”, ele havia chegado à Bahia havia cerca de seis anos, no momento do interrogatório. Não desembarcou na cidade de Salvador, mas sim em um sítio fora dela. Dois dias depois foi comprado pelo seu senhor João Luís.

Antônio era parceiro de Bento e Augusto. Todos do mesmo senhor João Luís. Bento havia chegado havia três anos – mas que contara

duas festas de Senhor do Bonfim – e veio na mesma embarcação de Augusto, na qual, provavelmente, viraram *malungos*⁴³. Quando chegaram à casa de seu proprietário, já estava lá Antônio. Augusto acrescenta em seu depoimento, que havia sido desembarcado à noite, junto com Bento e outros muitos pretos. Os três viveram experiências quase idênticas. Acreditamos que seus laços de solidariedade, estabelecidos pelo sofrimento da escravização e possíveis alegrias no decorrer desses anos no Brasil, se fortaleceriam em mais uma viagem, agora a bordo do Herminia para uma nova terra desconhecida.

Os três africanos citados não foram os únicos que possuíam o mesmo senhor e estavam no referido patacho. Geraldo, Brás e Nicácio também viveram experiência parecida. O primeiro deles era de “Nação gege”, estava no Brasil havia seis anos – pelo que seus parceiros lhe disseram. Ele chegou em “terra de branco” à noite em um engenho fora da cidade da Bahia (Salvador). Lá passou alguns dias e, também à noite, foi levado em uma embarcação para a província de Sergipe. Outros embarcaram para a capital. Na província de Sergipe, foi entregue a seu senhor Francisco Gonçalves Barroso. Este faleceu e Geraldo, Brás e Nicácio ficaram sob posse de D. Anna, que agora era casada com José Mathias, que decidiu o novo destino desses africanos.

Brás foi retirado da África ainda criança e foi direto para Sergipe onde foi comprado pelo falecido senhor. Ele revelou ter vindo em uma embarcação menor e parado fora do porto. Desembarcou, junto com outros em lanchas à noite, separadas entre homens e mulheres.

43 O termo *malungo* tem origem banto, que significaria “companheiro”. Devido a proximidade linguística entre os povos bantos, esse termo era compreensível por todos. Cf. Slenes (1991/1992).

Passou quatro dias para ser vendido a Francisco Gonçalves Barroso. Seu parceiro Nicácio foi negociado junto e havia viajado ao seu lado desde sua terra natal, a “Nação Angola”. Em seu relato, afirma que foi junto com Geraldo e Brás levado até uma cadeia em que José Mathias (seu novo senhor, após o falecimento de Francisco Barroso) os mostrara um homem que os mandou embarcar no patacho Herminia poucos dias depois. Tanto Geraldo, como Nicácio afirmaram ter ouvido que seriam vendidos e que iriam para Pernambuco, contudo, não sabiam o nome do comprador.

Brás e Nicácio fazem referência ao fato de terem chegado em um período de muita confusão política. Lembram-se de nomes como Antônio Luis de Serra Negra, Sebastião e Bento de Mello. As questões políticas interessavam diretamente aos traficantes. Isso porque as ações das autoridades interferiam no desenvolvimento do tráfico (CARVALHO, 2009; 2010). Ademais, em período de conturbações políticas no Brasil a entrada de africanos de maneira ilegal era facilitada. Esse foi o caso do preto Francisco, também apreendido no Patacho Herminia. Ele afirmava ter chegado à Bahia no período da Sabinada, que presumia já fazer nove anos. Ele narra que sua embarcação ficou atrás de um forte e que teria desembarcado em lanchas à noite. Ficou em um armazém de um francês próximo à Alfândega.

Na sala da Secretaria de Polícia da Paraíba, outros africanos do Herminia deram declarações importantes para compreender o caso e as experiências de comércio ilegal de escravizados no Brasil. Um deles foi Fausto. Seu senhor era Augusto, da cidade da Bahia. Acreditava estar há mais ou menos um ano em “terra de branco”. Havia embarcado na África com muitos outros pretos e desembarcara fora da cidade à noite.

Dois dias depois, foi levado à casa de seu senhor. Outro africano foi Joaquim, um “Mina”, que ouvira de seu senhor estar no Brasil havia sete anos. Chegou à Bahia à noite e, após três dias, foi vendido ao seu senhor, que se chamava Manoel Francisco Alves.

Muitos dos africanos desembarcados ilegalmente não foram trabalhar diretamente nas lavouras. Alguns tiveram seus trabalhos especializados como foi o caso de Henrique, que veio com vários outros pretos, mas que ficou na casa de seu senhor para aprender a ser cozinheiro. Outro africano chamado Joaquim, também foi escravizado por um senhor da cidade da Bahia. Em um rápido interrogatório, pois não conseguia entender a língua portuguesa e o intérprete africano Manoel não estava presente. Ele firmou que estava no Brasil há cerca de um ano, pois já havia plantado milho e colhido. Essa informação nos aponta a possibilidade de plantações próprias para tais escravizados.

As formas de contagem do tempo são traços interessantes a serem destacados. Os africanos escravizados possuíam uma forma de organização do tempo distinta da cristã, ainda assim eles reorganizavam seus calendários a partir de novos elementos. Boa parte deles utilizaram festas como a do Senhor do Bonfim (tradicional da Bahia) e o Natal. Essa característica demonstra a apropriação feita por essas pessoas de tradições culturais dos nascidos no Brasil. Joaquim, que citamos no parágrafo anterior, contou as plantações que havia feito. Destacamos o caso de Ritta que uniu as duas formas: plantações e festas. Segundo ela, estava no Brasil há dois anos, pois já havia se passado duas festas de São João, em que se come cangicas de milho verde e são feitas fogueiras.

João, o africano que foi reivindicado pelos senhores franceses Gix e Dacostard, teve uma experiência parecida com os demais, mas

foi enviado para outra região. Havia chegado por volta de três anos, desembarcando fora da cidade. Depois disso, foi enviado em barcos para a cidade da Bahia, saltando em um lugar chamado de Água de Menino e de lá foi, junto com outros, para um sobrado próximo a um trapiche, onde foi vendido e foi morar em Campo Grande.

Não apenas de homens era composta a carga de escravizados do Herminia. Seis mulheres foram apreendidas e estiveram diante do Chefe de Polícia para dar depoimento. Uma delas foi Honorata, que chegara ao Brasil havia três anos. Ela afirmou que embarcou em sua terra com outros muitos pretos, por Domingos José Martins, também conhecido como Dominginhos.

Já citamos e descrevemos as experiências de quase todos os mais de vinte africanos presos na cidade da Parahyba por suspeita de serem vítimas de comércio ilegal. Todos eles vindos da Bahia. Os leitores podem estar sem entender qual a relação com o comércio de africanos para a província da Paraíba. Caminhamos, então, para as informações finais sobre o caso do patacho Herminia. Para isso, utilizaremos os interrogatórios de Raquel e Esperança.

A primeira era de “Nação Mina”, não sabia há quanto tempo estava em “terra de branco” e seu senhor era da cidade da Bahia. Ela afirmou que ouviu dizer em casa que seu proprietário Dr. Pires iria lhe vender em Pernambuco, mas não sabia a quem e nem quem faria esse intermédio. A segunda, Esperança, era de “Nação gege”, estava no Brasil há três festas do Bonfim. Sua senhora era uma crioula de nome Benvinda da Conceição, também moradora da mesma cidade. Ela não sabia o motivo de sua senhora tê-la vendido. Afirma ter sido mandada

para a casa de Constantino, na cidade Baixa, e este foi o responsável pelo seu embarque no patacho Herminia.

Vamos, então, à sistematização das informações até aqui apresentadas. O patacho Herminia fora apreendido com vinte e um africanos, todos embarcados após a lei de 1831 e que já estavam no Brasil há alguns anos de maneira ilegal. Diante disso, várias estratégias, como já citamos, foram utilizadas pelos traficantes, como desembarcar à noite fora da cidade. Todos esses escravizados foram vendidos por seus proprietários, supostamente, para Pernambuco. Saíram da Bahia em direção ao Rio Grande do Norte, com escala nesta dita província. Para driblar a fiscalização, o mestre e dono do Patacho providenciaram passaportes falsos.

Duas paradas sugerem que o destino final da embarcação não era Pernambuco, como informaram os responsáveis. Tanto em Alagoas, como na Paraíba, o Herminia teria arribado forçadamente devido aos maus tempos. Contudo, essas informações foram negadas pelos escravizados e só foi confirmada pelos tripulantes que, como já sabemos, utilizavam-se do instrumento da mentira para não cair nas mãos das autoridades. Ademais, em Alagoas, sete dos vinte e oito africanos ficaram. Os mestre e contra-mestre informaram que estes haviam sido apreendidos. A informação oficial do governo da Província desmente.

Por fim, uma última informação pode nos fazer acreditar que esse navio destinava-se à Paraíba. Ao descerem em Cabedelo, os tripulantes tinham a indicação de procurar o negociante Victorino Pereira Maia, importante comerciante local, a quem já fizemos referência no capítulo anterior. Ora, se a rota de navegação era Pernambuco-Rio Grande do Norte, por que procurar um negociante de outra província?

O contra-mestre, ao ser questionado, respondeu que essa havia sido uma orientação do proprietário do patacho Herminia, caso eles arribassem na Paraíba, deveriam procurá-lo.

Não sabemos exatamente o decorrer e desfecho desse processo. Como já afirmamos, até 22 de outubro de 1850, ou seja, dois meses e meio após a apreensão, nenhuma decisão havia sido tomada e todos permaneciam na cadeia da cidade. Todavia, o Ministério da Justiça enviou um aviso à Presidência da Província, mandando publicar as penas impostas para o crime dessa natureza (tráfico ilegal de africanos). Entramos, então, no pequeno problema jurídico ao qual citamos anteriormente.

O aviso informava que as penas deveriam ser aplicadas de acordo com a lei de 4 de setembro de 1850 (a chamada lei de Eusébio de Queirós). Ora, mas o Patacho foi apreendido em 12 de agosto do mesmo ano, antes da promulgação desta. O problema estava no fato de que a legislação anti-tráfico em vigor não dizia nada a respeito de comércio de africanos dentro do Império. Como havia uma nova lei, o caso deveria ser adaptado. O Ministério, então, alertava para que se esclarecesse isso a quem fosse julgar o caso. Independente da lei de 1831 determinar sobre o tráfico interno, os africanos que apresentamos entraram no Brasil de maneira irregular e estariam livres. A questão seria a punição aos tripulantes do navio, que teriam cometido crime de venda ilegal de africanos.

De acordo com a lei de 7 de novembro de 1831, os importadores de africanos seriam enquadrados no crime contra a liberdade individual de reduzir pessoas livres à escravidão, previsto no artigo 179 do Código Criminal de 1830. A pena era de três a nove anos de prisão. Entretanto, os mestre e contra-mestre do Herminia não tinham

importado africanos e os submetidos à escravidão. Estavam transportando escravos dentro do Império.

A nova lei de 1850 resolve melhor tais questões. Em seu primeiro artigo determina que qualquer embarcação encontrada com africanos importados ilicitamente de acordo com a lei de 1831 deverá ser apreendida. No quarto artigo, estabelecia: “A importação de escravos no territorio do Imperio fica nelle considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunaes com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum”. Assim, Antônio Fernandes Loureiro e Antônio Gonçalves de Lima deveriam, caso fosse provada a culpa, ser considerados piratas. As penas seriam as mesmas daqueles que praticassem a importação referida na lei anterior. Não sabemos qual foi o desfecho do caso. Em novembro de 1850, o processo ainda estava em andamento.

O caso do patacho Herminia, assim, é interessante para pensarmos as várias estratégias utilizadas pelos traficantes para importar africanos e vendê-los internamente no Império. Esta prática gerou um impasse jurídico, pois era ilegal, mas não havia nenhuma pena para ela. Além disso, essa experiência traz-nos possibilidades de identificar as redes comerciais de negociantes da Paraíba com a Bahia, envolvendo o comércio de africanos.

Com a lei 581 de 4 de setembro de 1850 as medidas contra o tráfico tornaram-se mais concretas, como já afirmamos anteriormente. Depois desta data, conseguimos encontrar em várias ocasiões ofícios mensais do Presidente da Província informando ao Ministério da Justiça que não teria ocorrido nenhuma ocorrência de desembarque de

africanos⁴⁴. Como aponta a historiografia, houve um maior esforço por parte das autoridades e governo central com o intuito de evitar desembarques de africanos à revelia da lei, como ocorrera após 1831.

A nova lei reforçara as determinações de 7 de novembro de 1831 e esclarecia outros pontos em aberto, como a confusão gerada no caso do patacho Herminia que discutimos anteriormente. Além do mais, com a lei 1850 o controle do poder central passou a ser maior também, pois não mais seriam os juízes de paz responsáveis pela apreensão – e também mais propícios em ceder às pressões dos poderes locais –, mas a Auditoria da Marinha. Essa nova lei também fazia parte de um projeto mais amplo de centralização do Estado (RODRIGUES, 2000). Todas essas medidas ainda tiveram resistência e algumas tentativas de desrespeitar a lei foram praticadas.

Sem dúvida, o impacto da nova lei foi significativo. De acordo com os dados fornecidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Paulino José Soares de Sousa, em 1850 e 1852 houve uma redução drástica das importações de africanos. Para ele, as medidas tomadas pelo governo apresentavam resultados “altamente satisfatórios”.

44 Para se ter uma ideia, no ano de 1853, conseguimos identificar em praticamente todos os meses ofício do Presidente dando essas informações. A única exceção foi janeiro, que não há nenhum documento. Ademais, de fevereiro a dezembro. O mesmo ocorre em 1854 e 1855. Acreditamos ser essa uma exigência do governo central para efetivar o controle sobre o tráfico, cf. AN, IJ1 798.

Quadro 6 – Desembarque de africanos no Brasil (1842-1852)

ANOS	NÚMEROS DE AFRICANOS DESEMBARCADOS
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.840
1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
1852	700

Fontes: Relatórios do Ministério das Relações Exteriores.

O final da década de 1840, de acordo com os números oficiais do Ministro, apresentou um dos momentos mais intensos da importação ilegal de africanos para o Brasil. A queda desse número entre 1850 e 1851 foi intensa. Foi uma diminuição de cerca de 85%. Apesar disso, as ameaças de continuidade do tráfico permaneciam. O mesmo Ministro admitia que a repressão só cessaria com a extinção completa da atividade. O tráfico, em suas palavras, estava sendo “perseguido com rigor”. Podemos ver isso na Paraíba.

Em maio de 1852, o Presidente da Paraíba Antônio Coelho de Sá e Albuquerque informava ao Ministério da Justiça o recebimento do aviso que ordenava serem tomadas todas as providências para evitar o tráfico de africanos e alertava para uma suposta associação que estava por se organizar com o intuito de insistir nesse negócio. De acordo com o ofício, tal associação teria ramificações em Lisboa, nas Ilhas dos Açores, Havana e no Império brasileiro, podendo usar bandeiras americanas. Havia indícios de que o brigue *Pedro II* seria usado nessa atividade ilícita

(CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província n.53 de 24 de maio, ANRJ, IJ1798, 1852). Um dos resultados positivos apresentados no relatório de 1854 dizia respeito exatamente a esse brigue. O ministro afirmava, na ocasião, que o *Pedro II* fora vendido em Bremen na Alemanha e não ameaçaria mais a costa brasileira (RELATÓRIO de Ministério das Relações Exteriores, CRL, 1854). A preocupação era compreensível. Apesar do Brasil ter findado o tráfico com a África após 1850, Cuba permaneceu envolvida nesta atividade e o destino à Havana poderia ser uma estratégia utilizada pelos traficantes para driblar a repressão.

As suspeitas eram constantes. O mesmo presidente, em junho de 1852, havia recebido alerta de que um pacote denominado *Loanda* teria seguido para a costa da África e poderia estar envolvido com o tráfico. Caso aportasse na Paraíba, o Ministério deveria ser informado e tomar todas as providências de acordo com a legislação (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província n.74 de 10 de junho, ANRJ, IJ1 798, 1852).

O cuidado deveria ser o maior possível para evitar o tráfico, chegando, inclusive, a pedir que indagasse o comportamento dos estrangeiros residentes na Paraíba que pudessem ter relações com o contrabando. Qualquer caso estranho deveria ser informado ao Ministério (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província n. 103 de 11 de setembro, ANRJ, IJ1 798, 1852).

O documento mais detalhado que encontramos sobre a nova fase de repressão ao tráfico foi emitido pelo Palácio do governo da Paraíba em 11 de fevereiro de 1853. O então presidente, o já citado Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, havia recebido circular do Ministério informando da possibilidade de lavradores estarem

envolvidos na importação de africanos. A estratégia deles seria conduzir os escravizados para o interior, onde lá se confundiriam com os já ladinos. As recomendações eram apreender esses africanos, mesmo já estando no interior. O presidente deveria alertar aos juízes de direito e promotores que vigiassem seus funcionários, pois eles poderiam ser responsabilizados. O litoral era a área onde devia ter atenção e conservar sempre autoridades de confiança. A grande novidade, que não ocorria em relação ao período posterior à lei de 1831, era que os apreensores de embarcações envolvidas no tráfico seriam gratificados.

O presidente afirmou agir de acordo com o recomendado. Infelizmente, não colocara destacamentos no litoral, pois possuía poucos que mal davam para os serviços ordinários, mas em caso de desembarque, os deslocaria para lá. Ademais, a capital da província ocupava boa parte do litoral e isso, argumentava, causava incômodos para possíveis traficantes. Por fim, garantia que as autoridades eram de confiança e julgava difícil, até impossível, ocorrer qualquer desembarque desse tipo (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n.24 de 11 de fevereiro, AN, IJ1 798, 1853).

Em novembro do mesmo ano, agora sob a presidência de João Capistrano Bandeira de Melo, o chefe de Polícia da Paraíba e a fortaleza de Cabedelo estavam sob vigilância, pois dois navios saíram do rio da Prata e estavam se preparando, supostamente, para o tráfico de africanos. O Ministro da Justiça Nabuco de Araújo avisou o caso, então, ao presidente da Paraíba, que tomou providências (CORRESPONDÊNCIA do Ministério da Justiça ao Presidente da Paraíba de 8 de novembro, AN, IJ1 798, 1853).

O tráfico parecia sob controle. O Ministro das Relações Exteriores chegou a afirmar, em 1854, “a satisfação de anunciar-vos que as apprehensões que havia de reaparecimento do tráfico no Império podem-se dizer destituídas inteiramente de fundamentos” (RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores, CRL, 1854). Entretanto, em meio a tanta certeza, as suspeitas continuavam. Iniciara-se o ano de 1856 e a cólera-morbus chegava à província da Paraíba devastando quase 10% da população⁴⁵. Quando, enfim, a epidemia caminhava para sua extinção, o presidente da Província, Antônio da Costa Pinto, não teve sossego e foi alertado de uma tentativa de desembarque ilegal de africanos próximo à Paraíba. De acordo com ele, o vice-cônsul britânico o informara de que entre a Ilha de Santo Aleixo e a costa da Paraíba havia ameaça de desembarque e que estaria à disposição do referido governador uma escuna de guerra e um vapor inglês para reprimir o caso.

Costa Pinto garantia que em qualquer lugar que fosse a ação seria descoberta. Para isso, deslocou destacamentos para os pontos acessíveis, enviando oficiais de confiança (CORRESPONDÊNCIA reservada do Presidente de 16 de maio, AN, IJ6 521, 1856). A suspeita do consulado britânico era em relação ao brigue *Pensamento* que havia saído de Tenerife na Espanha em 2 de maio em direção a Benguela. Além da Paraíba, outras províncias estavam sob alerta: Piauí, Sergipe, Rio Grande do Sul, Ceará e Santa Catarina (AN, IJ6 472, 1856). O Rio Grande do Norte também já avisara ao que estava sob vigilância

45 Irineu Pinto (1977, Vol.II, p. 243; 247-248) informa que quando a cólera chegou à Paraíba, esta capitania tinha cerca de 300 mil habitantes. Ele calcula um número de 25.390 mortos. O mesmo autor transcreve uma correspondência do presidente informando ao Ministério do Império que em 24 maio a cólera já era praticamente finda na província. O sertão era o lugar em que ainda havia casos da peste.

(CORRESPONDÊNCIA reservada n.48 do Presidente do Rio Grande do Norte, AN, IJ6 521, 1856).

Não era a primeira vez que o presidente Antônio da Costa Pinto tinha sido acionado pelo governo central para verificar casos de possíveis desembarques de africanos. Em outubro de 1855, ele foi informado sobre o caso de Serinhaém, talvez o último caso de entrada ilegal de escravizados no Brasil. Segundo informações oficiais de José da Silva Paranhos, Ministro das Relações Exteriores na situação, diante de suspeitas de tráfico de africanos na costa de Pernambuco, o então presidente da província enviou policiamento para a região próxima à foz do rio Serinhaem.

Apenas três meses depois surgiu uma palhaboté que não levantou suspeitas imediatas devido à situação caótica causada pela cólera-morbus que já atacava Pernambuco. Em 13 de outubro, então, identificaram e apreenderam 152 africanos que seriam desembarcados. A tripulação conseguiu fugir e extraviaram alguns escravizados do navio. No momento, o ministro argumentou que um dos motivos para a facilidade da ação dos traficantes era o litoral despovoado e as matas fechadas. Essa talvez fosse uma questão que já estivesse nos debates para reprimir o tráfico, pois, como já informamos anteriormente, um dos presidentes da Paraíba acreditava ser impossível o desembarque na referida província devido à capital ocupar boa parte do litoral, tornando-o menos deserto e propício para a ação ilícita do tráfico. Antônio Castro Pinto, ainda assim, deveria ficar atento, pois, como os tripulantes e parte do carregamento havia fugido e devido à proximidade de ambas províncias, alguns poderiam adentrar ao território da Paraíba (RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores de 1856; CORRESPONDÊNCIA

do Presidente da Paraíba para o Ministro da Justiça n. 20 de 3 de dezembro, AN, IJ1 798, 1855).

O caso do Serinhaem foi o último de que temos notícias mais concretas no Brasil. A partir dos relatórios de 1857, o tema sobre comércio ilegal de africanos some da pauta. Ainda assim, a Paraíba continuou sendo alvo de suspeitas de desembarque ilegal de africanos. O Chefe de Polícia Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em seu relatório, informava ao presidente que nada ocorrera na província no ano de 1857 acerca do tráfico de escravos, mas que os agentes policiais estavam em possíveis lugares de desembarques (RELATÓRIO do Chefe de Polícia, AHWBD, Cx. 036, 1858).

Dois anos depois, em agosto de 1859, o mesmo Chefe de Polícia teve que dar explicações ao presidente, Ambrósio Leitão da Cunha, sobre desembarque de africanos. No Rio Grande do Norte, Luis Chaves denunciava que na divisa de Pernambuco e Paraíba, nas vilas de Pitimbu e Goiana, estava ocorrendo tal atividade ilícita. Manuel Clementino Carneiro da Cunha, então, buscou informações com os policiais da referida região e disse não ser verdadeira tal informação (CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Polícia ao Presidente da Paraíba n. 23 de 27 de agosto, AHWBD, Cx. 037, 1859).

No ano anterior, Carneiro da Cunha avisara ao presidente que a província nunca havia reservado despesas permanentes e ordinárias para serem utilizadas na repressão ao tráfico. Ele acreditava que não eram indispensáveis devido às poucas condições oferecidas pela província para esta atividade. Entretanto, algo poderia ocorrer e seria necessário aplicar meios extraordinários. Por isso, sugeria um crédito anual de um conto de réis (1:000\$) à disposição da Chefia de Polícia em

caso de desembarque irregular de africanos (CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Polícia ao Presidente da Paraíba n. 24 de 22 de novembro, AHWBD, cx. 36, 1858).

Apesar de todo o esforço que estamos narrando até aqui para a repressão do tráfico, em 1866, surgem duas ameaças informadas ao governo da Paraíba. A primeira de junho, em que Felisardo Toscano de Brito, presidente, informa ao Ministro da Justiça Nabuco de Araújo que tomará todas as providências para evitar o desembarque de africanos na província. Esse ofício foi enviado em resposta à recomendação do ministério, pois em Cuba ocorrera apreensão de africanos e, de alguma maneira, isso poderia repercutir no Brasil. A segunda ameaça foi no mês seguinte, em que o governo central tinha informações de negociantes do Congo e que isso poderia ocasionar desembarques ilegais no país. O governo da Paraíba, então, deveria ficar atento a tais ações (CORRESPONDÊNCIAS do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n.90 e 112, de 5 de junho e 4 de julho, AN, IJ1 311, 1866).

Todos esses casos nos fazem pensar na força que o tráfico teve na formação histórica do Brasil e das contradições vividas pela sociedade escravista oitocentista. Apesar de todos os esforços legais, o mercado de africanos manteve-se por décadas e suas ameaças não findaram facilmente. O fim da entrada de escravizados não significou a redução da demanda ou a busca por alternativas à mão de obra cativa. A travessia pelo Atlântico ou as viagens realizadas por terra ou mar dentro do Brasil foram apenas algumas das experiências dos vários africanos que viveram aqui. Vamos agora pensar em outros aspectos do cotidiano dessas pessoas na cidade da Parahyba do Norte.

4 - O OUTRO LADO DO ATLÂNTICO: as (re)construções das sociabilidades dos africanos na cidade da Parahyba do Norte

Pensar
No caminho de volta pra casa
Não é só pensar na volta
Não é só pensar

É distante aquela terra
E eu nem sei nada dela,
Não sei das suas entranhas,
Não sei das suas mulheres,
Não sei das suas matas,
Não sei dos seus cultos,
Apenas sei o seu nome.

Já escuto rumores na noite
São os homens com seus tambores
São muitos, vão tocando,
Os seus cânticos são de luz,
São cânticos de louvores
Iluminando o breu da mata.
***Negro Espírito, Escurinho*¹**

Todos os africanos como Manoel Barrozo, que foram arrancados de suas terras e seus lares e submetidos à escravidão, tinham consigo a memória de quando eram livres na África (antes de serem aprisionados e tornados cativos ainda em terra natal) e o desejo de volta para casa. Alguns deles, após conseguirem suas alforrias, mobilizaram-se e

1 ESCURINHO. Negro Espírito. **Labacé**. 1995.

conseguiram retornar para seu continente de origem. A maioria da dezena de milhões de africanos escravizados para a América não conseguiu esse objetivo.

Contudo, pensar na volta pra casa não consiste, necessariamente, a volta efetiva para suas terras na África. O retorno poderia se expressar nas mais variadas formas de lembrança de seus hábitos e vida. Seria, nas palavras de Robert Slenes (2011), a “esperança e recordações”. O pensamento de voltar se expressaria de diversas maneiras: a constituição de famílias, as manifestações religiosas, as festas e rituais, a manutenção da linguagem, a aproximação juntos aos seus. As (re)construções das sociabilidades dos africanos começavam desde os primeiros momentos de cativo e se estendia por toda viagem atlântica e na sua vida cotidiana construída na América. Nesse sentido, voltar para casa não estava apenas no pensar e tomava formas concretas. Nossa preocupação neste capítulo é de lançar luz às várias práticas dos africanos na cidade da Parahyba do Norte com esse intuito de – por intermédio de práticas culturais –rememorar seu lugar de origem e sentir-se mais próximo da África ou de uma “terra prometida”.

4.1 – Trabalhos e sociabilidades escravas: solidariedades no mundo do trabalho

O principal fator que levou os africanos a serem escravizados nas Américas foi a o econômico. Já traçamos, no capítulo 2, os vários lugares em que a população africana foi destinada ao trabalho: as lavouras de cana de açúcar, as plantações de algodão, as criações de gado, entre outras atividades produtivas desenvolvidas no Brasil. Entretanto, o trabalho não se encerrava em si. Diante de uma condição de opressão

e exploração, os africanos desenvolveram estratégias para minimizar a dor e o esforço das atividades laborais. O trabalho, assim, foi também um importante lugar de sociabilidade.

As condições sob as quais os africanos e demais escravizados foram submetidos levavam a um convívio muito próximo. O processo desde a escolha do local para plantar até a preparação e venda do açúcar (principal produto e lugar de vivência dos cativos) era longo e pesado. Em linhas gerais, parecia ser “uma vida rude, monótona e regrada na qual o trabalho jamais parece deter-se e o lazer depende unicamente da boa vontade dos chefes e senhores ou das intempéries que inutilizam o canavial” (MATTOSO, 1990, p. 135)². Com efeito, surgia a necessidade para essas pessoas de criar formas de resistir a essa violência.

A primeira característica que podemos destacar é a organização do trabalho. “Os trabalhadores africanos enfrentavam suas árduas tarefas diárias de maneira organizada, com personalidade própria” (REIS, 2003, p. 356). Isso facilitava a vida laboral. Contudo, como demonstramos no capítulo 2, a quantidade de africanos em grandes propriedades não era tão significativa na Paraíba. Dessa maneira, a relação com o trabalho poderia também se estender para além dos africanos. Estes, em número pequeno, se organizavam com os demais escravizados nas lavouras de cana da capitania/província. Sem dúvida, como nos lembra Mattoso (1990, p. 136), em pequenas propriedades, a vida comunitária é mais difícil, principalmente para os africanos que não dominavam muito a língua e conviviam com grupos que não eram da África, todavia, a socialização não era impossível.

2 Uma descrição detalhada do processo de produção canavieira foi feita por Antonil (2011) e Koster (2003).

Outro traço comum nas atividades que contavam com os africanos eram os cantos. Cantar no trabalho era uma característica cultural trazida da África. Isso não significava dizer que eram felizes e aceitavam a condição. Ao contrário. Como sugere João José Reis (2003, p. 358) “essa atitude diante do trabalho servia tanto para espantar a tristeza da vida como para estabelecer limites à exploração”. Dessa maneira, cantar era resistir.

No início do século XX, Ademar Vidal (s/d, p. 104) presenciou vários carregadores fazendo um canto simples e monótono. O autor já identificava nessa prática uma forma para amenizar o trabalho e descansar o corpo. Versos como “olé-lé, vira moenda/ olé-lé, moenda virou” eram cantados nos canaviais da Paraíba do século XX e, provavelmente, também pelos africanos no início do oitocentos.

As referências aos instrumentos de trabalho eram constantes. Já citamos a moenda, mas Vidal (s/d, p. 107) nos traz também o pilão. Os negros cantavam “João crioulo/Maria mulata/ João Crioulo/ Maria Mulata/ Ai pisa pilão/ pilão gongué/ ai pisa pilão/ pilão gongá”. Além dos instrumentos de trabalho, podemos perceber a presença de personagens como João Crioulo e Maria Mulata que representam trabalhadores negros. Dessa maneira, esses cânticos poderiam servir como estímulo para aqueles submetidos ao trabalho compulsório.

Além das atividades nas lavouras de cana de açúcar, principal atividade a demandar por mão de obra, os escravizados vindos da África também trabalhavam na pecuária. Já citamos o trabalho de Moraes (2009) que apresenta considerável presença africana no sertão da Paraíba na primeira metade do século XVIII. Conseguimos identificar na documentação o caso de Joaquim, de 45 anos, Angola, que era

vaqueiro nas terras de seu proprietário Joaquim de Melo Azedo. O canto (através do aboiar) estava presente.

Entretanto, não era apenas nos canaviais e grandes plantações que os africanos e seus companheiros cantavam. Ademar Vidal faz referência aos negros que desembarcavam as cargas no porto do Varadouro no final do século XIX e que cantavam enquanto trabalhavam. A presença dos cativos na descarga, condução e abertura do que chegava no trapiche do Varadouro remete à primeira metade do século XIX (CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Paraíba ao Vice-Presidente de 29 de maio, AHWBD, Cx. 12, 1835).

O mesmo se dava com os carregadores. Essa atividade era comum nas cidades oitocentistas e era exercida, quase que exclusivamente, pelos escravizados na primeira metade do século XIX³. Utilizando-se de carros de madeira ou carroças de mão, esses africanos transportavam as cargas necessárias para atividades produtivas (SOARES, 2007, p. 164-165).

Esse trabalho muitas vezes era exercido por escravos de ganho. A única referência que encontramos aos carreiros foi no inventário de Joaquim de Melo Azedo. Dos 145 escravos que possuía, 14 eram carreiros (ou seja, cerca de 10% de sua posse escrava). Não sabemos se eles exerciam essa função apenas nas propriedades do Joaquim de Melo Azedo ou se eram alugados a terceiros. Contudo, a partir das informações documentadas, conseguimos identificar algumas características desses trabalhadores. Uma primeira delas é a presença de africanos.

3 Na segunda metade do oitocentos, com o fim do comércio atlântico, a quantidade de escravizados voltados para atividades como de iluminação pública, limpeza urbana e carregadores diminui, sendo este trabalho feito por pessoas livres pobres (SOARES, 2007, p. 160).

Nove dos 14 carregadores vieram da África. Alguns desde cedo já se envolveram com essa atividade, como Rodrigo de Angola que com 18 anos fazia o transporte de cargas e pessoas. Augusto, também Angola, provavelmente havia se especializado e aos 50 anos ainda era carreiro.

José Noro, 40 anos e Angola, conseguiu ter outras especializações além de trabalhar no transporte de cargas e pessoas. Ele também era oficial (ou mestre) de açúcar, responsável por “julgar se o caldo está limpo, e o açúcar cozido e batido quanto pede, por estar em sua conta; assiste às têmperas e ao repartimento delas nas fôrmas, além do que lhe cabe fazer na casa de purgar” (ANTONIL, 2011, p. 147). Essa função era fundamental, pois dela dependia a qualidade do açúcar. Dessa maneira, a experiência de José Noro demonstra que ele, enquanto africano escravizado, conseguiu ascender dentro do engenho, assumindo importante cargo na produção açucareira.

Além de carreiros e mestres de açúcar, outras atividades eram exercidas pelos africanos na cidade da Parahyba do Norte. Estamos pensando em um espaço urbano e, entre os escravizados, muitos trabalhavam de aluguel ou no ganho. Há uma diferença entre o sistema de aluguel e o de ganho.

Escravos ao ganho eram aqueles que após fazerem alguns serviços na casa de seus senhores, iam para as ruas, em busca de trabalho. Alugavam seu tempo a um, e a outro, e deviam no final de determinado período entregar a seus senhores uma soma previamente estabelecida. Não importava como a quantia havia sido atingida, e nem mesmo se fora ultrapassada. O fundamental eram não faltar ao pagamento e evitar punição (ALGRANTI, 1983, p. 43).

Já o caso do sistema de aluguel se dava quando “aqueles que possuíam mais escravos do que o necessário podiam alugá-lo a terceiros e conseguir dessa forma um bom rendimento, além da manutenção de seus servidores” (ALGANTRI, 1983, p. 43). Este último pode ter sido o caso dos carreiros de Joaquim de Melo Azedo. Na documentação não conseguimos identificar casos explícitos de escravos de ganho, mas alguns indícios apontam para identificarmos africanos que exerciam essa atividade⁴.

Esse pode ter sido o caso dos escravos de Antônio José Nunes de Vasconcelos. Ele tinha sob sua propriedade cinco cativos, dos quais quatro eram africanos (dois de Angola e dois da Costa da Mina). Duas questões nos chamam atenção. A primeira diz respeito à idade avançada desses cativos. Felis e João, ambos Mina, tinham 55 e 50 anos respectivamente. Os Angolas João e Joana tinham 67 e 40 anos. A segunda é que os únicos bens de Antônio José eram esses escravos. Ele não possuía nenhum bem de raiz como sítio ou fazendas. Esses dois fatores nos levam a crer que o senhor permitia aos africanos citados a atividade de ganho, pagando a diária negociada. Essa poderia ser talvez a principal fonte de renda de Antônio José (INVENTÁRIO Antônio José Nunes de Vasconcelos, ACMF, 1808).

Paulo, escravizado de Angola, pertencente à Maria Francisca, também pode ter sido utilizado no ganho. Ele era a única propriedade escrava de sua senhora, que não possuía outros bens se não duas casas de taipa. Além de ser utilizado nos afazeres domésticos, Paulo poderia prestar serviços a outras pessoas na cidade, ganhando algum dinheiro,

4 Uma discussão mais aprofundada sobre os escravos de ganho está presente em Gorender (2010), Karasch (2000) e Soares (2007).

pagando a sua senhora e ficando com o que sobrasse (INVENTÁRIO de Maria Francisca, ACMF, 1826).

O trabalho doméstico era outra atribuição comum aos escravizados urbanos. Este era considerado um trabalho não produtivo (GORENDER, 2010, p. 505), mas que também poderia contar com os africanos. Essa atividade era exercida por ambos os sexos, mas em sua maioria por mulheres. Catharina, uma Angola de 60 anos, era provavelmente uma escrava doméstica. Sendo a única escrava de D. Cândida Maria Boaventura, uma senhora que só tinha como bem a sua casa, ela pode ter trabalhado toda sua vida (ou o final dela) no ambiente doméstico.

Vale ressaltar que essa era uma atividade bastante específica, pois o escravizado lidava diretamente e convivia muito próximo aos senhores. Isso não evitava a violência e os maus tratos (SOARES, 2007, p. 110), porém facilitaria uma possível alforria ao final da vida dos proprietários, devido aos “bons serviços” prestados no leito familiar. Esse era um espaço de sociabilidade que ia além das relações escravo-escravo.

Em alguns casos de fuga ou descumprimento da ordem, a punição utilizada pelas autoridades era o trabalho. Vamos nos aprofundar mais adiante das várias possibilidades encontradas pelos escravos para quebrarem a relação de opressão escravista. Todavia, a vigilância e repressão eram constantes, incluindo para aqueles que viviam no mundo urbano. Em 1841, o Presidente da Província, avisava ao prefeito da comarca da Parahyba que todos os cativos apreendidos após fuga ou os demais que se encontravam na cadeia, deveriam ser usados em serviços públicos como limpeza de ruas e praças (CORRESPONDÊNCIA

do Presidente da Paraíba ao Prefeito da Comarca da Capital de 16 de agosto, AHWBD, cx. 019, 1841).

Poderíamos continuar citando casos de africanos e outros escravizados que viveram os mundos do trabalho e trocaram experiências, criaram laços de solidariedades e conflitos. Encerraremos esse aspecto, pois outras eram as formas de se relacionar estabelecidas por essas pessoas. Uma delas era por intermédio do batismo e constituição de redes de compadrio.

4.2 – “Nós viveremos o teu evangelho”⁵: o sacramento do batismo e as relações de compadrio dos africanos na cidade da Parahyba do Norte

Uma das atividades que faziam parte do violento processo de escravização e dessocialização dos africanos submetidos ao comércio atlântico era a prática do batismo. Não podemos perder de vista que, durante séculos, o discurso legitimador da conquista e colonização das Américas e da África, seguida pela escravização, perpassava pela prática do cristianismo⁶.

O sacramento do batismo possuía, basicamente, dois significados: o religioso e o social. Desde o século XVI, a Igreja Católica tinha passado por uma reformulação com a Contra-Reforma tendo por intuito frear a expansão protestante. Houve um esforço em fortalecer os

5 NASCIMENTO, Milton. Aleluiá. **Missa dos Quilombos**. 1982.

6 Luís Felipe de Alencastro (2000) ao discutir a formação do comércio atlântico de escravizados apresentou os vários argumentos utilizados pelos religiosos para justificar a prática, citando, por exemplo, a bula papal Romanus pontifex, na qual “Considerava-se justo o comércio e a posse de negros, visto que muitos deles, deportados para Portugal, se tornavam cristãos” (ALENCASTRO, 2000, p. 53). Ver mais especificamente o capítulo 5 de sua obra, em que se discute uma “Teoria ne-greira jesuíta”.

sacramentos católicos dos quais o batismo era o mais importante por ser o primeiro. Do ponto de vista religioso, assim, esse sacramento é fundamental, pois

Na concepção católica, o indivíduo conseguia com o batismo o perdão de todos os pecados, inclusive o “pecado original”, imputado a todos os descendentes de Adão e Eva, que nasciam em estado de culpa; adquiria-se a condição de ser adotado como “filho de Deus”, feito herdeiro da “Glória e do Reino do Céu”; e, por fim, os que eram batizados antes do falecimento ganhavam a salvação eterna (ROCHA, 2009, p. 217-218).

Assim, no que tange ao sentido religioso, tal sacramento significa a entrada do indivíduo na doutrina cristã, a aceitação, em tese, de seus valores. Tendo o comércio de escravos uma justificativa religiosa, caberia aos conquistadores europeus inserir esses indivíduos à vida cristã, por intermédio do batismo. Os africanos escravizados poderiam ser batizados antes de seu embarque ou logo quando chegavam às terras da América. Havia uma estrutura (mesmo que precária) montada na África para atender aos interesses religiosos. Em barracões e de maneira coletiva, eram submetidos ao ritual, sendo paga para isso uma quantia por cabeça, o que se tornou uma fonte pecuniária para a Igreja (RODRIGUES, 2005, p. 60-61).

A principal fonte na qual podemos constatar a presença africana nas práticas dos batismos são os registros desse sacramento feitos pela Igreja Católica. Tais documentos trazem-nos informações elementares sobre os indivíduos e se pesquisados com cuidado, permite-nos a

identificação de importantes aspectos da vida social oitocentista⁷. Não são as melhores fontes para descobrir o período de entrada dessas pessoas no Brasil, tendo em vista que as datas não são precisas quanto a isso. Entretanto, em cada registro de batismo conseguimos constatar outras importantes informações como o nome da pessoa batizada, sua cor ou origem étnica, sua idade, os nomes do pai e da mãe, o tipo de família constituída (se natural ou legítima) e as redes de compadrio estabelecidas.

Como afirmamos, além do caráter religioso, o batismo ganhava também uma dimensão social. Convivendo em uma sociedade católica, tal sacramento estabelecia importantes vínculos sociais entre as pessoas. Ou seja,

O batismo cria, acima de tudo, uma **relação espiritual**; esta é o vínculo “pensado” que une batizando e padrinhos. O laço expresso significa ou indica esta dimensão invisível. O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ela representa, ao contrário, **associação ou solidariedade**, através da comunhão de “substância espiritual” (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p.41, grifos nossos).

Ao analisar as relações de compadrio, então, podemos identificar várias questões associadas às relações de sociabilidades no período oitocentista, incluindo as possíveis estratégias de sobrevivência da população africana. Apesar do batismo ser um instrumento de dominação

7 Mariza Soares diferencia os termos “registro” e “assento”, o primeiro seria “apontamento individual com nome e dados pessoais do batizado”, enquanto o segundo consistiria no “conjunto de registros individuais feitos a um só tempo” (SOARES, 2000, p. 237). Por serem significados muito próximos e para que o termo “registro” não fique repetitivo, usaremos os dois termos como sinônimos.

e submissão dos africanos à religião dominante – o cristianismo –, isso não implica dizer que estes, ao se batizarem, a aceitavam sem nenhum tipo de contestação. Há uma diferença entre ser batizado e praticar cotidianamente as crenças e princípios católicos. Neste sentido, podemos traçar, basicamente, quatro situações distintas: os que se identificavam com a nova prática cristã e a incorporavam em suas vidas, afinal, não podemos eliminar a possibilidade de conversão voluntária; os que aceitavam elementos católicos, mas não abandonavam suas práticas, usando as duas tradições religiosas; aqueles que a aceitavam oficialmente por uma questão conjuntural, porém, não a praticavam cotidianamente; e os casos em que havia uma recusa por completo. Nos dois últimos casos, a vigilância e repressão eram bastante violentas. Na Bahia, por exemplo, João José Reis traz a repressão ocorrida a um terreiro de Calundu nas décadas finais do século XVIII (REIS, 1988). A preocupação das autoridades era constante, pois as expressões explícitas das religiosidades africanas eram interpretadas como uma afronta, além de estarem relacionadas a movimentos revoltosos de africanos⁸. Não achamos casos semelhantes na Paraíba.

De uma maneira ou de outra, o contato entre tradições religiosas distintas como o cristianismo e várias religiões africanas desenvolveu o que John Thornton (2004) denominou de *religião afro-atlântica*. As religiões africanas e a cristã sofreram o intercâmbio e criaram algo novo. Isso porque havia elementos de comunhão entre elas. Um dos principais pontos em comum destacado por Thornton que permitiram essa fusão

8 O estudo de Reis (2003) sobre a Revolta dos Malês destaca as relações entre a religiosidade, a identidade étnica e a experiência de classe que culminaram no movimento de 1835. Religião e revolta era uma associação comum estabelecida pelas autoridades antes do oitocentos e que se intensificou após a Revolta do Malês.

era a revelação, a ideia de que “havia outro mundo que não podia ser visto e as revelações eram a fonte indispensável pela qual as pessoas poderiam tomar conhecimento desse outro mundo” (THORNTON, 2004, p. 313). Os africanos, continua o autor, não possuíam uma ortodoxia, como os cristãos, facilitando a conversão e a falta de hostilidade deles para com o cristianismo (THORNTON, 2004, p. 325).

Os europeus já vinham praticando o cristianismo na África desde o século XV e, “mesmo se os africanos não se convertiam na África, eles provavelmente possuíam um grande conhecimento do cristianismo antes do embarque, em consequência do empenho missionário e do proselitismo dos mercadores cristãos e de outros colonos” (THORNTON, 2004, p. 335). Dessa maneira, a população africana estava em contínuo contato com os elementos religiosos cristãos, que possuíam pontos em comuns com suas religiões. As trocas culturais, assim, eram frequentes. O processo de reinvenção dos africanos nas Américas perpassava pela religiosidade.

James Sweet (2003) concorda em parte com John Thornton. Para Sweet, as cosmologias cristãs e africanas (sobretudo, da região central) eram incompatíveis. Se havia alguns pontos semelhantes, que permitiam a aproximação, como afirmava Thornton, estes eram limitados na vida prática. Existia, por exemplo, congoleses cristãos, mas eles não se resumiam apenas ao catolicismo. Continuavam praticando e acreditando nos valores de suas religiosidades africanas. Dessa maneira, era comum no Mundo Atlântico a bi-religião, ou seja, quando são utilizados valores cristãos e de religiões africanas sem haver necessariamente uma exclusão. Ele não concorda com a perspectiva de *crioulização* da religiosidade, como é defendida por vários historiadores, argumentando que

não foi criada uma religião nova, mas mantidas as práticas e crenças africanas e católicas⁹. O processo de conversão se deu de maneira muito lenta e desigual. No Mundo Atlântico, nem o catolicismo, nem as religiões africanas perderam seus elementos básicos. Contudo, eles tiveram que aceitar valores da outra religião de acordo com as necessidades. Nas palavras do autor,

Africanos e europeus trocaram ideias religiosas no Brasil, naturalizando elementos dos sistemas uns dos outros, de forma a responder a diferentes problemas. Ao mesmo tempo, ambos os grupos se viram obrigados a reinventar determinados elementos dos seus próprios sistemas religiosos para explicar as condições com que depararam no Brasil. Como ponto de confluência de vários mundos, africanos e europeus, a essência religiosa e cultural do Brasil colonial não era nem portuguesa nem africana. Ao mesmo tempo, também não se tratava de uma mistura crioulezada e indiferenciada (SWEET, 2003, p. 265).

Devido à presença antiga dos portugueses na África, a prática do batismo foi comum em várias regiões do continente. Se, por um lado, possuía um caráter legitimador da escravização dos africanos feita pelos europeus, por outro, foi interpretado pelos africanos a sua maneira. Os congoleses, por exemplo, articulavam a ideia do batismo ao consumo de sal. Para eles, sal era sinônimo da livrança do mal, assim, o ritual deveria ser feito com esse produto. “O batismo (comer sal) era entendido como uma proteção externa contra os males que afligiam os africanos. Era, em grande medida, um remédio temporal, e não uma prescrição

9 Alguns dos autores que defendem a perspectiva de uma crioulezadação (ou seja, o intercâmbio levando a algo novo) da religiosidade são Mintz e Price (2003), Souza (2002) e Thornton (2004).

para a salvação eterna e para a purificação dos pecados” (SWEET, 2003, p. 231)¹⁰.

Contudo, afastados de seu ambiente social, a população africana escravizada, após o trauma da viagem pelo Atlântico, se via submetida a uma experiência distinta da que já havia vivenciado. Ao chegarem em lugar desconhecido, seria necessário se relacionar com novas pessoas e reconstruir suas vidas. O batismo tornou-se, com o tempo, uma importante maneira de construir laços de solidariedade, por intermédio do compadrio. Logo, os sacramentos católicos assumiram uma função social para os africanos no Brasil. Quando uma mulher vinda da África decidia levar seu filho ao batismo, ou casar-se, ou filiar-se a uma irmandade, como veremos adiante, ela tinha interesses sociais em jogo, além de acreditar (ou não) no simbolismo do ritual. Acabava, de alguma maneira, vivendo o evangelho católico, como sugere o título deste tópico. Isso não implica dizer, porém, que ela estava abrindo mão de suas crenças trazidas da terra natal. Vejamos, então, como funcionou socialmente o batismo para os africanos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, cidade da Parahyba do Norte.

Em uma cerimônia de batismo, podemos identificar os africanos em três posições: sendo batizados, participando do batismo de seus filhos ou apadrinhando alguém. Os dois últimos casos demonstram, muitas vezes, um grau de sociabilidade mais complexo. O ato do compadrio é um indício de que tais africanos criaram um vínculo social com as pessoas que estavam sendo apadrinhadas. Da mesma maneira, ao batizar seus filhos, conseguimos perceber que essas pessoas já

10 Sweet (2003, p. 231) traz-nos descrições sobre como eram feitos os batismos em massa no momento do embarque dos africanos escravizados.

possuíam relações familiares constituídas. Esses casos foram possíveis devido a certo tempo de estabelecimento em um lugar.

Na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, cidade da Parahyba do Norte, podemos constatar, entre os anos de 1833 e 1860 (ressaltando que há a lacuna entre os anos de 1842 e 1845)¹¹, a presença de 46 pessoas sendo batizadas, o que representa 0,57 % do total de batismos ocorridos no período. Esse número parece pouco, mas as informações sobre esses africanos nos permite compreender alguns pontos sobre suas experiências. Dessas 46 pessoas africanas, 18 eram mulheres e 28 homens, uma tendência comum em relação à presença africana no Brasil: a superioridade numérica dos homens sobre as mulheres.

Todavia, o pequeno percentual não significa que a cidade da Parahyba possuía tão poucos africanos. Como afirmamos anteriormente, essa população escravizada poderia ter sido batizada antes de embarcar, ainda estando na África. Ademais, parte da população africana vinda para a província, passava antes pelo porto do Recife, onde também há chances de ter passado pelo batismo. Dessa maneira, muitos cativos que entravam na Paraíba, já haviam cumprido esse protocolo religioso. Outro aspecto que nos leva a crer que a população africana seria maior do que a apresentada nos registros é a presença considerável de crioulos (cerca de 5,7% do total de batizados). Este termo era geralmente utilizado para identificar os filhos de africanos.

11 Ressaltamos que os livros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves estão presentes no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. No recorte estudado, eles são quatro livros. Entre 1842 e 1845 não possuímos nenhum registro de batismo, pois o tempo e o cuidado humano não permitiram que eles chegassem até nossos dias.

Todas as pessoas batizadas eram adultas, também outra tendência da população africana no Brasil¹². O fato de serem quase todos adultos e estrangeiros pode ter interferido na não constatação do tipo de filiação e nos nomes dos pais e mães dessas pessoas. Em apenas um caso dos africanos batizados conseguimos constatar o tipo de filiação. Maria, “preta de Angola”, escrava de Manoel Francisco da Silva, foi registrada como “natural” (LB II, AEPB, fl. 106). Os nomes do pai e da mãe também foram apresentados em apenas dois casos: João e Lourenço, ambos de “nação Congo” e escravos de Francisco Pereira de Abreu, ao serem batizados na mesma cerimônia, disseram os nomes do pai e da mãe (LB III, AEPB, fl. 02). Na documentação essas informações estavam ilegíveis.

A única exceção no que diz respeito à idade dos africanos batizados foi o caso de Damiana. Vinda de Angola, ela possuía 14 anos e foi batizada em 29 de junho de 1840 (LB I, AEPB, fl. 153). Seu proprietário era o negociante inglês Duardo Pover, morador da província desde a década de 1830. Apesar de todo o esforço do abolicionismo britânico e da pressão externa da Inglaterra, os ingleses residentes no Brasil tinham outros interesses e talvez não estivessem tão envolvidos com os discursos abolicionistas proferidos por seus conterrâneos na primeira metade do século XIX.

Outro aspecto a ser destacado no caso de Damiana consiste nas suas escolhas para padrinho e madrinha. Mesmo ainda não sendo adulta e estando há pouco tempo no Brasil, ela teve como padrinho Joaquim

12 Como o comércio atlântico de escravizados tinha a finalidade econômica, a preferência na compra era para homens na idade adulta. Com o tempo, o número de mulheres e crianças aumentou, porém, a preferência continuou sendo para o grupo já referido. Um resumo sobre a demografia escrava no Brasil entre os séculos XVI e XIX pode ser encontrada em Goulart (1975) e Luna e Klein (2010).

Monteiro, um pardo livre e Andreza do Rego, uma crioula também livre. Um escravizado africano conseguir ser apadrinhado por duas pessoas livres é um caso a se destacar, principalmente tendo em vista a pouca idade de Damiana. Cabe-nos, diante disso, muitas perguntas: seriam Joaquim e Andreza uma indicação de seu proprietário? Teriam ambos estabelecido com Damiana, até devido a sua pouca idade, uma relação de afetividade logo após sua chegada? Não sabemos.

Em todos os 46 casos, percebemos a presença de padrinhos na cerimônia de batismo. Por outro lado, em 22 ocasiões, as madrinhas não estiveram presentes. Em estudo anterior, ao analisar os casos dos pardos e semibrancos¹³ da referida freguesia, constatei situação semelhante. Além desta característica revelar uma maior importância do papel masculino na sociedade, a ausência das madrinhas também se articula a fatores como condição jurídica e tipo de filiação das pessoas batizadas¹⁴ (GUIMARÃES, 2013).

Sobre a condição jurídica dos padrinhos desses africanos, temos as seguintes informações: 18 deles eram escravizados; 8 eram libertos; uma pessoa livre; e os demais casos não tiveram a condição jurídica registrada. Era muito comum nos registros de batismos feitos na Freguesia de Nossa Senhora das Neves conterem poucas informações sobre os padrinhos e madrinhas. Porém, os poucos dados que temos são significativos. Se a escolha dos padrinhos não tiver sido determinada

13 O termo “semibranco” é encontrado em vários documentos na Paraíba, que variam desde os registros de batismos a ofícios da Guarda Nacional. Ainda há poucos elementos para definirmos com segurança o que significava o termo. Realizei essa discussão em Guimarães (2013).

14 Silvia Brügger (2007) também aponta para a preferência pela figura do padrinho devido ao seu papel social.

pelos proprietários e sim pelos escravizados¹⁵, temos uma situação interessante.

Cerca de 41,30% dos africanos batizados escolheram como padrinhos pessoas escravizadas. Esse indício pode nos levar a crer que a escolha levou em consideração o fortalecimento dos laços construídos sob a mesma condição social. José, por exemplo, foi batizado em 18 de junho de 1837. Vindo de Moçambique, ele tinha como senhor Antonio Elias Cabral. Seu padrinho era também escravo. Benedicto Francisco participou da cerimônia de batismo como padrinho de José e também compartilhava da mesma condição, mas tinha como senhor Francisco de Assis da Rocha (LB I, AEPB, fl. 77). Casos como este demonstram uma circulação entre os escravizados e a criação de solidariedades entre eles que iam além das propriedades onde trabalhavam.

Ritta e Luisa, por sua vez, foram levadas ao batismo no dia 08 de novembro de 1835. A primeira foi registrada como “gentio da África”, a segunda, de acordo com o assento de batismo, veio da Costa da Mina. Ambas eram escravas do já citado José Luis Pereira Lima, importante comerciante da cidade, e tiveram o mesmo padrinho José Benedicto, preto escravo de Manoel José Tavares (LB I, AEPB, fl. 34). Devido ao fato de escravas de um mesmo senhor terem sido apadrinhadas por uma mesma pessoa, não seria exagero pensar que a escolha possa ter passado pelo proprietário. Ora, já que as escravizadas queriam um padrinho de

15 Não podemos nunca esquecer que as relações senhor-escravo eram estabelecidas de maneira muito conflituosa. Da mesma maneira que os escravizados buscavam no compadrio uma forma de fortalecer seus laços de sociabilidades, não podemos eliminar a possibilidade dos senhores tentarem controlar essa decisão. Em todo caso, podemos perceber as escolhas de apadrinhamento como espaços de negociações entre senhores e escravos, em que a decisão destes eram levadas em consideração, como uma forma, inclusive, de aliviar tais tensões.

sua mesma condição e de outro senhor, que este fosse mais próximo de José Luis Pereira. Ou seja, poderia ter havido uma negociação entre Ritta e Luisa com seu senhor. Contudo, Ritta, diferentemente de Luisa, contou com a presença de uma madrinha na sua cerimônia, Maria, uma parda escrava de Manoel Francisco da Rosa, o que nos leva a pensar que a escolha dos padrinhos e madrinhas se deu com menos imposição senhorial. Outra possibilidade estaria no fato de ambas terem boas relações com José Benedicto.

Mas nem sempre os africanos escolhiam como padrinhos escravos de outros senhores. O Coronel Francisco Alves de Sousa Carvalho batizou no mesmo dia 6 de março de 1856 em seu oratório particular três de seus escravos, Joaquim, Vicente e João, todos de Angola. Eles tiveram como padrinho Antonio Lopes Raposo e como madrinha Antonia, ambos pretos e cativos do mesmo proprietário (LB III, AEPB, fl. 237). Cabe-nos questionar: será que tais africanos estavam há pouco tempo na Paraíba e decidiram escolher pessoas que tinham convivência mais próximas, como escravos do mesmo senhor? Os batismos no oratório particular do proprietário seria um indício de que esses escravos não vinham com tanta frequência para as proximidades da Matriz e, conseqüentemente, tinham um círculo de sociabilidade menor. Assim, tais escolhas se deram devido às poucas possibilidades? Ou mais: teria o Coronel Francisco Alves de Sousa Carvalho limitado a escolha desses africanos escravizados? Essas perguntas não possuem respostas simples.

Situação parecida se repete em casos distintos. Em 29 de maio de 1853, três africanos foram batizados. Bernardo, “preto de nação cabunda”, Antonio, de “preto de nação Quiçamão”, e um outro Antonio, “preto de nação Angico” (LB III, AEPB, fl. 119). Todos os três tinham

como proprietário José Luis Pereira Lima, o mesmo das africanas Ritta e Luisa citadas anteriormente. Todos tiveram o mesmo padrinho, o liberto Alexandre Pereira da Silva, e não tiveram madrinha. Como afirmamos anteriormente, talvez Pereira Lima não fosse tão inflexível em relação aos seus escravizados determinarem quem seriam seus padrinhos. Entretanto, o que explica o fato de três africanos escolherem o mesmo padrinho de outra condição social? Seria uma determinação do senhor ou eles conviviam no mesmo círculo social em que Alexandre Pereira da Silva, o padrinho, tinha uma boa inserção?

A experiência de liberto era bastante ambígua. Mesmo não sendo mais considerado escravo, havia vivenciado o cativeiro. Muito deles mantiveram os laços sociais estabelecidos sob tal condição. Esse pode ter sido o citado caso de Alexandre Pereira da Silva, que mesmo depois de conquistado a liberdade, manteve relações de solidariedade com os escravizados, como os casos dos dois escravos de José Luis Pereira Lima, Antonio e Bernardo.

Este também era o caso de Francisco Gangá. Mais adiante, discutiremos sobre este personagem. Contudo, desde já, poderemos trazer alguns pontos sobre ele. Como seu nome indica, Francisco Gangá teria nascido em Angola. O termo *n'ganga* era de origem banto, utilizado frequentemente em Angola para denominar a função de sacerdotes (MATOS, 2013, p.52). Para Alencastro, o termo era uma “palavra do idioma quimbundo que servia para qualificar tanto os feiticeiros tradicionais como os padres europeus, perpetuando o caráter mágico da intervenção dos sacerdotes” (ALENCASTRO, 2000, p. 279). Diante dessas informações, Francisco pode ter sido um sacerdote em Angola ou filho de algum e fez questão de manter no nome suas origens africanas.

Não sabemos exatamente quando conseguiu sua liberdade, mas já em 1838 ele aparece como liberto. Entretanto, não abandonou seus companheiros da época de cativo e, ao que parece, mantinha uma relação muito próxima a eles. Dos seis batizados em que participou como padrinho, cinco eram de pessoas escravizadas, sendo três africanas (duas de Angola e outra identificada apenas como “de nação”), uma crioula e duas sem as cores citadas na documentação (dessas duas, uma tinha a mãe escravizada). Todas as cinco pessoas escravizadas que Francisco apadrinhou eram de proprietários distintos. Ou seja, Francisco Gangá era uma figura que circulava e construiu uma relação de solidariedade com vários escravizados da cidade da Parahyba do Norte. Tê-lo como padrinho era algo interessante, pois ele era um forro com propriedades (de acordo com seu testamento, ele tinha doze casas) e articulado com membros da elite (Francisco e sua mulher Cosma deixariam seus bens para Carlos Holmes, influente negociante inglês, que citamos no capítulo 2) (LN, AIHGP, Fls 65-66, 1841-1846).

Além de escravizados e libertos, os africanos batizados conseguiram ter como padrinhos pessoas livres. Este foi o caso da já citada Damiana que teve como padrinho Joaquim Monteiro, pardo livre. Mas Damiana não foi a única a ter padrinhos dessa condição jurídica. Paulo Ribeiro Pessoa de Lacerda, no dia 14 de maio de 1854, esteve no Oratório Particular do Engenho do Coronel Francisco Alves de Sousa Carvalho para batizar Tito, um “preto de nação Costa”. Apesar de o pároco responsável pela elaboração do registro não ter informado a condição jurídica do padrinho, destacou a sua cor branca (LB III, AEPB, fl. 156). Não esqueçamos: cor e condição jurídica eram duas questões

que se entrelaçavam na sociedade brasileira do século XIX¹⁶. Ser branco era ser livre. A questão que não sabemos de fato era se a escolha do padrinho teria ocorrido livremente ou de forma limitada. Como questionamos nos casos de Joaquim, Vicente e João, anteriormente referidos, escravos do mesmo senhor e batizados no mesmo oratório particular: será que seus escravizados (como no caso de Tito) teriam muito espaço de escolha, já que moravam numa região mais afastada da cidade e, conseqüentemente, tinham sua circulação e laços de solidariedade mais restrita? Tito teve como madrinha Nossa Senhora das Neves, padroeira da Capital.

As características referentes às madrinhas entre os anos de 1833 e 1860 são basicamente as mesmas referentes aos padrinhos, destacando-se apenas o número significativo de quase 47,82% de africanos que não tiveram madrinhas; e a homenagem feita à Nossa Senhora. Em dois casos, Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade da Parahyba do Norte, aparece como madrinha e em mais dois casos essa homenagem é feita a Nossa Senhora da Conceição.

Além de Nossa Senhora, mulheres africanas também ocupavam a função de madrinhas. Conseguimos constatar o caso de três: Maria Joaquina, “preta do Gentio” que já havia conquistado sua liberdade; Maria da Costa Cirne, que teria vindo da Costa da Mina, que não

16 Em oportunidades anteriores, também fiz essa discussão. Raça e condição jurídica se articulam no Brasil oitocentista. Tal relação torna-se ainda mais evidente nas experiências vivenciadas pelos pardos e pardas nesse período. Cf. Guimarães (2013).

tem sua condição jurídica registrada¹⁷; e Rosa, vinda de Angola, que era escrava de Anna Maria do Nascimento (LB I, AEPB, fls. 34,35, 159).

A primeira, acompanhada por José Benedito, preto escravo de Manoel José Tavares, estabeleceu vínculos de compadrio com a já citada Luisa, escrava de José Luis Pereira Lima. Marcelina da Costa Cirne apadrinhou, ao lado do crioulo Vicente Fernandes Luna, os africanos da Mina, Gonsalo e Lourenço, escravos do mesmo José Luis Pereira Lima. Além destes, ela também aparece ao lado de Manoel Góes, batizando uma preta escravizada de nome Maria (LB I, AEPB, Fls 35; 142). Rosa, por sua vez, compareceu no dia 13 de setembro de 1840 na cerimônia de batismo Joaquina, “preta de Nação Angola”, escrava de Pedro Coelho de Alvergue (LB I, AEPB, Fls 159). Os três últimos casos chamam atenção. Gonsalo e Lourenço foram registrados vindos da Costa da Mina, assim como Marcelina. Joaquina era Angola, bem como sua madrinha Rosa. Teriam Gonsalo, Lourenço e Joaquina escolhidos suas madrinhas levando em consideração às suas nações? A resposta positiva a essa pergunta não seria absurda. A questão étnica era, talvez, o principal elemento de formação identitária e a escolha por padrinhos e madrinhas da mesma nação pode ter sido feita por muitos africanos no ato do batismo.

17 Tendo em vista a hierarquização social do Brasil oitocentista, que tinha como pressuposto fundamental a condição jurídica, uma africana que não possuía seu estatuto jurídico denominado nos registros oficiais pode nos levar a pensar que ela já vivia sob a condição de liberdade. Ademais, cabe destacar o sobrenome desta africana. Costa Cirne era uma importante família na Paraíba. Um dos membros dessa família era o Padre José da Costa Cirne, que participou das Cortes de Lisboa entre 1821-1823, como deputado da Paraíba. Analisamos, como já citamos, o inventário de Aleixo da Costa Cirne, pai do referido padre, que apresentava uma riqueza somada em 10:108\$652, composta, dentre outros bens, por onze escravos. Esse valor total de sua propriedade o fazia um dos homens mais ricos da Paraíba, de acordo com os inventários do período pesquisado.

Não foi tão comum, porém, africanos apadrinharem outras pessoas. Além do caso de Francisco Gangá, conseguimos identificar apenas mais três homens africanos aparecendo para serem padrinhos. Foram eles José Joaquim – africano e escravo do importante negociante inglês Carlos Holmes –, Antonio Gomes e Manoel de Góes. Sobre estes últimos não consta nada acerca de suas condições jurídicas (LB I, AEPB, fls. 70; 122; 142). Manoel Góes aparece apadrinhando a preta escravizada Maria. Ao lado dele, como madrinha, estava a já citada Marcelina da Costa Cirne. Por ser preta, adulta e não possuir o nome dos pais no registro, acreditamos que Maria seja também uma africana. Ela teria, assim, um padrinho e uma madrinha de seu mesmo continente, em uma condição social melhor do que a sua, demonstrando os laços internos estabelecidos pelos africanos.

José Joaquim, por sua vez, apesar de ser escravo de Carlos Holmes, teve como afilhado Valentim, que era escravo de outro senhor, Placido Ferreira da Silva. Tereza, preta, era a mãe de Valentim. Este caso nos possibilita pensar as circulações entre os escravizados de proprietários distintos e o fortalecimento das solidariedades horizontais, através das quais membros do mesmo grupo se auxiliam mutuamente. Tereza era preta e escravizada, possivelmente africana (LB I, AEPB, Fl 70).

O caso de Antônio Gomes é também bastante interessante. Ele aparece na cerimônia de batismo de Maria, que era filha legítima de Balthazar Alves da Silva e Prudência Maria do Nascimento, ambos indígenas. A população indígena no século XIX, praticamente some dos registros de batismo. Encontrar um casal desse grupo tendo uma família apadrinhada por um africano é elucidativo acerca das possibilidades de solidariedades entre os africanos e os índios.

Até o presente momento, citamos casos daqueles que foram batizados e apareceram apadrinhando, vamos agora apresentar outro papel exercido por esses africanos que são expressos pelos registros de batismos: pai e mãe. O que é interessante ser destacado em relação às informações referente aos pais e às mães é que, em primeiro lugar, os seus filhos batizados eram todos crianças. Isso implica afirmar que os laços de solidariedade estabelecidos por intermédio do compadrio passavam pelo pai e/ou pela mãe e não diretamente pela pessoa batizada, como nos casos dos adultos africanos analisados nos parágrafos anteriores. Em segundo lugar, conseguimos identificar os arranjos familiares construídos pelos africanos na cidade da Parahyba.

Identificamos sete pais africanos. Todos eles tinham seus relacionamentos legitimados pela Igreja Católica, ou seja, eram casados e seus filhos legítimos. O único caso, porém, de pai africano casado com mãe africana foi o de Domingos, “preto do Gentio” escravizado, que era casado com Maria, também “preta do Gentio” e escravizada. Ao que tudo indica, ambos eram propriedades do Major Manoel Soares Nogueira de Moraes¹⁸. Domingos e Maria foram no dia 5 de maio de 1839 até a Matriz da cidade da Parahyba do Norte batizar seu filho Gregorio, que também tinha a condição de cativo (devido à condição da mãe) e que teve como padrinho Joaquim Tavares Bastos (LB I, AEPB, fl. 130).

Outros cinco africanos que levaram seus filhos para serem batizados eram casados com mulheres crioulas, sendo uma liberta e quatro

18 O documento não traz essa informação com clareza.

livres¹⁹. Além de levarmos em consideração as questões afetivas que implicam na escolha de um cônjuge (que não é tão simples e não vamos fazê-lo aqui), não podemos perder de vista que a condição jurídica era relevante, principalmente da mãe, pois definiria a condição dos filhos. José de Brito, “Gentio da África”, era casado com Maria José do Rosário, crioula que havia recebido (não sabemos quando) carta de alforria de sua senhora Francisca de Assis Pereira Rocha (LB I, AEPB, fl. 131). Não temos como identificar se a liberdade foi comprada ou concedida pela senhora. Talvez o casal tivesse conseguido dinheiro suficiente para a compra da alforria. Escolheram, assim, Maria José do Rosário. Essa decisão provavelmente foi pensada levando em consideração o futuro de seus filhos. Quando, em setembro de 1839, Armindo, filho deste casal, foi batizado, o pároco o registrou como livre. Discutiremos mais a frente, as estratégias para a busca pela alforria que tendia a ter as mulheres como as principais beneficiadas com as cartas de liberdade.

Temos também o caso de João José, “preto da África” e escravo do Padre José da Costa, casado com a indígena Catharina Maria da Conceição. Batizaram o menino Thomas, em 1833, tendo como padrinho o crioulo Maximiano Bandeira (LB I, AEPB, fl. 5). Fato que nos chama atenção consiste nas datas de batismo dos filhos de pais africanos. Estes só aparecem entre 1833 e 1841. Entre 1846 e 1860, nenhum pai africano levou seu filho para ser batizado. Seria uma consequência da repressão ao comércio atlântico de escravos no Brasil, levando à redução de homens africanos na Paraíba? Não sabemos responder ao certo.

19 Em três casos, não há no registro informações sobre a condição jurídica e o nome dos proprietários dessas pessoas. A conclusão que podemos chegar diante disso é que elas viviam a experiência da liberdade.

A quantidade de mães africanas que levam seus filhos para a cerimônia de batismo é superior a de pais africanos. Conseguimos identificar 41 mães que batizaram seus filhos. Desse total, 38 (92, 68%) mães eram escravizadas; uma (2, 43%) liberta e uma (2, 43%) livre; e uma cuja condição jurídica. Em apenas duas ocasiões, essas mulheres apareceram com seus maridos, como no já citado caso de Domingos e Maria (ambos africanos); e Florinda, “preta de Nação”, que era liberta e casada com o crioulo escravo João (LB I, AEPB, fl. 20). Neste último caso, temos uma mulher africana que goza da liberdade, casada com um crioulo escravizado. Sua liberdade pode ter sido adquirida também pensando no futuro dos filhos. José, filho do casal, nasceu livre.

Desta feita, temos uma quantidade muito grande de mulheres africanas solteiras ou que não são casadas na Igreja, vivendo, assim, uma possível relação consensual. O casamento era outro importante sacramento da Igreja Católica. O padrão estabelecido na sociedade oitocentista, fortemente religiosa, era um casamento legítimo reconhecido pela Igreja. Contudo, temos dois fatores a destacar. Em primeiro lugar, o não reconhecimento dos relacionamentos não implica dizer que essas pessoas não eram casadas. Poderiam estabelecer relacionamentos consensuais, mas não legítimos. Estudos na Paraíba oitocentista demonstram que a quantidade de casamentos legítimos varia de acordo com a condição jurídica, sendo mais comum entre os livres. Esse fato pode ter sido comum devido aos custos cobrados na cerimônia. Muitos escravizados

não tinham condições para isso (ou preferiam usar seu pecúlio para outros fins) e/ou seus proprietários não queriam arcar com tais custos²⁰.

Em segundo lugar, mesmo que não houvesse uma união consensual, não podemos deixar de levar em consideração que essas pessoas construía famílias. Os últimos estudos sobre a história da família demonstram vários tipos de arranjos familiares que não se resumem apenas à família nuclear, composta por pai, mãe e filho/a²¹.

Ademais, há várias situações de casamentos legítimos envolvendo africanos. Infelizmente, não temos dados suficientes para fazer uma análise quantitativa, porém, a partir dos inventários, conseguimos identificar casais compostos apenas por africanos, e destes com mulatos e crioulos. Isabel, por exemplo, foi casada com Manoel. Ambos eram Angolas e escravos de Joaquim de Melo Azedo. Essa relação africano com africana se repete mais nove vezes entre os cativos do referido proprietário. Em três casos vimos casais formados por africanos e crioulos. Foi o caso de Antônio e Martiniana, ele africano e ela já nascida no Brasil. Todos esses casais tinham idade próximas, com diferença máxima de cinco anos. A única grande diferença de idade constatada foi no casamento de Mathias e Maria Antônia. Vindo de Angola, Maria casou-se com Mathias, que era mulato. Ela tinha 38 anos e ele 55 (INVENTÁRIO de Joaquim de Melo Azedo, ACMF, 1851).

20 Rocha (2009) e Lima (2008) fazem esta constatação. Ao trabalhar a população parda da cidade da Parahyba do Norte, também percebi que na medida em que há a mudança de condição jurídica, as pessoas regulamentam mais suas uniões afetivas na Igreja, em Guimarães (2013, p. 61).

21 Para uma ideia sobre os novos estudos sobre família, sugiro as leituras de Faria (2011), Reis (2001, 2011), Rios (1990) e Rocha (2009).

A análise dos assentos de batismos permite-nos fazer considerações sobre pontos importantes de sociabilidades construídas pelos africanos vindos à cidade da Parahyba. Desde os laços de compadrio e os arranjos familiares constituídos, na cerimônia de batismo, essas pessoas deixaram (indiretamente) registradas as estratégias sociais por elas encontradas para construir um espaço de autonomia numa sociedade escravista e opressora a qual estavam submetidos. Mas essas não foram as únicas práticas sociais utilizadas pelos africanos. As irmandades religiosas também formaram um importante espaço de socialização africana.

4.3 – “Estamos chegando dos pretos rosários”²²: as irmandades religiosas e a população africana

Até o momento, já citamos diversos nomes de africanos que viviam na cidade da Parahyba do Norte. Os vários exemplos servem para que nós possamos compreender com mais densidade o que se passava entre os africanos na sociedade escravista do Brasil no século XIX, pensando o caso específico da capital da província da Paraíba. Não podemos ficar apenas conjecturando sobre as experiências vividas por essas pessoas, sem trazê-las no que podemos conhecer, por intermédio das fontes. Alguns personagens, porém, vão se tornando mais conhecidos nesta narrativa. Um deles é Francisco Gangá.

Como afirmamos anteriormente, Francisco Gangá veio de Angola e construiu na cidade da Parahyba do Norte redes de solidariedade a ponto de ter apadrinhado seis pessoas entre 1838 e 1847.

22 NASCIMENTO, Milton. A de Ó (Estamos Chegando). **Missa dos Quilombos**. 1982.

No intervalo desses anos, em 1844, o mesmo Francisco, acompanhado por sua mulher Cosma Correia, foi ao encontro de Joaquim Rodrigues Segismundo, tabelião na cidade da Parahyba. Seu interesse era fazer seu testamento. No dia 15 de fevereiro, deixou registrado que

Morrendo qualquer um deles queriam ser acompanhados pelas suas irmandades sendo sepultados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o que o sobrevivente mandará dizer [ilegível] seis missas pela alma do que morrer pelos quais pagará a esmola de costume (LN, AIHGP, 1841-1846, fl.165).

Não sabemos quando Francisco ou Cosma morreram. Três anos depois do testamento, Francisco Gangá ainda estava apadrinhando pessoas. O que nos interessa no momento, porém, é a vinculação dos dois com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ambos eram “pretos” e membros da irmandade que tinha sede nessa Igreja.

As irmandades religiosas foram instituições surgidas na Idade Média que tinham a finalidade de cultuar santos/as específicos/as. Além da devoção, as irmandades visavam à cooperação mútua estabelecida entre seus membros. Em um período de pobreza generalizada como no período medieval, essas associações logo se espalharam por toda a Europa Católica. Elas eram compostas por pessoas leigas, ou seja, não ligadas ao clero, mas tendo fins religiosos. Russel-Wood atribui, além do mais, às irmandades os seguintes traços:

Primeiro, a ênfase na prática das virtudes cristãs em palavras e atos; segundo um espírito de responsabilidade coletivo pelo bem-estar físico daqueles irmãos (e seus dependentes) que precisassem de esmolas, assistência médica, alimentos, roupas e sepultamento; terceiro, quando os fundos permitiam, um compromisso com a ajuda caritativa aos pobres

e doentes da paróquia (RUSSEL-WOOD, 2005, p.192).

A expansão marítima que se deu durante os séculos posteriores ao XVI levou tais instituições para várias partes do mundo. As irmandades, então, são importantes objetos para pensarmos o chamado Mundo Atlântico. Surgidas na Europa, logo se firmaram na África e na América, carregando traços desses vários lugares e interligando culturalmente o oceano.

A profunda religiosidade que se construiu na sociedade escravista no Brasil aliada à condição de desigualdade a qual estavam submetidos os escravizados e pessoas livres pobres tornaram as irmandades importantes associações na colônia, característica esta que se estendeu até o século XIX. Por intermédio dos laços de sociabilidades construídos dentro dessas instituições, escravizados buscaram negar sua *coisificação*²³ e encontrar um espaço para construir solidariedades e ser reconhecido socialmente, além de protegerem-se de uma sociedade extremamente opressora.

as irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo, como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. As irmandades constituíam uma

23 A sociedade escravista tenta constantemente coisificar a pessoa do escravo. Juridicamente, essa coisificação é garantida. Socialmente, ela se expressa por intermédio da violência. Contudo, há uma diferença entre a tentativa de coisificação e a incorporação disso por parte dos escravizados. Durante muito tempo, a historiografia brasileira acreditou na possibilidade de o escravo assumir-se como coisa. O estado atual de nossa historiografia tem apontado para, como já afirmamos, perceber o escravizado enquanto sujeito histórico. Sobre esse debate historiográfico, sugiro a leitura de Reis e Silva (1989) e Chalhoub (2011).

resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Essa necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade (RUSSELL-WOOD, 2005, p.193).

Na doutrina católica, a morte possui grande significado. É o momento de entrada na vida eterna. O indivíduo deveria ser sepultado da melhor maneira possível para garantir uma boa recepção em um “outro plano”. Esse ritual de conexão entre dois mundos (dos vivos e dos mortos) era também fundamental para os africanos. Os funerais, assim, possuíam uma função social e cultural (THORNTON, 2004, p. 345). As irmandades tinham como principal objetivo angariar recursos para garantir condições para o sepultamento de seus membros, tornando-se ainda mais relevantes aos africanos vindos para o Brasil.

Além da questão do sepultamento, tais instituições foram fundamentais para os africanos na América devido à “familiaridade dos centro-africanos com os símbolos, rituais e organizações católicas, combinada com uma crença na estrutura hierárquica da sociedade e no papel do ritual dos reis” (KIDDY, 2012, p. 170). Ou seja, assumiram um papel de organização das relações sociais dos africanos nas novas terras. Vale lembrar, que boa parte dos escravizados vindos da África na Paraíba era de origem centro-africana.

Todavia, mesmo sendo importantes associações de auxílio mútuo e espaços de construções de laços sociais de solidariedade, as irmandades estavam permeadas pelos conflitos não só externamente, sendo divididas por questões étnico-raciais e condições jurídicas, bem como internamente havia disputas pelo poder, como discorreremos mais

adiante. É nesse contexto de segregação racial e de condição jurídica, característica marcante do Brasil oitocentista, que destacamos as irmandades negras, em especial a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

O culto a Nossa Senhora do Rosário se difundiu pela Europa no final do século XV graças à Ordem dos Dominicanos. Célia Maia Borges afirma que a primeira confraria em homenagem a essa santa foi criada em 1475 (BORGES, 2005, p. 49). No século XVII ela tornou-se bastante comum nas regiões do Congo e Angola, assumindo um papel fundamental na colonização e conquista da região instituída pelos portugueses²⁴. No Brasil, a devoção a Nossa Senhora do Rosário já estava presente no século XVII, sendo ainda mais comum na centúria seguinte. A capitania/província da Paraíba também acompanhou esse movimento e fundou a irmandade para essa santa no início do século XVIII.

De acordo com a documentação levantada por Irineu Pinto, a irmandade de Nosso Senhor do Rosário dos Homens Pretos da cidade da Parahyba do Norte teve seu compromisso aprovado, sendo oficialmente fundada, em 1711 (PINTO, 1977, Vol. I, p. 106). Dezessete anos depois, iniciou-se a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (PINTO, 1977, Vol. I, p. 125). Essa Igreja encontrava-se nas proximidades da Igreja da Misericórdia, na rua Direita²⁵.

Ainda no mesmo século XVIII, em 1767, os irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos requisitaram ao Rei de Portugal a

24 No primeiro capítulo da obra de Lucilene Reginaldo (2011) há maiores detalhes sobre a conquista e catequização feita pelos portugueses na região do Congo e de Angola e o papel assumido pelas irmandades do Rosário.

25 José Flávio Silva (2009, p. 137) traz-nos informações acerca da demolição da referida igreja, ocorrida nos primeiros anos do século XX. As ruas citadas neste capítulo já foram descritas no capítulo 2.

renovação do compromisso da Irmandade, enviando em anexo o estatuto desta. Cem anos depois, conseguimos identificar a aprovação do compromisso da mesma irmandade feita pela Assembleia Provincial. Algumas mudanças entre os dois compromissos são perceptíveis, mas suas linhas gerais são, basicamente, as mesmas²⁶. Mesmo os dois compromissos estando em períodos que não pertencem ao nosso recorte, acreditamos que a reflexão sobre eles ajuda-nos a pensar a irmandade na primeira metade do século XIX, principalmente tendo em vista que as mudanças não foram tão significativas.

Geralmente, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram identificadas com a população negra e, mais especificamente, africana. Como afirmamos anteriormente, desde o século XVI, com a presença portuguesa e da Igreja Católica, a África Ocidental conhece as irmandades do Rosário, expandido sua devoção no século seguinte. A diáspora africana ocorrida por todo esse período até o século XIX contou com o importante papel de tais Irmandades. Criadas em Portugal, estas desceram o Atlântico, instalando-se na África e contribuindo na conversão dos africanos ao catolicismo. Em seguida, elas cortaram o oceano e estabeleceram-se no Brasil, exercendo papel fundamental na sociedade escravista. Dessa maneira, essas instituições, mais especificamente as que tinham como devoção Nossa Senhora do Rosário, são importantes

26 Um compromisso era o documento no qual constavam as principais regras da Irmandade. Até o início do século XIX, sua aprovação deveria ser feita pela Mesa de Consciência e Ordem. Com a criação das Assembleias Provinciais, passou a estas a responsabilidade pela aprovação dos compromissos.

instrumentos para a compreensão do escravismo no Brasil e devem ser pensadas em uma perspectiva atlântica²⁷.

Ademais da presença histórica dos portugueses e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, devemos destacar a facilidade que consistia nas orações em devoção a essa santa católica. O Rosário é uma seqüência de orações feita individual ou coletivamente em devoção a Nossa Senhora. É composto por “Pai-nosso” e “Ave Maria”. Segundo Megale, a fácil compreensão e reprodução dessas orações foi bem aceita pela população africana ocidental (MEGALE, 2001, p.431), o que consiste em uma das explicações para a circulação dessa santa entre os africanos. James Sweet (2003, p. 243) ainda acrescenta a possibilidade dos africanos relacionarem o rosário aos talismãs, que “usado ao pescoço, o poder mágico das suas contas servia de bálsamo protector contra os poderes malignos, o que sem dúvida chamou atenção dos africanos e seus descendentes”. Essas características demonstram as apropriações feitas pelos africanos escravizados das expressões religiosas cristãs.

Para pensarmos a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da capital da Paraíba, devemos levar em consideração os aspectos trazidos pelos membros desta confraria desde a África. Seja nas festas ou na própria organização administrativa da irmandade, a herança cultural e os conflitos étnicos estavam representados.

João José Reis (1996) defende a ideia de que as irmandades religiosas, mais especificamente entre a população negra, tinham a função de fortalecer os laços identitários, facilitando a resistência, bem como a de ressaltar a diferença entre os grupos étnicos distintos. No caso da

27 Interessantes trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva foram os de Soares (2000), Souza (2002) e Reginaldo (2011).

Bahia, essas associações estavam separadas não só pela cor (pretos, pardos e brancos) e condição jurídica (escravos, libertos e livres), mas também de acordo com as “nações”. Jejes, Angolas, Minas, entre outros, tinham suas próprias irmandades. Essas distinções foram tornando-se mais flexíveis no decorrer do tempo, porém, internamente, os conflitos continuavam em disputas pela mesa regedora.

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram, geralmente, associadas à população africana banta, vinda das regiões de Angola e do Congo. Todavia, na Paraíba identificamos uma maior flexibilidade de abertura para membros de outras “nações”. Desde seu compromisso de 1767, a irmandade já previa a entrada de africanos vindos de várias “nações”. Em seu primeiro capítulo, os irmãos permitiam a participação “de toda a gente preta, de qual quer nação, que seja, assim livres, como sujeitos, homens e mulheres” (AHU_CU_014, Cx. 24, D. 1831, 1767). Essa característica se manteve até 1867, aceitando pessoas ditas pretas e de várias nações. Pardos (libertos, livres ou escravos) e brancos também eram aceitos, porém com restrições (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, Cx. 049, 1867, fl.1).

Vários pontos podemos destacar a partir dessas propostas. O primeiro deles diz respeito aos termos “pretos” e “nação”. Ambas fazem referência direta à origem africana dos seus membros. Além disso, a população “preta de qualquer nação” é prioritária no documento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo prevista sua entrada já no primeiro artigo. A admissão de brancos e pardos é tratada em artigos posteriores, com o sentido aditivo. Dessa maneira, podemos constatar que havia uma maior presença africana dentro dessa associação e essa

população tentava controlar os espaços de poder caracterizados pelos cargos da mesa.

Em segundo lugar, destacamos que já no século XVIII há certa flexibilidade em relação a entrada de várias nações africanas na mesma irmandade. Levantamos, então, a seguinte questão: a presença africana mais limitada na Paraíba em relação a outros lugares do Brasil fez com que essas pessoas levassem menos em consideração suas diversidades étnicas trazidas da África? Como os estudos em perspectiva atlântica têm demonstrado, os conflitos étnicos da África eram reorganizados no Brasil²⁸. Na Paraíba, talvez, fosse mais interessante para um africano haussá vincular-se a angolas, mesmo que fossem inimigos em seu continente de origem, do que a um pardo.

Muitos desses africanos avaliavam suas possibilidades de vínculos sociais, reduzindo as diferenças diante do contexto de opressão e exclusão. Entretanto, essa característica não é peculiar apenas à Paraíba. Segundo Elizabeth Kiddy (2012, p. 178-179) nem sempre as irmandades estavam divididas em etnias, estando abertas para vários grupos de negros. A autora cita casos do Rio de Janeiro e Minas Gerais que possuíam grande quantidade de africanos. Ainda assim, a autora sustenta que os africanos de Angola, geralmente, estabeleciam mais restrições para o coroamento dos reis. Nas irmandades do Rosário, o comando de Angolas e crioulos era uma característica comum em outras regiões.

28 João José Reis (1996, p. 11-12) mostra-nos, por exemplo, os conflitos na Bahia entre africanos Mina e Angolas expressas por suas irmandades. Em seu estudo *Rebelião escrava no Brasil* (2003), o autor também demonstra esses conflitos.

No final do setecentos, tais irmandades começam a se abrir para outros grupos (KIDDY, 2012, p. 172)²⁹.

Em terceiro lugar, temos também a participação das mulheres nessas irmandades. Se há uma preocupação recente em destacarmos os aspectos de gênero, por exemplo, na escrita, destacando palavras masculinas e femininas, na década de 1760, os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ao pensarem o compromisso dessa associação, não esqueceram de destacar a presença constante das mulheres. Em várias partes, o documento destaca os irmãos e as irmãs, não se limitando apenas ao termo masculino.

Essa é uma característica importante comum às irmandades negras. As mulheres negras, mesmo quando não possuíam os mesmos direitos que os homens, conseguiam um espaço maior nessas instituições. Isso ocorria, principalmente, devido à influência de elementos africanos na constituição das irmandades, pois

os descendentes africanos seguindo uma lógica pertencente à cultura de seus antepassados, aceitavam e valorizavam o papel da mulher dentro do ambiente religioso. Transportando esta participação para suas irmandades, prestigiando suas rainhas, e registrando em suas ordens de compromisso a existência de uma escritã e de uma juíza (ALVES, 2006, p. 70).

Por fim, a irmandade era formada não apenas por escravos, mas também por libertos e livres. Afinal de contas, não podemos pensar essas associações apenas como para formação de identidade, mas também para construir laços verticais, com pessoas de grupos sociais mais privilegiados, como defende a hipótese de Maria Vitória Lima

29 Isso também é destacado por Reis (1996).

(2013). A possibilidade de entrada de pessoas livres e libertas permitira a criação de laços espirituais. Além do mais, como discutiremos mais adiante, as irmandades religiosas foram também espaços de disputas de poder entre a população negra, expressas também pelas condições jurídicas. Assim, os libertos teriam em tais confrarias a possibilidade de exercer um poder que elas não tinham fora delas.

Vamos aprofundar essa flexibilização nas relações entre os africanos de “nações” diversas trazendo alguns poucos casos que conseguimos levantar. Infelizmente, a documentação que existe na Paraíba acerca das irmandades negras, em especial, sobre as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos são bastante escassas. Resumem-se, basicamente, aos seus compromissos. Só para se ter uma ideia, de acordo com o compromisso confirmado em 1867 pela Assembleia Provincial, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da capital deveria ter os seguintes registros que ficavam sob a responsabilidade do secretário da mesa:

Capitulo 6º.

Das obrigações do Secretario

Art.17º= O Secretario será sempre pessoa que tenha conhecimento de escripturação, e contabilidade, e que seja de bons costumes, prudente e intelligente; e lhe cumpre:

§1º A escripturação de todas as actas, e termos da Mesa.

§2º A escripturação do livro da assentamento de irmãos, e irmãs, que deve ser feita em dia e com claresa.

§3º A extração das contas dos Irmãos que estiverem atrasados em seus pagamentos, a fim de serem entregues ao Procurador Geral para promover a respectiva cobrança.

§4º Fazer toda a mais escripturação de que careça a Irmandade.

§5º Assistir a todas as Mesas, e reunisêa, sempre que para ella for avisado (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, Cx. 049, fl. 4, 1867).

As atas, os assentos, a matrícula de entrada e a cobrança dos custos aos irmãos eram todos registrados. Nada foi preservado. Porém, apesar de todas as limitações que são impostas ao ofício do historiador, podemos, com o cruzamento de outras fontes, tentar compreender (mesmo que de forma fragmentária) como funcionava o interior dessa Irmandade. Nesse sentido, como mostramos anteriormente, os testamentos encontrados nos Livros de Notas do tabelião Joaquim Rodrigues Segismundo podem nos ser elucidativos. Vamos aos casos.

Dois anos antes de Francisco Gangá e sua esposa Cosma Correia procurarem Joaquim Segismundo para lavrar um testamento, outra africana moradora da cidade da Parahyba do Norte fez o mesmo. Era o dia 15 de março de 1842. Quitéria Pereira de Sousa nasceu na Costa da Mina, não sabemos exatamente em que ano. Quando completou cerca de oito anos de idade, foi trazida para o Brasil. Até o dia em que foi fazer seu testamento, não lembrava os nomes de seu pai e de sua mãe, devido ao fato de ter sido afastada deles em tão pouca idade. Com o passar do tempo, reconstruiu seus laços sociais e casou-se com José Pereira da Sousa. Não sabemos como, mas provavelmente conseguiu sua liberdade, já que não se apresentava como escravizada. Talvez já fosse livre ao se casar. Quitéria nunca aprendeu a ler e a escrever e por isso procurava o tabelião. Ela e seu marido não deixaram herdeiros. Afirmou a Joaquim Segismundo que deixava como herdeira Anna, filha

natural de Antonia de Figueredo e do capitão Luis José Figueredo, que nesta data já havia falecido. Possivelmente esta poderia ser sua afilhada.

Todavia, uma das informações mais importante para nosso objetivo agora estava no final do testamento. Ela gostaria de ser sepultada na Capela da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, para a qual seus testamenteiros deveriam doar a esmola de 20 mil réis (LN, AIHGP, 1841-1846, fl.18v). Desta pequena informação, tiramos dois importantes pontos: em primeiro lugar, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na capital da Paraíba não era uma exclusividade dos africanos de Angola. Segundo, como afirmamos, havia uma preocupação muito grande entre as pessoas do século XIX com esse tema. O testamento expressa tal sentimento frente à morte.

Outro caso pode nos ajudar a perceber o quanto a população africana na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era diversificada e como esta, possivelmente, serviria como um espaço de socialização dessas pessoas. Em três de abril de 1859, Antonio foi até a Capela de Nossa Senhora do Rosário ser batizado. Ele foi vendido por José Lucas de Sousa Rangel a Diogo de Albuquerque e teve como padrinho o Doutor Olimpo Antonio de Miranda. Antonio já era adulto e foi registrado como de “nação Moçambique” (LB IV, AEPB, fl.33). O fato de ser um homem “preto” sendo batizado na Capela sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário pode nos levar a crer que Antonio tinha algum tipo de vinculação com tal instituição. Assim, identificamos em três casos, três nações diferentes: Angola, Mina e Moçambique.

Lembremos: as irmandades eram importantes espaços de (re) construção de identidades e resistência, mas também eram associações que expressavam os conflitos e disputas por poder. Isso fica mais nítido

ao estudarmos as organizações da mesa diretora. De acordo com o compromisso aprovado em 1767, a direção da irmandade estaria estruturada a partir dos seguintes cargos: um juiz, dois escrivães (um que seria branco e outro negro), um procurador, doze irmãos de mesa, sendo seis crioulos e seis angolas (AHU_CU_014, Cx. 24, D. 1831, 1767).

A presença de pessoas brancas era permitida na Irmandade, como citamos anteriormente. Porém, essa participação se dava de forma restritiva. Brancos e pardos só poderiam participar desde que não tivessem direito a voto, nem ocupassem nenhum cargo na mesa. O cargo ao qual havia uma exceção a essa regra era o de escrivão. Se nos primeiros anos do século XXI o Brasil apresenta ainda altos índices de analfabetismo, no século XIX não saber ler nem escrever era algo ainda mais generalizado. Entre as pessoas negras, principalmente escravas, essa característica era ainda maior. Com efeito, a presença de uma pessoa branca para assumir um cargo que se relacionava diretamente com a prática da escrita e leitura é um indicativo dessas restrições aos negros. No compromisso confirmado no século XIX, porém, o cargo de escrivão para brancos foi excluído³⁰.

As tentativas de limitar a participação da população branca e parda se dava também nas próprias condições de acesso à irmandade. No compromisso aprovado em 1767, os pretos deveriam pagar a

30 Em 1867, também temos a aprovação do Compromisso da Irmandade de São Benedicto, dos escravos do convento de Santo Antônio, na capital. Neste compromisso, há cargos para exercer, basicamente, a mesma função, mas que são destinados para pessoas brancas, por serem cargos relacionados à habilidade da escrita. São eles: o tesoureiro e tesoureiro externo; o escrivão, e o escrivão externo. Os “externos”, que são ocupados por brancos, não podem ter nenhum poder de decisão, restando-lhes apenas a função burocrática da escrita. Cf. COMPROMISSO da Irmandade do Glorioso São Benedicto, AEPB, 1867. Naiara Alves (2006) também faz uma discussão sobre esse caso.

quantia de 320 réis (\$320) para entrar na confraria. O valor para brancos e pardos seria de 640 réis (\$640), o dobro do que era pago pelos pretos (AHU_CU_014, Cx. 24, D. 1831, 1767). Apesar de não ser um valor tão alto, percebe-se uma tentativa de restrição aos pardos e brancos, garantindo a maioria de pretos. No compromisso de 1867, há uma maior flexibilização. Os pardos e brancos pagariam o mesmo valor de entrada que os pretos. Além disso, escravos deveriam pagar menos de entrada em relação aos livres, sendo 500 réis e 1000 réis, respectivamente (COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, AHWBD, Cx. 049, fl. 2, 1867).

Vamos retornar ao tema das disputas pela mesa diretora. Como citamos, à estrutura de organização da mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade de Parahyba do Norte era necessária a participação de seis crioulos e seis africanos de angola. O mesmo compromisso previa a participação de demais “nações” da África, mas a presença de “angolas” na mesa demonstra certo domínio desses povos sobre a irmandade que, como já afirmamos, era comum em outros lugares do Brasil.

Se essa organização da mesa tiver funcionado até por volta da década de 1840, pessoas como Quitéria de Sousa (Mina) e Antonio (Moçambique) talvez tivessem sua participação na Irmandade mais restrita. Ou a disputa interna desses grupos “minoritários” tivessem levado à retirada dessa proibição de participação, como percebemos no Compromisso de 1867. Vale ressaltar que após 1850, a quantidade de africanos diminuiu fortemente, sendo uma possível explicação para essa maior abertura. Mas as restrições existentes sobre as “nações” africanas não eram as únicas.

No compromisso aprovado em 1867, não havia mais a exigência de crioulos e angolas nas mesas regedoras, porém, outras limitações permaneciam, tal qual o compromisso de um século antes. O que permaneceu na Irmandade era que para atingir os cargos mais importantes, como o de Juiz, era preciso ser livre ou liberto. Um escravizado não poderia chegar a essa posição.

A hierarquia da mesa era expressa de várias maneiras. Em 1767, o Juiz, maior cargo da Irmandade, deveria ser forro e pagar anualmente a quantia de dois mil réis (2\$000). Os Reis e Rainhas despenderiam 1\$600 e os demais irmãos da mesa pagavam 640 réis (\$640), valor bem abaixo do Juiz e dos Reis. Aqueles que ainda não compunham a mesa ficariam responsáveis pelo valor de 320 réis (\$320) (AHU_CU_014, Cx. 24, D. 1831, 1767). Para fazer parte da administração da Irmandade, assim, era preciso ter condições para pagar essas quantias, que aumentavam de acordo com a importância do cargo. Dessa maneira, como esses africanos conseguiam dinheiros para ocuparem essas posições?

Como para ser Juiz era preciso estar em liberdade, as alternativas para os candidatos ao cargo conseguirem arrecadar o valor necessário eram maiores. Os Reis e Rainhas poderiam ser escravizados, desde que com a autorização de seus proprietários³¹. Surge então a hipótese levantada por Naiara Alves:

Reis poderiam, portanto, ser financiados por homens influentes da sociedade e a medida que se deixavam cooptar, passavam a dever favores e a

31 O artigo 8º do Compromisso refere-se aos Reis, Rainhas, Juízes e Juízas. A redação do referido artigo dá a entender a possibilidade de que os juízes/as possam também ser escravos. Como o artigo anterior determina que esse cargo só pode ser exercido por forros, acreditamos que este tenha sido uma imprecisão da escrita do compromisso.

conduzir as irmandades da forma que melhor agradasse aos seus “patrocinadores”. Dentro da própria instituição poderiam existir lideranças diversas que disputariam a direção da instituição, o que geraria, formas diferenciadas de conseguir promoções e eventualmente a eleição para Rei ou Juiz, dependendo da confraria. Irmandades antigas e detentora de muitos bens ficavam visadas e eram desejadas por grande parte da comunidade, no caso da Província da Parahyba era o que ocorria com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capital, por ser uma das mais antigas e ricas sofria pressões, inclusive de outras irmandades que questionavam financiamentos e empréstimos do governo destinados para esta instituição, considerada já suficientemente rica, e com plenas condições de se alto sustentar (ALVES, 2006, p. 89).

As irmandades religiosas eram importantes espaços políticos e de disputas de poder. Os conflitos entre vários grupos eram frequentes e a hipótese apresentada não seria absurda. Contudo, também devemos destacar que a população africana escravizada poderia encontrar formas de acumulação de dinheiro (formando o pecúlio) como, por exemplo, trabalhando nas atividades de ganho. Assim, mesmo levando em consideração a possibilidade de intervenção externa nas irmandades, também não podemos perder de vista a preocupação em manter a autonomia da instituição, pois era o único lugar onde os africanos e negros em geral poderiam ter acesso a um prestígio na sociedade³².

Interessa discutir o papel dos Reis e Rainhas. Em muitas irmandades compostas por africanos, tais cargos aparecem como os mais importantes. Esse é um traço da diáspora africana nas Américas.

32 Mariza Soares (2011) propõe serem as irmandades lugares onde essas pessoas poderiam exercer uma cidadania não possível na sociedade escravista.

Partindo da ideia de que as pessoas retiradas da África em condição de escravizadas, ao chegarem ao Brasil, tentavam das mais variadas formas reconstituírem seus laços com sua terra natal, o papel dos Reis e Rainhas era fundamental. Antes de tudo, devemos refletir qual era a relevância desses cargos para os africanos. Nos dizeres de Elizabeth Kiddy,

Líderes africanos, fossem eles chefes de pequenas organizações sociais ou reis de grandes Estados, tinham posições rituais importantes que mediavam vários níveis de relações sociais, religiosas e políticas. Essas lideranças centro-africanas estavam no topo de uma bem entendida hierarquia que definia a posição de uma pessoa na sociedade dos vivos e também incluía o mundo invisível que englobava os ancestrais e/ou espíritos, os ainda não nascidos e também os animais, plantas e objetos inanimados. Elas faziam a mediação, por meio de ações rituais, entre a sociedade e o ambiente natural, e entre os vivos e os mortos. Os reis africanos uniam as pessoas umas às outras e as ligavam com tudo o que existia. Conectavam o que os ocidentais definem como o sagrado e o profano, mas que para a cultura africana eram elementos inseparáveis (KIDDY, 2012, p. 168).

Para as sociedades africanas, sobretudo da região Centro-Ocidental, os líderes que se expressavam na figura de um rei eram fundamentais. Tendo em vista que muitas das instituições católicas foram utilizadas pelos povos africanos escravizados a partir de seus interesses e perspectivas, as representações de Reis e Rainhas foram inseridas na estrutura das irmandades como uma maneira de se reaproximarem do continente de origem. Essa prática também se expressava em outras situações como a formação de quilombos.

Desde o século XVII há referências da coroação de reis em irmandades compostas por africanos. Inicialmente, devido às várias

disposições étnicas no Brasil, os Reis tinham várias denominações. Ao final do século XVIII, o termo *Reis do Congo* foi tomando maior proporção e tornando-se mais comum. Mesmo sendo de outra região da África, o rei era chamado sempre do Congo, o que é resultado da presença majoritárias dos povos centro-ocidentais do continente no Brasil. Entretanto, nem todas as regiões tiveram essa denominação (KIDDY, 2012). No caso específico da Paraíba, encontramos os termos Reis e Rainhas, mas não especificamente como sendo do Congo. A documentação não ajuda em nada nesse sentido.

As figuras de um Rei e uma Rainha promovem uma disposição hierárquica entre os africanos. Já não estava em jogo apenas as relações entre senhores e escravos, mas as relações entre os reis e seus súditos, entre os africanos. Essa distinção deveria ter um marco ritual para isso. As festas eram os momentos mais comuns de confirmação dessas hierarquias.

4.4 – “Com sorrisos e tambores dentro da noite”³³: festas e batuques africanos

No mesmo testamento de Francisco Gangá, a quem já fizemos referência, ele determinava que no ato de sua morte deveria ser paga a esmola de costume. A prática da esmola era um traço marcante do cristianismo. Através dela se exerciam os princípios de humildade (ao pedir) e caridade (ao dar). As esmolas eram a principal fonte de renda que permitiam a sobrevivência das irmandades. Sua importância era tal que, em alguns casos,

33 DORNELLAS, Milton. *Ancestrais*. Ancestrais. 1998.

Existia nas irmandades a figura do *esmoler* [sic], que percorria as ruas das povoações, das vilas e das cidades para recolher as esmolas, nos sábados ou domingos. Somente quando as esmolas não eram suficientes era que as Irmandades usavam os rendimentos do seu patrimônio para complementar os gastos que seriam realizados com a festa (LIMA, 2013, p. 91).

O dinheiro arrecadado tinha por objetivo organizar tanto as festas da padroeira da Irmandade, quanto dos rituais de morte dos irmãos. Vamos começar pela segunda situação. Como afirma Reis (1991), morrer era uma festa. Era nesse ritual que a pessoa demonstrava o quanto foi querido em vida, além de preparar uma boa “partida” para a outra vida, de acordo com a crença da época. Dessa maneira, para a população negra oitocentista, os funerais eram em

clima de festa, com dança acompanhada por palmas e percussão africanas. A isso somava-se o foguetório, que se tornou mais animado com a saída do cortejo, sendo o morto levado numa rede coberta por um pano mortuário com o desenho de uma grande cruz (REIS, 1991, p.121).

A morte para alguns povos africanos também tinha outra representação. Os enterros africanos eram verdadeiras procissões dançantes (KARASCH, 2000, p. 337). A esmola oferecida no testamento tinha por objetivo cobrir as despesas do funeral. A tristeza deveria ser sucumbida pelo barulho e o ritual de morte servia para aliviar a saudade dos vivos e sacramentar a crença religiosa. Entretanto, os rituais de enterro eram utilizados com o objetivo de ser um espaço de socialização dessas pessoas, que se utilizavam desse momento para usufruir do lado profano. Após a ida ao cemitério e das orações feitas na Igreja, previsto

no estatuto, os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade da Parahyba do Norte provavelmente caíam nas brincadeiras e danças.

Mesmo sendo o funeral um momento de festa, não eram apenas nessas ocasiões que os africanos irmãos do Rosário se divertiam. As comemorações no dia de Nossa Senhora do Rosário era o momento mais marcante do ano. Toda primeira semana de outubro de cada ano, os irmãos se reuniam e saíam pelas ruas da cidade em homenagem à Santa. De acordo com o estatuto de 1767, estes, liderados pelo juiz e os membros da mesa, recolhiam as esmolas, que eram registradas ao final da festa. No domingo seguinte, ocorria a coroação dos Reis e Rainhas, que recebiam as varas dos juízes e, em seguida, assistiam a missa.

Algumas das características da festa permaneceram na cidade de Pombal. A festa de Rosário dessa cidade tem suas origens no litoral, mais especificamente na capital da Paraíba. De acordo com Benjamin (1977), após o período de expansão do gado e do algodão no interior da Paraíba, que levou muitos escravos negros para a região, a festa do Rosário começou a ser comemorada. A festa era marcada pela coroação dos reis e das rainhas do Congo, havendo referências diretas às origens africanas.

Em 1907, Ademar Vidal presenciou uma dessas festas marcadas pela coroação do rei do Congo, na cidade da Parahyba. De acordo com ele, havia referências diretas à África nesse ritual. Nas palavras do autor,

Ainda se fala em Angola e Loanda, sendo também muito vivas outras reminiscências africanas, aliás facilmente constatável numa linguagem com interferências incompreensíveis. Mas que não deixa dúvida

tratar-se de algum sub-dialeto em que a África é fértil (VIDAL, s/d, p. 79).

Além de palavras de origem africana que eram usadas na cerimônia, outra questão demonstra a relação que essas pessoas tinham com seus antepassados escravos. Podemos imaginar a situação a partir dos relatos do folclorista paraibano. Ocorria que

Na voz dos que tomam parte nas execuções de autos é que a gente pode bem medir a tristeza do povo transplantado com violência para outro meio social. Prepondera a nostalgia expressa na recordação mencionada de Loanda e Angola (Congo raramente). Na resistência ao embarque. Nas travessias oceânicas. Nos barcos sujos. No sofrimento da separação pra sempre. Todos esses aspectos se acham fixados na psicologia social dos negros que cantam e dançam Congo (VIDAL, s/d, p. 87).

Não só por tristeza era marcado o ritual, mas por muita dança, música e alegria. A festa ocorre na primeira semana de outubro. No sábado que antecede a cerimônia, os irmãos se reúnem, recolhem esmolas, vão à missa e saem em procissão homenageando a santa. No domingo, há nova missa e o início da festa. Ao final da manhã, duas alas se formam com o rei e rainha ao centro e saem em cortejo pela cidade em silêncio. Param nas casas de pessoas das elites, onde começa a dança e música, movida pelo maracá e viola.

As referências ao passado escravista e à África permaneceram. Nos cantos, há versos como “meus pretinho do Congo/ donde vem nessa hora/ d'embarc'aruanda e/ vamos pr'angola”. Mais adiante o canto se expressa com “aquela dança qui dancemo quando/ viemo de barca prá caluanda”(BENJAMIN, 1977, p. 11-12). Esses relatos dos rituais em

comemoração à Nossa Senhora do Rosário foram feitos no século XX. Muitas alterações foram feitas nos rituais. Entretanto, alguns elementos podem ter sido mantidos.

Foi a partir das comemorações de Nossa Senhora do Rosário que surgiu, provavelmente, o Maracatu. Apesar de estar relacionado sempre a Pernambuco, o Maracatu foi comum na cidade da Parahyba do Norte até 1918. As apresentações ocorriam na rua Direita, em frente à Igreja da Misericórdia e depois desciam para a Igreja do Rosário, onde recebiam apoio da irmandade. A dança só acontecia em frente às igrejas. Essas festas se realizavam normalmente em datas especiais como o natal, carnaval e São João.

Uma multidão parava para ver. A festa era dominada pelos negros e negras, não chegando a haver brancos envolvidos. A cor vermelha predominava. Os homens de túnicas e as mulheres de saias largas e turbantes. A liderança era dos reis e rainhas, que vestiam roupas de luxo para a ocasião, com mantas compridas enfeitadas com estrelas, luas e o sol. Além da roupa, não faltavam o cetro e as coroas. Ao pararem em frente às igrejas, os reis e rainhas falavam, depois continuavam a caminhada. Música, dança e bebida marcavam a festa (VIDAL, s/d, p. 68).

Além das coroações do rei e da rainha, das danças e músicas do Maracatu, outra festividade vivenciada pela população da capital da Paraíba no início do século XX tinha forte influência africana e, provavelmente, teve suas origens nos séculos anteriores. Era a Cambinda. O nome faz referência direta aos povos da região Centro-ocidental da África (Cabinda). Esta ocorria também na rua Direita. Os envolvidos vestiam branco e vermelho, carregando porretes com paramentos. A festa era movida a muito batuque, visto por Vidal como monótonos.

As paradas ocorriam em frente às casas das pessoas mais ricas, quando serviam bebida e distribuíaam dinheiro.

Uma senhora de nome Herclides, que segundo Ademar Vidal (s/d, p. 100) tinha 97 anos (ou seja, teria vivido o período escravista³⁴), cantava nas festas: “Vamos Cambinda negra/ voltar para nossa terra/ que terra de branco/é terra de guerra”. As referências ao continente e ao povo africano são explicitadas no canto. Além disso, muitas palavras com essa origem eram ditas no ritual. As danças ocorriam em círculo, tradição esta comum aos povos negros³⁵.

Parte do que foi escrito por Ademar Vidal deveu-se à visita feita por Mário de Andrade à Paraíba com o intuito de fazer um levantamento das expressões, à época, chamadas de folclóricas. Andrade descreve várias dessas experiências e destaca a presença de grupos de danças identificados como “índios africanos” (ANDRADE, 1983, p. 321). Esse termo refere-se diretamente às influências vindas da África e rearticuladas com a presença indígena. Apesar de o autor acreditar que – na década de 1930, quando o Brasil começara a surgir, na sua opinião – tais grupos teriam fim, não foi o que ocorreu. Ainda nos dias atuais existe uma tribo de carnaval denominada “índios africanos”.

Essas festividades eram ao mesmo tempo permitidas e reprimidas. Isso porque a partir da liberdade para os divertimentos, os escravizados reduziam as tensões e conflitos com seus senhores. Há, por

34 Como afirmamos no capítulo 1, apesar de não ter data, a referida obra de Ademar Vidal pode ter sido escrita entre as décadas de 1930, 1940 e 1950. Em qualquer desses períodos, tendo em vista a idade de Herclides, leva-nos a crer que ela vivenciou a experiência escravista.

35 Sobre os povos Cabindas a quem a festa faz referência, ver Karasch (2000, p. 51-52).

exemplo, o famoso caso da fuga do Engenho Santana na Bahia, em que uma das reivindicações dos escravos foi o direito de “brincar, folgar e cantar” sem que fosse necessário pedir licença ao senhor (SCHWARTZ, 2001, p. 121). No caso das festas religiosas como as de Nossa Senhora do Rosário, seria interessante para a Igreja permitir a participação dos escravizados e libertos como uma maneira de fortalecer a crença católica.

Porém, a partir do momento em que muitos cativos e libertos estavam se socializando, aumentava o potencial de organização e possível revolta. Constantemente, as Câmaras Municipais criavam posturas com o intuito de impedir a reunião da população negra³⁶. Vale ressaltar que as religiosidades africanas eram expressas nesses divertimentos. Os batuques eram também expressões das crenças trazidas desde a vivência na África. Infelizmente, não conseguimos na documentação, uma referência direta a tais religiões. Mas não podemos descartar essa possibilidade.

As festas religiosas, porém, não eram as únicas a mobilizar a população africana escravizada e seus companheiros de cativeiro. Como já discutimos no capítulo 2, a noite era o turno em que muitos iam às ruas se divertir. A vigilância era constante, porém a prática permanecia. Batucando e bebendo, essas pessoas varavam a madrugada em festas. Algumas vezes eram presas pelas autoridades. A partir desses casos que culminaram em represália policial, conseguimos identificar alguns escravizados que viveram a noite da cidade da Parahyba do Norte.

O já citado caso de José foi um deles. Escravo do Reverendo Manoel Antônio da Rocha, vigário da freguesia de Nossa Senhora das

36 Sobre a repressão às festas negras, consultar Lima (2013).

Neves, ele foi preso próximo à rua das Trincheiras, “em função de batuque e bebedeira”. Ao ser levado à cadeia, ele foi espancado e teve sua cabeça ferida (REQUERIMENTO soltura para o Governador da Paraíba de 18 de agosto, AHWBD, Cx. 002, 1803). Luís, escravo do negociante Victorino Pereira Maia, também não teve sorte ao andar pelas ruas do Varadouro. À noite, ele foi apreendido pela patrulha por estar embriagado (CORRESPONDÊNCIA do Chefe de Polícia ao Presidente da Paraíba, AHWBD, Cx. 020, 1842).

As patrulhas de vigilância noturna eram, como todo aparato repressivo, arbitrárias. José Barbosa de Lima enviou um de seus escravos para o porto do Capim. Este não retornou, pois ficou em um dos batuques noturnos e já estava embriagado, envolvendo-se em uma briga com o soldado de nome José Gregório. Barbosa de Lima, diante disso, enviou mais três escravos com o intuito de o trazerem. Quando estavam a caminho do Varadouro, uma das patrulhas encontrou os três cativos. Como já era noite, estes foram presos. O proprietário estava insatisfeito com a situação e reclamou junto ao governador sobre a postura da ronda. Informara que esta só poderia agir dessa maneira em ocasiões de desordem e tumulto. Os três cativos apreendidos não estavam envolvidos em tais situações e não mereciam a prisão (REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba em 17 de novembro, AHWBD, cx. 002, 1803).

Em algumas situações, os próprios responsáveis pelo patrulhamento não respeitavam as normas. Em 1851, os Inspectores de Quarteirão agiam em consentimento, não reprimindo os que saíam à noite e se divertiam nas tabernas. Essa relação pode ser explicada pela origem desses agentes repressivos, que eram em sua maioria homens

livres pobres. Ou seja, talvez se conhecessem, possuindo experiências próximas (LIMA, 2013, p. 103).

Não eram os homens os únicos a se divertirem nas noites da cidade da Parahyba do Norte. As mulheres também estavam envolvidas nas festas. Em setembro de 1842, as pretas Maria Rodrigues da Conceição, Anna Joaquina, Maria da Conceição, Francisca Maria de Assis, juntas com a escrava Rita e o pardo Bento José foram presas por estarem embriagadas após as onze horas da noite (CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Polícia para o Presidente da Paraíba de 12 de setembro, AHWBD, Cx. 020, 1842).

Com essas pessoas e nessas situações que os africanos na cidade da Parahyba do Norte se divertiram, beberam, dançaram, cantaram e tentaram rememorar os tempos em que viviam na África. Estiveram sempre alerta para não serem capturados e irem para a cadeia. Nesses pequenos momentos, construía-se “espaços de autonomia” dentro da sociedade escravista. Mas essa não era a única forma de alcançar a liberdade. As cartas de alforria permaneciam como o objetivo principal dos escravizados africanos. Vejamos como essas pessoas conseguiram atingir essa condição de liberto.

4.5 – “A liberdade nós vamos alcançar”: a conquista das cartas de alforria

Nossa narrativa até aqui foi pautada nas várias estratégias encontradas pela população escravizada da cidade da Parahyba do Norte para reconquistarem sua humanidade, construindo laços de sociabilidades e pequenos espaços de autonomia e liberdade, mesmo que estes

fossem limitados³⁷. Neste tópico iremos tratar do alcance legal da liberdade, quando esses escravos, após muito esforço e embates, conseguiram a tão sonhada carta de alforria. O caminho para a liberdade jurídica não era fácil. E, como demonstraremos, nem sempre era bem sucedido.

Desde a década de 1860 travou-se mais efetivamente no Parlamento brasileiro a discussão sobre o fim da escravidão no país. Um decênio depois, a sociedade brasileira escravista entrou em um novo contexto e iniciativas legais foram sendo tomadas nesse sentido. Um momento crucial desse processo foi o ano de 1871. Após longos e intensos debates, neste ano, foi aprovada a lei 2.040. Mais conhecida popularmente como “Lei Rio Branco” ou “Lei do Ventre Livre”, esta traz muito mais elementos do que apenas a libertação do ventre. Um dos fatores mais significativos foi a regulamentação do pecúlio e da alforria³⁸.

O primeiro artigo da referida lei versa sobre a liberdade das crianças que nascessem a partir da mulher escrava, daí porque a legislação número 2.040 ter ficado conhecida como “Lei do Ventre Livre”. A partir de 1871, nenhuma criança nascida poderia ser considerada escrava. Esta não era a única novidade. Uma das mais significativas diz

37 Este termo foi cunhado por Maria Helena Machado (1988) que, analisando a historiografia social da escravidão, admite a preocupação desses autores em destacar os “espaços de autonomia” que os escravos conseguiam construir. Mesmo submetido à experiência do cativo, os escravos poderiam criar momentos em que “dispunham de si”, como afirma Manolo Florentino (2005). Ressaltamos, porém, que a construção desses “espaços de autonomia” não amenizava a escravidão. Ela continuava violenta. Como temos defendido, as pessoas escravizadas não perderam sua humanidade por completo, mas havia na sociedade uma tentativa violenta de subtrair-lhes essa humanidade, daí porque utilizamos o termo “reconquista”.

38 Nosso objetivo não é discutir a lei de 1871. Dessa maneira, sugerimos, para aqueles interessados nesse fim, a leitura da obra de Perdígão Malheiro (1976 [1866]), produzida em pleno debate sobre essa lei; Chalhoub (2003) também traz mais detalhes sobre o debate parlamentar sobre a referida lei.

respeito à maior participação do Estado no processo de libertação dos escravizados. Assim, deveria ser criado o Fundo de Emancipação com intuito de arrecadar dinheiro e comprar as alforrias dos escravos.

Para este momento, porém, o que mais nos interessa é o artigo 4º da lei 2.040. De acordo com este:

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo pecúlio.” (BRASIL, 1871).

Estava regulamentado por lei o direito dos escravos comprarem suas liberdades e juntarem pecúlio. Mas como afirma Sidney Chalhoub, essa já era uma prática comum entre os senhores e escravos na sociedade escravista brasileira, pois “as discussões dos parlamentares partem sempre do pressuposto de que o direito do escravo e suas economias era algo bastante generalizado na sociedade” (CHALHOUB, 2011, p. 196)³⁹.

Existiam, basicamente, dois tipos de alforria: incondicional (gratuita) e a condicional (onerosa). A primeira consistia na libertação do escravo sem que o senhor impusesse nenhum tipo de custo ou de condição. A segunda compreendia a situação em que o escravo acumulava pecúlio e comprava sua alforria a partir de um preço determinado (geralmente, mediado pelas flutuações do mercado) e quando os senhores exigiam algum tipo de condição (a companhia até a morte, pagamento de dívidas dos senhores, prestações de serviço etc). Em ambos os

39 A título de exemplo, Diana Galliza (1979, p. 148; 160) em sua pesquisa sobre as alforrias na Paraíba, constatou a presença da prática da alforria nos primeiros anos do século XVIII.

casos, eram necessárias muitas estratégias de negociações estabelecidas entre os escravizados e os senhores⁴⁰. A conquista legal da alforria, reiteramos, não era simples.

Geralmente, as pesquisas sobre alforria dedicam-se mais para a segunda metade do século XIX. Isso se dá, principalmente, devido à escassez das fontes. Na Paraíba, por exemplo, um dos estudos mais importantes sobre as manumissões foi elaborado por Diana Soares de Galliza (1979). A autora pesquisou, no recorte de 1850 a 1888, 1.052 cartas de alforrias registradas em Livros de Notas de cartórios de várias cidades da província (Capital, Areia, Mamanguape, Piancó, Pombal, São João do Cariri, Bananeiras, Pilar e Guarabira). A partir desses números, Galliza traça um perfil da população escravizada que havia conseguido a liberdade na segunda metade do XIX (GALLIZA, 1979, p. 140). Solange Rocha (2009), estudando o litoral, e Maria Vitória Lima (2013), pensando o litoral e o sertão, também discorrem sobre as alforrias da população negra escrava (não só africana) no século XIX e buscam um recorte mais amplo do que o de Diana Galliza.

Os africanos no século XIX, antes da lei de 1871, já lutavam e construíam condições para a conquista da liberdade. Em estudo realizado na região de Campinas no século XIX, Peter Eisenberg chegou à conclusão de que os crioulos eram mais alforriados do que os nascidos na África, isso porque “era brasileiro, falava português, podia ter tido uma relação com o senhor desde o nascimento do escravo e

40 Esta é uma tipologia desenvolvida pela historiografia. Apresentamos tais conclusões a partir das obras de Peter Eisenberg (1989), Schwartz (2001); Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2010).

provavelmente tinha parentes no Brasil que podiam ser uma fonte de ajuda” (EISENBERG, 1989, p. 270).

Contudo, essa tendência muda em outras regiões. Estudos sobre caso específico do Rio de Janeiro desenvolvidos por Manolo Florentino apontam para o fato de que houve durante o século XIX um equilíbrio entre africanos e crioulos no que tange às alforrias, conseguindo estes superar em números apenas na década de 1860. Até esta década, os africanos dominam os dados sobre alforria no Rio de Janeiro. Isso se dava, basicamente, devido à capacidade destes em conseguir acumular o pecúlio, por sua superioridade demográfica na região e pela possibilidade de “ladinização”, tornando-os propícios às negociações com seus senhores (FLORENTINO, 2005, p. 350)⁴¹.

No caso da Paraíba, os africanos também se mobilizavam na luta por sua liberdade. Em 8 de agosto de 1857, por exemplo, o tabelião

41 Os resultados apresentados por Florentino (2005) são interessantes para se pensar a alforria dos africanos no Brasil, contudo, fazemos uma pequena ressalva na perspectiva do autor. É uma constata em sua obra destacar o fato de que a carta de alforria seria mais uma concessão do senhor do que uma conquista do escravizado. Dessa maneira, a liberdade passava necessariamente pela decisão senhorial determinada racionalmente. Concordamos com Florentino nesse aspecto. Para esse historiador, a alforria consistiria, diante disso, como um fator de conservação do status quo. Porém, nossa ressalva vai no sentido de destacar que há uma linha muito tênue entre a concessão por parte do senhor e a conquista por parte do escravizado. A necessidade em compreender as relações sociais leva-nos a certa dificuldade em assimilar essa linha que divide a concessão da conquista, pois nossas abstrações nunca compreendem a realidade por completo. O próprio Manolo Florentino admite isso, de forma às vezes sutil, ao considerar a “politização” da alforria e as várias estratégias escravas em busca da liberdade. A alforria, assim, passa pelo cálculo de valores do mercado e racionalização dos senhores, mas também pelo esforço em mobilização dos escravizados. A conquista da liberdade poderia fortalecer o poder senhorial (até por que ela não acabava completamente a dependência), mas, de alguma maneira, ela também ajudava a minar o sistema escravista, pois os libertos poderiam criar novos espaços e, inclusive, auxiliar no processo de alforria de outros companheiros. Há, sem dúvidas, limites nas ações dessas pessoas, entretanto, havia essas possibilidades e elas não podem ser descartadas.

Joaquim Rodrigues Segismundo registrou no seu Livro de Notas que Maria, uma africana de “nação Mina”, tinha sua carta de liberdade. Havia uma linha muito tênue entre escravidão e liberdade para a população negra⁴². Não bastava apenas conquistar a liberdade legal. Caberia às pessoas libertas a constante obrigação de terem que provar sua condição jurídica. Nas palavras de Diana Soares de Galliza (1979, p. 140), “A carta de alforria era redigida pelo proprietário do escravo ou pelo seu procurador, datada, assinada e atestada por duas testemunhas. Mas, para que ela ficasse legalizada, o seu registro era efetuado em cartório e era transcrita no livro”. Por isso Maria procurara o tabelião. O porte de sua carta de alforria não teria valor se sua liberdade não fosse comprovada em cartório. Maria já tinha seus 50 anos de idade e teve sua liberdade conquistada graças aos bons serviços à mãe de Simplício Narciso de Carvalho e Maria Juliana Teixeira, que havia pedido para seus filhos alforriarem Maria (LN, AIHGP, fl. 56v, 1857).

Como demonstra Eisenberg (1989), as fontes cartoriais não são as únicas que nos permite a compreensão da alforria na sociedade escravista do Brasil oitocentista. Os registros de batismos, os inventários e testamentos, os jornais, entre outros, registram casos de alforrias. Contudo, os documentos cartoriais continuam sendo as principais fontes para análise da experiência da liberdade alcançada. Conseguimos ter acesso apenas a dois Livros de Notas referentes à cidade da Parahyba do Norte, que cobriam os períodos de 1841-1846 e de 1856-1861. Nos

42 Em obra recentemente publicada, Sidney Chalhoub (2012) faz uma interessante discussão sobre as relações escravistas na primeira metade do século XIX e como a população negra estava frequentemente exposta à possibilidade de (re)escravização ilegal. Maria da Vitória (2013) também nos apresenta essa possibilidade constante de (re)escravização da população negra na Paraíba.

Livros de Notas é que estavam registradas as cartas de liberdade, para que esta tivesse validade legal, como afirmamos anteriormente. Nesse período, conseguimos constatar 10 cartas de liberdade para africanos.

Sendo elas:

Quadro 7 – Africanos que conquistaram Carta de Alforria na cidade da Parahyba do Norte (1843 – 1861)

NOME	NAÇÃO DE ORIGEM	SENHOR	DATA	MOTIVOS/ CONDIÇÕES
Domingos	Angola	Maria das Candências	17/11/1843	Bons serviços e sob condição de acompanhar a senhora até a morte
Manoel	Angola	Carlos Holmes	28/11/1843	Bons serviços
João	Angola	Domingos José Gonçalves Chaves	28/08/1844	Bons serviços e falta de herdeiros; sob condição de acompanhar o senhor até a morte
Caetano	Angola	Domingos José Gonçalves Chaves	31/08/1844	Bons serviços e falta de herdeiros; sob condição de acompanhar o senhor até a morte
Pedro	Angola	Domingos José Gonçalves Chaves	02/09/1844	Bons serviços e falta de herdeiros; sob condição de acompanhar o senhor até a morte

NOME	NAÇÃO DE ORIGEM	SENHOR	DATA	MOTIVOS/ CONDIÇÕES
Fernando	Angola	Domingos José Gonçalves Chaves	29/08/1844	Bons serviços e falta de herdeiros; sob condição de acompanhar o senhor até a morte
Maria	Angola	Domingos José Gonçalves Chaves	29/08/1844	Bons serviços e falta de herdeiros; sob condição de acompanhar o senhor até a morte
Maria	Costa da Mina	Simplicio Narciso de Carvalho e Maria Juliana Teixeira	08/06/1857	Bons serviços e sob condição de acompanhar o senhor até a morte
Manoel Francisco da Gama	Angola	Bento Luis da Gama Maia	18/06/1860	
Rafael	Angola	Bento Luis da Gama Maia	18/06/1860	

Fonte: Livros de Notas da Cidade da Parahyba do Norte (1846-1851; 1856-1861). Tabela de Joaquim Rodrigues Segismundo. Arquivo do IHGP.

Devido à superioridade demográfica dos bantos na Paraíba, a interessante metodologia de perceber quais povos africanos no Brasil conseguiam mais a alforria fica comprometida. Os “Angolas”, como geralmente denominados, sempre apresentam um número superior, como é perceptível no quadro acima. Há o interessante caso, porém, de Manoel Angola, que conseguiu a liberdade junto ao seu proprietário, o

negociante inglês Carlos Holmes. Apesar de ter sido denominado no cabeçalho da nota como “Angola”, no registro, o tabelião o classifica como “negro africano da mina”. Acreditamos que foi confusão feita por descuido do tabelião tendo em vista que os Angola e Mina eram bastante distintos no Brasil escravista. Manoel conseguiu sua liberdade gratuitamente e sem condições devido aos “bons serviços” (LN, AIHGP, fl. 61v, 1843).

O motivo mais comum para a concessão da carta da liberdade eram os “bons serviços”. Essa talvez fosse uma estratégia utilizada pela população escravizada na busca pela liberdade. Se para alguns ser um “bom escravo” poderia ser algo ofensivo, na verdade, consistia em uma alternativa possível às pessoas submetidas às condições atroztes da escravidão.

Esse também foi o caso dos pretos Domingos e Vicencia, o primeiro africano de Angola e a segunda crioula. Maria das Cadencias, como sua senhora, concedia a carta de alforria para os dois por terem prestado bons serviços. A condição estabelecida para o casal era não servir a nenhuma outra pessoa e seguir sua senhora até o momento da morte (LN, AIHGP, fl. 59, 1843). A liberdade por condição foi a forma mais comum encontrada entre os africanos na cidade da Parahyba do Norte.

Se compararmos às alforrias entre os africanos e os crioulos identificamos diferenças também presentes em outras regiões do Brasil. Como já citamos, Peter Eisenberg (1989) defendia que a população negra nascida no Brasil tinha melhores condições de conseguir a liberdade formal. No caso da cidade da Parahyba, encontramos também essa característica. Dos dois livros de notas pesquisados, conseguimos

identificar a quantidade de 33 crioulos alforriados frente aos 10 africanos já apresentados.

Desses 33 crioulos, a presença da compra da liberdade foi muito presente. Cerca de um terço dessas alforrias (10 no total) foram compradas. As demais categorias encontradas mantiveram um equilíbrio nos números: 9 foram sob condição e 11 gratuitas. Dessa maneira, temos na cidade da Parahyba do Norte uma presença de africanos conseguindo alforria menor do que de crioulos. Estes alcançavam a liberdade formal por vários caminhos, enquanto os africanos estiveram mais restritos à liberdade condicional. Se levarmos em consideração a população parda/mulata, essa discrepância se torna ainda maior⁴³. A diferença entre esses números deve levar em consideração também o quadro demográfico geral, pois crioulos e pardos, nesse período, eram mais numerosos do que africanos. Além do mais, os dados apresentados ainda são muito esparsos e não podemos fazer considerações mais enfáticas sobre a diferença entre crioulos e africanos na busca pela liberdade. Os resultados expostos servem para se ter uma ideia geral.

Não deve nunca sair de nossa perspectiva o fato de que a sociedade brasileira do século XIX baseava-se em relações hierárquicas e patriarcais. A vontade do senhor era o ponto final. Nas palavras de Sidney Chalhoub, ao descrever a ideologia senhorial, “a vontade do chefe de família, do senhor-proprietário, é inviolável, e é essa vontade que organiza e dá sentido às relações sociais que a circundam” (CHALHOUB, 2003, p. 19-20). O senhor teria poder de vida e morte, de liberdade e

43 Maria da Vitória Lima (2013, p. 172) apresenta as várias cores entre os escravos alforriados na província da Paraíba. Os mulatos e pardos sempre aparecem em primeiro lugar.

cativeiro. Por mais que houvesse a luta e negociação da parte do escravizado, a última palavra na decisão da alforria era dada pelo proprietário. E tal decisão, quando tomada, tinha como objetivo a manutenção dessa lógica senhorial. Como citamos anteriormente, a linha que separava a conquista por parte dos escravizados e a concessão por parte dos senhores era muito tênue. Exatamente por isso, o debate sobre a institucionalização da compra da alforria por parte do escravo e do Estado prevista na lei de 1871 foi um impacto para a classe dos senhores de escravos. A sua autoridade passaria a ser mediada pelo Estado⁴⁴. A alternativa de muitos proprietários foi conceder a alforria condicional. Dessa maneira, eles manteriam uma hierarquia simbólica e de dependência em relação a seus ex-escravos.

Ressalte-se, a prática da alforria condicional não surgiu em 1871. Desde o período colonial já havia a concessão da liberdade, tendo como condição o fato dos escravizados (então, libertos) cumprirem determinadas condições (geralmente, a companhia até o momento da morte). Identificamos também o caso interessante de um mesmo senhor alforriar, por condição, vários de seus escravos. Domingos José Gonçalves Chaves em 1844 concedeu a liberdade para cinco de seus africanos. Eram eles João, Caetano, Pedro, Fernando e sua mulher Maria, todos “gentio de Angola”. Todos foram alforriados sob condição de acompanhá-lo até sua morte. O casal Fernando e Maria também foi agraciado com a liberdade de seus filhos, os crioulos Maria, Anna, Porciano, Joaquim e Benta, que tinha dois filhos menores, Bento e José.

44 Sidney Chalhoub (2003, 2011) faz uma discussão mais aprofundada sobre o conflito intraclasse surgido nos debates que culminaram na lei de 1871 e suas consequências.

Assim, Domingos José Gonçalves Chaves alforriou uma quantidade muito grande de escravos, todos por “bons serviços”. Qual o motivo para essa escolha? Domingos era solteiro e não tinha filhos e argumentava que, não tendo herdeiros, concedia a alforria aos seus escravos, desde que estes os acompanhassem até sua morte, estando livres em seguida (LN, AIHGP, fls.77, 78, 81v, 83v, 1841-46).

Mas nem sempre conseguia-se comprar a liberdade. Nesse sentido, a lei de 1871 foi uma vitória para a população negra. A partir desta lei, “caso as negociações com os senhores falhassem, bastava apresentar o pecúlio em juízo e esperar pelo resultado do arbitramento judicial” (CHALHOUB, 2011, p. 201). Mesmo se os proprietários se recusassem a conceder a alforria, os escravizados poderiam conquistá-la. Antes de 1871, muitos escravizados sofreram para conseguir a liberdade por vias legais.

Um desses casos ocorreu em abril de 1801. Um escravo, que não sabemos o nome, suplicou ao Corregedor da Comarca a quem já fizemos referência, o Doutor Gregório José da Silva Coutinho, que lhe fosse entregue sua carta de liberdade. De acordo com o parecer deste, já havia sido selado um contrato entre senhor e escravo, no qual este pagou parte de sua liberdade. O proprietário, por sua vez, estava se negando a cumprir sua parte do acordo, utilizando-se do argumento que o preço determinado era inferior ao que deveria ser pago (PARECER do Corregedor da Comarca sobre requerimento, AHWBD, Cx. 02, 1801). Não sabemos se esse escravo sem identificação conseguiu ter êxito na sua disputa com seu senhor, mas outros também passaram por situação análoga, inclusive, africanos.

Acreditamos que esses casos de negação da alforria eram mais comuns do que o caso solitário que identificamos. Em se tratando de africanos, a resistência à alforria talvez fosse maior por parte dos senhores. Como estamos descrevendo até o presente momento, a população africana na Parahyba do Norte era limitada. Ter um escravo vindo da África não era tão simples e requeria um cuidado maior. Se uma das possibilidades apontadas pela historiografia para a maior presença de crioulo na lista dos alforriados era sua maior socialização no Brasil, sugerimos outro motivo, que acreditamos ser fundamental para o caso da Parahyba do Norte: o valor dos africanos.

A presença africana na Parahyba era reduzida, o que tornava sua propriedade algo valioso. De todas as experiências de alforria entre os africanos, quase sua totalidade ocorria em idade já avançada (quando os valores eram menores) e sob condição. O fato de encontrarmos apenas um caso de compra que havia sido negado pode nos levar a essa hipótese. Ressaltamos que o número de alforrias é muito baixo para que possamos fazer essa afirmação com segurança. A possibilidade, porém, não deve ser descartada. Além dessa hipótese que leva em consideração a questão econômica da liberdade dos africanos, não podemos esquecer que demograficamente os africanos eram inferiores a outros grupos, como pardos. Assim, a sua presença entre os alforriados, consequentemente, seria menor.

Com efeito, vimos que não eram pequenos os esforços empreendidos pelos escravizados africanos na luta pela liberdade jurídica. Eles precisavam utilizar-se da obediência (muitas vezes até dissimulada); ou do trabalho de aluguel e economia de seus gastos para conseguirem dinheiro para sua liberdade. Em todas as situações, porém, essas

peças tiveram que enfrentar o poder de seus senhores, que eram os responsáveis por dar o veredito final e, mesmo quando concediam a liberdade, determinavam uma série de condições que dificultavam ainda mais a vida dessas pessoas e limitavam a liberdade alcançada. Até a conquista da liberdade, muitas estratégias e negociações eram estabelecidas entre escravos e senhores. Quando esses espaços de negociações não eram abertos ou se fechavam, cabia aos primeiros a resposta violenta.

4.6 – “Da carne dos açoites nós somos”⁴⁵ ou de quando não há espaço de negociação: repressão e resistência violenta

Até o presente momento, estamos demonstrando as várias formas de sociabilidades construídas pela população africana após a chegada à cidade da Parahyba do Norte. Sem dúvida, todas essas estratégias construídas serviam como resistência à situação do cativo. Os africanos escravizados, por intermédio de várias práticas, buscavam um ponto de negociação em um sistema caracterizado, sobretudo, pela violência e opressão. Entretanto, nem sempre se conseguia criar esse espaço de negociação. Seja por motivos dos senhores ou dos escravizados, o contexto poderia não se apresentar de maneira tão favorável para isso. A resistência, assim, se expressava de maneira violenta, por meio de fugas, revoltas, roubos e furtos, assassinato etc.

O cotidiano vivido nas cidades oitocentistas de maior circulação de pessoas – inclusive, escravizadas – leva-nos a acreditar que nas cidades havia condições mais propícias para se construir esses espaços de autonomia. Sem dúvida, as experiências vividas pelos escravos urbanos

45 NASCIMENTO, Milton. A de Ó (Estamos chegando). **Missa dos Quilombos**. 1982.

e do eito eram distintas. Porém, isso não implica dizer que a escravidão urbana seria mais amena. Nas cidades, o feitor era ausente, como afirma Leila Algranti (1983), mas isso não significa que não houvesse vigilância. Se havia opressão e repressão no ambiente urbano, também havia resistência expressa muitas vezes de forma violenta.

Ao analisar a Revolta dos Malês ocorrida em 1835 na Bahia, João José Reis admite que a revolta era apenas uma parcela muito pequena das expressões da resistência. Esta se dava de várias outras maneiras (REIS, 2003). O autor faz parte do grupo de historiadores sociais da escravidão que, influenciados pelos estudos da História Social inglesa, passaram a compreender a resistência escrava a partir de várias experiências, não necessariamente violentas⁴⁶. Como já fizemos referências a este debate, a historiografia brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 percebeu o escravo como *coisa*. Diante da violência da dominação senhorial, a única resposta possível seria a violência. Para Fernando Henrique Cardoso, por exemplo,

A transgressão das normas, o desacato aos senhores, o assassinio de braços, o roubo e a fuga exprimem, de forma brutal, o inconformismo do escravo, definindo assim, paradoxalmente, pela negação do respeito à pessoa humana do senhor e dos brancos a condição humana fundamental do escravo, o “vago desejo de liberdade” (CARDOSO, 2003, p. 174).

Na perspectiva de autores como Fernando Henrique Cardoso, a única maneira de se conseguir a humanidade por parte dos escravos

46 As principais referências desses novos estudos sobre a resistência escrava na sociedade brasileira podem ser encontradas em Reis e Silva (1989) e Schwartz (2001).

era por meio da violência brutal⁴⁷. Concordamos com as últimas produções historiográficas que têm demonstrado às formas de resistência não violenta e os espaços de negociações encontrados pelos escravizados na construção de melhores condições de vida, como temos mostrado até aqui. Não podemos esquecer, também, que a sociedade escravista era violenta e a resistência, por vezes, também se dava violentamente. São as experiências de enfretamento direto que buscamos narrar a partir de agora.

Na província da Paraíba, a historiografia não registra nenhuma revolta especificamente organizada por escravos. Em 1851 e 1852, ocorreu a chamada revolta do *Ronco da Abelha*, reação da população livre pobre às novas medidas censitárias do governo imperial. Ocorrido em várias províncias do Norte do Império, esse movimento teve nome distinto em cada lugar⁴⁸. A estratégia consistia em invadir casa de autoridades e que serviam de guarda dos registros oficiais para queimá-los. Queriam pôr fim aos chamados *papéis da escravidão* (RELATÓRIO de Presidente de Província da Paraíba, CRL, 1852; PINTO, 1977, Vol. II, p. 214). Havia o medo de reescravização das “pessoas de cor”⁴⁹.

Da mesma maneira, duas décadas depois, o movimento do *Quebra-quilos* explodiu no interior da Paraíba e espalhou-se por outras

47 Jacob Gorender (2010) também é outro importante nome dessa historiografia. Na década de 1990, Gorender rebateu as críticas feitas pelos historiadores sociais à concepção de *escravo-coisa*. Apenas no início do século XXI, ele reconheceu alguns dos avanços dessa nova historiografia da escravidão. Ver esse debate em Gorender (1990), Schwartz (2001) e Chalhoub (2011).

48 Em Pernambuco, por exemplo, levou o nome de Guerra dos Maribondos. Este termo pode ser encontrado em Olivares (2006).

49 Para uma análise mais aprofundada do contexto da década de 1850 e do movimento *Ronco da Abelha* na Paraíba, ler Sá (2005) e Chalhoub (2012).

províncias do Norte. O recrutamento militar forçado, o aumento de impostos, a mudança no sistema de pesos e medidas, entre outros fatores, fizeram a população sair às ruas quebrando os instrumentos de medida e queimando alguns registros oficiais. Apesar de ter a participação majoritária dos livres, tanto no evento do Ronco da Abelha, como no Quebra-quilos houve a participação de escravos que aproveitaram o momento para queimar os registros da escravidão e, com isso, conseguiram a liberdade, mas ainda assim não se caracterizou como revoltas estritamente escravas (LIMA, 2006; SECRETO, 2011).

O contexto do século XIX foi muito tenso em relação ao medo de revoltas escravas por parte da classe senhorial. Desde 1804, quando o Haiti conseguiu sua independência a partir das lutas da população negra escravizada e liberta, espalhou-se por toda a América escravista – em especial no Brasil, o país mais escravista do continente –, um medo constate de revoltas escravas, chamadas de *haitianização*. Essa ameaça tornou-se ainda maior após os episódios da Bahia em 1835.

Contudo, esse medo não surgiu apenas no século XIX. As relações conflituosas estabelecidas entre dominantes e dominados, em qualquer sociedade, são permeadas pela ameaça de contestação e revolta. Em sociedades escravistas, caracterizadas ainda pela opressão e violência, tal medo e ameaça são ainda maiores. A Paraíba não se apresenta como uma exceção. Encontramos vários casos que expressam isso desde o século XVIII, mas que já existiam desde o XVII⁵⁰.

50 Regina Gonçalves (2007, p. 139 – 141) analisando o estado conflituoso da capitania da Paraíba nos primeiros anos do século XVII, apresenta o caso de Francisco Gomes Muniz que já trabalhava na Paraíba como capitão de campo reprimindo levantes e roubos praticados por africanos. Essa organização de africanos pode nos levar a acreditar na formação de quilombos. Encontravam-se, principalmente, na região da Serra da Copaoba, onde se juntaram aos indígenas.

Passados 26 dias do mês de abril de 1780, o governador da Paraíba, Jerônimo José de Mello e Castro, enviou um ofício ao Secretário da Marinha e Ultramar, seu primo Martinho de Mello e Castro. Neste documento, o governador revela seu medo de um levante organizado por pretos, pardos e índios. Esses grupos estavam sendo recrutados e levados para servir em Pernambuco. Nas palavras de Jerônimo José de Mello e Castro, era “evidente perigo a que se expõem esta cidade de maior parte de pretos, e pardos, cercada de cinco vilas de índias uma em distância de quatro léguas, outra de sete, e as mais de doze” (AHU_CU_014, Cx. 27, D. 2067, 1780).

A situação era, realmente, de perigo. Havia uma população de negros e indígenas muito superior ao de brancos e que estava submetida a condições de opressão. A aliança entre índios, pretos e pardos seria explosiva. O perigo era ainda maior, tendo em vista a pequena organização militar que serviria para reprimir os revoltosos. Para o governador,

de sorte que qualquer levante de índio, q[ue] me se esquecem de imaginarem, que estas terras lhe pertencem, associados com os escravos, que todos pensam em se libertarem se fará irresponsável pelas pequenas forças de duas companhias pagas de que se compõem a guarnição desta praça sem armas, e falta de fardamento, e os poucos auxiliares sem armas algumas (AHU_CU_014, Cx. 27, D. 2067, 1780)

A grande preocupação de Jerônimo José de Mello e Castro tinha base. Além da ameaça constante de revoltas em sociedades escravistas, já havia ocorrido na Vila de Monte-mor um levante de mais de 600 índios, pretos e pardos armados. O governador afirmou ter conseguido sufocar esse movimento e prender os envolvidos, mas admitia que “se

se juntassem as cinco vilas [de índios] se fariam invencíveis” (AHU_CU_014, Cx. 27, D. 2067, 1780).

Não temos mais informações sobre esse levante ocorrido na Vila de Monte-mor. Sem dúvida, caberia um interessante estudo sobre tal tema. Quatro anos depois das reclamações feitas sobre o recrutamento, o mesmo governador torna a enviar novo ofício ao secretário da Marinha e Ultramar reiterando as mesmas queixas e utilizando-se do mesmo argumento da ameaça de levante como ocorrido em Monte-mor. Em 14 de agosto de 1784, Jerônimo de Mello e Castro afirmou que a praça da capital estava completamente desprotegida. Quase todos aqueles que serviam na cidade da Parahyba tinham sido transferidos para Pernambuco “e ficou esta praça sem providência p[ara] algum levante popular que é a maior parte de pardos, e pretos aliançados com os índios, fáceis em se levantarem como aconteceu na Vila de Mamanguape [Monte-mor] que com trabalho subjuguei” (AHU_CU_014, Cx. 28, D. 2133, 1784). Para completar a situação, as vilas citadas encontravam-se em estado de miséria, aumentando a possibilidade de insatisfação das pessoas, que poderia levar a um novo levante.

Não esqueçamos que essas duas reclamações estavam inundadas pelos conflitos políticos da segunda metade do século XVIII, período em que a Paraíba esteve anexada a Pernambuco. Jerônimo de Mello e Castro, governador da Paraíba durante três décadas, foi uma figura representativa dos conflitos políticos, econômicos e jurisdicionais ocorridos entre Paraíba e Pernambuco nesse recorte temporal⁵¹. Nos dois

51 Não vamos nos aprofundar nas questões que envolviam esse período. Como já citamos no capítulo 2, a dissertação defendida por José Inaldo Chaves Júnior (2013) aponta para os mais variados interesses em conflitos existentes entre Paraíba e Pernambuco entre 1755 e 1799, período em que a Paraíba esteve subordinada. Inclusive, a Vila de Monte-mor era uma das que se contrapunham as ações de Jerônimo de Mello e Castro e se aproximavam de Recife. Estaria este governador querendo aumentar seu poder sobre a região, afastando a influência pernambucana da Vila? Este seria uma importante questão a ser pesquisada com mais vagar.

ofícios citados, fica evidente a preocupação do governador da Paraíba em criticar a presença constante de Pernambuco e a pouca autonomia a ele reservada. Ademais desses embates, o que nos interessa aqui consiste na ameaça de um levante de escravizados e indígenas aldeados. Havia uma preocupação por parte das autoridades em evitar esses movimentos, que eram sempre latentes. Talvez por isso Jerônimo de Mello e Castro tivesse usado o levante em Monte-mor para angariar apoio da Coroa.

Alguns anos antes dessa ameaça apontada pelo então governador da Paraíba, a capitania já havia vivenciado tentativas de levantes dos negros. Quando em 1773, Portugal determinou o fim do comércio de escravos e da escravidão no Reino, houve tumultos na Paraíba incitados por alguns negros livres que passaram a afirmar que essas leis valeriam para o Brasil (SILVA, 2001). Este fato não se caracterizou como uma revolta generalizada, mas demonstra as trocas de informações atlânticas e de como a população negra da referida capitania estava atenta a isso e da constatare possibilidade de organização.

Apesar dos movimentos revoltosos de escravizados não se apresentarem como algo comum à história da Paraíba, a resistência violenta era presente no cotidiano escravista da província e, no nosso caso, da capital. Os africanos estavam inseridos nos conflitos de repressão e resistência. Tais embates se davam por meio de roubos, fugas, assassinatos, e também causavam preocupação para as autoridades, que buscavam reprimir tais ações. Vamos conhecer como alguns casos ocorreram.

Sendo bastante frequentes os furtos de mandioca e outros produtos agrícolas na cidade da Parahyba do Norte, Antonio da Silva Frasão, em 20 de agosto de 1803, escreveu para o governador da Capitania da

Paraíba, informando-lhe sobre o ocorrido. Ele, diante dos repetidos furtos, resolveu seguir, acompanhado pelo furriel Antonio Severino, e pelos soldados Manoel Grangeiro e Antonio Fernandes, o tão procurado “malfeitor”. Descobriram que este era um preto escravo (não encontramos seu nome, nem de seu proprietário nos documentos), que estava acompanhado por duas pardas nas proximidades do sítio Jaguaribe, com o porte de uma mandioca e de um porco furtados. Tal escravo foi preso e levado à cadeia da cidade da Parahyba do Norte (CARTA do Sr. Antônio Frasão ao Governador da Paraíba de 20 de agosto, AHWBD, cx. 002, 1803).

Alguns escravizados, além de fugidos, furtavam, como foi o caso do preto citado no parágrafo anterior. Talvez fosse essa uma estratégia de sobrevivência fora do cativo. No dia 19 de agosto de 1803, Antonio Benguela (pelo nome, um africano) foi preso na cadeia da capital. Ele era escravo de José Maria, filho de Antonino Gaudencio Pereira de Carvalho, responsável por fazer o pedido de soltura do dito escravo, e estava fugido há certo tempo. Foi capturado em flagrante enquanto praticava um furto no sítio de Antonio da Silva Frasão (o mesmo que procurou prender o preto do caso anterior). Antes de ser liberado e retornar às mãos de seu proprietário (que muito provavelmente o puniria mais uma vez), Antonio recebeu 50 açoites (REQUERIMENTO de soltura de 19 de agosto, AHWBD, cx. 002, 1803).

Inúmeros foram os casos de fuga. Em 11 de maio de 1858, Domingos, escravo do Convento de Santo Antônio, fugiu do Convento e estava desaparecido desde então. Já era considerado “bastante ladino [...] com jeito de crioulo”. O mesmo tinha por volta de 30 anos de idade, estatura regular, barba rala e olhos pequenos. Sua mão esquerda era um

pouco defeituosa. O polegar da mesma mão encontrava-se inflamado devido a um panarício ou, popularmente chamado de *unheiro*. Não sabemos de que lugar da África Domingos tinha vindo, mas, devido a sua idade, provavelmente tenha entrado no país após a lei de 1831. O fato de ser “ladino com jeito de crioulo”, ou seja, parecia nascido no Brasil, demonstra que Domingos não teria muita dificuldade em estabelecer laços de proteção e solidariedade. Talvez ele tivesse decidido pela fuga com a garantia de que teria um lugar para ir. (JORNAL A Imprensa de maio de 1858, AIHGP).

O caso de Domingos era interessante, pois se tratava de um africano relativamente jovem, com cerca de 30 anos. Porém, não eram apenas os africanos com pouca idade que decidiam pela fuga para conseguir a liberdade. No dia 21 de março de 1867, Antonio, africano “rebolo” fugiu da propriedade de seu senhor, o Capitão Ignacio do Rego Toscano de Brito, acompanhado de sua amásia Clara, um parda que tinha família na Baía da Traição. Vestindo uma camisa de chita preta e uma calça de algodão azul, Antonio, também conhecido por Antonio Coelho, era considerado “bastante ladino, tanto que pela falla parece crioulo”. A grande questão era que Antonio já tinha 60 anos, uma idade já avançada. Junto com sua amásia pegou uma barça e partiu em direção à Baía da Traição. O fato de já ser bastante ladino, de idade avançada e ter partido para outra cidade demonstra os laços de solidariedade construídos por Antonio que não estavam circunscritos à Capital. Talvez, já com 60 anos, ele tivesse perdido a esperança de conquistar a alforria e decidiu, com o possível incentivo de sua parceira e amigos, fugir (JORNAL O Publicador de 26 de março de 1867).

Um caso de possível fuga de pessoas mais velhas ocorreu sete meses antes da fuga de Antonio Coelho, quando sumiu Mariana, de “nação africana”, em 23 de agosto de 1866, informando aos seus senhores que sairia para comer. Até o dia 26, ela não havia voltado, fazendo com que seu senhor Benjamin Constant Lins de Albuquerque procurasse o jornal *O Publicador* para anunciar a fuga de sua escrava. Afirmou Benjamin que a dita escrava tinha 80 anos de idade e já estava caduca, havendo sumido outras vezes. Devido ao seu estado de “caduquice” e ao fato de ter voltado outras vezes, não se deu muita atenção à saída de Mariana. Será que ela voltou às mãos do proprietário ou sumiu de vez? Mariana seria caduca de fato ou teria se aproveitado da situação para desaparecer? Não temos resposta para tais questionamentos (JORNAL O Publicador de 18 de agosto, HDBN, 1866).

Esses casos isolados de fuga eram muito comuns na sociedade escravista brasileira. Todavia, tais fugas poderiam ser organizadas e levando à organização de comunidades inteiras formadas por pessoas fugidas: os quilombos. Estes eram considerados uma ameaça ao sistema escravista, pois despertava na população escravizada uma alternativa de sociedade livre. Entretanto, ela não se constituiu como regra. Não seria exagero pensar que muitos desses casos individuais na Paraíba teriam apoio dos quilombos já organizados. Como afirma Isabel Reis, as fugas

iam desde as pequenas ‘escapadelas’ para divertimento, a prática religiosa, a visita a parentes ou os encontros amorosos, à fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade, fosse em quilombos, fosse misturando-se a população negra livre dos pequenos ou grandes centros urbanos (REIS, 2001, p. 91).

O leitor, no presente momento, deve estar pensando: havia quilombos na Paraíba? Quando em 1988 foi promulgada nossa última Constituição, foram reconhecidos os direitos das comunidades remanescentes de quilombos. De acordo com o artigo 216 da mesma, “§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 1988). O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias admite não só o tombamento dos lugares das comunidades remanescente quilombolas, como o direito definitivo à posse dessas terras (BRASIL, 1988). Em 2003, o Governo Federal regulamentou este artigo constitucional pelo decreto 4.887/03. De acordo com este,

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003).

Desde então, várias comunidades que possuem essa história ligada aos quilombos têm buscado o reconhecimento legal do governo federal para conseguirem a posse definitiva de suas terras. Na Paraíba, foram identificadas, até 2013, 39 comunidades quilombolas, das quais 36 foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (ALMEIDA, 2013, p. 15)⁵². Esses números levam-nos a afirmar que tivemos 39 quilombos na Paraíba? Não necessariamente. As comunidades quilombolas reconhecidas não se organizavam todas no mesmo formato clássico de Palmares. Muitas das comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos são lugares fundados por pessoas ou famílias que buscavam lugares isolados para se firmarem⁵³.

Na Paraíba, carecemos de estudos sobre os quilombos históricos formados durante os períodos colonial e imperial. Sem dúvida, o mais famoso foi o chamado quilombo do *Cumbe*. Temos poucas informações sobre este. Segundo Ademar Vidal, ele se encontrava em Santa Rita. O Cumbe seria formado, nas palavras do mesmo autor, por “alguns pretos fugidos dos Palmares, depois deste ser destruído, e outros da Capital e do interior da Capitania da Parahyba (VIDAL, 1988, p. 109).

De acordo com as notas feitas por Irineu Pinto, este quilombo havia sido destruído em 1701 após a investida feita por João Tavares de

52 A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi fundada por lei em 1988. É uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), tendo como objetivo incentivar e preservar a produção cultural da população negra. Para mais informações, <<http://www.palmares.gov.br/#>>.

53 Aécio Aquino (1998) relata a história de três comunidades quilombolas que apresentavam essas características na Paraíba: Livramento, Talhado e Caiana dos Crioulos. A história de algumas dessas comunidades quilombolas são narradas na coletânea organizada por Banal e Fortes (2013) e apresentam as mesmas características.

Castro, na qual prendeu 25 negros (provavelmente africanos)⁵⁴. Segundo o referido historiador, esses negros “fazem-se terríveis pelos roubos e assassinatos commettidos nas regiões circunvizinhas” (PINTO, 1977, Vol. II, p. 95). Seja essa a visão da documentação (produzida pelas autoridades da época) ou do próprio Irineu Pinto, é uma visão que carrega o preconceito racial e de classe que analisamos no primeiro capítulo.

O mesmo Irineu Pinto, ao tratar dos acontecimentos de 1731, transcreveu Carta Régia de 11 de outubro que tinha como objetivo a destruição do *mocambo do Cumbi*. Não sabemos se era o mesmo quilombo destruído décadas antes e reorganizado ou um novo que trazia o nome do anterior. Em qualquer dessas hipóteses, o que devemos destacar era a capacidade de organização dessa população negra escravizada que, ao resistir mais violentamente ao sistema, fugiam e formavam os quilombos. Segundo esta Carta Régia, tal *mocambo* estava situado próximo ao “Sertão do Cariri, Tapuá e Taipú”, onde praticavam alguns roubos. Estava organizado há mais de 13 anos e contava com a presença também de indígenas que fugiam dos aldeamentos. Após a tentativa de destruição do *Cumbi* (ou Cumbe), foram mortos cinco índios, três conseguiram fugir e 56 ou 57 negros ficaram presos (PINTO, 1977, Vol. I, p. 130-131).

A formação de quilombos na Paraíba não foi particular do século XVIII. Em 1842, a Secretaria de Polícia da Paraíba alertava para a

54 Os termos “negro” ou “preto” geralmente, no século XIX, eram atribuídos aos africanos. Os primeiros descendentes destes eram identificados como “preto crioulo” ou apenas “crioulo”.

formação de quilombos na província (MEDEIROS, 1999, p. 54)⁵⁵. Seis anos depois, ficava deliberado pelo palácio do governo que fosse enviado um destacamento da polícia para a cidade de Pilar com o objetivo de destruir um quilombo que crescia na região (CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba para o Chefe de Polícia de 24 de julho, AHWBD, cx. 026, 1848).

Já em 1851, Irineu Pinto traz-nos o caso da dissolução feita pela polícia de “um quilombo de negros fugidos” (PINTO, 1977, Vol. II, p. 204) que se encontrava no engenho Espírito Santo. O subdelegado em atividade de Taipu, Feles de Melo Azedo, informava sobre o caso que os membros do referido quilombo praticavam roubos, furtos, incêndios e atacavam as casas do engenho. Em patrulha feita pela polícia da região, encontraram três escravos que faziam parte do quilombo, dos quais dois foram capturados. O único que a polícia não conseguiu prender foi Bento, que tentou reagir com arma de fogo que possuía. Houve troca de tiro e o escravizado foi atingido por uma bala, chegando a falecer em seguida (CORRESPONDÊNCIA do Subdelegado de Taipu ao Delegado da Vila de Pilar de 17 de junho, AHWBD, Cx. 029, 1851). Ademais desses casos, acreditamos haver a possibilidade de articulação entre os africanos escravizados da Paraíba e Pernambuco.

Na região da Zona da Mata da província da Paraíba, havia dois quilombos mais ao sul da Capital:

Estas terras no extremo sul da capital passaram a ser igualmente atrativas para a população pobre da

55 Maria do Céu Medeiros cita esse caso a partir da documentação encontrada no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, atual Arquivo História Waldemar Bispo Duarte. Infelizmente, não conseguimos encontrar a documentação citada devido ao estado de desorganização do dito arquivo.

cidade, não apenas devido às condições ecológicas, mangues e estuários, mas também pela presença do Quilombo de Paratybe, ainda ativo por ocasião dos distúrbios da Independência. Mais ao sul resistia o Quilombo do Guajú, próximo a povoação de Jacumã, já em terras do Conde, Vila de índios aldeados, já em parte, misturados com a população de homens livres pobres, que ocuparam boa parte das terras pertencentes aos referidos indígenas (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 87)⁵⁶.

Em seu trabalho, Carmelo Nascimento Filho identificou a existência desses quilombos em duas principais obras: Archimedes Cavalcanti, em seu livro *A Cidade da Parahyba na época da Independência*; e as transcrições de registros territoriais feitas por Lyra Tavares. Em Cavalcanti, há afirmações de que esses grupos de negros roubavam os viajantes. A partir de João de Lyra Tavares, Nascimento Filho percebeu que as terras do quilombo de Paratibe pertenciam aos carmelitas, mas “Estas terras que não foram apossadas pelos religiosos, serviram desde o início do século XIX para abrigar o Quilombo de Paratybe” (NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 157).

Marcus Carvalho, ao estudar a experiência escravista de Pernambuco, destaca o caso interessante do quilombo do Malunguinho, também conhecido como Catucá, “o espaço insurrecional mais importante da província” (CARVALHO, 2010, p. 180). Como ressalta o autor, a partir das demonstrações feitas pelos últimos estudos sobre os quilombos do século XIX, não havia isolamento destes. Os quilombolas estavam em constante contato com a cidade e com regiões fora do espaço do quilombo. Sobre isso, levantamos algumas questões.

56 A comunidade de Paratibe é hoje reconhecida como remanescente quilombola, ver Gonçalves (2013).

Em primeiro lugar, como afirmou Marcus Carvalho, pensando a relação do quilombo em Pernambuco com outras regiões do país, mais especificamente com as revoltas da Bahia, “os negros, portanto, tinham uma consciência da luta antiescravista em outras províncias. Isso denota a existência de canais informais de comunicação bastante complexos, ligando quilombolas com escravos de várias partes do país” (CARVALHO, 2010, p. 184). Recife tinha um papel importante nessa circulação de informações devido ao porto. Ora, se os quilombos de Pernambuco conseguiam se articular com várias regiões do Brasil, como a Bahia, que dirá da Paraíba que histórica e geograficamente encontra-se mais próxima a Pernambuco?

São vários os casos de fuga de escravizados para a província vizinha que confirmam essa relação. Em 1850, Antônio da Silva Salgado requeria a soltura de seu escravo, Virginio, que estava preso na cadeia da cidade da Parahyba, após ter fugido da casa de seu senhor havia quatro meses. O proprietário era morador de Bom Jardim em Pernambuco e seu escravo tomara os caminhos da Paraíba em busca da liberdade (REQUERIMENTO ao Chefe de Polícia da Paraíba de 29 de agosto, AHWBD, Cx. 028, 1850). As fugas poderiam ser feitas por vias terrestres ou pelo mar. Em 1818, dois negros escravos foram apreendidos em uma jangada na praia de Lucena. Pouco depois, descobriu-se que ambos os escravos eram de dois senhores de Recife e provavelmente estavam em fuga (CORRESPONDÊNCIA do Governo de Pernambuco ao Governador da Paraíba de 9 de março, AHWBD, cx. 004-005, 1818).

Além da possibilidade de fuga entre as províncias de Pernambuco e Paraíba, Marcus Carvalho identificou uma possível predominância de africanos no quilombo do Catucá, algo comum a outras

formações quilombolas (CARVALHO, 2010, p. 187). Sabendo que parte dos africanos vindos para a província da Paraíba passava pelo porto do Recife, não seria absurdo pensar em possíveis articulações entre os africanos vindos para a Paraíba e os que permaneceram em Recife e que formaram os quilombos na região.

Por fim, desde 1826, devido à maior repressão sobre os membros do quilombo do Malunguinho, “tornaram-se então cada vez mais móveis, andando em grupos menores, atacando estradas e engenhos, e moradores dos arredores do Recife e Olinda” (CARVALHO, 2010, p. 185). A mobilidade gerada faz pensar na possibilidade de alguns grupos de quilombolas terem ultrapassado as fronteiras provinciais (que não eram tão bem definidas⁵⁷) e incomodar os senhores de engenho da Paraíba, além de contar com o apoio dos escravizados desta província. Os quilombos de Paratibe e Guajú, ao sul da Paraíba, podem ter sido visitadas pelos quilombolas do Malunguinho, como feito visitas a estes. Não conseguimos encontrar nenhuma documentação referente a isso, mas essa hipótese não se faz tão improvável.

Não poderemos deixar de ressaltar que nem sempre essas fugas eram bem sucedidas. Como informamos nos casos citados (Antonio Benguela, de um preto sem nome e dos quilombos destruídos), muitos foram as fugas sem sucesso. As consequências para esses escravizados fugidos eram extremamente violentas. E os registros que nos chegaram

57 As capitânicas (depois províncias) da Paraíba e Pernambuco sempre tiveram grandes dificuldades em estabelecer seus limites fronteiriços. Durante todo o século XIX, há uma preocupação muito grande dos Presidentes de Província da Paraíba em definir esses limites. Essas indefinições territoriais existiam desde o período colonial, ver Chaves Júnior (2013).

são exatamente da repressão a esses escravizados que não conseguiram êxito.

João, um “gentio de Angola”, havia sido preso e levado à cadeia da cidade da Parahyba do Norte. Ele era escravo de Francisco da Silva, morador em Marahú. Em 29 de abril de 1803, João foi solto. Ao que consta, não foi açoitado na cadeia, mas seu proprietário teve que pagar com todas as despesas do período em que esteve preso. Tais despesas não saíram de graça e João, parece-nos certo, recebeu algumas açoitadas de seu senhor em troca da fuga e dos gastos (REQUERIMENTO de soltura do escravo João de 28 de abril, AHWBD, cx. 002, 1803).

O africano João foi preso pelo Capitão do Campo em exercício. O nome deste não é citado, mas, talvez tenha sido José Ximenes. O caso de João ocorreu em abril de 1803. Constatamos que em março do mesmo ano, José Ximenes já exercia o cargo de Capitão do Campo, quando prendeu um escravo fugido do Coronel Francisco Pinto Barros, também chamado de João. Além desse caso, em muitos outros, Ximenes foi responsável pela captura de escravizados (alguns destes africanos) fugidos.

Pensar o papel social do Capitão do Campo é muito complexo. Muitos deles eram libertos e também estavam inseridos em uma experiência de opressão. Contudo, optavam por defender os interesses dos senhores. Eles faziam parte do aparato repressivo. Para Ademar Vidal,

O capitão do campo fez-se dentro desse meio de aguda opressão. Geralmente era um typo possante. Homem corpulento que se encarregava de caçar o escravo fugido. Seu todo bem revelava a deshumanidade com que agia na captura dos párias autenticados com o auxílio da memória (VIDAL, 1988, p. 134).

Com o poder de prender e punir os escravizados fugidos, o Capitão de Campo muitas vezes ultrapassava os limites. Em maio de 1803, Vicente, escravo de Joaquim Francisco, morador de Mumbaba, foi preso injustamente. Ele estava na cidade da Parahyba do Norte procurando exercer atividades de aluguel. Foi preso pelos capitães do Campo sob o pretexto de ser escravo fugido (REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 5 maio, AHWBD, cx. 002, 1803). A função de Capitão de Campo foi sendo substituída, com o tempo, pela polícia.

A arbitrariedade e a violência eram práticas características das pessoas que exerciam esse cargo. O já citado José Ximenes envolveu-se, devido a isso, em um caso que lhe causou um inconveniente. Em 11 de julho de 1803, o crioulo Fabrício Fernandes da Silva foi preso por este Capitão de Campo, também sendo acusado de ser escravizado fugido. Como se não bastasse o equívoco, Ximenes lhe tomou “um cavalo, e quatorze mil réis em dinheiro e um par de meias brancas e um machado sem cabo”. Não diferente dos dias de hoje, coube ao acusado provar sua inocência frente à ação violenta da autoridade de José Ximenes. A ordem de prisão era para Joaquipe (?) que andava fugido. Frente aos oficiais que ordenaram a prisão, o Capitão do Campo negou as afirmações do crioulo Fabrício e defendeu-se dizendo que o cavalo fora tomado como pagamento de dívidas.

No dia seguinte, Ximenes confessou ter tomado o cavalo de Fabrício. Este foi solto e, de acordo com o requerimento feito oficialmente por Fabrício, houve perante os oficiais presentes, “reconheci-da malícia” de Ximenes. Não sabemos ao certo se pelo mesmo caso, mas em 6 de agosto de 1803, José Ximenes encontrava-se preso “pelos seus erros cometidos” e já tinha se arrependido, requerendo sua

soltura (REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 14 de julho, AHWBD, cx. 002, 1803).

As consequências de uma fuga eram arriscadas, como temos demonstrado. Havia todo um aparato repressivo pronto para entrar em ação (às vezes, até quando não devia, como afirmamos). Outro escravo chamado João, não sabemos ao certo se ele era africano, pois não está especificado sua origem, foi preso por fuga e por furto de roças e lavouras. Ele foi levado à cadeia pelo furriel Manoel José, que pediu ao comandante da cadeia surrar João em 400 açoites em quatro dias por tais crimes para que sirva de exemplo e não volte a cometer as mesmas “insolências”. (REQUERIMENTO encaminhado ao Presidente da Paraíba em 11 de junho, AHWBD, cx. 002, 1803). Apesar de não sabermos se João é africano ou não, seu caso ajuda-nos a compreender as consequências violentas para os africanos escravizados que fugiam e roubavam.

Todos esses africanos que foram presos viveram, mesmo que rapidamente, a experiência de uma cadeia. A vivência na cadeia, talvez, não fosse muito distinta da senzala. A primeira das experiências comuns consiste na falta da liberdade. Tanto cativos como presos (e não poucas vezes, cativos presos) estavam, juridicamente, privados de suas liberdades. No caso de pessoas escravizadas submetidas à prisão nas cadeias, elas estariam duplamente privadas de sua liberdade. Mesmo sendo “soltas” (termo comum na documentação) essas pessoas continuavam submetidas à condição de escravas. Além da falta de liberdade, os castigos aos presos eram constantes. Em todos os casos de escravos presos na cadeia, por exemplo, houve a punição em açoites. A punição pública

era comum até o início do século XIX. A partir de 1829, o açoitamento passou a ser restrito aos porões da cadeia (KARASCH, 2000, p. 180).

Um dos temas mais constantes dos relatórios dos presidentes de província da Paraíba eram as condições precárias das cadeias. Em sessão da Assembleia Legislativa, o presidente da província, Joaquim Pereira Peixoto de Albuquerque, destaca que uma das obras públicas mais importantes a serem resolvidas eram as as cadeias. Não havia comodidades nestas. Inclusive, o mesmo presidente tentou transferir os presos para a Fortaleza de Cabedelo, visando às reformas necessárias na cadeia da Capital. Contudo a Fortaleza estava em um estado ainda pior (RELATÓRIO de Presidente de Província da Paraíba, CRL, 1838, p. 17).

No ano seguinte, João José de Moura Magalhães, então presidente, afirmou que “é deplorável e lastimoso o estado das prisões da Província, ou para falar com mais acerto, não existem prisões” (RELATÓRIO de Presidente de Província da Paraíba, CRL, 1839, p. 15). No caso específico da cadeia da cidade da Parahyba do Norte, ele relata que

é assaz velha, de péssima construção, acanhada, imunda, e nenhuma resistência oferece as contínuas tentativas de arrombamento: ela está em diametral oposição com as prisões garantidas pela Constituição do Império (RELATÓRIO de Presidente de Província da Paraíba, CRL, 1839, p. 15).

Sobre as condições da cadeia da capital da Paraíba, interessante caso é o de José Correia do Amaral, soldado da tropa de linha, que em 7 de março de 1804 foi preso e levado à cadeia da capital. José Correia afirmou que se achava “vexado da grande multidão de presos, que se

acham na mesma cadeia, em termo de se esfregarem uns aos outros pelo cômodo de se agasalharem”. Ele chegou à cadeia sangrando e encontrava-se em uma situação de pior moléstia e, por isso, pedia soltura. Apesar de este documento ter sido produzido há exatos 211 anos, ainda identificamos algumas permanências nas condições dos presídios brasileiros (REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 7 de março, AHWBD, Cx. 002, 1804)⁵⁸. Ou seja, além da violência do cativo, muitas vezes, eram submetidos à cadeia, onde não havia condições mínimas de vivência.

Da mesma maneira que muitos escravos submetidos a difíceis condições de vida e à violência fugiam, muitos presos (escravizados ou não) também viam na fuga a melhor forma de se livrarem de tal situação. Em 31 de março de 1855, diante de tais situações de precariedade e violência, os presos da cadeia da cidade da Parahyba tentaram fugir da mesma. De acordo com o documento transcrito por Irineu Pinto, o plano consistia “em matar a sentinela da porta principal, e descerem os presos em borbotão, assassinando os que se lhes aparecessem” (PINTO, 1977, Vol. II, p. 236). A tentativa não logrou sucesso. Três presos ainda conseguiram fugir, mas foram logo em seguida capturados novamente. Essa pode não ter sido a única tentativa de fuga, afinal, segundo o presidente da província em 1839, as cadeias não eram tão difíceis de serem arrombadas.

Na década de 1840, no mesmo período em que o presidente da província João José de Moura Magalhães fazia tal afirmação, o pastor estadunidense, Reverendo Daniel Kidder, fazia uma visita à província

58 Karasch (2000, p. 183-184) discorre sobre a facilidade de transmissão de doenças diante das condições precárias das cadeias.

da Paraíba, registrada em suas *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. Dentre as várias observações feitas pelo viajante, estavam alguns destaques à cadeia da capital que, segundo ele, “ostenta uma data indicando ter mais de cem anos de construção” (KIDDER, 1972, p. 118). Ao passar nas proximidades desse prédio, Kidder espantou-se com o barulho produzido dentro pelos presos, o que apontava para uma possível superlotação. Em suas palavras,

Passando certo dia pela cadeia, pareceu-nos que estava repleta, tanto no andar superior como no térreo, e, a julgar pelo vozerio e pela hilariedade que de fora se percebia, poder-se-ia imaginar que se tratava de uma casa de diversões (KIDDER, 1972, p. 120).

Era muito possível que houvesse na cadeia brincadeiras e formas de resistir ao tempo de reclusão e às punições, porém, como demonstramos até aqui, o ambiente da prisão não era tão divertido como acreditava Daniel Kidder. A situação precária vivida na cadeia poderia levar os escravizados a utilizarem de uma interessante estratégia para saírem: arrependem-se. Ou, ao menos, diziam estar arrependidos. Foi o que ocorreu com Antônio, escravo do Capitão Manoel Cavalcante de Andrade. Este entrou com uma representação em nome de Antônio, requerendo sua soltura, pois este “tem dado mostras de arrependido, e que se há de reformar de costumes” (CORRESPONDÊNCIA do Capitão Manoel Cavalcante ao Governador da Paraíba de 27 de abril, AHWBD, cx. 02, 1804).

Além da cadeia e dos açoites, havia outras formas de punir um escravizado que tivesse cometido algum crime. Em última instância, poderia ser condenado à morte. Irineu Pinto apresenta o caso do escravo

João. Este, em outubro de 1841, foi condenado à forca na Capital da província. Ele havia assassinado, em janeiro do mesmo ano, seu senhor, Francisco de Paula Cavalcanti (PINTO, 1977, Vol. II, p. 161). Como já informamos anteriormente, o chamado Largo da Cadeia era o local onde ficava o Pelourinho. Provavelmente, lá também se situava a forca, tendo em vista a necessidade de punição pública.

As punições não eram suficientes para que as tentativas de homicídio não ocorressem. Assim como João, outros utilizaram-se desse expediente como reação ao cativo. Em 1849, Donato foi à júri por ter assassinado seu senhor (CORRESPONDÊNCIA do Ministro da Justiça ao Presidente da Paraíba de 13 de janeiro, AHWBD, Cx. 027, 1849). Não apenas o homicídio dos senhores era capaz de levar escravos à forca. Em 1847, Thomaz e Joaquim, que eram cativos do comerciante José Luis Pereira Lima, foram condenados à morte após terem assassinado o feitor do Engenho da Graça, onde trabalhavam (CORRESPONDÊNCIA do Ministro da Justiça ao Presidente da Paraíba de 21 de janeiro, AHWBD, Cx. 025, 1847; OFÍCIO do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 21 de 20 de fevereiro, IJ1 301, AN, 1847).

Outra maneira de resistência e confronto direto com os senhores era a desobediência. Em março de 1803, João Maria foi recolhido à cadeia da capital para sofrer o castigo necessário. Motivo: havia sido desobediente com seu senhor, o Capitão Luiz Rodrigues Ferreira. Após a punição, ele foi solto e retornou às propriedades de Luiz Ferreira. Por lá, talvez tenha sido castigado novamente ou ter suas relações com o senhor endurecido ainda mais após essa ação (REQUERIMENTO de soltura ao Governador da Paraíba de 13 de março, AHWND, cx.002, 1803).

Os conflitos diretos e desobediências eram constantes. Um soldado da tropa paga da Terceira Companhia, José Gregório Viveiros, chegou a ser preso em 1804 por ter agredido a bofetões uma preta na rua. O motivo da agressão: ela o havia insultado. Além da relação de superioridade por ser livre, José Gregório era homem e não aceitou às injúrias de uma mulher negra. Os motivos que levaram a essa discussão não sabemos, mas o caso demonstra os embates cotidianos em uma sociedade escravista (REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 11 de abril, AHWBD, Cx. 002, 1804).

Já citamos casos de resistência violenta por intermédio da fuga, roubo, formação de quilombos, assassinato de senhores e feitores, além de desobediência aberta e insultos. Mas essas não foram as únicas que os africanos e os demais escravizados encontraram para negar a sociedade escravista. Em setembro de 1850, o Chefe de Polícia da Paraíba informou ao Presidente que em Cabedelo um africano que supôs ser de “nação Angola” fora encontrado morto com uma pedra furada no pescoço. A principal suspeita era de suicídio. O africano havia se matado em uma canoa quando ia para a cidade da Parahyba a mando de seu senhor (CORRESPONDÊNCIA do Chefe de Polícia para o Presidente da Paraíba n. 722 de 3 de setembro, AN, IJ1 302, 1850). Ignacio, escravo de Lemos e Vasconcelos, fugiu e logo depois foi preso. Após ter estado na cadeia da cidade, foi devolvido ao seu senhor. Imaginando a punição que viria pela frente e não aguentando mais a condição do cativo, Ignacio pôs fim a sua vida em setembro do ano de 1842 (CORRESPONDÊNCIA do Chefe de Polícia ao Presidente da Paraíba de 23 de setembro, AHWBD, Cx. 20, 1842).

Todos esses casos narrados demonstram o quão tensas eram as relações entre senhores e escravos na sociedade brasileira. A população africana na Paraíba oitocentista muitas vezes decidiu enfrentar mais violentamente a repressão a eles imposta. Nem todos os escravizados tiveram êxito em suas estratégias e a violência sobre eles foi ainda maior. A resistência, por sua vez, foi constante e se expressou de várias formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2010, mais da metade da população da Paraíba autodeclarou-se como preta ou parda. As manifestações culturais da população negra se expressam em vários momentos como nas festas de Nossa Senhora do Rosário, na existência de religiões de matriz africana, na existência de comunidades quilombolas, em tribos de carnavais com o título de africanos ou até mesmo em nome de municípios como o Congo (município com cerca de 4 mil habitantes, situado no cariri paraibano). Apesar disso, é comum perceber no discurso de muitas pessoas a afirmação de que no estado não há negros. Acreditamos que isso é resultado de uma construção ideológica, que tende a negar a existência dessas pessoas. Essa prática tem como consequência, acreditamos, ações racistas que transformam a Paraíba em um dos lugares que mais apresenta homicídios de negros no Brasil.

O presente trabalho demonstrou historicamente a presença da população negra na Paraíba. A partir da escolha de um grupo específico, os africanos, traçamos algumas das várias experiências de vida dessas pessoas. Nosso objetivo era compreender as rotas que trouxeram esses escravizados à Paraíba e, uma vez estando aqui, como era seu cotidiano.

Tratamos de analisar as várias representações da população negra feitas pela historiografia e demais linguagens como livros didáticos, poesia, histórias em quadrinhos que demonstram uma omissão (até negação) da população negra. Para muitos autores, os africanos mal

estiveram presentes no processo de construção histórica da Paraíba e, dessa maneira, não poderíamos afirmar a existência de pessoas negras na região. Esse fato – em nossa opinião, de caráter ideológico –, gera uma série de consequências políticas e sociais, como práticas racistas presentes na contemporaneidade.

Diante disso, acreditamos que existe um novo momento de produção historiográfica (na qual se insere esta dissertação) que se esforça em sanar essas lacunas, dando à população negra da Paraíba (majoritária, como afirmamos) possibilidades de se identificar na história. Tendo em vista a presença dos africanos no processo histórico da Paraíba, partimos para identificar suas condições de chegada e as evidências de sua existência na primeira metade do século XIX.

Mesmo não sendo um lugar central para o comércio atlântico de escravizados, a Paraíba se inseria nesse mercado. A historiografia volta-se mais para regiões importantes como Pernambuco, Salvador e Rio de Janeiro. Dessa maneira, nosso intuito também foi demonstrar como regiões periféricas se inseriam no comércio de africanos. A Paraíba desde o século XVII se articulava com o trato de “almas”. No século seguinte, tentou – apesar das condições econômicas – ter uma relação mais estreita com os portos africanos. Entretanto, razões políticas e econômicas, levaram à anexação. Desde a segunda metade do século XVIII, as conexões diretas com a África reduziram significativamente, sendo a importação de africanos monopolizada pelo porto do Recife. Essa condição gerou, por conseguinte, uma limitação na entrada de mão de obra africana na capitania/província estudada. Entretanto, isso não quer dizer que não houve trabalhadores cativos vindos da África.

Tendo em vista as condições nos séculos XVIII e XIX, percebemos que a demanda era presente. Os produtores viram na reprodução natural uma maneira de conseguir manter a oferta de escravos. O tráfico, assim, assumiu um caráter complementar à sociedade escravista da Paraíba. Na primeira metade do oitocentos, parte dos africanos vinham de Pernambuco e eram distribuídos para o litoral e o sertão, tomando os caminhos mercantis comuns. A partir da lei de 1831, as rotas se reorganizaram e praias próximas à divisa entre as duas províncias foram utilizadas para o desembarque ilícito de escravizados. As necessidades de ambas eram preenchidas com essas ações ilegais. Chegamos a identificar também possíveis articulações entre negociantes da Paraíba com a Bahia, com intuito de comprar africanos boçais.

Após chegarem, tais escravizados viviam experiências diferenciadas daqueles que foram direcionados aos grandes centros escravistas. Em primeiro lugar, porque, após o desembarque, eles eram submetidos a outra viagem por vias terrestres ou marítimas, que compreendia um maior desgaste físico e psicológico. Outras vezes, eles poderiam já estar adaptados à vida no Brasil e, depois, eram levados a uma nova terra, a Paraíba. Em segundo lugar, ser africano nesta capitania/província levava a estratégias de sociabilidade que deveriam ir além das questões étnicas. A pequena quantidade de africanos fazia com que eles se articulassem de maneira distinta de regiões em que havia grande número de grupos da África. A estrutura de posse escrava na Paraíba levava a unidades produtivas com poucos cativos. As experiências dos africanos com crioulos, pardos, outros africanos e os próprios senhores era específica.

Seria impossível detectar a totalidade de coisas vividas por esse grupo. As lacunas ainda são várias. Destacamos aspectos voltados ao trabalho, expressões religiosas, as construções familiares, as redes de compadrio, as festividades e a luta pela alforria. A saudade da terra natal estava presente em todos os momentos. Em vários deles, os africanos expressavam a tentativa de voltar pra casa.

Especificidades à parte, a sociedade escravista mantinha princípios comuns. O principal deles era a violência. Os conflitos de classe eram mais evidentes. A repressão era constante aos escravizados que tentavam – de diversas formas – quebrar a situação de escravizados. A violência da repressão também se expressava na violência em resistir. Fugas, quilombos, roubos, assassinatos, suicídios, brigas, entre outras situações, demonstram o limite da imposição senhorial.

Pelas ruas da cidade da Parahyba do Norte, africanos circularam, cantaram, dançaram, sorriram, choraram, sofreram, foram torturados e explorados. Viveram. Por essas terras, criaram muitas expectativas e perderam outras tantas. Manoel Barrozo e outros milhares como ele fizeram parte dessa história. Este trabalho tentou transformar em escrita parte das experiências vividas por essas pessoas. Dessa maneira, esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão de nossa sociedade, ainda com fortes resquícios desse passado escravista.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil:** por suas drogas e minas. Brasília: Senado Federal, 2011. [Edição original de 1710].

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2010.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil:** compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins: Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil.** Tradução Luís da Câmara Cascudo. 12ª edição. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003. 2 volumes.

PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba.** João Pessoa:Universitária/UFPB, 1977. 2 Vols.

RAMOS, Adauto. **Testamentos e inventários.** João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2011.

_____. **Escrituras e registros.** João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2012a.

_____. **Testamentos e inventários II.** João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2012b.

RIGHP. 35 volumes. 1909-2002.

ROHAN, Henrique Beurepaire. Chorographia da Província da Parahyba do Norte. **RIHGP**, vol. 3, Imprensa Oficial: Parahyba, 1911, p. 165-366.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Mossoró: [s.n.], 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXLV). [Edição fac-similar de 1910].

FONTES DA INTERNET

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)

Censo 2010

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censodemog2010_amostra. Acesso em: 14março2014.

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm. Acesso em: 05 fevereiro 2014.

University of Florida Digital Collections (UFDC)

Diário de Pernambuco

Foram pesquisados os jornais de novembro de 1825 a dezembro de 1830. Disponíveis em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611>. Acesso em: 15 janeiro 2015.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN)

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 janeiro 2015.

Idéa da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, [...]. **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol XL, Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1918.

JORNAL da Paraíba de 13/05/1889.

JORNAL O Publicador de 18/08/1866.

JORNAL O Publicador de 26/03/1867

Legislação

Tratado de Amizade e Aliança Brasil-Portugal, 1825

Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2/. Acesso em 24 de abril de 2015.

Convenção entre Brasil e Grã-Bretanha para a abolição do Tráfico, 1826

Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1826/convencao-para-a-abolicao-do-traffic-de-escravos/>. Acesso em 24 de abril de 2015.

Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm. Acesso em: 25 de abril de 2015.

Constituição de 1988

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 25 de abril de 2015.

Lei 10.639 de 2003.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 06 dezembro 2014

Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 25 de abril de 2015.

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Disponíveis em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em 15 janeiro 2015.

Instruções do Governo para Fernando Delgado Freire de Castilho, Capitania da Paraíba. **RIHGB**, tomo VI, 1844, p. 436-441.

Instruções que em 23 de outubro de 1797 foram dadas por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho a Fernando Delgado Freire de Castilho que acabava

de ser nomeado ao governo da Parahyba. **RIGHB**, Tomo XXVII, 1864, p. 249-263.

Memória Estatística do Império do Brasil. **RIHGB**, tomo LVIII, p. 237-320.

Center for Research Libraries (CRL)

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores

Foram pesquisados os relatórios anuais entre 1830 e 1856. Disponíveis em: http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores. Acesso em:

Relatórios de Presidente de Província da Paraíba

Foram pesquisados os relatórios anuais entre 1837 e 1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em:

Relatórios do Ministério da Fazenda

Foram pesquisados os relatórios dos anos de 1821-23 a 1829. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/fazenda>. Acesso em:

Transatlantic Slave Trade Database (TSTD)

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Cartório Monteiro da Franca (ACMF)

- Inventário de José Antonio Baptista (1848)
- Inventário de Aguida Maria da Conceição (1839)
- Inventário de Anna Maria de S. José (1808)
- Inventário de Anna Quitéria (1817)
- Inventário de Antonia Isabel da Gama (1839)
- Inventário de Antonio Dinis Pimentel (1825)
- Inventário de Antonio Joaquim Ferreira Marques (1839)
- Inventário de Antonio José Nunes de Vasconcelos (1808)

- Inventário de Antonio Lourenço e Francisca de Sales (1809)
- Inventário de Antonio Xavier (1817)
- Inventário de Capitão Aleixo da Costa Cirne (1825)
- Inventário de Capitão Joaquim Manoel Carneiro da Cunha (1808)
- Inventário de Capitão José Moreira Lima (1823)
- Inventário de D. Candida Roza ____ Boaventura (1848)
- Inventário de D. Maria Marques da Conceição (1848)
- Inventário de Domingos Gonçalves Chaves (1847)
- Inventário de Florencia Maria (1825)
- Inventário de Genoveva Maria de Araujo (1833)
- Inventário de Isabel Maria da Conceição (1808)
- Inventário de Joanna Theresa da Conceição (1825)
- Inventário de João de Mello Azedo(1851)
- Inventário de João Garcia Maxado (1825)
- Inventário de José Gregório da Silva Coutinho (1818)
- Inventário de José Joaquim Cardouso (1804)
- Inventário de Manoel Antonio da Silva (1831)
- Inventário de Manoel Gomes e sua mulher Inventário de Joanna Maria Ferreira (1818)
- Inventário de Maria Francisca (1826)
- Inventário de Maria Theresa (1820)
- Inventário de Theresa Maria de Jesus (1820)

Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB)

Livros de batismos da Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1833-60.

- I – 1833-1841
- II – 1846-1850
- III – 1850-1857
- IV – 1857-1863

COMPROMISSO da Irmandade do Glorioso São Benedicto, 1867.

Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.)

- AHU_CU_014, Cx. 5, D. 360, 1717.
- AHU_CU_014, Cx. 5, D. 415, 1724
- AHU_CU_014, Cx. 12, D. 982, 1743
- AHU_CU_014, Cx. 9, D. 783, 1735.
- AHU_CU_014, Cx. 9, D. 784, 1735.
- AHU_CU_014, Cx. 16, D. 1337, 1752
- AHU_CU_014, Cx. 24, D. 1831 1767.
- AHU_CU_014, Cx. 27, D. 2067, 1780.
- AHU_CU_014, Cx. 28, D. 2133, 1784.
- AHU_CU_014, Cx. 30, D. 2178, 1787.
- AHU_CU_014, Cx. 31, D. 2250, 1792.
- AHU_CU_014, Cx. 31, D. 2256, 1792.
- AHU_CU_014, Cx. 31, D. 2282, 1793.
- AHU_CU_014, Cx. 32, D. 2325, 1795.
- AHU_CU_014, Cx. 33, D. 2419, 1798.
- AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2459, 1798.
- AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2471, 1798.
- AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2473, 1799.
- AHU_CU_014, Cx. 34, D. 2490, 1799.
- AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2575, 1800.
- AHU_CU_014, Cx. 36, D. 2617, 1800.
- AHU_CU_014, Cx. 37, D. 2673, 1801.
- AHU_CU_014, Cx. 39, D. 2744, 1802.
- AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2801, 1803.
- AHU_CU_014, Cx. 40, D. 2807, 1803.
- AHU_CU_014, Cx. 42, D. 2989, 1804.
- AHU_CU_014, Cx. 45, D. 3200, 1805.
- AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.
- AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3345, 1806.

Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (AHWBD)

Caixa 001, 1779-1799.

- CORRESPONDÊNCIA do Governador de Pernambuco ao Governador da Paraíba, 1775.

Caixa 002, 1800-1804.

- PARECER do Corregedor da Comarca sobre requerimento, 1801.
- REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba em 13 de março de 1803.
- REQUERIMENTO de soltura do escravo João em 28 de abril de 1803.
- REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 05 de maio de 1803.
- REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 14 de julho de 1803.
- REQUERIMENTO encaminhado ao Governador da Paraíba em 11 de junho de 1803.
- REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba de 8 de agosto de 1803.
- REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba de 18 de agosto de 1803.
- REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba em 19 de agosto de 1803
- CARTA do Sr. Antônio Frisão ao Governador da Paraíba em 20 de agosto de 1803.
- REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba de 17 de novembro de 1803.
- REQUERIMENTO de soltura enviado ao Governador da Paraíba em 6 de fevereiro de 1804.
- REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba de 07 de março de 1804.
- REQUERIMENTO ao Governador da Paraíba em 11 de abril de 1804.
- CORRESPONDÊNCIA do Capitão Manoel Cavalcante ao Governador da Paraíba em 27 de abril de 1804.

Caixa 004-005, 1820-1822.

- CORRESPONDÊNCIA do Governo de Pernambuco ao Governador da Paraíba em 9 de março de 1818.

Caixa 007, 1824-1825.

- CORRESPONDÊNCIA do Ministro dos Negócios do Império ao Presidente da Paraíba de 14 de novembro de 182
- RELAÇÃO de portos marítimos da Província

Caixa 010, 1830-1833.

- CORRESPONDÊNCIA da Regência ao Presidente da Paraíba de 21 de maio de 1831.
- CORRESPONDÊNCIA do Delegado de Tambaú para o Vice-Presidente da Paraíba de 4 de fevereiro de 1833.

Caixa 012, 1835.

- CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Paraíba ao Vice-Presidente de 31 de março de 1835.
- CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Paraíba ao Vice-Presidente de 29 de maio de 1835.

Caixa 019, 1841.

- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província da Paraíba ao Prefeito da Comarca da Capital de 16 de agosto de 1841.

Caixa 020, 1842.

- CORRESPONDÊNCIA do Sub-Prefeito de Lucena ao Presidente da Paraíba em 2 e 9 de abril de 1842.
- CORRESPONDÊNCIA do Chefe de Polícia ao Presidente da Paraíba, 1842.
- CORRESPONDÊNCIA DA Secretaria De Polícia ao Presidente da Paraíba em 12 de setembro de 1842.
- CORRESPONDÊNCIA do Chefe de Polícia ao Presidente da Paraíba em 23 de setembro de 1842.

Caixa 025, 1847.

- CORRESPONDÊNCIA do Ministro da Justiça ao Presidente da Paraíba em 21 de janeiro de 1847.

Caixa 026, 1848.

- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província para o Chefe de Polícia em 24 de julho de 1848.

Caixa 027, 1849.

- CORRESPONDÊNCIA do Ministro da Justiça ao Presidente da Paraíba em 13 de janeiro de 1849.

Caixa 028, 1850.

- REQUERIMENTO ao Chefe de Polícia da Paraíba de 29 de agosto de 1850.

Caixa 029, 1851.

- CORRESPONDÊNCIA do Subdelegado de Taipu ao Delegado da Vila do Pilar em 17 de junho de 1851.

Caixa 036, 1858.

- CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Polícia ao Presidente da Paraíba n. 24, de 22 de novembro de 1858.
- RELATÓRIO do Chefe de Polícia, 1858.

Caixa 037, 1859.

- CORRESPONDÊNCIA DA Secretaria de Polícia ao Presidente da Paraíba n. 23, de 27 de agosto de 1859.

Caixa 049, 1867.

- COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Capital, 1867

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (AIHGP)

JORNAL A Imprensade maio de 1858.

Livro de Notas da cidade da Parahyba do Norte (1841-1846).

Livres de Notas da cidade da Parahyba do Norte (1856-1861).

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1909 – 2002).

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (AIHGB)

DL 575-35

PARECER sobre propostas apresentadas por sócios do IHGB para se comemorar a libertação dos escravos no Brasil, 1888.

Arquivo Nacional (AN)

Série Justiça – Gabinete do Ministro

IJ1 300

- CÓPIA da Correspondência do Juiz Cível ao Presidente da Paraíba em 09 de abril de 1842.
- CÓPIA da Correspondência do Juiz de Órfãos ao Presidente da Paraíba em 09 de abril de 1842.
- CÓPIA da Correspondência do Juiz de Órfãos ao Presidente da Paraíba em 16 de abril de 1842.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n.18, de 08 de maio de 1842.

IJ1 301

- OFÍCIO do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 21, de 20 de fevereiro de 1847.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n.39 de 19 de julho de 1848.

IJ1 302

- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 78, de 26 de agosto de 1850.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 105, de 22 de outubro de 1850

IJ1 311

- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 90, de 5 de junho de 1866.

- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 112, de 4 de julho de 1866.

IJ1 798

- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 24, de 11 de fevereiro de 1853.
- CORRESPONDÊNCIA do Ministro da Justiça ao Presidente da Paraíba de 08 de novembro de 1853.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba n. 53, de 24 de maio de 1852.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 74, de 10 de junho de 1852.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n.76, de 12 de julho de 1852.
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 103, de 11 de setembro de 1852
- CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Paraíba ao Ministro da Justiça n. 20, de 03 de dezembro de 1855.

Série Justiça – Polícia – Escravos – Moedas falsas - Africanos

IJ6 472

IJ6 521

- CORRESPONDÊNCIA reservada do Presidente da Paraíba em 16 de maio de 1856.
- CORRESPONDÊNCIA reservada do Presidente do Rio Grande do Norte n. 48, 1856.

IJ6 525

RELATÓRIO Alcoforado, 1853.

Biblioteca Nacional

Setor de Manuscritos

IJ-32, 31, 013.

REPRESENTAÇÃO dos Negociantes da Paraíba ao Imperador, 1840.

IJ-31, 31, 017.

REPRESENTAÇÃO com abaixo assinado, dos agricultores e negociantes da Paraíba , 1827,

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão:** espacialidades de poder, violência e resistência,1850-1888. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos:** evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do Mito João Pessoa:** batalhes de memórias na Paraíba (1930-1945). Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente:** estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Prefácio: Mobilizações étnica não-tardias. BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (orgs). **Quilombos na Paraíba:** a realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013, p. 10-16.

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande.** 2 ed. Editora Universitária da UFPB, 1980.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Brasília: Ministério da Educação, 1958.

_____. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. 2 volumes. [1ª edição do volume 1 de 1966].

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980. [1ª Edição de 1923].

ALVES, Luiz Nunes. Tavares Cavalcanti. **RIHGP**, vol. 25, 1991, p. 221-238.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé**: irmandades negras na Parahyba do Século XIX. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **O Rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB; Conselho Estadual de Cultura, 1997

ANDRADE, Mário. **O turista aprendiz**. 2 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

AQUINO, Aécio Villar de. **Nordeste** – século XIX. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

_____. Paraíba século I – Aspectos antropossociais do início da colonização. **RIHGP**, vol. 24, João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1986, p. 21-26.

_____. **Filipéia, Frederica, Paraíba**: cem primeiros anos de vida social de uma cidade. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.

_____. Índios, negros, conquistadores e colonizadores da Paraíba. **RIHGP**. n.27, p. 27-34, 1995.

_____. Raças e racismos. **RIHGP**, vol. 29, João Pessoa:

Editora Universitária/UFPB, 1996, p. 147-160.

_____. Quilombos e remanescentes de quilombos na Paraíba. **RIHGP**, vol. 30, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998, p. 77-94.

ARRUDA, Emanuel Conserva. A distância que aproxima: a obra de Horácio de Almeida e a Paraíba Imperial. *MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane (orgs). **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p.192- 204.*

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750). **Revista de História.** São Paulo: USP, n. 116, jan./jun. de 1984, p. 1833-192.

_____. A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 5, n.10, março/agosto de 1985, p. 147-156.

BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (orgs). **Quilombos na Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro.** João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.

BAQUAQUA, Mahommah. Biografia de Mahommah Baquaqua. Apresentação de Silvia Lara. **Revista Brasileira de História.** Vol. 8, n. 16, 1988, p. 269-284.

BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Ruston Lemos de. Subsídios para o estudo das frotas de navegação em Pernambuco. **Revista de Ciências Humanas.** João Pessoa. Ano 2. N.4, out./dez., 1980 (Número Especial de História – UFPB), p. 119-145.

BASILE, Marcelo. O Laboratório da Nação: a era regencial (1831 – 1840). In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil**

Imperial: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-119. Volume 2.

BASTOS, Sebastião de Azevedo. Os Arruda Câmara na Paraíba. **RIHGP**, vol. 15, 1964, p. 55-80.

BENJAMIN, Roberto. **Congos da Paraíba**. Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Arte-FUNART, 1977.

BESERRA, Alcides. O Banditismo (suas causas bio-psychicas). **RIHGP**, vol. 3, Imprensa Oficial, Parahyba, 1912, p. 18-29.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Comércio de Escravos (1807-1869)**. Tradução Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. O Brasil no mundo. In.: CARVALHO, José Murilo de (org). **A Construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Volume 2), p. 131-177.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção esolidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BORGES, Deodato; BORGES FILHO, Deodato. **História da Paraíba em quadrinhos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In.: **História e ciências sociais**. Tradução Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 7-39.

BRÜGGER, Sílvia M. Jardim. Escolha de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrinho em São João Del rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 313-347.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CABRAL, Heitor. Um novo manual sobre a Paraíba e sua capital. In.: MELLO, José Octávio de Arruda; FARIAS, Arion; MELLO, Humberto; CABRAL, Heitor (orgs). **História da Paraíba e sua capital.** João Pessoa: Imprell Editora, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas:** de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

CARVALHO, Álvaro de. A Escravidão, fenômeno social como qualquer outro. **RIHGP.** vol. 10, Departamento de Publicidade: João Pessoa, 1946, p.107-111.

_____. Sobre Cardoso Vieira. **RIHGP,**João Pessoa, vol. 11, Departamento de Publicidade: João Pessoa, 1948, p. 91-95.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A repressão tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. **Tempo.** Revista do Departamento de História da UFF, v. 27, 2009, p. 151-167.

_____. **Liberdade:** rotinas e rupturas (1822-1850). 2 ed. Recife: Editora UFPE, 2010.

_____. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de Historia** (USP), v. 167, 2012, p. 223-260.

_____. Pernambuco e Brasil nas rotas do tráfico atlântico. In.: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e (orgs). **História e historiografia:** perspectivas e abordagens.

Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014, p.239-262.

CARVALHO, Rodrigues de. História da Parahyba. **RIHGP**, vol.2, 1910, p. 243-247.

CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade de Parahyba na época da Independência**: aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822. João Pessoa: Imprensa Universitária/UEPB, 1972.

CAVALCANTI, Manuel Tavares. Conferência do Dr. Manoel Tavares Cavalcanti realizada no Instituto Histórico e Geographico Parahybano, no dia 15 de novembro de 1905. 39-54.

_____. Resenha dos trabalhos sociaes de 1905 a 1906. **RIHGP**, vol. 01, 1909, p. 89-97.

_____. **Epítome de história da Paraíba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CITTADINO, Monique. A Paraíba na Primeira República: a oligarquia de Álvaro Machado (1892-1912). In.: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Marinha Guedes dos; BARBOSA, Vilma de Lurdes (orgs). **Historiografia e(m)**

diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Editora da UFCG/Anpuh-PB, 2010, p. 163-176.

CHAVES JÚNIOR, Inaldo. “**As duras cadeias de hum governo subordinado**”: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c.1755-1799). Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – UFF, 2013.

CONRAD, Robert Edgard. **Tumbeiros:** O tráfico de escravos para o Brasil. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Lidiana Justo. **Cidadãos do Império, alerta!** A Guarda Nacional na Paraíba oitocentista (1831-1850). Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CURTIN, Philip D. **The Trans-Atlantic Slave Trade:** a Census. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. **Retrato falado:** o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2013.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine:** O Instituto Histórico e Geográfico paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: _____. **Homens esquecidos:** escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX. Campinas/SP: UNICAMP, 1989. p. 255-312.

ELLIOT, John. **España, Europa y El Mundo de Ultramar** (1500-1800). Madrid: Taurus, 2010.

ELTIS, David. **Economic Growth and the Ending of th Transatlantic Slave Trade**. New York: Oxford University Press: 1987.

_____ ; BEHRENDT, Stephen D.; RICHARDSON, David. A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. **Afro-Ásia**. n. 24, 2000, p. 9-50.

FARIA, Sheila. História da família e demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

_____ ; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. Os melhoramentos urbanos e o processo de modernização na Paraíba: século XIX. **Revista de Ciências Humanas**. João Pessoa. Ano 2. N.4, out./dez., 1980 (Número Especial de História – UFPB), p. 165-182.

AMARAL, Roquinaldo do. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In.: _____ (org). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 331-366.

_____. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, volume 1, p. 229-269.

FLORES, Êlio. Dos ditos e dos feitos. In.: **Saeculum**. Vol., n. 16, 2007, p. 83-102.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, volume 3, p. 9-57.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FREIRE, Antonio. Os quilombos. **RIHGP**, João Pessoa, n. 19, 1971, p. 91-93.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. **História da Paraíba**: para uso didático. João Pessoa: A União, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006. [1ª edição de 1933].

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 93-114.

GALLIZA, Diana Soares. **Irineu Joffily**: vida e obra. IHGP, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

_____. **O declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

_____. As economias açucareira e criatória (pecuária) no Nordeste brasileiro à época colonial: estudo comparado. **RIHGP**, vol. 24, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1986, p. 141-150.

_____. O processo emancipatório na Paraíba: as manumissões. **RIHGP**, vol. 25, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1991, p. 67-87.

GALLOWAY, J.H. Nordeste do Brasil (1700-1750): o reexame de uma crise”. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 36 (2), abril/

junho de 1974, p. 85-102.

GODINHO, Victorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). **Revista de História da USP**. São Paulo, n.15, jul./set de 1953, p. 69-88.

GONÇALVES, Maria Ronizia P. Comunidade Negra de Paratibe: de quilombo a bairro e de bairro a quilombo: 200 anos de posse de terra. In.: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (orgs). **Quilombos na Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013, p. 174-200.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)**. Bauru – SP: Edusc, 2007.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **O escravismo colonial**. 4 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. 3 ed. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1975.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. (Org.). **Escravidão & Invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. SP: Brasiliense, 1988 p. 33-59.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia.(1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. **Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876**. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1996.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Alcides Bezerra**: historiador e filósofo. IHGP, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

_____. **Irineu Ferreira Pinto**. IHGP, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

_____. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Vol. 1, n. 1, 1988, p.5 – 27.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Famílias e laços de solidariedades negras**: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte (1833-1860). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de História. João Pessoa, 2013.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. **Comércio de almas e política externa**: a diretriz atlântico-africana da diplomacia imperial brasileira (1822-1856). Londrina: Eduel, 2013

HEYWOOD, Linda M. (org). **Diáspora Negra no Brasil**. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson e Vera Lúcia Benedito. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HOBBSAWM, Eric. The general crisis of the european economy in the 17th century. **Past and Present**. n.5, 1954, p. 33- 56.

_____. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOFILLY, Geraldo Irineo. Confrontos e antagonismos na conquista da Paraíba; Formação da cidade, riqueza dos engenhos e inquisição. **RIHGP**, vol. 24, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1986, p. 61-87.

JOFILLY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1977.[Edição Fac-similar de 1892].

JOHNSON, Walter. On Agency. **Journal of Social History**. n. 37, vol.1, 2003, p. 113-124.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In.: HEYWOOD, Linda M. (org). **Diáspora Negra no Brasil**. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson e Vera Lúcia Benedito. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 165-191.

KLEIN, Herbert. **The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade**. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1978.

_____. **A escravidão africana: América Latina e Caribe**. Tradução José Eduardo de Mendonça. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. História In.: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p.17-166.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

LIMA, Luciano M. de. **Derramando o susto: Os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

_____. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Maria Vitória Barbosa de. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX)**. Brasília:

FCP, 2013.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócios da Costa da Mina e comércio atlântico**: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654 – 1760). Tese de doutorado em História econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2008.

LOVEJOY, Paul. The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis. **The Journal of African History**. Vol. 23, n. 4, 1982, p. 473-501.

_____. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8, n. 16, 1988.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/. UFPB, 1977. 2 volumes. [Edição facsimilar de 1912].

MACHADO, Maximiano Lopes. “Espírito Revolucionário – Pensamento Libertador” Maximiano Lopes Machado e a construção da História paraibana. MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane (orgs). **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p.101 – 116.

MAIOR, Armando Souto. Prefácio. In.: MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 11 ed. João Pessoa: A União, 2008, p. 11-15.

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes, 1976. 2 v. 1ª edição de 1866.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In.: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). **Direitos e Justiça no Brasil:** ensaios de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.129-159.

MARIANO, Nayana. Maximiano Lopes Machado e a imagem do índio redimível. In.: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane (orgs). **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 117 – 138.

MARIANO, Serioja. *A paraibanidade como culto: a construção dos discursos histórico sobre 1817 e 1824 no IHGP.* _____; SÁ, Ariane (orgs). **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 87 – 100.

_____. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824).** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba.** 3 ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura: A União, 1994. [Fac-similar de 1922].

_____. **Evolução econômica da Paraíba.** 2 ed. João Pessoa: A União, 1978.

MARTINS, Maria Fernandes Vieira. Conduzindo a bardo do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, volume 3, p. 685-727.

MARTIUS, Karl Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n.24, 1845.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In.: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **Culturapolítica e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERJ, 2007, p. 213-227.

MATTOS, Regiane Augusto de. As sociedades africanas. In: **História e cultura afro-brasileira**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-61.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-386. Volume 2.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba Escravista. In.: _____; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. Editora Universitária/Ufpb, 1999, p. 17-99.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. Política indigenista do Período Pombalino e seus reflexos nas Capitânicas do Norte da América portuguesa. In.: OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto (orgs). **Novos olhares sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 125-159.

MEGALE, Nilza Botelho. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**: história - iconografia – folclore. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MELO, Humberto. Datas e notas para a história do negro na Paraíba. **RIHGP**. N. 25, p. 113-122, 1991.

MELLO, José Baptista. O dia da Pátria. **RIHGP**, vol. 9, Estado da Parahyba: João Pessoa, 1937, p. 15-19.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Ademar Vidal**: Diversidade, erudição e “etusiasmo” nos seus inéditos. IHGP, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

_____. Maximiano Machado – Liberalismo, radicalismo e revisionismo na primeira história da Paraíba. In: MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/. UFPB, 1977. 2 volumes, p. 7-62.

_____. (Org). **Capítulos de história da Paraíba**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba: O Norte, 1987.

_____. **A escravidão na Paraíba**: historiografia e história – preconceitos e racismo numa produção cultural. João Pessoa: A União, 1988.

_____. **História da Paraíba**: lutas e resistências. 11 ed. João Pessoa: A União, 2008.

_____; RODRIGUES, Gonzaga (orgs). **Paraíba**: conquista, patrimonio e povo. 2ª edição. João Pessoa: GRAFSET, 1993.

_____; FARIAS, Arion; MELLO, Humberto; CABRAL, Heitor (orgs). **História da Paraíba e sua capital**. João Pessoa: Imprell Editora, 2010.

MENESES, Héric Dayann Morais de. **As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)**. Dissertação (Mestrado

em História)- Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2009.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em ação:** Fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba, 1647 -1755. Tese de doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2005a.

_____. Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII. In: BICALHO, M. F., FERLINIO, V. L. A. (Orgs.). **Modos de Governar.** São Paulo: Alameda, 2005b, p. 327-340.

_____. Negros e indígenas na economia da Paraíba (1647-1755). In.: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (orgs). **População negra na Paraíba:** Educação, história e política. Campina Grande: EDUFCG, 2010.

_____; PAIVA, Yamê Galdino. Ilustração, população e circuitos mercantis: a Capitania da Paraíba na virada do século XVIII. In.: OLIVEIRA, Carla Mary; MENEZES, Mozart Vergetti; GONÇALVES, Regina Célia (orgs). **Ensaio sobre a América Portuguesa.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009, p. 161-180.

MENZ, Maximiliano M. A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80). **Afro-Ásia**, n. 48, 2013, p. 45-76.

MILANEZ, Altamir. O negro e o Brasil. **RIHGP.** n. 27, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995, p. 171-175.

MILLER, Joseph Calder. **Way of Death:** Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade (1730-1830). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana:** uma perspectiva antropológica. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, volume 3, p. 111-156.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em Busca da Liberdade**: os escravos no Sertão do Rio Piranhas (1700-1750). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. 2009.

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. **Memória Arquivada**: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – NDIHR (1976-1999). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba. 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. 13 de maio: memória da escravidão e educação nas páginas do Correio da Lavoura. In.: FORTES, Alexandre; LIMA, [et al.] (Orgs.). **Cruzando Froteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 205-228.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo. **Fronteira Móvel**: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1801). Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba. 2006.

NICODEMOS, José Pedro. À margem da Lei do Ventre Livre. **RIHGP**, vol. 19, 1971, p. 115-124.

NÓBREGA, Humberto. Evolução histórica de Bananeiras. **RIHGP**, vol. 16, 1968, p. 9-46.

NOVAES, José Ferreira de. Traços sobre Bananeiras. **RIHGP**, vol. 3, Imprensa Oficial, Parahyba, 1912, p. 31-53.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial** (1777-1808). 6 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

NUNES, Luiz. **História da Paraíba em Versos**. João Pessoa: Unipê Editora, 2001.

ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

OLIVEIRA, Elza Régias de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

_____. Escravidão na Paraíba no século XVIII. In.: **Teoria, história e memória**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, 161-182.

PAIVA, Yamê Galdino de. **Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX**. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. 2009.

_____. **Vivendo à sombra das leis: Antonio Soares de Brederode entre a justiça e a criminalidade: Capitania da Paraíba (1787-1802)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. 2012.

OLIVARES, Guillermo Jesus Palacios y. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a “Guerra dos Marimbondos” (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**, nº 3, maio 2006, p. 9-39.

PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, volume 3, p. 419 - 460.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. **Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano (orgs). **Temas sobre Instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Editora Univeristária/UFPB, 2008.

PINTO, Luiz. **Síntese histórica da Paraíba**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1960.

_____. **Fundamentos da história e desenvolvimento da Paraíba**. Rio de Janeiro: Leitura, 1973.

PINTO, João Pereira de Castro Pinto. Resumo da 1ª conferenciado Instituto Histórico e Geographico Parahybano, pelo orador oficial Dr. João Pereira de Castro Pinto. **RIHGP**, vol.1, Parahyba: Imprensa Oficial, 1909, p. 21-38.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In.: MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 , p. 126 – 145.

PORTO, Waldice Mendonça. A lei do ventre-livre. **RIHGP**, vol.19, 1971, p. 138-144.

_____. O elemento servil na transformação Brasil Colônia-Império. **RIHGP**, vol.20, 1974, p. 64-70.

_____. Origem e Peculiaridade da Carta de Alforria. **RIHGP**, vol.21, 1975, p. 105-113.

_____. **A Paraíba em preto e branco**. João Pessoa: A União, 1976.

_____. A ordem dos mendigos de Assis na Paraíba (1585-1985). **RIHGP**, vol. 24, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1986, p. 113-132.

_____. O negro na história da Paraíba. **RIHGP**,vol. 25, 1991,p. 277-298.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAMOS, Adauto. Ademar Vidal – Súmula biobibliográfica. **RIHGP**, vol. 32, Editora Universitária/UFPB, 2000, p. 29-38.

REDIKER, Marcus. **O navio negroiro: uma história humana**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

_____. Algumas problematizações acerca da densidade da experiência cultural africana na formação e na dinâmica da família negra na Bahia oitocentista. In.: CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da (orgs). **Culturas e sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, p. 79-90.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**. Vol. 8, n. 16, 1988, p. 57-81.

_____. Identidade e diversidade étnica nas Irmandades Negras no tempo da Escravidão. **Tempo**. v.2, n.3, 1996. p. 7-33.

_____. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante do Malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822 – c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a.

_____. **História e Teoria:** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.

RIBEIRO, Domingues de Azevedo. A música nos primeiros séculos da colonização da Paraíba. **RIHGP**, vol. 24, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1986, p. 27-36.

RIBEIRO, Emilson e RIBEIRO, Emir. **História da Paraíba em quadri-nhos.** João Pessoa: Velta Edições, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os sequestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In.: CARVALHO, José Murilo (org). **Nação e Cidadania no Império:** novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 395-420.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no Mundo. In.: SILVA, Alberto da Costa e (org). **Crise Colonial e Independência:** 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Volume 1, p. 115 – 159.

RIOS, Ana Lugão. **Família e transição:** Famílias negras em Paraíba do Sul, 19872 – 1920. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

ROCHA, Solange Pereira da. **Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial.** *Portuguese Studies Review*,

Vol. 14, No. 1, 2006. p. 279-

_____. **Gente negra na Paraíba oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

_____. Cardoso Vieira, um homem negro na composição das elites da Paraíba Oitocentista: Biografia, Memória e História. **Revista Crítica Histórica**, v. 6, 2012, p. 01-18.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio:** propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

_____. **De Costa a Costa:** Escravos, marinheiro e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUEZ, Janete Lins ET ALL. **Cartilha Paraibana:** aspectos geo-históricos e folclóricos. João Pessoa: GRAFSET, 1991.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade.** João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica:** Teoria da História I (Fundamentos da Ciência Histórica). Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010a.

_____. **História Viva:** Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010b.

RUSSEL-WOOD, A J. R. **Fidalgos e Filantropos.** A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. **Escravos e libertos no Brasil colonial.** Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes**: Parahyba (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTANA, Martha Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962). João Pessoa: Cnpq/Ufpb, 1990.

SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. **Da província à Corte**: deputados paraibanos e a formação do Estado Nacional (1831-1840). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. 2014.

SANTOS, Lúcia Maria Pantaleão dos. Um historiador da vida e do cotidiano. In.: MELLO, José Octávio de Arruda; FARIAS, Arion; MELLO, Humberto; CABRAL, Heitor (orgs). **História da Paraíba e sua capital**. João Pessoa: Imprell Editora, 2010, p. 93-94.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SEABRA, Giovanni. **Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SECRETO, María Verónica. **(Des)medidos**: A revolta do quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SEIXAS, Wilson. **Santa Casa da Misericórdia na Paraíba**: 300 anos.

João Pessoa: Santa Marta, 1987.

_____. **OVELHO Arraial de Piranhas** (Pombal). 2 ed. João Pessoa/PB: Grafset, 2004.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 39-63.

SILVA, Daniel Barros Domingues; ELTIS, David. The Salve Trade to Pernambuco, 1561 – 1851. In.: ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven & London: Yale University Press, 2008, p.95-129.

SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Área” oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2010.

SILVA, José Flávio. **Progresso e destruição na cidade da Parahyba: cidade dos jardins**. João Pessoa: Editora Univesitária/UFPB, 2009.

SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”: Interpretações populares da abolição ilustrada (1777-1774). **Revista de História**, 144, 2001, p. 107-149.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. In.: **Saeculum**. Vol., n. 16, 2007, p. 33-45.

_____. Prefácio. In.: ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 19-23.

_____. A historiografia acadêmica paraibana e a ANPUH-PB: considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel (org). **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh**. São Paulo: Contexto, 2011, p.239-261.

SLENES, Robert W. “Malungu, Ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, nº 12, p. 48-67, dez. 1991/jan.-fev. 1992.

_____. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Sudeste, século XIX.** 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.** Rio de Janeiro: FAPERJ: 7 Letras, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII. In.: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SOUSA, Fábio Gutember Ramos Bezerra. Livros didáticos de história da Paraíba: uma análise historiográfica. In.: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. (orgs). **Historiografia em diversidade: Ensaio de História e Ensino de História.** Campina Grande: Editora Universitária/ UFCG, 2008, p. 33-48.

SOUSA JÚNIOR, José Pereira. **Irmandades religiosas na Parahyba do Norte: espaços de luta, devoção e festa (1840-1880).** Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História, Campina Grande, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SOUZA, Marina de Melo e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de Coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

SWEET, James H. **Recrutar África**: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Tradução João Reis Nunes. Lisboa: Edições 70, 2003.

TAVARES, João de Lyra. Prefácio. In: MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/. UFPB, 1977. 2 volumes, p. I-LV.

TELLAS, Marco Aurélio Paz (org). **Cadernos afroparaibanos** (I -Educação, ações afirmativas e educações étnico-raciais no Brasil; II- Direitos Humanos, população afroparaibana e mulheres negras). João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

TRIGUEIRO NETO, Dorgival. **Celso Mariz: Uma legenda entre os melhores escritores paraibanos**. IHGP, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

THOMPSON, Edward P.A **miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4 ed. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico** 1400 – 1800. Tradução Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**: antes de sua separação e Independência de Portugal. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. [1ª e edição de 1854].

VASCONCELOS, Amaury. **Horácio de Almeida**: historiador maior. IHGP, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos**: dos séculos XVII a XIX. Tradução Tasso Gadzanis. 4 ed. Salvador: Corrupio, 2002.

VIDAL, Ademar. Três séculos de escravidão na Paraíba. **Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

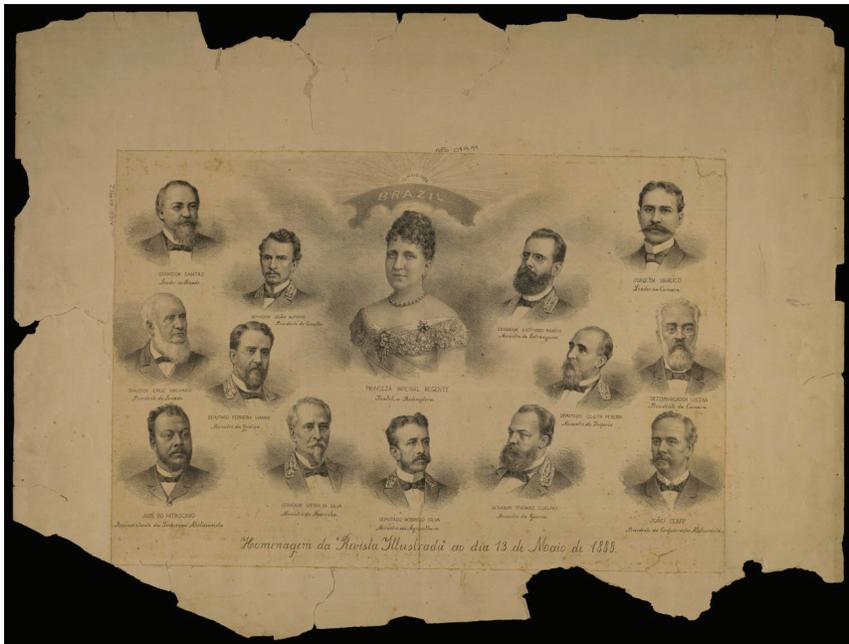
_____ . **Práticas e costumes afro-brasileiros**. Mimeografado, s/d.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios e juventude no Brasil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência: Secretaria Nacional da Juventude, 2013.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

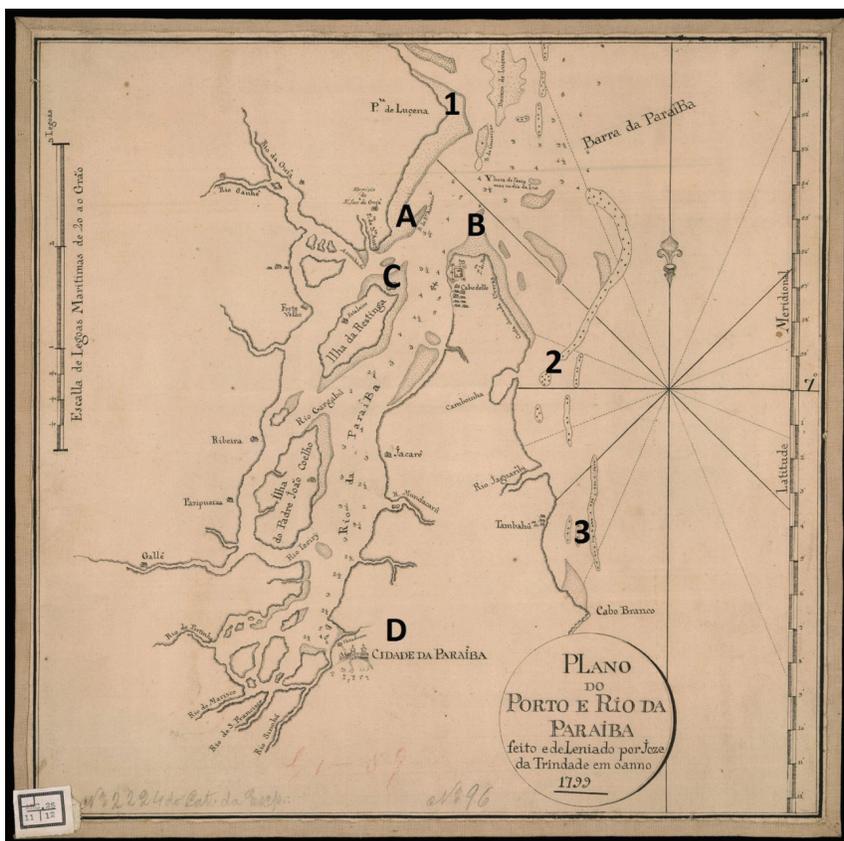
ANEXOS

ANEXO I – Homenagem da “Revista Ilustrada” ao 13 de maio de 1888



Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1208246.jpg.
Acesso em 15 de janeiro de 2015.

ANEXO II – Plano do Porto e rio Paraíba (1799)



A – Forte Velho/Praia de Lucena; B – Forte e Porto de Cabedelo; C- Ilha da Restinga;
D – Varadouro/Cidade da Parahyba; 1- praia de Lucena; 2 – praia do Bessa; 3 – praia de Tambaú

Fonte: Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512346/cart512346.html.
Acesso em 15 de janeiro de 2015.

ANEXO III – Praça Barão do Rio Branco em 1912 (antigo Largo da Cadeia)



Fonte: Acervo Fotográfico Humberto Nóbrega. Disponível em: <http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2015

ANEXO IV – Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Acervo do Museu Walfredo Rodriguez. Disponível em: <http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2015

ANEXO V – Informações acerca dos africanos boçais apreendidos no Patacho Herminia

NOME	“NAÇÃO”	TEMPO NO BRASIL	SENHOR	CIDADE DO SENHOR
João	Não Consta	3 anos	Gix e Dacostard	Campo Grande
Antônio	Nagô	6 anos	João Luís	Não Consta
Bento	Não Consta	3anos	João Luís	Não Consta
Augusto	Não Consta	Não Consta	João Luís	Não Consta
Fausto	Não Consta	1 ano	Augusto	Salvador
Joaquim	Mina	7 anos	Manoel Francisco Alves	Salvador
José	Não Consta	6 anos	Manoel Francisco Alves	Não Consta
Henrique	Não Consta	Não Consta	José Pinto Campos	Não Consta
Pedro	Nagô	Ilegível	Franco (?)	Salvador
Joaquim	Ilegível	1 ano	Nabuco	Salvador
Honorata	Não Consta	3 anos	Clara Marcelina de Sá, casada com Bernardo Dias Moreira	Varris (?)
Ritta	Nagô	2 anos	Pedro	Fora da Cidade de Salvador
Isabel	Mina	3 anos	Maria Francisca	Salvador

NOME	“NAÇÃO”	TEMPO NO BRASIL	SENHOR	CIDADE DO SENHOR
Francisco	Não Consta	9 anos	Alberto Patuba (?)	Salvador
João	Haussá	7 anos	Francisca Romana Pinto	
Geraldo	Jeje	6 anos	José Mathias	Sergipe
Brás	Não Consta	Não sabia	D. Anna, casada com José Mathias	Não Consta
Nicácio	Angola	Não sabia	D. Anna, casada com José Mathias	Não Consta
Raquel	Mina	Não sabia	Dr. Pires	Salvador
Bonfim	Jeje	2 anos	Joaquim Alves	Salvador
Esperança	Jeje	3 anos	Benvinda da Conceição	Salvador
Benvinda	Jeje	2 ou 3 anos	Joaquim Alves	Salvador

Fonte: Arquivo Nacional, IJ1 302.

DIRETORIA DA ANPUH-PB

Gestão 2017-2018

Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB – Diretor)

Regina Maria Rodrigues Behar (UFPB – Vice-Diretora)

Priscilla Gontijo Leite (UFPB – 1ª Secretária)

Ana Rita Uhle (UFCG – 2ª Secretária)

Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB – Tesoureiro)

Viviane Gomes de Ceballos (UFCG – 2ª Tesoureira)

Rosemere Olímpio de Santana (UFCG – Delegada de Cajazeiras)

Maria do Socorro Cipiano (UEPB – Delegada de Campina Grande)

Cristiano Luís Christillino (UEPB – Delegado de Guarabira)

Daviana Granjeiro da Silva (SEE-PB – Delegada de João Pessoa)

Conselho Fiscal

Monique Guimarães Cittadino (UFPB)

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UEPB)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Nesta obra, Mateus Guimarães, um pesquisador da história social da escravidão, construiu uma nova narrativa, com as experiências de indivíduos escravizados e libertos, em cuja trama histórica é possível acompanhar processos das travessias atlânticas; as resistências durante o “comércio de almas”; a ressocialização em espaço paraibano, em especial, na capital da Paraíba, na Cidade da Parahyba; o estabelecimento de sociabilidades, por meio do batismo, vínculos afetivo-biológicos, convívio familiar e formação de irmandades negras; reinvenções de festas católicas com a inserção dos “batuques negros”, reconectando os dois lados do Oceano Atlântico; a formação de solidariedades horizontais e verticais no mundo social e do trabalho; e, ainda, as violências e as resistências ao sistema escravista. Todos estes temas foram abordados tendo como base empírica diversificadas fontes históricas que foram analisadas à luz de conceitos e procedimentos metodológicos da História Social dos de Baixo, conforme os preceitos do historiador marxista E. P. Thompson e de outros(as) estudiosos(as) do mesmo campo de pesquisa.

Se no passado “uns vieram de navio [...] muitos vieram na marra [...]” (Escurinho, 2001), no Brasil atual, apesar das violências legadas pelo escravismo, do racismo institucional e das desigualdades sociais, a população negra continua viva nas cinco regiões do país, sendo que a pesquisa de Guimarães nos mostra fragmentos das experiências de africanos(as) como agentes históricos determinados e confiantes de si mesmo e com apoio (coletivo ou mesmo individualmente) lutaram pela liberdade e convida à reflexão todos e todas que têm o compromisso social de transformar nossas relações raciais.

Solange Pereira da Rocha

